

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VERONICA VIEIRA MARTINELLI

**O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA (INCP): UMA “ESCOLA DE
PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO (1940-1945)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VERONICA VIEIRA MARTINELLI

O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA (INCP):
UMA “ESCOLA DE PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO (1940-1945)

Porto Alegre

2021

VERONICA VIEIRA MARTINELLI

**O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA:
UMA “ESCOLA DE PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO (1940-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari

Porto Alegre

2021

VERONICA VIEIRA MARTINELLI

O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA:
UMA “ESCOLA DE PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO (1940-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Luciana Murari – PUCRS

Profa. Dra. Angela Maria de Castro Gomes – UNIRIO

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

M385i Martinelli, Veronica Vieira

O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP) : uma "Escola de Patriotismo" no Estado Novo (1940-1945) / Veronica Vieira Martinelli. – 2021.

199 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciana Murari.

1. Instituto Nacional de Ciência Política. 2. Intelectuais. 3. Estado Novo. I. Murari, Luciana. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

À minha orientadora, Dra. Luciana Murari, que incentivou e apoiou minha trajetória como aluna e bolsista de pesquisa. Muito obrigada, Profa. Luciana.

Aos professores que aceitaram o convite para participar da banca examinadora deste trabalho, Profa. Dra. Angela de Castro Gomes e Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu, meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

Aos meus estimados amigos, Vitor Costa, Tiago Marques, Milene Figueiredo, Bruno Kern, Geferson Oliveira e Kayo Albuquerque, meu carinho e minha gratidão.

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidas e engendradas pelas contradições do passado. *A história é um profeta com o olhar voltado para trás, pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.* (GALEANO, 1985, p. 19, grifo do autor).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), organização civil que teve como principal idealizador o intelectual, político e literato gaúcho Pedro Vergara. O INCP reuniu diversos intelectuais brasileiros entre os anos de 1940 e 1945, com o propósito de estudar os principais estadistas brasileiros, em especial, a obra do presidente Getúlio Vargas. A instituição organizou diversos debates e conferências na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o que a levou a se definir como uma “Escola de Patriotismo” a serviço da nação. Ou seja, o INCP desempenhou um importante papel como propagandista do Estado Novo. Para compreender a formação, organização e estruturação dessa instituição, a metodologia de pesquisa consistiu na análise das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*, publicadas pelo INCP e que refletiam as atividades desenvolvidas por essa instituição. Além dessas fontes, a pesquisa na imprensa jornalística do período contribui para abranger a compreensão do objeto. A fim de atribuir uma definição ao Instituto e aos seus membros, se fez uso de conceitos como os de “espaço de sociabilidade” e “intelectual”, acepções que ajudaram a compreender o papel desempenhado por essa instituição no período e a relação desses intelectuais com o Estado.

Palavras-chave: Instituto Nacional de Ciência Política. Intelectuais. Estado Novo.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the National Institute of Political Science (INCP), a civil organization whose main idealizer was the intellectual, political and literate gaucho Pedro Vergara. The INCP brought together several Brazilian intellectuals from 1940 to 1945, with the purpose of studying the main Brazilian statesmen, especially the work of President Getúlio Vargas. The institution organized several debates and conferences at the Brazilian Press Association (ABI), which led it to define itself as a "School of Patriotism" at the service of the nation. That is, INCP played an important role as propagandist of Estado Novo. In order to understand the formation, organization and structuring of this institution, the research methodology consisted of the analysis of the *Brazilian Vision* and *Political Science* journals, published by INCP and reflecting those developed by this institution. In addition to these sources, research in the journalistic press of the period contributes to encompass the understanding of the object. In order to assign a definition to the Institute and its members, concepts such as "space of sociability" and that of "intellectual" were used, meaning that helped to understand the role played by this institution in the period and the relation of these intellectuals with the state.

Keywords: National Institute of Political Science. Intellectuals. Estado Novo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Diretoria do Instituto Brasileiro de Cultura (outubro 1938)..... | 41 |
| Quadro 2 – Diretoria do Instituto Nacional de Ciência Política (julho 1940)..... | 53 |
| Imagem 1 – Registro da sessão do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 71 |
| Imagem 2 – Capa da revista <i>Visão Brasileira</i> (agosto 1940)..... | 76 |
| Quadro 3 – Diretoria da revista <i>Visão Brasileira</i> (INCP)..... | 76 |
| Imagem 3 – Capa da revista <i>Ciência Política</i> (novembro 1940)..... | 92 |
| Imagem 4 – Capa da revista <i>Ciência Política</i> (agosto 1942)..... | 94 |
| Quadro 4 – Seção Universitária do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 103 |
| Quadro 5 – Seção de Porto Alegre do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 104 |
| Quadro 6 – Seção de Pelotas do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 105 |
| Quadro 7 – Seção de Rio Grande do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 105 |
| Quadro 8 – Seção de Niterói do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 109 |
| Imagem 5 – Reunião dos sócios do INCP com o presidente Getúlio Vargas..... | 119 |
| Imagem 6 – Chamada para sessão do INCP no Teatro Municipal de São Paulo (1942)..... | 128 |
| Imagem 7 – Visita do INCP ao Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras..... | 143 |
| Quadro 9 – Diretoria do Instituto Nacional de Ciência Política (março 1943)..... | 149 |
| Quadro 10 – Seção ao Amazonas do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 153 |

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNP – Departamento Nacional de Propaganda

DOP – Departamento Oficial de Publicidade

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

IBC – Instituto Brasileiro de Cultura

INCP – Instituto Nacional de Ciência Política

MES – Ministério da Educação e Saúde

PSD – Partido Social Democrático

PSR – Partido Social Renovador

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | O ESTADO NOVO E OS INTELLECTUAIS..... | 15 |
| 2 | O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DA FUNDAÇÃO ÀS PÁGINAS DA REVISTA VISÃO BRASILEIRA | 30 |
| 2.1 | PROJETO CULTURAL NO BRASIL DO ESTADO NOVO..... | 30 |
| 2.2 | INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA: O BERÇO DE FORMAÇÃO DO INCP..... | 39 |
| 2.3 | O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: SUA FORMAÇÃO E SUA ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL..... | 49 |
| 2.3.1 | Os intelectuais do INCP..... | 54 |
| 2.3.2 | O idealizador do INCP, Pedro Vergara..... | 59 |
| 2.3.3 | O INCP e o DIP..... | 63 |
| 2.3.4 | O início das atividades culturais do INCP..... | 68 |
| 2.4 | A REVISTA VISÃO BRASILEIRA..... | 72 |
| 3 | O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DO PROJETO INTELLECTUAL À EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS | 80 |
| 3.1 | O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: UMA “ESCOLA DE PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO..... | 80 |
| 3.2 | A REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA..... | 90 |
| 3.3 | A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO INCP..... | 101 |
| 3.3.1 | A fundação das primeiras seções regionais e de representação do INCP..... | 102 |
| 3.3.2 | O curso sobre o Código Penal do INCP..... | 115 |
| 4 | O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DA PROPAGANDA POLÍTICO-MILITAR À FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL RENOVADOR | 123 |
| 4.1 | A PROPAGANDA POLÍTICO-MILITAR PARA O ESTADO NOVO..... | 123 |
| 4.1.1 | A seção regional de São Paulo do INCP e a promoção de atividades culturais.. | 127 |
| 4.1.2 | O INCP e as Forças Armadas..... | 141 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.2 | ÚLTIMOS ANOS DE ATIVIDADES E A FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL RENOVADOR..... | 149 |
| 4.2.1 | Os últimos anos de atividades do INCP..... | 149 |
| 4.2.2 | A formação do Partido Social Renovador..... | 153 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 162 |
| | FONTES..... | 167 |
| | REFERÊNCIAS..... | 178 |
| | APÊNDICE A – Cronologia Instituto Nacional de Ciência Política (1940-1945)..... | 184 |
| | APÊNDICE B – Membros do Instituto Nacional de Ciência Política..... | 185 |
| | APÊNDICE C – Listagem dos colaboradores das revistas Visão Brasileira e Ciência Política..... | 189 |
| | APÊNDICE D – Listagem dos principais autores da Ciência Política..... | 191 |
| | APÊNDICE E – Programa do Partido Social Renovador..... | 195 |

1 INTRODUÇÃO

Em *Milonga de Albornoz*, o escritor argentino Jorge Luis Borges encerra o longo poema sobre os *entreviros* de sua personagem com o uso de uma expressão carregada de sentidos: *el tiempo es olvido y es memoria* (BORGES, 1974, p. 969). Existem diversas compreensões para a definição de “tempo”, porém é a concepção de “tempo histórico” que interessa a este trabalho, e que acaba por se relacionar intimamente com as duas definições apresentadas por Borges. O tempo em História remete à trajetória do homem em suas diferentes esferas de atuação e organização em sociedades. Esse campo do conhecimento é responsável pela pesquisa, estudo e reflexão acerca da ação dos homens, em determinado tempo e espaço do passado – mesmo que recente. Nesse sentido, segundo Antoine Prost (2008, p. 96), “a história faz-se a partir do tempo: um tempo complexo, construído e multifacetado”. Um aspecto importante do ofício do historiador é que o “tempo da história” está incorporado às questões, aos documentos e aos fatos: ele “é a própria substância da história”.

O tempo, enquanto construção dos homens, também é permeado pelo esquecimento e pela memória. Na historiografia, as duas acepções revelam uma problemática: para quais objetos a história, como campo de conhecimento, dedica sua atenção? Essa problemática acaba por se desdobrar em seu ator principal: para quais objetos o historiador deve lançar luz em suas pesquisas? Não se pretendem retomar as discussões quanto aos métodos e aos limites do ofício do historiador, realizadas desde o fim do século XIX até a mudança de perspectiva com a entrada em cena do movimento dos *Annales* e suas gerações, como de outras correntes historiográficas. O que se sabe é que hoje existem múltiplas abordagens e possibilidades de pesquisa, embora seja o olhar do historiador sobre os objetos que os define como históricos. Logo, “na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva”, e é através do questionamento que “se constrói o objeto histórico, ao proceder um recorte original no universo ilimitado dos fatos e documentos possíveis.” (PROST, 2003, p. 76).

Este trabalho surgiu da curiosidade acerca de uma determinada organização social, o Instituto Nacional de Ciência Política, até então deixada à sombra pela historiografia brasileira. Quem eram aqueles indivíduos que se autodenominavam elite intelectual, que tipo de sociabilidade eles desenvolveram, qual relação estabeleceram com o Estado Novo e porque as análises históricas que se concentram no estudo da atuação dos intelectuais ao lado do regime ignoraram a participação desse grupo no contexto político e intelectual da época: esses foram os primeiros questionamentos que surgiram com a pesquisa que se iniciava. Mesmo as dificuldades de acesso a fontes, como documentos oficiais e o acervo incompleto dos

periódicos, não foram obstáculos intransponíveis para se responder algumas dessas perguntas. A pesquisa desenvolvida a partir de então seguiu o caminho apontado por Michel Winock (2003, p. 289), descendo “dos picos rochosos para o fundo dos vales; das obras mais ou menos imortais para o saco de gatos”. Não se pretende realizar uma crítica à “história pelos pináculos”, porém essa pesquisa encontra sua importância ao se distanciar das análises históricas acerca dos grandes intelectuais brasileiros, para dar voz a um punhado de indivíduos que tiveram pelo menos parte de sua atuação social e política durante o Estado Novo encoberta pelo esquecimento.

1.1 O ESTADO NOVO E OS INTELECTUAIS

Os acontecimentos que antecedem o golpe de estado perpetrado por Getúlio Vargas e seus apoiadores em 1937 foram analisados sob diversos aspectos pela historiografia brasileira. De maneira geral, essas análises buscam precedentes na Revolução de 1930¹ para a compreensão do movimento histórico que desemboca no Estado Novo, apontando, muitas vezes, uma conjuntura feita de rupturas e continuidades, de causas internas e externas ao país. Logo, o ano de 1930 é entendido como o marco para o início desse processo, que põe fim à Primeira República e inaugura a Era Vargas. Getúlio ascende ao poder no governo provisório (1930-1934), é eleito indiretamente para Presidente Constitucional (1934-1937), quando orchestra um golpe, mantendo-se no poder no período denominado de Estado Novo (1937-1945).

Na conclusão desse processo, a historiografia aponta um golpe “anunciado, sem reação, silencioso” (ARAÚJO, 2002, p. 14)². Isso porque os opositores liberais ou de esquerda estavam presos, exilados ou não tinham meios para uma reação ao novo regime. Na manhã do dia do golpe, o Congresso Nacional foi fechado e cercado pela Polícia Militar. As eleições para presidente, marcadas para janeiro de 1938, e que já contavam com candidatos indicados, foram canceladas. Uma nova Constituição foi outorgada, dando privilégios de ação ao Executivo, que atuaria sem a interferência do Legislativo ou dos partidos políticos.

¹ Para uma análise mais detida sobre o tema e com distintas abordagens, indicam-se os trabalhos do historiador Boris Fausto (1989) e o artigo de Aspásia Camargo (1982).

² Maria Celina D’Araujo (2000, p. 14) acrescenta ainda que a “[...] ausência de reação não quer dizer, contudo, que não houvesse opositores a Vargas e a seus planos ditatoriais; havia, mas já estavam devidamente impossibilitados de qualquer tipo de reação.” Na mesma linha de reflexão, Aspásia Camargo (1989, p. 249) aponta que o golpe foi o desfecho quase pacífico para as tensões e conflitos que se desenvolveram desde 1930, e “[...] que foram se acomodando gradualmente em composições sucessivas. Por isso mesmo foi silencioso e, quando chegou, não encontrou resistências.”

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional. (VARGAS, 1938, p. 19).

A citação acima consegue desenhar essa conjuntura. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas proclama no Palácio Guanabara, com transmissão via rádio ao povo brasileiro, a instauração do novo regime e os motivos para tal. Em seu discurso-manifesto “À Nação”, Vargas aborda as responsabilidades do “homem de Estado” a serviço da nação, e toma para si o dever de adotar “medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo”, visando o “bem maior da coletividade”. No cenário político descrito, Vargas expõe os “aspectos graves e decisivos”, de profunda “perturbação política, econômica e social”, no qual o país se encontrava (VARGAS, 1938).

É possível definir o novo regime a partir de três aspectos essenciais. O Estado Novo se caracterizou primordialmente pela centralização do aparato burocrático estatal, no sentido do controle de todas as instâncias governamentais – em nível federal, estadual e municipal – e em todos os âmbitos da vida nacional. Isso significava, por exemplo, a indicação de interventorias estaduais e a modernização da máquina pública administrativa, com a criação e a reconfiguração de ministérios, departamentos, institutos e conselhos em todos os domínios do governo, que auxiliariam no controle da vida pública. O segundo aspecto do regime diz respeito ao caráter autoritário na tomada de decisões políticas, pois o Estado representado pela figura do chefe único passaria a atuar enquanto organizador maior de toda a sociedade. Esse elemento, juntamente com a centralização política e administrativa, enfatizava o poder ditatorial do novo governo, que tinha como figura central o presidente Vargas.

De acordo com o historiador norte-americano Thomas E. Skidmore (1969, p. 55), o Estado Novo trouxe novos padrões de governo, que ocasionaram “[...] mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública. Mais importante ainda, Vargas transformou as relações entre o poder federal e estadual e, com isso, aproximou muito mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional.” A historiadora Angela de Castro Gomes (1982, p. 137), aponta as mudanças que acompanharam a constituição do Estado nacional a partir de 1937. O projeto-político ideológico do Estado Novo “rejeitava os aspectos políticos institucionais da democracia liberal” e pretendia, assim, corrigir os erros do liberalismo. O regime buscava superar ao menos duas contradições doutrinárias, isto é, a questão da

“separação dos poderes” e a “manutenção dos partidos políticos”. Primeiro, o Estado Novo pretendia superar a dificuldade de escolher entre democracias e ditaduras, “na medida em que se abria a possibilidade de existir um Estado forte e democrático pelo fortalecimento do sistema presidencial de governo.” No segundo ponto, a impossibilidade de manter o funcionamento dos partidos políticos com o regime que entrava em vigor, pois “o Estado nacional precisava de um regime forte e centralizador, capaz de combater os excessos de regionalismo e individualismo que se manifestariam nas formações partidárias.” (GOMES, 1982, p. 137). Assim, o novo regime buscava eliminar a distância entre povo e governo, estabelecendo “a identificação entre Estado e nação, bem como a concentração da autoridade do Estado na figura do presidente.” (GOMES, 2005, p. 516).

O autoritarismo e o centralismo formavam um tripé com o caráter nacionalista do regime. Segundo a definição de Benedict Anderson (2008, p. 30), o nacionalismo é um produto cultural cujas origens históricas remontam o final do século XVIII. Esse produto tem a capacidade de se “modular” e ser transplantado “com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas.” Seguindo a mesma perspectiva, Angela Gomes (1996, p. 18), aponta que os conceitos de “nação” e “nacionalismo” são fenômenos políticos que podem ser definidos como “sofisticadas construções políticas estatais, para as quais concorrem de forma fundamental os componentes culturais.” Na esteira dessas interpretações, o conceito de “nação” pode ser entendido como uma “comunidade política imaginada”, conceito de Anderson (1989, p. 32) que aponta uma comunidade “imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Na interpretação feita por Gomes (1996, p. 18) uma comunidade política imaginada é “[...] criada pela ação de aparelhos de Estado cada vez mais envolvidos com a governabilidade da sociedade e, por isso mesmo, preocupados com seu grau de legitimidade junto ao povo/soberano.”

Com o Estado Novo, a questão do nacionalismo também passava pela crítica ao liberalismo político da Primeira República e de sua estrutura, que não estariam de acordo com a realidade do país. Em termos gerais, o regionalismo e o individualismo característicos dessa concepção de governo não teriam permitido a formação de uma coletividade, ou seja, o povo não teria sido concebido enquanto Nação, pois “a existência de partidos, grupos ou facções” teriam impedido “a formação de um verdadeiro espírito nacional, alimentando conflitos regionais e individuais”. O nacionalismo do Estado Novo buscava a unificação do país em termos de território, língua, cultura, passado histórico, elementos patrióticos – como a bandeira e o hino nacional – e a modernização das estruturas governamentais (GOMES, 1982, p. 137).

Em 1982, a socióloga Lúcia Lippi Oliveira (1982a, p. 7) registrava que naquele momento, os estudos acerca do período denominado de Estado Novo ainda permaneciam envoltos “em uma nuvem de relativo esquecimento”³. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato (2003, p. 111), a partir de meados da década de 1980, o Estado Novo começou a ser “alvo de grande interesse” entre os historiadores.

Desde então, a historiografia vem progredindo em termos de pesquisas e análises sobre o Estado Novo brasileiro, abordando os mais variados aspectos do regime. Nessa abertura para a compreensão de um momento histórico de transformações que marcaram profundamente a sociedade brasileira, encontram-se pesquisas que analisam o projeto político, ideológico e cultural do regime. No que tange às análises sobre as relações entre intelectuais e política, Lúcia Oliveira (2018, p. 107) coloca que o período em questão oferece para os pesquisadores um “*case*”, porque o Estado Novo “abriu um enorme espaço à participação dos intelectuais na definição, na construção de políticas de modernização do Estado.” Por conta dessa relação, a historiografia tem definido esse período como uma ditadura “ambígua” (ROLLAND, 2003) de “indiscutível mecenato” (BOMENY, 2001). A relação intelectuais e Estado tem sido caracterizada como “objeto de muita controvérsia” (BOTELHO, 2018) e de “grande polêmica” (OLIVEIRA, 1982c). Lúcia Oliveira esclarece essas inquietações,

O Estado Novo contou com a participação de diversos e diferentes intelectuais que foram valorizados e tiveram espaço nas instituições e organismo então criados. Os intelectuais, em sua maioria e de alguma forma, vieram a apoiar a transferência do mecenato das elites regionais do antigo Partido Republicano para o Estado nacional, sem questionar a centralização e o autoritarismo. Ao contrário, centralização, governo forte era mesmo uma demanda política aqui e na Europa de então. (OLIVEIRA, 2018, p. 107).

Outro ponto importante dessa relação diz respeito às bases de sustentação do regime. O Estado Novo não constituiu uma doutrina ou pensamento oficial, homogêneo e definitivo. Além da Carta Constitucional de 1937, que claramente definia os fundamentos de um governo centralizador, autoritário e nacionalista, o regime também tinha como referência os discursos proferidos pelo presidente Getúlio Vargas nos mais diversos momentos da vida pública, ao longo do governo, e que exprimiam seu pensamento político. Segundo Oliveira (1982b, p. 31), cabia aos intelectuais, direta ou indiretamente ligados ao Estado Novo, “[...] traduzir os pronunciamentos do presidente em palavras de ordem, em linhas de conduta. E, nessa tarefa, transformaram-se em doutrinadores, em intérpretes da nova ordem.” Muitos foram aqueles que,

³ Em outro texto, Lucia Lippi Oliveira (2018, p. 104) identifica que, a partir dos anos 1970, começam a se desenvolver trabalhos sobre o período denominado de Estado Novo, com Vamireh Chacon (1977) e Sérgio Miceli (1979).

apoiados no pensamento de Vargas e nas realizações que vinham acontecendo desde 1930, refletiram sobre o regime e a sociedade, tornando-se porta-vozes e/ou ideólogos do governo.

A interpretação da vida e dos elementos da identidade nacional se tornaram objetos da elite intelectual brasileira no Estado Novo. Se, por um lado, parte da geração de 1890 manteve uma relação de isolamento em relação à sociedade – como na metáfora da “torre de marfim” apresentada pela historiadora Mônica Velloso (1987), por outro lado, diversos pensadores brasileiros foram limitados por um Estado liberal que ignorava a crítica social feita através da literatura.

Se a tradição de afastamento entre política e intelectualidade “nasce” em meados do século XIX – com Alencar –, e conforma uma “atitude mental”, essa atitude se consolida no início da República e se expressa pela geração de 1890, personalizada na figura de Machado de Assis. Mas não há como negar que durante todo esse tempo tivemos intelectuais *doublés* de políticos, a demonstrar as tensões e seduções permanentes da relação. (GOMES, 1996, p. 139).

Um novo tipo de relação com a elite intelectual é inaugurado pelo Estado Novo. A transformação do papel dessa elite é acompanhada por uma mudança de posição dentro da sociedade, que a tornava porta-voz do projeto político, ideológico e cultural de construção da nacionalidade orquestrado pelo regime. Os intelectuais vão atuar no sentido de definir a identidade nacional, refletir sobre a cultura do país e legitimar os valores cívicos e patrióticos. Também atuam fortemente na montagem e execução da propaganda do governo. Segundo Vargas,

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento. (VARGAS, 1944, p. 237).

A aproximação dessa elite com o regime é um elemento importante para a compreensão das transformações que ocorreram nesse período. O Estado Novo soube reunir em seu seio elementos das mais diversas correntes de pensamento, e mesmo aqueles que não concordavam com todas as feições do regime. Entre esses intelectuais encontram-se os pensadores autoritários. Para Boris Fausto (2001, p. 67), “o Estado Novo representou o apogeu dos ideólogos autoritários que constituíam um grupo amplo, não redutível as suas principais estrelas.” As obras desses agentes ajudaram a compor as bases ideológicas da doutrina do novo regime, ao compreendê-lo em seus aspectos autoritário e centralizador. Entre esses intelectuais, Abreu e Henrich (2019, p. 91-92) destacam Oliveira Viana, Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos como membros de uma geração que estava ligada a uma tradição do

pensamento político autoritário preocupada “em analisar a realidade nacional”, e que se propunha “a pensar em soluções para o que viam como os grandes problemas do Brasil.”

O “apelo substancial” do Estado Novo sobre a intelectualidade brasileira, também envolveu os membros do movimento modernista (OLIVEIRA, 2001, p. 508). Nesse sentido, sabemos que o Estado Novo buscou edificar uma cultura política na qual a intelectualidade desenvolvesse um papel de destaque. Os intelectuais ligados à ideologia do regime, estabeleceram uma relação direta entre a revolução modernista de 1922 e o Estado Novo, ao identificar o Estado como o tutor de uma “sociedade imatura”, que precisava ser educada e orientada (OLIVEIRA, 2003, p. 329-330). Para Velloso (1987, p. 68), o Estado Novo buscou criar uma ligação entre o modernismo e o novo regime, ou seja, a revolução literária dos anos 1920, que colocava em xeque os modelos estéticos importados, se completava com a revolução política do Estado Novo, que combatia os modelos políticos alienígenas, como o liberalismo e o comunismo.

De acordo com Varmireh Chacon (1977, p. 96), “em vez de propor confessionalidades aos intelectuais, o Estado Novo polarizava-os à base das afinidades, tanto teóricas quanto eletivas...”. Ou seja, esses intelectuais são chamados para atuar em órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Ministério da Educação e Saúde Pública, em periódicos oficiais do regime e em diversas instituições culturais como museus e bibliotecas. O sociólogo Sérgio Miceli (2001) analisa a relação de interesses estabelecida entre a intelectualidade brasileira e o Estado. Ele apresenta a formação e a profissionalização do campo intelectual, e sua relação com o poder, ao longo dos anos de 1920 a 1945. Seu objetivo é compreender as transformações do papel político e cultural desse grupo no âmbito do mercado de trabalho intelectual, desde a República Velha até o Estado Novo. Miceli realiza um mapeamento indicando as posições e os cargos ocupados por esses agentes, nos mais diversos setores culturais e da máquina burocrática do governo. O autor afirma que

[...] as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.) Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentsia” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. (MICELI, 2001, p. 197-198).

Assim, os intelectuais se associaram com o poder político estabelecido para refletir sobre os problemas nacionais e exercer a “função social” de “representante da consciência nacional”, como doutrinadores oficiais do regime. Esse período se caracterizou pela associação

entre a elite letrada e política, no sentido de reorganizar a sociedade, e pela identificação do “Estado como o cerne da nacionalidade brasileira.” Os intelectuais participaram ao lado do regime de sua estratégia político-pedagógica de educar, direcionar e organizar a sociedade (VELLOSO, 1987).

A abertura do Estado Novo a todos os segmentos do pensamento intelectual demonstra a importância da posição e da função dessa elite para a construção nacional pretendida pelo governo. Segundo o sociólogo francês Daniel Pécaut (1990, p. 73), analisando a receptividade do Estado entre a intelectualidade, mesmo aquela vista como “rebelde”, afirma que “se os intelectuais aderiram a uma “ideologia de Estado”, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo intelectual. Além disso, o Estado não conhecia outra expressão da opinião pública exceto a representada pelos intelectuais.” Ao contrário de Miceli (1979), que analisa a relação de interesse entre intelectuais e Estado, Pécaut (1990) reflete sobre as motivações e o posicionamento ideológico da intelectualidade como elite dirigente e como reconstrutora da sociedade brasileira, ao lado do Estado. O autor refaz a trajetória das gerações de intelectuais brasileiros dos anos de 1920 a 1940, e procura compreender como se deu a formação das ideias desses grupos, seu direcionamento para o Estado e a participação desses intelectuais como formadores da consciência nacional, na construção de uma cultura política no país. Assim, a noção de cultura política demonstra como intelectuais e governo estavam comprometidos com o projeto de formação da identidade nacional.

As análises apresentadas até agora demonstram que o Estado Novo representou um momento de radicais transformações na sociedade brasileira. Existe um amplo leque de possibilidades para os estudos históricos sobre o período, considerando-se os mais variados objetos e fontes que o historiador toma como fundamentais para o desenvolvimento da sua pesquisa. Dentro da historiografia acerca do período, destacam-se os estudos que tratam das relações entre a intelectualidade e o regime estado-novista. Nesse campo, diversos historiadores e sociólogos se dispuseram a aprofundar estudos e reflexões sobre essa relação e sobre como esses indivíduos atuaram ao lado do Estado, por meio de órgãos oficiais, periódicos e instituições culturais.

O papel de destaque conferido à intelectualidade brasileira pelo Estado Novo pode ser mais bem compreendido pelo artigo de Mônica Velloso, *Cultura e Poder Político* (1982), em que ela analisa a “configuração do campo intelectual” no período, focando sua análise nas revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. O objetivo é abranger os mecanismos utilizados pelo governo de Vargas para legitimação da estrutura política frente à opinião pública. Para isso, são analisados os papéis desempenhados por esses periódicos para tentar estabelecer como

“o Estado penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de *direção e organização* da sociedade.” (VELLOSO, 1982, p. 72).

Velloso interpreta o conteúdo das publicações e a construção dos discursos nas duas revistas, a fim de evidenciar sua tese de distinção de tarefas entre elas. Ou seja, a historiadora distingue, dentro do campo ideológico, as funções e os discursos presentes em *Cultural Política* e *Ciência Política*. A primeira se apresenta como revista oficial do regime publicada pelo DIP. Para a historiadora, a *Cultura Política* se configurava como uma revista de *produção* do discurso oficial e do ideário estado-novista. Ela congregava os “grandes intelectuais” do período para produzir o discurso oficial, que tinha como público-alvo as “elites intelectuais”. Já a *Ciência Política*, publicação do Instituto Nacional de Ciência Política, teria como característica o papel de *difusão* do pensamento do regimento, atuando como propagandista da ideologia do governo para a sociedade. Logo, essa revista congregaria intelectuais de pouca projeção, estando voltada para o público em geral, para as tarefas práticas e de propaganda.

É importante salientar que, dentro da historiografia, o artigo de Mônica Velloso (1982) foi o único trabalho a tomar como tema de análise, mesmo que breve e comparativamente, a revista *Ciência Política*. Logo, temos consciência de que até o momento as pesquisas em História não tomaram como objeto específico de análise o Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), a revista *Ciência Política* e o grupo de intelectuais que atuavam nesses espaços.

Para o desenvolvimento teórico deste trabalho, considerou-se como definição para o conceito de intelectual aquele que “[...] designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas.” (MARLETTI, 1998, p. 637). Nesse sentido, entendemos que o intelectual atua como um “agente social e político” e que ele “passou a ser objeto de investigação crítica, ou seja, na condição de produtor de ideias, de oferecer interpretações sobre a realidade e de intervir criticamente no meio social [...]”. (CORREA, 2015, p. 395).

A orientação deste trabalho, no sentido de analisar o alinhamento de parte da intelectualidade brasileira ao governo do Estado Novo, especificamente, daquele grupo ligado ao Instituto Nacional de Ciência Política, vai ao encontro dos debates teóricos e historiográficos que procuram caracterizar a figura dos intelectuais e compreender seu papel, atividades e funções em uma determinada sociedade⁴. Nos estudos históricos, esse debate é feito no âmbito

⁴ A presente pesquisa tem conhecimento acerca do debate sobre o surgimento dos intelectuais e da sua definição enquanto segmento social. Mesmo que o objetivo aqui não seja enveredar por esse debate sobre as origens, é importante apontá-lo. Esses indivíduos teriam surgido em meados do século XIX na Rússia, quando o termo

da História dos Intelectuais, se relacionando com outras áreas do conhecimento como o da História Política, da História das Ideias, da Teoria Política e da Sociologia do Conhecimento. Essa colaboração se deve ao fato desse campo de pesquisa ser praticado

[...] de muitas maneiras e não possui[r] em seu âmbito uma linguagem teórica ou modos de proceder que funcionem como modelos obrigatórios nem para analisar, nem para interpretar seus objetos – nem tampouco para definir, sem referência a uma problemática, a quais objetos conceder primazia. (ALTAMIRANO, 2007, p. 9).

Essa característica permite ao pesquisador uma “pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e de estratégias de investigação”, no desenvolvimento do seu ofício e nas pesquisas que têm como objeto a intelectualidade (ALTAMIRANO, 2007, p. 10).

Portanto, a História dos Intelectuais permite ao historiador abrir um leque de pesquisa para os mais variados objetos que, em comunicação com diversas áreas de conhecimento, se desdobram em reflexões sobre temas até então ignorados. Essa abertura da historiografia só foi possível graças à renovação – ou renascimento – da História Política a partir dos anos 1960 e 1970. Após anos de ostracismo frente à valorização, pelo movimento dos *Annales*, de outros campos da História como o econômico e o social, a História Política retorna à historiografia consciente de que,

[...] se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. (RÉMOND, 1996, p. 35-36).

Essa “volta da fortuna” do campo do político, trouxe consigo o debate a respeito do papel dos intelectuais enquanto “atores do político”. Segundo o historiador francês Jean-François Sirinelli (2003, p. 237), a partir da década de 1970, a história dos intelectuais e seus objetos de estudo saíram do “ângulo morto” e as pesquisas nessa área alcançaram a legitimidade científica e o “interesse da corporação dos historiadores”. O nascimento, “mais que um renascimento”, se deveu ao olhar lançado ao lugar à parte ocupado pelos intelectuais na sociedade, que trouxe consigo “problemáticas novas”, “pistas inéditas” e “instrumentos específicos”. Os estudos históricos sobre os intelectuais ganharam força, se tornando um campo

“intelligentsia” foi cunhado para se referir aos homens de letras, que por diversos motivos não encontravam posições dentro da burocracia. Já a ascensão desses indivíduos enquanto grupo dataria do fim do século XIX, quando do debate francês acerca do caso do capitão Dreyfus, em que diversos intelectuais se reuniram em manifesto para reivindicar uma identidade coletiva e um determinado tipo de poder dentro da sociedade. Outra parte da historiografia considera que se pode falar em intelectuais já na Idade Média, atuando no âmbito das universidades (BURKE, 2003, p. 25). Para compreender as transformações sociais que afetaram os intelectuais e sua conscientização enquanto grupo, na segunda metade do século XIX, ver também o trabalho de Christophe Charle (2003).

autônomo “[...] que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

O presente trabalho pretende analisar a intelectualidade reunida no Instituto Nacional de Ciência Política, no sentido de definir o espaço ocupado por esse grupo. O conceito utilizado se relaciona ao ambiente constituído pelo Instituto e pela revista *Ciência Política*. Segundo Sirinelli,

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidades difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p. 248).

As redações de revistas e as instituições de cultura constituem importantes espaços de articulação da elite intelectual, entendidas como estruturas elementares de sociabilidade. Periódicos como a *Ciência Política* constituíram um importante veículo de propaganda do Estado Novo, e um espaço de atuação da elite intelectual que apoiava suas políticas. Nessa perspectiva, observa-se que, “[...] uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Dessa forma, Sirinelli (2003) apresenta outros dois conceitos que definem as estruturas elementares de sociabilidade. A ideia de “espaço de sociabilidade” é compreendida enquanto o espaço físico em que estão inseridos esses indivíduos, ou seja, o *microcosmo* intelectual. No caso da pesquisa apresentada neste trabalho, o Instituto se configura como microcosmo, ou seja, “estrutura” necessária para a constituição de um grupo. Porém, essa estrutura também se forma enquanto afetividade, ou seja, reúne intelectuais que partilham afinidades e sensibilidades que correspondem aos ideais que congregam esses indivíduos. Logo, essas redes de relações expressam o *microclima* do movimento ideológico, político e cultural presente no período do Estado Novo, e refletido no interior do Instituto.

Através desses instrumentos de análise – *intelectuais, espaço de sociabilidade, microcosmos e microclima* – acredita-se que será possível conceituar e definir em que sentido esses agentes podem ser considerados intelectuais; de que forma se configurou o Instituto Nacional de Ciência Política; e qual o papel desempenhado por essa instituição e por esses agentes dentro do projeto político, ideológico e cultural do Estado Novo.

Outros conceitos fundamentais serão utilizados nesta análise para compreender as relações que os intelectuais do Instituto estabeleceram entre si e sobre a relação dessa intelectualidade com o Estado Novo. Para interpretar as estruturas e os limites do universo

particular em que estavam inseridos, será considerado o quadro conceitual desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ao longo de sua trajetória acadêmica, Bourdieu se colocou *pari passu* com as principais discursões teóricas do século XX, entre o objetivismo, tendo como referência Émile Durkheim, e o subjetivismo de Max Weber, para então propor sua própria resolução dialética para a problemática sobre os modos de conhecer o mundo social. Tendo abordado variados objetos de pesquisa em suas análises, Bourdieu buscou compreender a subjetividade dos agentes e a objetividade da sociedade denominando, assim, de “campo” esse espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas.” (ORTIZ, 1983, p. 19).

A sociologia de Bourdieu parte da análise sobre a relação entre o agente social e a sociedade, ou seja, as interações dos agentes em um espaço socialmente estruturado, o campo. No interior de um campo, os agentes compartilham o mesmo mundo social e estabelecem posições de acordo com suas bagagens.

Para Bourdieu, a comunicação se dá enquanto “interação socialmente estruturada”, isto é, os agentes da “fala” entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é o “tu” que escuta o “outro” como elemento complementar da interação, mas se defronta com o “outro” numa relação de poder que reproduz distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global. (ORTIZ, 1983, p. 13).

Outra noção presente no pensamento teórico de Bourdieu é a de o *habitus*, que é um sistema de referências e classificação que orienta as práticas conscientes ou inconscientes dos agentes no interior de um campo, é “produto das relações sociais” e “tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram”. (ORTIZ, 1983, P. 15). No interior de um campo se desenvolve um jogo de poder que define o nível das relações de interação em seu interior, ou seja, definem-se posições entre os jogadores com maior ou menor capital acumulado – entre dominantes e dominados. Portanto, “o campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.” (ORTIZ, 1983, p. 19).

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social”. A estrutura do campo pode ser apreendido tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade de capital social específico que determina o espaço em questão. (ORTIZ, 1983, p. 21).

Ao propor o conceito de campo, Bourdieu pretendia uma saída para as explicações que se limitavam as referências ao “contexto”, “meio” e “fundo social”, ou seja, o autor buscava

“uma direção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária”. Abordando em suas pesquisas a arte, a ciência, a literatura, isto é, espaços que ele compreende como campo de produção cultural constituído por agentes e instituições, Bourdieu permite ver “o campo de produção como espaço social de relações objetivas” e as disputas que ocorrem em seu interior para a acumulação de capital social e, assim, prestígio e celebridade (BOURDIEU, 2015, p. 64).

O perfil preliminar daqueles que compunham o núcleo fundacional do Instituto Nacional de Ciência Política se caracterizou por reunir agentes de formações e profissões variadas, possuidores de um capital social inicial e que se movimentavam em diferentes espaços sociais da década de 1940. Apesar disso, nesse momento, a pesquisa não alcança uma apreciação do *habitus* primário e/ou secundário desses agentes no sentido de se traçar um perfil para o grupo, pois para a maior parte desses agentes não foram encontradas biografias registradas ou pesquisas que abordem de forma concisa suas trajetórias. Talvez seja o caso de considerá-los, naquele contexto da década de 1940, como agentes de grau baixo de reconhecimento social, ou seja, como “novatos portadores de armas legítimas” (PINTO, 2000, p. 70).

Assim, a breve análise dos objetivos, das atividades e do corpo diretivo da instituição permite enxergar sua estrutura e interpretá-la sob a luz do conceito de campo intelectual de Bourdieu.

Irredutível a um simples agregado de agentes isolados, a um conjunto aditivo de elementos simplesmente justapostos, o *campo intelectual*, da mesma maneira que o campo magnético, constitui um sistema de linhas de força: isto é, os agentes ou sistemas de agentes que o compõem podem ser descritos como forças que se dispendo, opondo e compondo, lhe conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo. (BOURDIEU, 1968, p. 105, grifo do autor).

Agentes portadores de um capital social em diferentes campos, eles se ligam pelos mesmos interesses específicos fundamentais para organizar uma nova estrutura institucional que propiciasse um espaço coletivo para a realização de conferências, de debates e de visibilidade, ou seja, um ambiente de produção e reprodução de conteúdos e reflexões de caráter intelectual que abarcasse uma interpretação e compreensão da sociedade brasileira.

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer a luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. Eles podem colocar esse poder a serviço dos dominantes. (BOURDIEU, 2004, p. 176).

Como instituição civil de caráter cultural, o Instituto pode ser interpretado como a estratégia de formar um sistema para se legitimar dentro do campo de produção simbólica.

Portanto, a estratégia empregada por Pedro Vergara pode ser compreendida como a idealização e fundação de uma estrutura institucional civil dentro dos limites do campo intelectual e respeitando as regras internas do jogo, e que reunisse agentes iniciados e detentores de um capital simbólico específico, interessados em refletir sobre a sociedade brasileira e que apoiassem o projeto político do Estado Novo. Assim, o INCP e seus membros buscavam se inserir no mesmo campo intelectual de outros agentes consagrados e ligados à oficialidade do aparato estatal, como Almir de Andrade; e dos ideólogos do regime, como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, todos estes detentores de um importante capital simbólico acumulado.

[...] como todo campo, o lugar de relações de força (e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las), permanece o fato de que essas relações de força que se impõem a todos os agentes que entram no campo – e que pesam com especial brutalidade sobre os novatos – revestem-se de uma forma especial: de fato, elas têm por princípio uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas. (BOUDIEU, 2004, p. 17).

Novatos nesse “mundo social absolutamente particular”, os membros do Instituto assumem a posição de dominados no campo intelectual (BOUDIEU, 2004, p. 169), porque não possuem o capital acumulado de outros intelectuais do mesmo período.

Como um exercício de reflexão sobre Instituto Nacional de Ciência Política a partir dos conceitos bourdieusianos, é importante levar em consideração que o pensamento sociológico desse autor se desenvolveu muito a partir da análise do contexto francês. Desta forma, os conceitos mobilizados neste trabalho funcionam como chaves de entendimento para as questões levantadas sobre o objeto específico que se propõe em análise, e não se pretende forçar a sua utilização tal qual realizada pelo sociólogo. Uma interpretação do Instituto a partir da ideia de campo intelectual deve levar em conta as especificidades do contexto histórico brasileiro da década de 1940, afastando-se da tentativa de um encaixe forçado do objeto na teoria. Feita esta ressalva, a problemática que se coloca nesse momento é a da participação da intelectualidade brasileira em órgãos oficiais do Estado Novo.

Inseridos na lógica de um Estado autoritário, a dependência desses agentes para com as estruturas criadas pelo regime coloca em questão a autonomia dos campos de produção simbólica, como o campo intelectual. Não compete a este trabalho analisar os motivos da adesão dos intelectuais inseridos nos órgãos oficiais do regime, porém se destaca a conclusão a que Miceli chegou em sua pesquisa, de que estes agentes estariam inseridos em um “campo de produção cultural que dispunha de um grau restrito de autonomia em relação às demandas da classe dirigente” (MICELI, 2001, p. 245). A partir desses apontamentos, a questão da

autonomia abre o debate sobre a possibilidade de se conceituar um campo intelectual, propriamente dito, durante os anos do Estado Novo. Segundo Ortiz, (1983, p. 27), um campo para se constituir deve possuir certo grau de autonomia em relação ao seu exterior, ou seja, “implica a existência de uma relativa independência dos campos em relação às transformações político-econômicas que ocorrem na sociedade.” (ORTIZ, 1983, p. 27).

No aspecto metodológico, esta pesquisa adota como corte cronológico o período de 25 de março de 1940 a 24 de novembro de 1945, sendo tomado como referência o momento de fundação do Instituto Nacional de Ciência Política e as suas últimas atividades registradas. Esta pesquisa utiliza como principais fontes de análise os estatutos institucionais do Instituto, as revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política* que, como publicações oficiais daquela instituição, carregam em seu conteúdo as informações necessárias para se atingir os objetivos aqui propostos. Porém, compreendemos que utilizar apenas esses periódicos como fonte de entendimento da história do Instituto não seria suficiente, visto que tais fontes não apresentavam todas as informações necessárias para um conhecimento mais abrangente acerca do objeto de pesquisa analisado. Seria preciso avançar em fontes diversas, englobando os jornais circulantes, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1940⁵. A pesquisa realizada em fontes jornalísticas permitiu expandir a compreensão sobre o Instituto e acompanhar sua movimentação na sociedade brasileira.

Com a finalidade de responder aos questionamentos propostos por este trabalho, optou-se por distribuir o seu conteúdo em três capítulos.

O primeiro capítulo estuda a fase inicial da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política. Optamos por dividi-lo em três momentos distintos e necessários para a compreensão do contexto de formação dessa instituição. O capítulo inicia com a contextualização da conjuntura na qual o Instituto estava inserido, a partir da análise do projeto cultural do Brasil do Estado Novo e do papel da intelectualidade na sociedade brasileira. No segundo momento, examinamos as atividades do Instituto Brasileiro de Cultura a partir do final da década de 1930, e buscamos demonstrar que essa associação civil se configurou como berço intelectual de formação para o INCP. Na última parte do capítulo iniciamos a análise da primeira etapa da trajetória do Instituto, que compreendeu o período de sua fundação e estruturação no campo

⁵ O presente trabalho não se limitou a um veículo jornalístico específico. Pelo contrário, a partir da pesquisa realizada no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram mapeadas todas as ocorrências encontradas para o Instituto Nacional de Ciência Política (por vezes, mencionado como Instituto de Ciência Política ou grafado como Instituto Nacional de *Sciencia* Política), no período de 1940 a 1949. Esses jornais foram empregados apenas enquanto fontes de pesquisa para o estudo do INCP, sendo eles: *A Manhã*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, *Diário Carioca*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*. Também foram pesquisados os acervos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

intelectual brasileiro, em março de 1940, passando pelo início das atividades culturais do INCP, até a publicação dos três exemplares da revista *Visão Brasileira*, entre agosto e outubro de 1940.

O segundo capítulo acompanha a etapa seguinte da história do Instituto Nacional de Ciência Política. Nessa fase examinamos a consolidação do Instituto no campo de produção simbólica a partir de novembro de 1940, com o estabelecimento das suas diretrizes nacionais de atuação na sociedade brasileira e com a publicação da sua revista definitiva, a *Ciência Política*. Também analisamos a expansão das atividades culturais do Instituto, com a fundação das primeiras seções regionais e de representação, entre dezembro de 1940 a janeiro de 1941, e a promoção de atividades pedagógicas, com o curso sobre o Código Penal, a partir de abril de 1941.

Por fim, o terceiro capítulo acompanha a terceira e última etapa do percurso do Instituto Nacional de Ciência Política. Optamos por dividir este capítulo em dois momentos: no primeiro, examinamos o ápice da visibilidade do Instituto na sociedade brasileira, com a instalação da seção regional de São Paulo e uma série de atividades culturais promovidas pela filial, no ano de 1942. Também abordamos a aproximação entre o INCP e o setor militar, que incluiu a organização de uma manifestação de apoio dos intelectuais às forças armadas brasileiras, em setembro de 1942. Já no segundo momento, estudamos os últimos anos de atividades do Instituto, com a mudança da diretoria da agremiação em março de 1943, e a nova ampliação das suas atividades com a fundação de seções especializadas e regionais, em 1944. Por fim, o capítulo analisa como se deu a proposta de organização do Partido Social Renovador em 1945, iniciativa partidária encampada pelos sócios do Instituto.

2 O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DA FUNDAÇÃO ÀS PÁGINAS DA REVISTA VISÃO BRASILEIRA

O objetivo deste capítulo é analisar a primeira fase da vida institucional do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), desde a sua fundação em março de 1940, no Rio de Janeiro até a publicação dos três volumes da revista em que primeiro publicaram seus artigos e notícias, a *Visão Brasileira*. Para introduzir este estudo, as duas primeiras partes do capítulo tratarão da participação ativa dos intelectuais brasileiros em diferentes espaços de sociabilidade no primeiro governo de Getúlio Vargas. Buscamos assim, refletir brevemente sobre o seu papel no projeto cultural e ideológico do Estado Novo no âmbito da administração pública, através dos exemplos do Ministério da Educação e Saúde e do Departamento de Imprensa e Propaganda. Em seguida, será introduzido um estudo acerca do Instituto Brasileiro de Cultura, partindo da posição de que esta agremiação cultural serviu como berço intelectual para a formação de novas instituições civis naquele contexto, como o INCP.

2.1 PROJETO CULTURAL NO BRASIL DO ESTADO NOVO

As décadas de 1930 e 1940 representaram um período de importantes mudanças no campo intelectual do Brasil, com o advento do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Como visto, esse período foi marcado pela conscientização da intelectualidade brasileira sobre o seu papel ativo na sociedade, e pelo seu posicionamento enquanto elite dirigente atuante ao lado da elite política. Conseqüentemente, é possível perceber um movimento intenso por parte desses agentes sociais no sentido de assumirem postos de trabalho em diferentes espaços de produção e difusão cultural, e de se fazerem representar como grupo por meio de instituições e de agremiações. Seja na esfera pública ou na privada, esses ambientes de caráter intelectual e cultural contribuíram para os intelectuais fortalecerem a sua identidade social através do desenvolvimento das suas sociabilidades, além de promoverem o seu pensamento e o debate das suas ideias.

Durante o Estado Novo, uma parte desses intelectuais esteve diretamente ligada às atividades das instituições, dos departamentos e dos ministérios criados ou aperfeiçoados pela administração pública federal para a execução do projeto político-cultural do regime. Nesse sentido, antes de adentrarmos na análise específica das instituições nas quais os intelectuais se agremiaram, este estudo buscará analisar a atuação de dois importantes órgãos nesse período que são exemplificadores do papel desempenhado pela elite intelectual junto ao poder. Para a

historiadora Angela Gomes (1996, p. 125), a ação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) materializaram um “[...] grande conjunto de realizações na área da política cultural do Estado Novo [...]”. Em primeiro lugar, isso significa dizer que existiu um esforço por parte do regime no sentido de fomentar uma cultura nacional condizente com a sua ideologia. Em outras palavras, “a questão da cultura passa a ser concebida em termos de *organização* política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.” (VELLOSO, 1982, p. 72). Por outro lado, isso significa que os intelectuais encontraram no mecenato do Estado a possibilidade de executarem o seu papel como reconstrutores e intérpretes da cultura brasileira, também atuando na organização de políticas educacionais e na produção da propaganda política para o regime. Através do MES e do DIP, os intelectuais encontraram respaldo oficial para a “reaproximação entre a política e a cultura”, ou seja, eram responsáveis pela produção e execução do projeto político e educacional do regime (BASTOS, 2003, p. 159).

A historiadora Mônica Velloso (1987, p. 4), em sua interpretação da relação entre as elites intelectuais e o Estado, se preocupa em compreender aqueles agentes “[...] na qualidade de participantes de um “projeto político-pedagógico”, destinado a popularizar e a difundir a ideologia do regime.” Suas análises evidenciam a relação que se estabeleceu entre a propaganda política e a educação durante o Estado Novo, destacando que esse projeto educativo se daria em dois níveis diferentes de atuação e estratégia, ou seja,

[...] a do Ministério da Educação (Gustavo Capanema) e a do Departamento de Imprensa e Propaganda (Lourival Fontes). Entre essas duas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando atingir distintas clientelas: o ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular. (VELLOSO, 1987, p. 4).

Portanto, uma breve análise sobre as particularidades desses aparatos estatais se faz necessária para compreender os objetivos intrínsecos a eles, que iam além do público ao qual se destinavam as suas atividades. As instituições criadas nesse período representam o meio através do qual o regime estado-novista, com o auxílio da elite intelectual, “ampliou sua capacidade de intervenção nas esferas cultural e ideológica” do país (GOULART, 1990, p. 19).

Getúlio Vargas, em um dos seus primeiros atos como chefe do Governo Provisório (1930-1934), sancionou a criação de uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios e da Educação e Saúde Pública, sob a direção de Francisco Campos. O Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, estabelecia que o novo ministério teria como competência o estudo e o despacho de todos os assuntos referentes ao ensino, à saúde pública

e à assistência hospitalar. Nesse sentido, determinava que pertenciam ao seu âmbito de atuação todas as instituições, os estabelecimentos e as repartições públicas que se propunham a realização de estudos, serviços ou trabalhos nesses assuntos (BRASIL, 1930a).

Em seguida, em 01 de dezembro de 1930, o Decreto nº 19.444 definia a estrutura administrativa e os serviços a cargo do Ministério. Em sua constituição, além do Gabinete e da Diretoria, o órgão se subdividia em quatro Departamentos (Departamento Nacional de Ensino, de Saúde Pública, de Medicina Experimental e de Assistência Pública), todos independentes entre si e subordinados ao ministro. O decreto também delimitava quais estabelecimentos, instituições e repartições públicas pertenciam à pasta do Ministério, sendo subordinadas as suas respectivas seções. Logo, o Departamento Nacional de Ensino era a seção que conglomerava o maior número de divisões no interior de sua administração, e incluía as instituições de ensino, entre as quais a Universidade do Rio de Janeiro, as Escolas Superiores Federais, a Escola Nacional de Belas Artes e o Colégio Pedro II; assim como, as instituições de memória e de acervo como o Museu Nacional, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e a Casa de Rui Barbosa (BRASIL, 1930b).

Já em 13 de novembro de 1937, o então presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 378 que alterava o nome do órgão para Ministério da Educação e Saúde, e dava nova organização ao órgão, delimitando suas atividades administrativas aos serviços de educação escolar e extraescolar, e de saúde pública e assistência médico-social. Além de estruturar suas ações pelas diferentes regiões do território nacional, o texto da lei subdividia internamente o Ministério nos órgãos de direção e de execução. No que tange às atividades voltadas para a educação, é importante destacar que o Departamento Nacional de Ensino passou a pertencer aos órgãos de direção da administração especial, que tinha sob sua responsabilidade oito divisões que abarcavam as diferentes modalidades de ensino, como os ensinos primário, secundário superior; os ensinos comercial, doméstico e industrial; e as divisões de educação física e extraescolar (BRASIL, 1937).

Sobre os órgãos de execução relativos ao serviço de educação, o texto da lei mantinha as diversas instituições de educação escolar e extraescolar já anteriormente sob a competência do Ministério, incorporando outras instituições de ensino superior à administração da União. É igualmente importante mencionar a ação do MES direcionada aos serviços relativos à educação, a partir da criação de novas instituições complementares à execução dessas atividades, como o Instituto Nacional de Pedagogia, destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino no país e o Instituto Nacional de Cinema Educativo, criado com o propósito de promover e orientar a utilização da cinematografia em seu uso auxiliar para o ensino, e como meio de

educação popular de forma geral. Já a criação do Instituto Cairu tinha por finalidade a organização e a publicação da Enciclopédia Brasileira. Também foram criados o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o objetivo de promover de modo permanente o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico em todo o Brasil e o Serviço de Radiodifusão Educativo, cujo objetivo era irradiar programas de caráter educativo, obrigando as estações de radiodifusão em todo o país a transmitirem, durante dez minutos todos os dias, textos elaborados pelo Ministério (BRASIL, 1937).

A exposição da evolução administrativa do Ministério da Educação e Saúde permite compreender a importância da esfera educacional para o projeto político-ideológico do regime estado-novista. Somando-se a essa estrutura modernizadora dentro do aparelho de Estado, ao assumir a direção do MES em 1934, o ministro Gustavo Capanema procurou estabelecer uma importante rede de relações com as elites letradas da época, ou seja, é possível perceber a presença de um número expressivo de intelectuais ocupando postos de trabalho nos diferentes órgãos que compunham o Ministério. Para Angela Gomes (2000, p. 14), o MES se caracterizava como um “lugar” especial dentro do campo do poder no período, pois a historiadora compreende que

[...] a política cultural gerenciada por Capanema conseguiu produzir entre os intelectuais, mas não apenas entre eles, a imagem de um espaço distinto do restante do aparelho de Estado, este sim muito mais identificado com a opressão física e simbólica de um regime autoritário. (GOMES, 2000, p. 14).

Para a socióloga Helena Bomeny (2001, p. 15), é inviável falar em educação e cultura no Brasil sem mencionar o importante papel desempenhado por Capanema nos meios intelectual e político, entre os anos de 1934 e 1945. No Ministério da Educação e Saúde, ou na “constelação Capanema” como bem definiu a autora, reuniram-se diversos intelectuais ligados ao movimento modernista brasileiro de 1920, atuando em órgãos do Ministério como o Instituto Nacional do Livro (SNL), entre eles Augusto Meyer, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade; e no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Este último também atuou como Chefe de Gabinete do ministro Gustavo Capanema.

Dentro da historiografia, muitos são os trabalhos que também destacam a participação da intelectualidade brasileira em órgãos criados pelo regime para a propaganda política e o controle direto dos meios de comunicação. A política de propaganda e de controle da informação já vinha sendo objeto do governo de Vargas desde 1931, quando foi criado o

Departamento Oficial de Publicidade (DOP), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O DOP surgiu como um apêndice da Imprensa Nacional, sob a direção de Francisco Antônio Rodrigues de Salles Filho, e tinha como objetivo orientar a imprensa nacional, além de direcionar a opinião pública e os órgãos de publicidade particulares. Reorganizado em 1934, passou a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), sob a direção do jornalista Lourival Fontes, e tinha entre seus objetivos estudar a utilização de instrumentos de difusão de ideias, como o cinema. Novamente modificado em 1938, passou a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP), e “[...] abrangia a imprensa, o rádio, o cinema e o turismo e seu objetivo era difundir informações em âmbito nacional e internacional.” (GOULART, 1990, p. 55-57).

Em 1939 o DNP foi reconfigurado, passando a se chamar Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, o DIP surgiu a partir da “[...] transformação e fusão de departamentos de propaganda anteriores e da absorção do Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS)”, órgão que agia paralelamente à polícia. O DIP tinha como atribuições o controle e a censura aos meios de comunicação, e a organização da propaganda ideológica do país. Assim, o órgão representava o “[...] aperfeiçoamento dos meios de intervenção estatal na área da comunicação.” Sua estrutura era composta pelas divisões de divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares (GOULART, 1990, p. 59).

O regimento do DIP foi regulamentado pelo Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939, e nele podem ser entendidas as especificidades do Departamento, de suas cinco seções e dos órgãos aparelhados a ele. No artigo 1º do decreto, é possível compreender a sua finalidade, ou seja, “[...] tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento.” (BRASIL, 1939b).

O DIP era um órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, e tinha entre suas finalidades,

a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa a propaganda nacional. (BRASIL, 1939a).

Portanto, de acordo com seu decreto de criação, o DIP era responsável por centralizar a organização da comunicação, da informação e da propaganda do governo. O exercício das funções do órgão se estendia igualmente aos estados brasileiros através do Decreto-Lei nº 2.557,

de 4 de setembro de 1940, que dispunha sobre a criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs). O texto do decreto estabelecia que todos os serviços estaduais referentes a imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo ficavam diretamente subordinados ao departamento, no sentido da sua orientação técnica e ideológica. Ao mesmo tempo, “[...] as administrações estaduais deverão reunir em uma só repartição a ser criada, os serviços relativos à imprensa, radio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.” (BRASIL, 1940b).

Destaca-se o papel das divisões de divulgação e de imprensa. A divisão de divulgação era responsável pela propaganda do governo, importante instrumento de legitimação governamental, voltada para as seguintes funções: organizar bibliotecas em escolas, hospitais, sindicatos, etc.; realizar solenidades e comemorações de datas de caráter patriótico; promover eventos cívicos, cursos e conferências; distribuir à imprensa matérias de origem oficial (GOULART, 1990, p. 64-65).

Já a divisão de imprensa tinha por objetivo “[...] a censura, a organização de um controle de imprensa nacional e estrangeira para fornecimento de informações aos órgãos públicos interessados, a difusão de dados e informações sobre os valores gerais do Brasil.” Além dessas funções, fazia parte dessa divisão o Conselho Nacional de Imprensa (CNI), órgão assistencial responsável pelo controle e abastecimento de matérias-primas (como o papel) para as empresas jornalísticas; pelo registro e classificação dos periódicos quanto às suas características, finalidades, propriedades e atividades na sociedade; além de negar ou cancelar o registro de periódicos contrários ao regime (GOULART, 1990, p. 65-66).

É importante mencionar que ao longo da evolução administrativa do DIP, Lourival Fontes atuou como seu diretor, entre os anos de 1934 e 1942. Após esse longo período, estiveram à frente do órgão o major Coelho dos Reis, entre 1942 e 1943; e o capitão Amílcar Dutra de Menezes, até maio de 1945, quando da extinção do órgão (GOULART, 1990, p. 59).

De acordo com a historiadora Silvana Goulart (1990, p. 12-13), a configuração do DIP significou a montagem de uma “verdade oficial” pelo Estado Novo, com o objetivo de criar estruturas e dispositivos que lhe permitissem exercer o controle da comunicação, a difusão sistemática do seu projeto político-ideológico para a sociedade e a organização de uma base de legitimação para as ações governamentais. Logo, os meios de comunicação social passaram a operar obrigatoriamente segundo as orientações desse órgão e todas as publicações e notícias eram previamente orientadas pelos censores do Departamento.

Nesse contexto, a participação de um número considerável de intelectuais tanto na estrutura administrativa quanto em diversas iniciativas patrocinadas pelo DIP foi uma

constante. Uma dessas iniciativas é a *Cultura Política*, revista oficial do regime diretamente vinculada àquele departamento, que circulou de março de 1941 a fevereiro de 1945.

A revista, que era mensal e vendida em bancas de jornal de todo o país por um “preço meramente simbólico”, contava com colaboradores bem pagos para o mercado de trabalho da época e dividia-se em várias seções, a fim de abarcar as diversas dimensões de uma política cultural que se queria sofisticada e de grande alcance em termos de público leitor. Ou seja, como periódico se propunha “definir e esclarecer” o sentido das profundas transformações por que vinha passando o país em todos os domínios – na política, na economia, nas técnicas, nas artes, letras e ciências –, era preciso que sua estrutura mantivesse simetria com tão amplos e diversos objetivos. (GOMES, 1996, p. 16).

A revista tinha como diretor responsável Almir de Andrade, e reunia um quadro de colaboradores diversificado em termos de origem e perspectiva ideológica, que publicavam em suas páginas análises sobre a sociedade brasileira e o regime estado-novista. Segundo Gomes (1996, p. 133), a revista *Cultura Política* contava tanto com a presença dos principais intelectuais/ideólogos do Estado Novo, que contribuíam com discussões pragmáticas e sofisticadas sobre a nova proposta política, quanto com a colaboração de agentes “especializados” em determinados assuntos, que podiam ou não desempenhar funções na burocracia dos setores Executivos e Judiciários do país.

Portanto, a *Cultura Política* se configurava como um dos principais veículos de produção e divulgação da doutrina do regime. Em outras palavras, o periódico era o veículo especializado no âmbito da produção cultural e intelectual daquele período, funcionando como uma “revista de estudos brasileiros” onde se reservava um espaço expressivo para a participação dos “grandes intelectuais”, que em suas páginas “produziam os fundamentos do discurso-estadonovista” (VELLOSO, 1982, p. 80).

O jornal *A Manhã* é mais um exemplo de periódico de caráter oficial articulado pelo Estado Novo que contou com a colaboração de diferentes intelectuais. Dirigido pelo intelectual paulista Cassiano Ricardo, o jornal começou a circular diariamente nas bancas em agosto de 1941, e seu principal objetivo era ser o porta-voz do governo para um público muito mais amplo. Segundo Gomes (1996, p. 28), o jornal possuía uma “explícita intenção doutrinária” e uma “clara proposta cultural”, que se articulavam ao “conjunto de iniciativas maiores” desenvolvidas pelo regime. A sua proposta cultural estava ligada à publicação semanal de suplementos literários agregados ao jornal, como o suplemento *Autores e Livros*, dirigido pelo escritor e jornalista Múcio Leão e *Pensamento da América*, dirigido pelo também escritor e jornalista Ribeiro Couto.

A Manhã, jornal carioca diário e matutino, começa a circular em agosto, firmando uma postura francamente doutrinária e assumindo caráter didático na exposição das idéias do presidente e dos feitos do regime. Nada mais compreensível, uma vez que

se tratava, desta feita, de um jornal de grande circulação, destinado a um público muito maior e mais diversificado do que o de uma revista, ainda que esta buscasse formas inovadoras de penetrar junto aos leitores. (GOMES, 1996, p. 16-17).

A exposição realizada até agora buscou compreender a eficiência do Estado Novo de Getúlio Vargas em organizar uma moderna estrutura administrativa, com vistas à execução do seu projeto político-ideológico nos âmbitos cultural e educacional do país. A ampliação da máquina governamental permitiu ao regime atuar em duas frentes estratégicas que se complementavam, ou seja, através do MES e do DIP. No que se refere ao interesse específico desta pesquisa, compete destacar que os dois órgãos se articulavam junto às elites intelectuais para a organização de instrumentos capazes de contribuir no sentido da construção da nacionalidade e da produção e divulgação do discurso oficial. Isto significa que através da composição de veículos de comunicação como jornais e revistas, ou mesmo com a fomentação de instituições culturais, educacionais e memorialísticas, “[...] o aparelho estatal legalizou, institucionalizou e sistematizou sua presença na vida política e cultural do país.” (GOULART, 1990, p. 19). Assim, a atuação da intelectualidade em aparelhos governamentais se deu no sentido de contribuir para a reflexão sobre a cultura nacional e cooperar na “[...] montagem de uma propaganda sistemática do governo, destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais.” (VELLOSO, 1987, p. 19).

É importante destacar que, no final da década de 1930, a intelectualidade brasileira ligada ao Estado Novo não se constituía enquanto grupo homogêneo. Apesar de se inserirem no mesmo campo de produção simbólica, esses agentes seguiam correntes culturais e ideológicas distintas, além de se movimentarem em diferentes espaços de sociabilidade e de atuação profissional (GOULART, 1990; MICELI, 2001; PÉCAUT, 1990; VELLOSO, 1982). Um outro aspecto importante que a historiografia tem demonstrado é que o regime buscou atrair principalmente os intelectuais de maior prestígio naquele contexto, para contribuírem diretamente em sua política cultural. Um exemplo disso está nas análises de Velloso (1982, p. 78) sobre a *Cultura Política*, periódico que congregava a elite intelectual do período. No quadro de colaboradores da revista se encontravam desde os principais ideólogos do regime, “marcando espaço expressivo na produção do discurso”, até a “colaboração de intelectuais das mais diversas correntes”.

A *Cultura Política*, como revista oficial do DIP, é a que melhor reflete o caráter complexo da incorporação dos intelectuais dada a diversidade do seu quadro de colaboradores. No entanto, as coordenadas do discurso são fornecidas por intelectuais de renome que, de modo geral ou se encontram diretamente vinculados ao aparelho de Estado, pelos cargos que ocupam, ou têm participação efetiva na montagem do projeto ideológico. (VELLOSO, 1982, p. 78).

Para a historiadora Lúcia Lippi Oliveira (1982c, p. 523), a relação entre cultura e política nesse período se caracterizou pelo “[...] esforço do Estado em congregar ao seu redor o maior número de intelectuais.” No entanto, mesmo com a expansão da máquina burocrática e o consequente aumento do número de postos nas carreiras intelectuais do setor público (MICELI, 2001, p. 76), o Estado não conseguiu absorver toda a intelectualidade do país naqueles órgãos ligados ao MES e ao DIP, voltados para a produção e execução da política cultural do regime. É necessário frisar, contudo, que o regime também buscava atrair os demais intelectuais para a sua esfera, no sentido de promover uma “cultura do consenso” entre essas elites, como nos explica o sociólogo Daniel Pécaut (1990). Esse aspecto demonstra a importância e o papel de destaque conferido pelo regime à intelectualidade.

Assim, a cultura nacionalista oferecia um terreno de encontro entre os “intelectuais do regime” e os outros. Além disso, não faltavam tentativas de aproximação dirigidas a estes últimos, visando a suscitar uma “cultura do consenso”, não no sentido de uma cultura para uso do povo mas sim de uma cultura das elites. (PÉCAUT, 1990, p. 70).

Outro ponto fundamental abordado na introdução se refere à adesão da elite intelectual aos aspectos ideológicos do Estado Novo, como o autoritarismo político. Nem todos os intelectuais da época, ligados ou não às instituições governamentais, se “identificavam ideologicamente com o regime” (CAPELATO, 1998, p. 121). Porém, apesar das críticas ao governo, a questão da identidade e da cultura nacionais eram objetivos em comum que ligavam esses agentes ao poder político. Os intelectuais brasileiros no final da década de 1930 gozavam de certa autonomia para se organizarem enquanto grupo no campo intelectual brasileiro, e igualmente dispunham de uma independência relativa para desenvolverem projetos particulares voltados para produções culturais, literárias e artísticas. De acordo com Denis Rolland (2003, p. 87-88), mesmo exercendo “forte dominação sobre o espaço público”, o novo regime concedeu à intelectualidade liberdade de criação e independência em áreas de atuação fora da burocracia estatal.

Nesse sentido, é possível encontrar os intelectuais organizando-se em instituições culturais civis, isto é, em espaços autônomos à ingerência estatal direta como as academias de letras, as associações e os institutos. Uma interpretação válida para compreender os objetivos inerentes a efervescência desses lugares de sociabilidade, está na autopercepção que esses agentes tiveram sobre o seu papel mais ativo nos âmbitos social e político do país. Essa autoimagem se desdobraria na necessidade de estabelecerem novas redes de sociabilidade que estivessem de acordo com as suas atribuições, formando então diferentes modalidades de

agregação baseadas em estruturas institucionais que visavam reafirmar e fortalecer a sua identidade nos campos intelectual e político.

Em meio à conjuntura apresentada até aqui, um fato desperta atenção. Dentro da historiografia brasileira há uma quantidade significativa de pesquisas que tomam como objeto de estudo a intelectualidade e a sua participação em órgãos, instituições e periódicos do Estado Novo, como foi possível observar na primeira parte deste capítulo. Contudo, nota-se uma lacuna nesses estudos pela ausência de pesquisas que tratem de aparatos culturais, especificamente, aqueles de caráter civil, que não pertenciam ao âmbito oficial, mas que desempenharam algum papel nesse arranjo. O regime estado-novista contou com o apoio de intelectuais de fora do seu quadro oficial, que também buscaram se organizar enquanto grupo em instituições culturais e em periódicos.

Antes de iniciar a análise do objeto específico deste trabalho, ou seja, o Instituto Nacional de Ciência Política, as próximas páginas buscarão introduzir um estudo acerca de outra instituição cultural civil bastante ativa no final da década de 1930 e ao longo dos anos de 1940: o Instituto Brasileiro de Cultura (IBC), que é interpretado nesta pesquisa como o berço intelectual de formação do INCP. De antemão, é importante esclarecermos que o IBC desenvolveu suas atividades no período de 1938 a 1949, enquanto o INCP atuou entre os anos de 1940 e 1945. Isso significa que as duas associações civis coexistiram na primeira metade da década de 1940, e que muitos intelectuais da época se associaram, simultaneamente, as duas instituições.

2.2 INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA: O BERÇO DE FORMAÇÃO DO INCP

De acordo com o que foi abordado no início do capítulo, o primeiro governo de Vargas se caracterizou pela organização do sistema de educação e cultura através de departamentos, instituições e periódicos voltados tanto para a produção e execução do discurso oficial quanto para a concepção de políticas públicas nessas áreas. Junto a este aspecto, o período também foi marcado por uma visibilidade maior a respeito do papel ativo das elites intelectuais na sociedade, sendo possível perceber a presença efetiva desses agentes em diferentes postos de trabalho, gerados pelas políticas de modernização da estrutura administrativa estabelecidas pelo Estado Novo. Além disso, mesmo em um contexto de ditadura, o regime facultou aos intelectuais a liberdade de executarem projetos particulares como a formação de instituições culturais civis, como visto acima.

O Instituto Brasileiro de Cultura (IBC)⁶ foi fundado em outubro de 1938, no Rio de Janeiro. Em nota publicada pelo jornal *Gazeta de Notícias*, sob o título de “Pela nossa cultura”, são apresentados alguns detalhes a respeito da fundação e do programa do IBC. Na publicação é possível ler que a nova agremiação teria sido organizada “por um grupo de intelectuais de renome”, com objetivos patrióticos de “engrandecimento nacional”. Não se caracterizaria como uma instituição de feições acadêmicas e consagradoras, mas antes se definia como uma associação de caráter cultural e de “ação militante”. Além disso, o IBC se apresentava como uma instituição aberta ao ingresso de novos sócios efetivos e correspondentes, além de não se limitar aos temas a serem debatidos em suas atividades.

O Instituto Brasileiro de Cultura, fundado em fins de outubro último, nesta Capital, por um grupo de intelectuaes de renome, e instalado solenemente em 5 do corrente, não tem nenhuma feição academica, não limita o numero dos seus membros nem os temas expostos. Trata-se de uma instituição cultural de propositos de acção militante e não consagradora. Além dos cincoenta e dois socios fundadores, de caracter perpetuo, outros socios effectivo e correspondentes poderão ser admitidos. O Instituto Brasileiro de Cultura tem, afinal, por principal finalidade, exaltar e disseminar principios de acção construtiva e dar assistencia efficaz ao empreendedor, que se enquadra na obra patriotica de engrandecimento nacional. (PELA..., 1938, p. 3).

A partir da análise das fontes jornalísticas da época, é possível compreender que a definição do IBC enquanto cenáculo não acadêmico é muito importante para os seus fundadores, e permeia os momentos iniciais de formação da instituição. Assim, quando de sua organização em outubro de 1938, antes mesmo de ocorrerem as sessões preparatória e de instalação, a comissão organizadora do IBC se questionava sobre a nomenclatura pela qual a nova agremiação intelectual deveria ser designada. Segundo informação divulgada pelo jornal *Diário Carioca*, em 11 de outubro de 1938,

A Comissão Organizadora da Academia Brasileira de Cultura, attendendo a justas ponderações que lhe foram feitas por varios dos seus membros, resolveu mudar a denominação dessa nova associação pela de Instituto Brasileiro de Cultura, idéa já completamente victoriosa. (INSTITUTO..., 1938a, p. 2).

Em uma nota não assinada publicada em 19 de novembro de 1938, a *Gazeta de Notícias* apresentava maiores detalhes sobre a nova associação de intelectuais, e também aproveitava o espaço para defender as instituições culturais já existentes e a constituição de novas agremiações, que só teriam a contribuir para o progresso intelectual do Brasil.

⁶ A pesquisa realizada para este trabalho não localizou fontes documentais para estudo do Instituto Brasileiro de Cultura, sendo que esta entidade não produziu nenhum tipo de veículo de divulgação das suas atividades, como boletim ou revista mensal. Até o momento, o IBC não foi abordado como objeto de pesquisa pela historiografia brasileira. Nesse sentido, recorreremos a pesquisa nas fontes periódicas, especialmente, os jornais publicados no Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1940, com o objetivo de traçar um perfil inicial acerca da identidade institucional do IBC.

As instituições culturais, que possuímos, não cumprindo, malgrado todas as dificuldades encontradas, o seu destino, concorrendo, bem ou mal, para o progresso do Brasil. Deve-se, pois, apoiá-las, estimulando-as a prosseguir na sua nobre finalidade. O pessimismo pode julgá-las como entender, ellas nem por isso deixarão, de ser uteis e significativas. Por ellas é que o nível da cultura e da intelligencia vaee melhorando em nosso paiz. O Instituto Brasileiro de Cultura, recentemente fundado no Rio por um grupo de intellectuaes de renome, está fadado a um lugar de importância entre as suas congêneres. Não é uma agremiação consagradora, de feitiço academico, mas uma instituição composta de homens de estudo e de intelligencia que procuram trabalhar, desinteressada e patrioticamente, pelo engrandecimento da nacionalidade. Que este proposito será triumphante tudo indica, dado o entusiasmo com que foi creado. (INSTITUIÇÕES..., 1938, p. 3).

Já em 22 de outubro de 1938, a *Gazeta de Notícias* informava que naquele sábado ocorreria a primeira sessão do Instituto Brasileiro de Cultura, em sua sede provisória no Studio Nicolas⁷. A sessão tinha caráter preparatório e o objetivo era aprovar os estatutos da instituição e eleger a sua primeira diretoria. Além disso, a notícia apresentava uma lista onde constavam os nomes dos quarenta e cinco sócios fundadores do IBC⁸ (INSTITUTO..., 1938b, p. 6). Em 25 de outubro de 1938, o mesmo o jornal divulgava a primeira diretoria eleita, cuja presidência teria ficado a cargo do juiz Augusto Sabóia Lima, e o restante do quadro se constituiu pelos seguintes nomes:

Quadro 1 – Diretoria do Instituto Brasileiro de Cultura (outubro 1938)

| | |
|--------------------|---------------------|
| Presidente | Augusto Sabóia Lima |
| 1º Vice-Presidente | Beni Carvalho |
| 2º Vice-Presidente | Pedro Vergara |
| 1º Secretário | Américo Palha |
| 2º Secretário | Aldo Prado |
| Tesoureiro | Jorge de Lima |
| Bibliotecário | Humberto Carneiro |

⁷ Fundado pelo fotógrafo romeno Nicolas Alagemovits (1893-1940) na década de 1920, o Studio Nicolas localizava-se na Rua Alcindo Guanabara, nº 5, no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisadora Nathalia Lamge Hartwig (2017, p. 34), “O Studio Nicolas ocupava todo o 2º andar do prédio e foi cenário de diversas manifestações artísticas, como exposições, conferências, eventos e concertos; sede do estúdio de Nicolas, no qual grandes nomes da sociedade e das artes foram fotografados [sic].” O local também recebia associações culturais e artísticas, se destacando principalmente na década de 1930 como um espaço que contribuía significativamente o seu contexto cultural (HARTWIG, 2017, p. 12).

⁸ Segundo a *Gazeta de Notícias*, a relação de fundadores do Instituto Brasileiro de Cultura era a seguinte: A. Sabóia Lima, Edmundo Luz Pinto, João Pinheiro Filho, Magarinos Torres, Maurício de Medeiros, Oscar Clark, Raul Machado, Raul Bittencourt, Pedro Vergara, Jorge de Lima, Tasso da Silveira, Povina Cavalcanti, Neves Manta, Affonso Bandeira de Mello, Joaquim Inojosa, Américo Palha, Baeta Neves, Evaristo de Moraes, Beni Carvalho, Danton Jobim, Mário Hora, Augusto de Lima Junior, Alcides Gentil, Renato Almeida, Murilo de Araújo, Renato Travassos, Aurélio Domingues, Humberto Carneiro, Pádua de Almeida, Gilka Machado, Genolino Amado, Bulcão Júnior, Carlos Cavaco, José Augusto de Lima, Rodovalho Neve, Aldo Prado, João Castaldi, Helio Sodré, Carlos Domingues, Saladino de Gusmão, Aurélio Pinheiro, Ernesto Tornaghi, Assuero Garritano, Ernesto Francisconi e Paulo Mazzuchelli (INSTITUTO..., 1938b, p. 6).

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Instituto Brasileiro de Cultura (1938c, p. 6).

Segundo notícia do *Diário Carioca*, a sessão de instalação do IBC seria naquele sábado, dia 05 de novembro de 1938, em solenidade no salão nobre do Liceu Literário Português. A escolha da data para o início das atividades corresponderia ao aniversário do patrono da nova associação cultural, Rui Barbosa.

Durante a sessão de instalação, a mesa foi presidida por Augusto Sabóia Lima e a ordem dos trabalhos se daria com a) o discurso do presidente do IBC, fixando os objetivos da nova agremiação; b) leitura da ata de fundação, pelo 2º secretário, Aldo Prado; c) leitura da relação dos membros, com os respectivos patronos de suas cadeiras; d) elogio a Rui Barbosa, patrono do IBC, em discurso inaugural realizado pelo médico e educador, Raul Jobim Bittencourt. Em seu discurso, Bittencourt realizou um estudo de cerca de uma hora de duração sobre a personalidade do “supremo patrono” da instituição (INSTALA-SE..., 1938, p. 2).

Muito de proposito os fundadores do Instituto Brasileiro de Cultura escolheram a data de 5 do corrente para a sua instalação, pois que nella comemora o natalicio do grande e saudoso brasileiro, a expressão maxima da nossa cultura de todos os tempos. Ruy Barbosa nascera na capital bahiana, em 5 de Novembro de 1849 e, se fosse vivo, completaria 89 anos de idade. (INSTITUTO..., 1938e, p. 24).

O culto à personalidade de Rui Barbosa pelo IBC ficou explicitado desde os momentos iniciais da organização da nova agremiação intelectual. Em 18 de outubro de 1938, o *Diário Carioca* divulgou uma nota sobre “a alta expressão de um gesto dos fundadores do Instituto Brasileiro de Cultura”, com a indicação do nome de Barbosa como seu “supremo patrono”. Na primeira parte da nota, precedida por uma imagem do busto do homenageado, o jornal ressaltava a importância desse intelectual para a história da inteligência brasileira e para o país.

O nome de Ruy Barbosa cada vez mais se agiganta no respeito e na admiração dos brasileiros. Não somente pelo exemplo da sua vida, toda voltada ao culto das liberdades, do direito e da justiça, mas também pela sua vasta cultura e seu enorme saber que fizeram com que Louis Barthou nelle visse “varios homens num só homem, e cada um deles maior que o outro”.

Na história da inteligência brasileira Ruy Barbosa ocupa um lugar que até hoje ninguém lhe tomou. Não é mais oportuno apontar-lhe os erros, depois que a morte o levou e sim de apontar os formidáveis serviços que elle prestou ao Brasil e á humanidade. (PELA..., 1938, p. 2).

Já na segunda parte, a nota do jornal destacava a atitude no IBC em prestigiar a figura singular de Rui Barbosa ao designá-lo como seu principal representante. É importante observar que essa referência a Barbosa aponta para uma diretriz bastante convencional do grupo em termos intelectuais, que se coadunava com o patriotismo do Estado Novo na celebração dos “grandes nomes da pátria”.

O Instituto Brasileiro de Cultura recentemente fundado e do qual fazem parte figuras das mais notáveis da intelectualidade do nosso país, não somente deu o nome de Ruy Barbosa a uma das suas cadeiras, da qual é ocupante o sr. Edmundo Luz Pinto, como consagrou-o o seu supremo patrono. A homenagem á gloria de Ruy Barbosa, prestada pelo Instituto Brasileiro de Cultura, quando este vai iniciar as suas patrióticas atividades, tem, portanto, uma alta expressão que não deve ser escondida. (PELA..., 1938, p. 2).

Sobre a solenidade de instalação do IBC, o jornal *A Noite* divulgou que para aquela sessão foram realizados convites aos representantes dos diferentes círculos sociais do Rio de Janeiro, o que demonstra a tentativa dos organizadores da agremiação de promover sua visibilização entre os meios políticos, educacionais e culturais da capital. Nesse sentido, teriam sido convidados:

[...] o presidente da República, ministros de Estado, o prefeito da cidade, o corpo diplomático e todas as altas figuras dos meios culturais da capital.
A mocidade academica foi convidada por intermedio da imprensa, da Casa do Estudante do Brasil e dos diretores das Escolas Superiores.
A instalação do Instituto Brasileiro de Cultura constituirá, assim, um grande acontecimento social, para cujo êxito não foram poupados esforços pela sua diretoria. (A INSTALAÇÃO..., 1938, p. 2).

Já a *Gazeta de Notícias* de 06 de novembro de 1938 noticiou que estiveram presentes na sessão de instalação “[...] além de representantes de altas autoridades civis e militares, innumeras figuras das sciencias, das letras e da nossa sociedade, os quaes, com a sua presença, deram prova de apreço á nova instituição cultural [...]” Na mesma notícia, o jornal afirmava que a instalação do Instituto “[...] marca um acontecimento dos mais significativos para a nossa intelectualidade.” (INSTITUTO..., 1938e, p. 24). O texto da notícia pontuava,

Reveste-se de grande brilhantismo a solenidade de instalação do Instituto Brasileiro de Cultura, realizada hontem, á noite, no salão nobre do Gabinete Literário Portuguez, vendo-se, além de representantes de altas autoridades civis e militares, innumeras figuras das sciencias, das letras e da nossa sociedade, os quaes, com a sua presença, deram uma prova de apreço á nova instituição cultural que, sob o patrocínio de Ruy Barbosa, fora fundada, nesta capital, por um grupo de intellectuaes de renome. (INSTITUTO..., 1938e, p. 24).

Um detalhe importante é que desde o início de suas atividades o IBC utilizava os principais jornais em circulação no Rio de Janeiro para divulgar as suas atividades, além de convidar o público para acompanhar as suas sessões, que tinham entrada franca. É exemplar que, para a sessão de instalação, a agremiação divulgou o seguinte convite no jornal *A Noite*: “Por intermedio da imprensa, o Instituto convida a mocidade academica desta capital a comparecer áquela solenidade.” (INSTITUTO..., 1938c, p. 5). A *Gazeta de Notícias* especificou ainda mais esse convite aos jovens estudantes:

Por intermedio da imprensa o Instituto Brasileiro de Cultura convida a mocidade academica desta capital a comparecer á dita solenidade. E estamos (certos) eu este

convite não deixará de ser aceito com prazer pelos estudantes, para os quaes Ruy escrevera a sua celebre “Oração aos Moços”, tão cheia de bellezas e de ensinamentos. Fazendo-o, a juventude estudiosa do Brasil de hoje dará uma significativa nota de si, ao mesmo tempo que cultua á memória de um Mestre eminente. (INSTITUTO..., 1938d, p. 3).

Ainda sobre o transcurso da sessão de instalação do IBC, é interessante destacar a notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, que informava que após a apresentação da ata de fundação da instituição foram lidos diversos telegramas, entre os quais o do Cardeal Leme e do presidente Getúlio Vargas, demonstrando a visibilidade alcançada pela formação dessa agremiação intelectual nos anos iniciais do Estado Novo, e refletindo a aproximação que ela buscou estabelecer desde o início de suas atividades com os setores religioso e político da sociedade (INSTITUTO..., 1938f, p. 9).

O IBC foi uma instituição cultural bastante ativa entre 1938 e 1946, sendo que os seus primeiros anos de atividade foram marcados pela necessidade de se consagrar no campo intelectual brasileiro. Nesse sentido, a eleição de novos membros para comporem os seus quadros é representativa da exigência de serem estabelecidas redes de sociabilidade naquele contexto, que se estendiam na direção de agentes pertencentes a diferentes áreas de atuação intelectual e profissional. Em sessão solene no Studio Nicolas no dia 11 de fevereiro de 1939, por exemplo, tomaram posse os novos sócios efetivos, entre eles, Manuel Paulo Filho, diretor do *Correio da Manhã*; Aníbal Freire da Fonseca, diretor do *Jornal do Brasil*; Abgar Renault, diretor do Departamento Nacional de Educação; Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Brasil⁹; Abelardo Arruda de Brito, diretor da Faculdade de Odontologia; Álvaro Fróes da Fonseca, diretor da Faculdade de Medicina; Azevedo Amaral, Edgar Sanches, Leoncio Corrêa, Sérgio T. D. de Macedo, e Magalhães Corrêa (INSTITUTO..., 1939a, p. 2).

Sobre as atividades culturais do IBC, a instituição seguia um “programa de educação cultural” baseado principalmente na organização de sessões públicas que aconteciam semanalmente aos sábados, no salão nobre do Liceu Literário Português. As sessões contavam com conferências pronunciadas por diferentes palestrantes sobre os mais variados temas e personalidades literárias, artísticas e intelectuais. O IBC procurava convidar as autoridades civis, militares e religiosas da época para comparecerem a essas solenidades, além de divulgar o convite das sessões ao público em geral através dos jornais em circulação no Rio de Janeiro.

⁹ A Universidade do Brasil foi criada por iniciativa do Poder Legislativo meses antes da Promulgação do Estado Novo, em 5 de julho de 1937. Sua organização deu-se dentro das diretrizes centralizadoras do regime. A instituição foi estabelecida como padrão para todo o ensino universitário no país, em oposição a iniciativas anteriores de caráter mais liberal, como a Universidade do Distrito Federal, que acabou por ser extinta em 1939. (SCHWARTZMAN, 2000).

A instituição também promoveria, entre outras iniciativas culturais, algumas mais amplas como a realização do I Congresso Cultural Brasileiro. O Congresso organizado pelo Instituto Brasileiro de Cultura se caracterizou como um evento de grande impacto nos meios culturais do Brasil, tendo ocorrido entre os dias 24 e 30 de maio de 1940. Ao longo desses seis dias, o evento contou com a participação de grande número de intelectuais e figuras políticas, além de receber a adesão de representantes dos estados brasileiros¹⁰ e de instituições culturais e educacionais do país¹¹.

Em 23 de maio de 1939, o presidente Getúlio Vargas receberia, no Palácio do Catete, uma comissão do IBC composta por Augusto Sabóia Lima, Américo Palha, Azevedo Amaral, João Pinheiro Filho e Arlindo Vieira. O objetivo da visita da comitiva ao presidente era entregar um memorial apresentando as bases do programa do Congresso, que contaria com “representações de todas as academias literárias do paiz”. Além disso, a comissão estava encarregada de solicitar ao presidente o patrocínio e a cooperação oficial do governo para a realização do evento (A REALIZAÇÃO..., 1939, p. 2). Segundo noticiou o *Diário Carioca* em 18 de junho de 1939, o memorial do Instituto Brasileiro de Cultura para a realização do Congresso teria sido deferido pelo presidente Vargas, apoiando a realização do evento tanto moral quanto materialmente¹² (INSTITUTO..., 1939b, p. 3).

A imprensa carioca da época publicou diversas entrevistas com os organizadores do I Congresso Cultural Brasileiro, no sentido de apresentar para o público leitor as suas finalidades. Numa dessas entrevistas para o *Diário Carioca*, o membro da comissão executiva de

¹⁰ De acordo com o *Correio da Manhã*, os governos estaduais designaram os seguintes representantes ao I Congresso Cultural Brasileiro: Antovilla Rodrigues Mourão Vieira (Amazonas); Berillo Neves (Piauí); Corrêa das Neves (Alagoas); Virgílio Corrêa Filho (Mato Grosso); Vasco Reis Gonçalves (Goiás); José Affonso Moreira (Pará); Jonas Corrêa (Distrito Federal/ Diretor do Departamento de Educação) (O PRIMEIRO..., 1940, p. 3).

¹¹ Segundo o *Correio da Manhã*, entre as associações culturais que se credenciaram no Congresso, se encontravam os seguintes representantes: A. Soares de Faria, da Faculdade de Direito de São Paulo; Matheus da Fontoura, da Sociedade Brasileira de Autores de Teatro; Francisco Ferreira Leite, da Academia Paranaense de Letras; Sérgio de Macedo, Eduardo Theiller e Luiz de Macedo S. Machado Guimarães, do Instituto da Ordem dos Advogados; Raul Pederneiras, Lemos Brito e Jacques Raymundo, da Academia Carioca de letras; Emílio Fernandes de Souza Docca, José Wanderley de Araújo Pinho e Leopoldo Feijó Bittencourt da Sociedade de Geografia; Manoel Lousada, Guilherme de Azevedo, Perey Antônio Lousada e Lélío Gomes do Colégio Universitário; Carlos Studart e José Augusto Medeiros do Instituto do Ceará; Aníbal Mattos da Academia Mineira de Letras; Edgar Sanches, da Faculdade de Direito da Bahia; Amazonas de Figueiredo e Clementino Lisboa, da Faculdade de Direito do Pará; Carlos Ramos, de Fênix Caixeiral (designado pelo diretor Francisco Falcão); Reynaldo Saldanha, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (designado pelo diretor Alfredo Ellis Júnior); Raul Bittencourt, da Faculdade de Ciências Médicas (designado por Rolando Monteiro); Ary Franco, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (O PRIMEIRO..., 1940, p. 3).

¹² A pesquisa nas fontes indica que o I Congresso Cultural Brasileiro teria recebido apoio do governo de Getúlio Vargas para sua organização, sem especificar que espécie de patrocínio teria sido prestado pelo regime.

organização do Congresso¹³, Pedro Vergara, esclarecia que o objetivo do evento era realizar um balanço da produção intelectual do país em diferentes períodos da história.

O nosso desejo, em suma, é este: fazer um balanço da cultura nacional, desde a colônia até o Estado Novo, de modo que sejam focalizadas as manifestações do gênio brasileiro, através de todos os sectores do espírito humano. Queremos saber o que produziu o Brasil como esforço criador da sua mentalidade, como resultado original, próprio, exclusivo da sua inteligência, em cada uma das sciencias naturaes, nas sciencias applicadas, na sociologia e nas artes em geral. O nosso Congresso, pois, não inventará nada – mas dirá e mostrará de modo inequivoco e impressionante, o que foi inventado pelo Brasil, desde a sua descoberta até hoje em todos os quadrantes da cultura universal. (PRIMEIRO..., 1939, p. 11).

Na citação acima, é possível apreender que as imodestas ambições dos organizadores do Congresso se espalhavam por diversas áreas de conhecimento, descrevendo uma visão enciclopédica da vida intelectual brasileira desde o período colonial até o novo regime de Getúlio Vargas. Assim, esse evento representaria “uma obra do mais alto e fecundo patriotismo” no sentido de analisar o Brasil e a cultura nacional, tanto que a entrevista de Pedro Vergara foi marcada pela sua empolgação com organização de um Congresso de tamanha amplitude. Bem como observou o jornalista na matéria publicada, em dado momento durante a apresentação dos propósitos do evento, o entrevistado se sentiu “arrastado por um grande entusiasmo”. O resultado disso é que as ambições do Congresso pareceriam desproporcionais ao que realmente se propunham. Outro entrevistado pelo *Diário Carioca*, Renato Travassos, assumiu um tom diferente nas suas colocações, demonstrando ter uma visão mais concreta e sistematizada sobre as diretrizes de organização do Congresso.

O I Congresso Cultural Brasileiro – disse-nos Renato Travassos – promovido pelo Instituto Brasileiro de Cultura e patrocinado pelo governo federal, tem, como se sabe, por finalidade balancear as actividades culturais em nosso país, através de theses officiaes e livres, desde o Descobrimento até os nossos dias. Trata-se, e não poderia ser de outro modo, de um balanço sumario do que se fez no Brasil relativamente ás sciencias, ás letras e ás artes, não se excluindo as realizações praticas. Para relatar as theses officiaes foram escolhidos os nomes mais autorizados, levando-se em conta as suas demonstrações publicas de especializados ou perfeitos conhecedores da matéria confiada a sua competência. (REUNE-SE..., 1940, p. 4).

O I Congresso Cultural Brasileiro só iria ocorrer um ano mais tarde, em 24 de maio de 1940¹⁴. A sessão solene inaugural do evento ocorreu às 21h no salão nobre do Liceu Literário

¹³ A comissão executiva de organização do I Congresso Cultural Brasileiro era composta pelos nomes de Augusto Sabóia Lima, como presidente; Renato Travassos, como secretário; João Pinheiro Filho, Arlindo Vieira, Azevedo Amaral, Raul Bittencourt e Pedro Vergara (PRIMEIRO..., 1940a, p. 3).

¹⁴ Em entrevista concedida ao *Diário Carioca*, Renato Travassos expunha os motivos para o adiamento do I Congresso Cultural Brasileiro, que inicialmente estava previsto para acontecer em novembro de 1939. Segundo Travassos, o motivo era “muito natural: a angustia do tempo a que se obrigariam os relatores” das teses a serem submetidas ao Congresso. Ou seja, de acordo com o entrevistado, “nem todos dispunham de facilidade para dedicar-se, dias seguidos, exclusivamente á elaboração das suas theses, trabalho intellectual de certa responsabilidade.” (REUNE-SE..., 1940, p. 4).

Português, e ficou sob a presidência do Ministro da Educação, Gustavo Capanema¹⁵. A ordem dos trabalhos durante a sessão contou com as falas do presidente do IBC, Augusto Sabóia Lima, que apresentou os objetivos da realização do evento; do secretário geral do Congresso, Renato Travassos, que apresentou uma moção em homenagem à memória do patrono do IBC, Rui Barbosa; do orador oficial da sessão solene de abertura, Pedro Vergara, que realizou um histórico sobre a evolução da cultura brasileira, desde a Independência até o governo de Getúlio Vargas; e ainda discursaram o representante do Instituto da Ordem dos Advogados, Sérgio de Macedo, e o representante do governo do Maranhão, Walfredo Machado (INSTALLADO..., 1940, p. 3). Para encerrar a sessão, Capanema proferiu “[...] um pequeno discurso, enaltecendo o empreendimento e dizendo que o governo da República via com a maior sympathia a obra que o I Congresso Cultural Brasileiro procura realizar.” (PRIMEIRO..., 1940c, p. 9).

O Congresso se caracterizou pela submissão de “teses” por diferentes autores, sobre os mais variados assuntos que abarcavam as ciências, a cultura e as artes no Brasil¹⁶. Segundo o *Correio da Manhã*,

As bases do Congresso podem ser synthetizadas em tres itens: primeiro, recapitulação do pensamento universal, sobre as sciencias naturaes e sociaes, ahi incluidas a Psychologia, a Economia, o Direito, etc., bem como o exame, em traços geraes, das differentes escolas artisticas e literarias de procedencia estrangeira; segundo, destaque do que se produziu de original no Brasil, no dominio daquelas sciencias e do ponto de

¹⁵ De acordo com a seção *Administração Pública*, do jornal *Diário Carioca*, em 20 de maio de 1940 o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, recebeu em seu gabinete toda a comissão executiva do I Congresso Cultural Brasileiro, que tinham por objetivo convidar o ministro para presidir a sessão solene de abertura do evento, no dia 24 de maio de 1940, no Liceu Literário Português (MINISTÉRIO..., 1940, p. 4).

¹⁶ Em 23 de maio de 1940, em notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã* a respeito do I Congresso Cultural Brasileiro, era apresentada uma lista com trinta e nove teses oficiais e sete teses livres recebidas pela organização do evento até aquela data. Foram as seguintes as teses oficiais: 1) Clóvis Beviláqua – *Nosso patrimônio jurídico*; 2) Orozimbo Nonato – *Desenvolvimento do direito civil no Brasil*; 3) Alceu Amoroso Lima – *O humanismo no Brasil*; 4) Oscar Clark – *Medicina social no Brasil*; 5) Henrique Roxo – *Medicina mental no Brasil*; 6) Aleixo Vasconcellos – *Medicina experimental no Brasil*; 7) Helon Povoá – *Ciência e patriotismo*; 8) João Pinheiro Filho – *Evolução econômica no Brasil*; 9) Paranhos Fontenelle – *Higiene no Brasil*; 10) Júlio Barata – *A filosofia no Brasil*; 11) Raul Bittencourt – *O ensino no Brasil*; 12) Monte Arraes – *Parlamentarismo, presidencialismo e autoritarismo no Brasil*; 13) Renato Mendonça – *Diplomacia no Brasil*; Pedro Baptista Martins – *Direito judiciário civil*; 15) Adamastor Lima – *Direito comercial no Brasil*; 16) Ovídio Cunha – *Geografia humana no Brasil*; 17) Miguel Ramalho Novo – *Matemática*; 18) Joaquim da Costa Ribeiro – *A física no Brasil*; 19) Magalhães Corrêa – *A escultura no Brasil*; 20) Axel Lofgren – *A paleontologia no Brasil*; 21) José Maria Alkimin – *Sistema penitenciário no Brasil*; 22) Renato Travassos – *A poesia brasileira*; 23) Paulo Sawaya – *A zoologia no Brasil*; 24) Heloisa Alberto Torres – *Emografia e antropologia no Brasil*; 25) Jurandir Pires Ferreira – *Contribuição brasileira em transportes*; 26) Beni Carvalho – *Direito criminal no Brasil*; 27) Saturnino de Brito Filho – *Engenharia sanitária e engenharia hídrica*; 28) Manuel Paulo Filho – *A imprensa brasileira*; 29) Azevedo Amaral – *Autoritarismo no Brasil*; 30) Bezerra de Freitas – *O romance no Brasil*; 31) Hugo Firmeza – *Medicina e higiene social do trabalhador*; 32) Maria Josefina Albano – *Infância abandonada e delinquente. Proteção no Brasil*; 33) Ignácio José Veríssimo – *A alma brasileira nas lutas externas*; 34) Carlos Rubens – *A pintura no Brasil*; 35) Frederico Eyer – *A odontologia no Brasil*; 36) Roberto Lyra – *O Brasil e o direito penal*; 37) Moacyr Silva – *Transportes aéreos, fluviais e terrestres*; 38) Matheus da Fontoura – *O teatro brasileiro*; 39) Didio Iratim Affonso da Costa – *Astronomia*. Já as teses livres foram submetidas por Oliveira de Menezes, Américo Palha, Maria Esolina Pinheiro, Frei Luiz Palha, Humberto Grande e outros (O PRIMEIRO..., 1940, p. 3).

vista artístico e literário; terceiro, confrontos e conclusões. (PRIMEIRO..., 1940b, p. 5).

Observa-se que os objetivos do Congresso eram bastante amplos indicando uma busca por inserir a cultura brasileira na história intelectual da Humanidade ocidental, em uma perspectiva moderna que condizia com o discurso de promoção do desenvolvimento social e econômico do próprio regime de Vargas. A proposta de atualização dos membros do Instituto Brasileiro de Cultura de sincronização do Brasil com a modernidade traduzia-se, assim, em diferentes âmbitos.

Após submetidos aos organizadores do Congresso, os trabalhos eram encaminhados para as comissões das seções previamente estabelecidas pelo evento e que estavam encarregadas de estudar e emitir pareceres sobre as teses recebidas¹⁷. Assim, os pareceres realizados pelas comissões a respeito dos trabalhos submetidos foram apresentados e debatidos durante a sessão plenária do dia 29 de maio de 1940 (PRIMEIRO..., 1940e, p. 12).

Por fim, a sessão solene de encerramento do Congresso ocorreu na noite de 30 de maio de 1940, no salão nobre do Liceu Literário Português. No último dia do evento estiveram presentes “[...] representantes das altas autoridades, homens de letras, jornalistas e figuras representativas da nossa melhor sociedade.” Além disso, a mesa de encerramento contou com a presença de Geraldo Mascarenhas, representando o presidente da República (PRIMEIRO..., 1940f, p. 7). Além do apoio do governo federal e estadual, o evento se valeu da participação de diversas associações culturais, científicas e literárias da época, demonstrando o êxito alcançado pelo IBC na proposição do Congresso. Mas essa atividade também exemplifica a efervescências de ações objetivas entre a intelectualidade brasileira das décadas de 1930 e 1940, no sentido de estabelecerem redes de socialidade que formavam um campo intelectual dinâmico no Brasil.

¹⁷ Segundo o *Correio da Manhã*, as comissões das sessões encarregadas de estudar as teses enviadas ao Congresso ficaram assim constituídas: *1ª Seção, de Matemática, Ciências Físicas e Naturas* – Sampaio Corrêa, presidente; Virgílio Corrêa Filho, vice-presidente; Saturnino de Brito Filho e Moacyr Silva. Comissão de Física e Química, Biologia Geral, Botânica e Zoologia: Barbosa Vianna, presidente; Lélío Gomes e Fernandes da Silveira. Comissão de Geografia, Mineralogia, Geologia e Paleontologia: Ruy de Lima e Silva, presidente; Axel Lofgren, Carlos Studart e Otto Leonardos. *2ª Seção, de Ciências Sociais* – Comissão de Direito e Assistência Social: Sérgio Teixeira de Macedo, presidente; Luiz Machado Guimarães, Pedro Vergara e Amazonas Figueiredo. Comissão de Economia Política: Clementino Lisboa, presidente; Carlos de Oliveira Ramos e Aristides Casado. Comissão de Geografia Humana, História e Sociologia: Feijó Bittencourt, Edgar Sanches e Mário Magalhães. *3ª Seção, de Ciências Aplicadas* – Comissão de Engenharia: Saturnino de Brito Filho, presidente; Virgílio Corrêa Filho e Moacyr Silva. Comissão de Medicina: Raul Bittencourt, presidente; Oscar Clark e Perey Antônio Lousada. *4ª Seção, de Letras* – Manuel Paulo Filho, presidente; Waldemar Vasconcellos, Soares Filho e Aníbal Mattos. *5ª Seção, de Artes* – Comissão de Artes Plásticas: Magalhães Corrêa, presidente; Castro Filho e Ernesto Francisconi. Comissão de Música: Lopes Gonçalves, presidente; Eustorgio Wanderley e Isa de Queiroz Santos. *6ª Seção, de Filosofia e Educação* – Jonas Corrêa, presidente; Monte Arraes e Ruy de Almeida (PRIMEIRO..., 1940d, p. 3).

A exposição realizada até o momento buscou introduzir um estudo sobre Instituto Brasileiro de Cultura, a partir da análise dos seus objetivos de fundação, da sua organização institucional e da estrutura das suas atividades culturais. Essa instituição cultural civil foi organizada por um grupo de intelectuais com objetivos patrióticos de “engrandecimento nacional”, e buscou congrega a intelectualidade brasileira em seu quadro de sócios fundadores, efetivos e correspondentes. As suas ações culturais se estenderam ao longo de toda a década de 1940, e se caracterizavam primordialmente pela organização de sessões ecléticas realizadas no Liceu Literário Português.

Porém, o IBC não se limitou a essas atividades, pelo contrário, buscou abrir espaço no contexto intelectual e cultural da época, congregando outras instituições civis e buscando o apoio do governo para se empenhar na organização de eventos de grandes dimensões, como o I Congresso Cultural Brasileiro. Portanto, acreditamos que o IBC parece ter alcançado êxito dentro do campo intelectual com a proposição e a execução dessas ações culturais logo nos primeiros anos de sua formação. Essa questão é essencial, pois permite verificar a autonomia da intelectualidade em se organizar em entidades civis desde que convergentes com as diretrizes do regime, e possibilita uma melhor compreensão daquilo que foi apontado no início do capítulo, isto é, de como as redes estabelecidas por esses agentes extrapolavam as instituições e órgãos do âmbito estatal da década de 1940.

Mesmo que neste momento não seja possível realizar um trabalho mais abrangente sobre a totalidade das atividades do Instituto Brasileiro de Cultura, o estudo introdutório que se apresentou teve como objetivo defender a hipótese de que essa agremiação cultural serviu de métrica para a formação de outras instituições na década de 1940, que igualmente buscavam se distanciar do padrão das “academias de letras”. Nesta pesquisa, seguimos a linha de que o IBC serviu como berço intelectual para a fomentação do Instituto Nacional de Ciência Política. As próximas páginas buscarão concentrar suas análises em compreender a formação e a estruturação institucional do INCP nesse contexto.

2.3 O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: SUA FORMAÇÃO E SUA ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

Em entrevista publicada na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo*, em 11 de agosto de 1942, o jornalista Manuel Paulo Filho comentava a criação do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), agremiação fundada em 1940 e da qual era o presidente. O título da publicação, impresso em letras garrafais, chamava atenção para os objetivos da instituição,

“Estudar o pensamento dos estadistas brasileiros”. O texto introdutório à entrevista pontuava que o INCP já era conhecido por todos e tinha certa importância naquele contexto, mesmo que poucos soubessem do que se tratavam suas atividades. Assim, Paulo Filho buscava esclarecer aos leitores daquele periódico a identidade do INCP, além de apresentar a história da instituição em seus dois anos de atividades na sociedade brasileira (DIVULGAR..., 1942, p. 1).

Ninguém há que desconheça o Instituto Nacional de Ciência Política. Todo mundo sabe de sua existência e de sua importância, mas, tal como acontece com a teoria da relatividade de Einstein, poucos, muitos poucos mesmo são aqueles que sabem explicar, realmente, de que se trata. Pois foi com o objetivo de “explicar” aos leitores o que é o Instituto Nacional de Ciência Política, que procuramos ouvir seu presidente, o qual, com aquele seu alto senso de exposição e análise que caracteriza o jornalista de pulso firme, fez em poucos minutos uma síntese admirável da história do Instituto, desde a ideia nuclear de sua criação até a sua presente floração de ideias políticas. (DIVULGAR..., 1942, p. 1).

Outros aspectos dessa entrevista serão abordados mais adiante, pois neste momento interessa salientar a menção realizada pelo entrevistado ao Instituto Brasileiro de Cultura, que se relaciona com as abordagens feitas até o momento. Segundo Manuel Paulo Filho,

O Instituto [INCP] tem pouco mais de dois anos de existência. Seus sócios fundadores quase todos, pertenciam e ainda pertencem ao Instituto Brasileiro de Cultura, onde nós nos reuníamos frequentemente: Eu, Pedro Vergara, Saboia Lima, Umberto Grande, Lineu Albuquerque, José de Albuquerque, Atillio Vivacqua, Benjamim Vieira, Rubenstein Duarte, Renato Travassos, etc. (DIVULGAR..., 1942, p. 1).

Alguns dos nomes citados por Paulo Filho já eram conhecidos por constarem nos quadros de sócios fundadores ou efetivos do Instituto Brasileiro de Cultura, como foi abordado na segunda parte deste capítulo¹⁸. Assim, o que se compreende do seu relato é que o IBC funcionou como berço intelectual de pertencimento para o círculo de sociabilidade que originou o Instituto Nacional de Ciência Política. Isso significa dizer que no momento em que os fundadores do INCP se reuniram para organizar essa instituição na década de 1940, eles já formavam as redes de afetividade necessárias para constituir um novo espaço para suas ideias e objetivos, que, na prática, significava a execução de um novo projeto intelectual.

O IBC desenvolveu um importante papel nesse arranjo, pois foi no interior da sua estrutura institucional que esse grupo de intelectuais fomentaram novas ideias. Como veremos mais adiante neste capítulo, a oposição do IBC quanto a organização de novas “academias” para a agremiação de intelectuais naquele contexto, será uma crítica partilhada pelo principal

¹⁸ Entre os intelectuais que estiveram presentes na fundação do Instituto Brasileiro de Cultura, em 1938, e do Instituto Nacional de Ciência Política, em 1940, estão os nomes de Augusto Sabóia Lima, Aldo Prado, Beni Carvalho, Pedro Vergara, Oscar Clark e Renato Travassos. Uma listagem que incluísse os agentes que participaram como sócios ou como colaboradores nos eventos e nas iniciativas promovidas por ambas as entidades, certamente apresentaria um número muito maior.

idealizador do INCP, Pedro Vergara (VERGARA, 1940a). Portanto, a partir de 1940, o IBC e o INCP coexistem no mesmo campo intelectual e se tornam importantes espaços civis de congregação da intelectualidade brasileira.

A análise do projeto intelectual do INCP será realizada em minúcia no terceiro capítulo deste trabalho. No momento, se faz necessário compreender como se deu a formação e a estruturação dessa entidade, dos seus primeiros meses de existência até a publicação da revista *Visão Brasileira*. Como foi abordado anteriormente, para interpretar o INCP em sua organicidade, a pesquisa conduzida para o desenvolvimento deste trabalho empregou principalmente a análise dos estatutos do INCP, das fontes periódicas produzidas na década de 1940, e das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*¹⁹.

O Instituto Nacional de Ciência Política foi fundado em 25 de março de 1940, de acordo com os seus estatutos institucionais. A citação a seguir, extraída do exemplar de agosto de 1940 da *Visão Brasileira*, compõe um texto assinado em nome do INCP em que se realizava um resumo cronológico de sua fundação e sobre o início das atividades da nova instituição. O texto ainda apresentava o primeiro artigo dos estatutos, expondo brevemente os objetivos a que se destinava o projeto cultural e intelectual do INCP, ou seja, o estudo do pensamento de diferentes figuras da política brasileira.

O Instituto Nacional de Ciência Política, de acôrdo com o artigo 1.º dos seus estatutos, é uma sociedade civil, fundada em 25 de março de 1940, na cidade do Rio de Janeiro, onde tem séde e fôro e se destina a estudar os problemas nacionais e o pensamento dos nossos estadistas de maior influencia na vida do país. O paragrafo unico deste artigo dispõe: inclue-se, de preferencia, nos objetivos do Instituto, o estudo do pensamento politico de José Bonifacio de Andrade e Silva, de D. Pedro II, de Benjamin Constant, de Teixeira Mendes, de Rio Branco, de Caxias, de Julio de Castilhos, de Ruy Barbosa, de Alberto Torres e de Getúlio Vargas. (INSTITUTO..., 1940a, p. 48-49).

Em nota publicada pelo jornal *Gazeta de Notícias*, os objetivos da nova instituição eram mais bem apresentados e divulgados para que o público leitor se familiarizasse com as suas ideias de caráter patriótico e construtivo.

A instituição, que acaba de ser fundada, nesta Capital, destinando-se ao estudo da vida e da obra dos estadistas brasileiros e da influencia nos destinos nacionais, possui realmente uma bela e patriótica finalidade. E é bem aplicada a denominação que lhe deram de Instituto Nacional de Sciencia Política, e os seus fundadores, pelo prestígio do seu nome, são uma garantia de que á mencionada instituição está reservado um papel de relevo como um dos instrumentos de civilização, em nosso Paiz. Um instituto da espécie muito poderá fazer, trazendo á luz contemporanea um mundo de coisas e de factos que se encontram na obscuridade e na ignorancia das novas gerações que precisam, no entanto, ter conhecimento pleno do que fizeram os seus compatricios

¹⁹ Entre as fontes utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa estão os jornais atuantes na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1940, além das revistas *Visão Brasileira* (abrangendo os exemplares de agosto, setembro e outubro de 1940) e *Ciência Política* (abrangendo o período de novembro de 1940 a junho de 1945).

eminentes, de vida devotada á construcção da Patria, através dos tempos. (OS ESTADISTAS..., 1940, p. 3).

O primeiro exemplar da revista *Visão Brasileira* também apresenta aos seus leitores os fundadores do Instituto. Na lista dos trinta e dois nomes divulgados²⁰, incluíam-se alguns bastante conhecidos no campo intelectual brasileiro da época, entre eles o embaixador José Carlos de Macedo Soares, Azevedo Amaral, Alcebíades Delamare, Ildefonso Simões Lopes, Olegário Mariano, Pedro Calmon, João Neves e Renato Mendonça.

É interessante acompanhar os primeiros relatos a respeito do Instituto Nacional de Ciência Política na imprensa da época, pois eles refletem a dinâmica que acompanha o início das atividades de uma nova instituição civil. Assim, em 03 de abril daquele ano, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou a notícia acerca da fundação do INCP na cidade do Rio de Janeiro. A publicação ainda listava os nomes dos seus fundadores, esclarecia aos leitores sobre os objetivos da instituição, além de informar que o próprio presidente Vargas já teria sido comunicado sobre a sua fundação.

Acaba de ser fundado, nesta Capital, o Instituto Nacional de Sciencia Politica, cuja finalidade é estudar a vida e a obra dos estadistas brasileiros de todos os tempos e a influencia que os mesmos exerceram nos destinos do Paiz, principalmente no tocante ao exame constructivo e á divulgação do pensamento do Presidente Getúlio Vargas.

[...]

Sobre a fundação do Instituto Nacional de Sciencia Politica foi enviado um telegrama ao Presidente da Republica, dando-lhe noticia do facto. A directoria respectiva será eleita em breves dias, tendo sido os Estatutos já approvados. (INSTITUTO..., 1940b, p. 7).

Mais adiante, em 09 de julho de 1940, o *Jornal do Brasil* publicou uma pequena nota acerca dos preparativos para o início das atividades do INCP. A notícia esclarecia que a organização dessa instituição já estava em andamento e que, naquele dia, haveria uma sessão para os sócios fundadores elegerem a primeira diretoria e aprovarem os estatutos da entidade. Segundo a notícia, o Instituto

[...] está em preparativos para desenvolver intensa atividade na Capital Federal. Em sua séde, reuniram-se diversos dos seus membros para estudar as bases de vasto programa de ação. O Sr. Pedro Vergara apresentou um programa de conferencias e debates, sugeridos pelas finalidades do Instituto. O desembargador Saboia Lima fez sentir a necessidade do Instituto manter uma revista para divulgar os seus trabalhos. O desembargador Benjamim Vieira propôs, também, um programa de ação que foi

²⁰ A lista completa dos fundadores do Instituto Nacional de Ciência Política era composta pelos nomes de Pedro Vergara, José Carlos de Macêdo Soares, Azevedo Amaral, Monte Arrais, Aldo Prado, Renato Travassos, Lucio Marques de Souza, Alcebíades Delamare, Ildefonso Simões Lopes, Olegário Mariano, Júlio Barata, José Pires do Rio, Eugenio Bittencourt da Silva, Augusto Saboia Lima, Atilio Vivaqua, Manuel Paulo Filho, Beni Carvalho, Pedro Calmon, Oscar Clark, Carlos Humberto Reis, João Neves, Santacruz Lima, Renato Mendonça, Ademar Barbosa Ferreira de Assunção, Mateus da Fontoura, Mario Constantino, Edgar Ismael da Silveira, Vasco dos Gonçalves, Humberto Grande, Octacílio Alecrim, Henrique Ferreira Netto e Ricardo Vieira Guida. (INSTITUTO..., 1940a, p. 49).

aprovado, como as demais sugestões. O Sr. Humberto Grande acentuou o valor dos estudos objetivos dos problemas nacionais. (INSTITUTO..., 1940c, p. 6).

De acordo com a revista *Visão Brasileira*, em 09 de julho de 1940, foi instalada a secretaria do INCP e sua sede, localizada nas salas 302 e 303, no 3º andar do edifício Esplanada, endereçado na Rua México, nº 90, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia foi eleita “por aclamação” a sua primeira diretoria²¹, que iria orientar “os destinos do Instituto no seu primeiro período social”, que só se encerraria em 25 de março de 1943 quando teriam novas eleições (INSTITUTO..., 1940a, p. 49). A primeira diretoria que ficou estabelecida pelos nomes de:

Quadro 2 – Diretoria do Instituto Nacional de Ciência Política (julho 1940)

| | |
|--------------------------------------|---------------------------|
| Presidente | Manuel Paulo Filho |
| 1º Vice-Presidente | Pedro Vergara |
| 2º Vice-Presidente | José Pires do Rio |
| 3º Vice-Presidente | Atílio Vivacqua |
| Secretário Geral | Aldo Prado |
| 1º Secretário | Lúcio Marques de Sousa |
| 2º Secretário | Benjamim Vieira |
| 3º Secretário | Hélio Gomes |
| Comissão de Organização e Propaganda | Humberto Grande |
| Diretor da Secretaria | Rubinstein Rolando Duarte |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Instituto Nacional de Ciência Política (19340a, p. 49).

O capítulo III dos estatutos do Instituto dispunha sobre as funções e atribuições desempenhadas pelos membros da diretoria. De acordo com esse dispositivo, “os membros da diretoria não terão remuneração e se sucedem na ordem hierárquica, decrescente, dos respectivos cargos.” Sobre as competências do presidente, entre outros encargos, lhe era imputada a orientação e promoção das atividades do INCP, a representação judicial da entidade, convocar e presidir as suas sessões, gerir suas finanças, além de apresentar o relatório anual dos trabalhos e da gestão financeira do INCP. Entre as funções do secretário, estaria o cumprimento das decisões tomadas pelo presidente, pela diretoria e nas assembleias, além de promover o bom andamento das atividades realizadas pela instituição. Competia aos demais secretários colaborar com o secretário geral e ao representante da Comissão de Organização e Propaganda,

²¹ Conforme o art. 1º das “disposições transitórias” presentes nos estatutos do INCP, a primeira diretoria dessa instituição seria eleita por aclamação, em sessão preparatória com qualquer número de sócios. Compreendemos com esse dispositivo que a diretoria de 1940 do INCP não foi eleita por votação (ESTATUTOS, 1940, p. 10).

as providências necessárias para a organização dos meios de propaganda INCP e divulgação dos trabalhos produzidos pela instituição (ESTATUTOS, 1940, p. 7).

O Instituto era uma entidade civil e, como tal, sua fonte de receita se originava da mensalidade paga pelos sócios da instituição. De acordo com seus estatutos, “a contribuição dos sócios será fixada no regimento interno, de acordo com as necessidades financeiras do Instituto, mas não poderá ser inferior a dez mil réis mensais.” (ESTATUTOS, 1941, p. 6). Outra questão importante definida se refere ao patrimônio social do INCP, que seria formado por contribuições dos sócios, doações e subvenções²². Os estatutos também previam que, em caso de dissolução do INCP, o seu patrimônio seria revertido em benefício do Instituto Brasileiro de Cultura, fato que demonstra a proximidade entre as duas associações culturais (ESTATUTOS, 1941, p. 9).

Algumas notícias publicadas na imprensa buscavam demonstrar a repercussão que teve o início das atividades do Instituto como entidade cultural. Uma dessas publicações ressaltava a resposta do presidente Getúlio Vargas ao telegrama que comunicava a fundação da nova instituição. Por intermédio do Secretário da Presidência, Luís Vergara, Vargas responde a M. Paulo Filho: “constitui [uma] iniciativa digna [de] encômios pela sua alta finalidade [no] momento [em que] se mobilizam todas as nossas forças espirituais e econômicas para grande obra [de] reconstrução nacional [em que] se acha empenhado [o] atual governo.” (INSTITUTO..., 1940d, p. 06). No mesmo sentido, o *Correio da Manhã* informava que diversas instituições culturais e órgãos de imprensa da época enviaram cartas e telegramas à diretoria do INCP felicitando seus membros por sua fundação e o pelo início das suas atividades. Na notícia publicada pelo jornal, é divulgado o recebimento de mensagens por parte do Instituto Brasileiro de Cultura, da Associação Brasileira de Imprensa, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Associação de Imprensa Periódica Paulista, do Centro Paranaense, do Centro Goiano, do Centro Maranhense e da Federação das Academias de Letras do Brasil (INSTITUTO..., 1940g, p. 03).

2.3.1 Os intelectuais do INCP

Quando se pretende delinear o perfil institucional de uma agremiação, é essencial que se identifiquem aqueles que estiveram na sua gênese. Como foi exposto anteriormente, entre os

²² Apesar de estar definido em seus estatutos a possibilidade de receber esse tipo de auxílio pecuniário, não foram encontradas nas fontes pesquisadas informações de ordem financeira que possam confirmar que o INCP tenha recebido qualquer tipo de auxílio público.

membros fundadores do Instituto se encontravam figuras bem conhecidas dos círculos literários, jornalísticos, cultural e político do Estado Novo. Sob a legenda da nova instituição, eles se reuniam com propósitos intelectuais de estudo do pensamento político dos principais estadistas brasileiros. Portanto, o INCP é interpretado como uma instituição civil com objetivos bem definidos desde a sua formação, e que congregava agentes iniciados e iniciantes no campo de produção simbólica. Em discurso pronunciado na sessão do Instituto de 24 de outubro de 1942, Pedro Vergara (1942b, p. 3) parecia estabelecer uma hierarquia de capital simbólico ao rememorar o início das atividades daquele “cenáculo” de cultura e patriotismo. Na apresentação do perfil dos membros que se reuniram para fundar a instituição, Vergara deixa entrever que juntos eles formavam um grupo de companheiros que não possuía tanto reconhecimento nos círculos intelectuais da época, muito embora eles já tivessem uma trajetória de inserção em seus respectivos campos profissionais.

Quando nos congregámos, para dar forma e vida ao Instituto, eramos um pugilo de homens, cuja posição social estava longe de ser brilhante: eu (Pedro Vergara), um promotor público obscuro, como ainda hoje o sou; Lúcio Marques de Souza, um bacharel, que vacilava entre o magisterio e a advocacia, tentando uma carreira; Humberto Grande, professor de humanidades; Renato Travassos, um poeta e um jornalista de profissão; Aldo Prado, um advogado que iniciava a sua luta no fôro; Atilio Vivaqua, um humanista e um jurista de talento, que viera da Província e que a metrópole desconhecia; Benjamim Vieira, com a sua cultura geral, o seu ímpeto verbal e o seu amor ao direito, que não se tinha firmado, ainda, na cátedra universitária; Hélio Gomes, o médico-legista, que não havia pronunciado ainda as suas conferências mais substanciais e que ainda não havia escrito as suas obras científicas mais compendiosas; Rubinstein Rolando Duarte, esse rapaz inquieto e culto, que andava em busca do destino. (VERGARA, 1942b, p. 3-4).

O discurso proferido por Pedro Vergara recapitulava os nomes daqueles que estiveram presentes gênese do Instituto, primeiramente reunindo agentes que não ocupavam posições intelectuais de destaque na sociedade brasileira para, em seguida, se juntarem à instituição homens que ele qualificou como “ilustres”. As definições utilizadas por Vergara ajudam a compreender a hierarquia no interior do campo intelectual da época, que influiria inclusive sobre uma instituição como o INCP, que estava iniciando suas atividades e que contava com agentes detentores de capitais sociais diferenciados.

Mas, a esse grupo, extremamente reduzido de companheiros, irmanados na modestia da posição social, – não tardou que se viesse juntar uma coorte de homens ilustres. O primeiro de todos, foi M. Paulo Filho, advogado, jornalista e homens de letras, de renome nacional, que por minha indicação foi eleito presidente do Instituto; foi também com alegria que vi atendido o pedido que fiz a Pires do Rio, estadista prestigioso, de quem recebemos, sem relutância, a valiosa adesão e cujo nome tive ainda a honra de indicar para a segunda vice-presidência, onde o vemos, atualmente. (VERGARA, 1942b, p. 4).

Mais adiante será abordada a trama envolvendo a definição dos nomes que comporiam a primeira diretoria do Instituto. Nesse momento, cabe questionar que significados teriam no campo intelectual as definições apresentadas de Pedro Vergara. Partindo do seu caso particular, mesmo se identificando como indivíduo “obscuro”, Vergara teria sido indicado pelo próprio presidente Getúlio Vargas para ocupar um cargo na estrutura do Estado, desempenhando funções como promotor no Ministério Público Federal, a partir de 1940. Mesmo ocupando tal posição no governo, é preciso questionar qual seria a aceitação de Vergara e dos outros agentes definidos como “provincianos” e “iniciantes”, nos principais círculos intelectuais da capital federal. Logo, esse jogo de adjetivos presente no discurso de Vergara revela as “disputas” travadas no interior do campo, que podem levar a crer que um dos significados por trás da idealização do INCP seria a criação de um instrumento para alcançar reconhecimento público como intelectual, e não apenas como promotor público, em seu caso.

Portanto, as definições atribuídas por Pedro Vergara a si e aos demais agentes do Instituto – “obscuros”, “vacilantes”, “provincianos”, iniciantes em suas profissões e sem grande projeção na sociedade, ou mesmo “homens ilustres”, “renomados” e de “prestígio” –, são expressivas da hierarquia do campo intelectual. Independente dessas atribuições, assim como o restante da intelectualidade brasileira das décadas de 1930 e 1940, os fundadores do INCP tinham consciência do seu pertencimento às elites esclarecidas. Em nossa interpretação, o Instituto funcionaria como um instrumento de consagração para os intelectuais iniciantes, ou seja, congregados no interior dessa instituição, eles teriam mais um espaço de legitimação do seu papel diferenciado e engajado, naquele contexto de transformações pelas quais vinha passando o Brasil durante o regime varguista.

Outra questão importante definida nos estatutos do INCP, se refere à orientação que deveriam seguir aqueles agentes que desejavam se associar à instituição. De acordo com esse dispositivo, somente seriam admitidos como sócios aqueles indivíduos que não estivessem vinculados, direta ou indiretamente, a nenhuma corrente contrária à ideologia do Estado Novo. Logo, a admissão de novos sócios nos seus quadros deveria seguir os ideais pregados pela agremiação e estava sujeita ao critério da diretoria, que podia, inclusive, excluir aqueles sócios que fossem considerados incompatíveis moral e ideologicamente com os objetivos do INCP. Ainda sobre a exigência ideológica para a aceitação de sócios, o capítulo II informava que “em nenhuma hipótese serão permitidas manifestações, deliberações ou atitudes, de qualquer espécie, hostis ao pensamento político do Chefe do Governo ou desatenciosas a sua pessoa.” Esse parágrafo confirma a intenção dos fundadores do INCP em organizar uma agremiação

engajada nas diretrizes do novo regime político e na sua propaganda (ESTATUTOS, 1940, p. 6).

É importante definir uma primeira distinção sobre o grupo do INCP. Se grande parte da historiografia focaliza suas pesquisas em entidades, órgãos e periódicos oficiais do Estado Novo, essa visão se estende também para a análise dos indivíduos que compunham essas estruturas. Analisar os doutrinadores e intelectuais ligados diretamente ao regime permite compreender como se organizou a produção do discurso oficial, ou seja, o “produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política” é entendido como “especialistas no processo de criação e transmissão cultural” da doutrina e do pensamento do governo (GOMES, 1996, p. 38-39). Mas essas análises historiográficas não avançam sobre aqueles intelectuais que se reuniram em torno de instituições civis, como o grupo que compunha o Instituto.

A partir do exame dos quadros dessa instituição, englobando seus membros fundadores, sócios fundadores, membros da diretoria e demais agentes que participaram em algum grau das suas atividades, percebemos que não é possível definir o INCP como uma instituição homogênea internamente. Pelo contrário, o INCP reunia tanto agentes já consagrados no campo intelectual, quanto aqueles iniciantes, que encontravam no ambiente formado no interior dessa instituição uma importante rede de sociabilidade. É interessante constatar que os intelectuais do Instituto atuavam em diferentes áreas, circulando em diversos campos de produção simbólica. A fim de compreender inicialmente a formação desses agentes, profissão e atuação no Instituto, foi realizado um mapeamento dos fundadores, da diretoria da sede e demais integrantes das diretorias das seções regionais da agremiação. Entre esses nomes estão os de representantes das letras, professores, advogados, jornalistas, funcionários públicos e militares (APÊNDICE B).

A análise da listagem de membros do Instituto Nacional de Ciência Política revela a aproximação da agremiação com os poderes existentes na época e com a imprensa jornalística, característica que reflete a dinâmica das redes de relações dos seus associados. No primeiro caso, é possível perceber a presença de representantes do setor Judiciário em seus quadros, como desembargadores e promotores públicos, e de membros do poder Executivo, que ocupavam cargos nos setores da administração pública. O INCP também estabeleceu relação de proximidade com importantes veículos de imprensa da época, através da sua associação com Manuel Paulo Filho, José Pires do Rio e Abner Mourão, respectivamente diretores dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*.

Seria necessário realizar uma análise prosopográfica²³ para compreender a fundo o grupo de intelectuais envolvidos com o INCP, principalmente aqueles ligados à fundação da instituição, a diretoria da sede carioca e à diretoria das revistas. O resultado de uma pesquisa desse tipo permitiria compreender melhor o papel desempenhado por esses agentes além do círculo institucional, em outras esferas de atuação como a imprensa, a literatura, a política, etc. Mesmo sem esse mapeamento detalhado, é possível enxergar na estratégia de criação de novas instâncias de produção simbólica, como o INCP, que esses intelectuais estavam em busca de um lugar ao sol, nas arenas políticas e intelectuais do Estado Novo. Através de estudos que analisem os intelectuais envolvidos na produção e transmissão do ideário político do regime, é possível ter uma melhor compreensão histórica da efetiva criação de instâncias sociais de projeção, socialização e reconhecimento dos letrados fora dos limites oficiais do Estado.

Um ponto importante a ser discutido nesta trama é o fato de que, além do núcleo central, havia aqueles que podem ser considerados simpatizantes do ambiente constituído pelo INCP, mas que não pretendiam se associar aos quadros dessa instituição. É o caso dos trezentos e cinco indivíduos que, convidados para participar como oradores nas sessões semanais na ABI ou em alguma divisão regional do Instituto, tiveram seus trabalhos publicados nas revistas *Visão Brasileira* ou *Ciência Política*. Verificamos também que essa instituição buscava se aproximar dos intelectuais consagrados da época, ou seja, é possível perceber a presença, mesmo que tímida, dos ideólogos do regime em sua estrutura. Um exemplo disso é o nome do sociólogo Azevedo Amaral, registrado na lista dos fundadores do Instituto Nacional de Ciência Política em agosto de 1940, e como colaborador em diversas edições da revista *Ciência Política*²⁴. Também é o caso de Almir de Andrade, ideólogo do regime estado-novista e diretor responsável pela revista *Cultura Política* (1941-1945), que marcou presença como conferencista nas sessões organizadas pelo INCP em ao menos duas ocasiões: em 19 de dezembro de 1942, com a conferência sobre “As diretrizes da Nova Política do Brasil: pensamento político do

²³ Segundo Miceli (2001, p. 347), os “métodos prosopográficos são utilizados para a reconstrução do perfil de elites e outras formações sociais”, e se define pela “construção da biografia coletiva de um determinado setor da classe dirigente, com base numa estratégia de exposição e análise” cujo *corpus* de evidências e inferências comporta características sociais, escolares, profissionais, etc., que permitem ao pesquisador reconstruir a trajetória ou “destino de classe” de um determinado grupo, para os fins de análise sociológica ou política. Nesse sentido, é importante esclarecer que essa pesquisa não pretende realizar a biografia completa ou mesmo uma análise prosopográfica dos intelectuais que pertenciam aos quadros do INCP, ou daqueles que participaram como conferencistas em suas reuniões semanais, sem assumir outras associações com o grupo. Ao contrário, esse trabalho se limita a apresentar um panorama inicial da composição interna dessa instituição a fim de estabelecer uma identidade inicial para seu núcleo, a partir dos dados coletados nas páginas da revista *Ciência Política*.

²⁴ Azevedo Amaral aparece como colaborador da *Ciência Política* no período de 1940 a 1943, porém a análise da revista não identificou a publicação de artigos de sua autoria.

presidente”; e em 03 de julho de 1944, quando tratou sobre o tema “O presidente Vargas e a política externa do Brasil”.

Outro caso peculiar é o do sociólogo Oliveira Viana que, a convite da seção de Niterói do Instituto, tem seu nome registrado como presidente dessa seção quando de sua fundação em 1941²⁵. O antropólogo Luiz de Castro Faria (2002), em suas análises acerca da biografia e da obra de Oliveira Viana, afirma que

O lugar ocupado por Oliveira Vianna durante o Estado Novo possibilitou a catalisação de uma enorme força de imposição do seu discurso e interesses intelectuais. A partir de sua incorporação na burocracia do Estado, seus livros se deslocaram de preocupações gerais sobre a história e a cultura brasileira para problemas jurídico-políticos mais ou menos pragmáticos, frequentemente a serviço da construção do Estado. A centralidade no poder permitiu influir na criação de órgãos de difusão de suas idéias, como o Instituto de Ciência Política. (FARIA, 2002, p. 132-133).

Ao contrário do que afirma Castro Faria na citação acima, mesmo considerando a importância e a inspiração que as ideias de Oliveira Viana demonstravam no campo intelectual da época, sua indicação para presidente de uma das seções do Instituto Nacional de Ciência Política não significou que esta instituição tenha sido fundada no sentido de difundir o seu pensamento, em específico, ou de qualquer outro intelectual que pertencesse ao centro do poder²⁶. A pluralidade de conferencistas e a figuração de intelectuais já consagrados indica a busca do INCP por uma maior legitimação no conjunto da sociedade. O mapeamento dos fundadores, sócios fundadores e membros da diretoria demonstra que o INCP congregou um número considerável de intelectuais, formando um grupo caracteristicamente diversificado, composto por agentes de diferentes origens e das mais distintas áreas de formação e de atuação profissional.

2.3.2 O idealizador do INCP, Pedro Vergara

Um dos percalços de se pesquisar intelectuais da década de 1940 é a ausência de trabalhos acadêmicos sobre as suas trajetórias, o que normalmente impele o pesquisador a

²⁵ Detalhes a respeito das seções regionais do Instituto Nacional de Ciência Política e, especificamente, sobre a indicação do nome de Oliveira Vianna para o cargo de presidente da seção de Niterói do INCP serão abordados no terceiro capítulo deste trabalho.

²⁶ Um apontamento que deve ser realizado sobre a pesquisa de Luiz de Castro Faria (2002, p. 133), se refere à citação que o autor faz ao artigo “O Instituto Nacional de Ciência Política”, publicado na revista *Visão Brasileira*. Castro Faria diz o seguinte em seu livro: “Mas, o que é” – perguntava Oliveira Vianna (*Visão Brasileira*; ano III, nova fase, vol. I, fascículo III, outubro 1940) – “o Instituto de Ciência Política, instalado em pleno coração da metrópole?”. O texto ao qual pertence essa citação foi publicado sem autoria, não é dedicado a responder um questionamento formulado por Oliveira Vianna acerca do Instituto, e tampouco consta qualquer menção ao nome desse intelectual no corpo do texto, que poderia relacioná-lo ao seu conteúdo. A mesma publicação será utilizada nas análises do próximo capítulo deste trabalho.

leituras biográficas resumidas. Um breve estudo sobre a biografia de Pedro Vergara demonstra que ele é um desses agentes que merecem análises mais substanciais pela historiografia, pois sua extensa trajetória, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Rio de Janeiro, se dividiu entre a literatura, o jornalismo, a política e o serviço público.

Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara nasceu em Porto Alegre, em 18 de junho de 1895, membro de uma família de bacharéis em Direito, com laços fortes na política e na literatura. O irmão, Oswaldo Vergara (1883-1973), bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), tendo seguido carreira como advogado, professor e deputado federal pelo Rio Grande do Sul, pela legenda do Partido Social Democrático (1947-1950); ainda escreveu obras de caráter técnico sobre código civil e gramática portuguesa²⁷ (VERGARA, 2001b, p. 6064). O primo, Luís Vergara (1894-1973), também se bacharelou pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1926), tendo atuado como jornalista e crítico literário; na política, ocupou os cargos de secretário da Presidência da República (1936-1945)²⁸ e de ministro para assuntos econômicos (1953-1954) durante os governos de Getúlio Vargas (VERGARA, 2001a, 6063-6064).

Assim, a trajetória de Pedro Vergara segue os mesmos passos, formando-se em ciência jurídicas e sociais em 1917, pela Faculdade de Direito de Pelotas. No Rio Grande do Sul, atuou como promotor público em São João de Camaquã (1919), Santo Antônio da Patrulha (1920), São Leopoldo (1922-1923) e Porto Alegre (1926-1928), até ser transferido em 1928 para o Rio de Janeiro (1929). No meio jornalístico, fundou o periódico *A Época* em São Leopoldo (1921); foi diretor do jornal republicano *Diário Popular* de Pelotas (1923), e do diário *A Federação* (1933-1934). Na carreira política, elegeu-se deputado pelo Partido Republicano Liberal (PRL), à Assembleia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Sul, em 1933. Em 1940 foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas promotor no Ministério Público Federal, cargo que ocupou até 1943, quando foi nomeado a procurador-adjunto do Ministério Público, tendo atuado nesta função até 1945. Ao fim do Estado Novo, elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD), em 1945. Em 1951, no segundo governo de Vargas, foi nomeado Procurador da República (VERGARA, 2001c, p. 6064-6065).

²⁷ Entre as obras escritas por Oswaldo Fernandes Vergara, encontram-se *Questões vernáculas* (1913), *Problemas de português* (1918), e *Código do processo civil e comercial do estado do Rio Grande do Sul* (1922).

²⁸ Luiz Fernandes Vergara escreveu um livro de memórias sobre o período de 1926 a 1954, intitulado *Eu fui secretário de Getúlio Vargas* (1960).

Em sua atividade como escritor, Pedro Vergara²⁹ publicou diversas obras que tratam de literatura, poesia, direito penal, direito civil, legislação e biografias³⁰. Ele ainda publicou uma autobiografia dividida em três volumes, sob o título principal de *Lembranças que lembram*³¹. Suas memórias abordaram, principalmente, a sua infância e mocidade vividas no Uruguai e em Jaguarão, além de outros momentos da fase adulta, que incluem relações familiares e laços políticos. Entretanto, o autor não apresentou maiores detalhes em sua autobiografia sobre o período compreendido pelo Estado Novo, ou mesmo realizou menções a respeito do Instituto Nacional de Ciência Política. Supõe-se que isso se deva ao fato de Vergara não ter conseguido completar a escrita de suas memórias quando faleceu em 1982, mesmo ano em que é publicado o terceiro volume de sua autobiografia *Lembranças que lembram*. Segundo o que revela o autor neste terceiro livro, “[...] esta obra não terá mais de 4 ou 5 volumes, [...] tive de saltar por cima de muitos anos, para reviver e referir acontecimentos da minha mocidade e da minha maturidade, e aí esgotar o que pudesse merecer menção, por uma vaga exemplaridade benéfica.” (VERGARA, 1982, p. 10). Ainda assim, estranha-se a ausência de citações ao Instituto, entidade à qual dedicou cinco anos de sua vida enquanto desenvolvia funções dentro do Ministério Público Federal, por indicação do presidente Getúlio Vargas. É de se supor que, na conjectura em que se encontrava durante a escrita autobiográfica, a narração das lembranças de momentos vividos e exercidos em apoio a um governo ditatorial não merecessem a “exemplaridade benéfica”. Dentre tantas memórias que dispunha para registrar em sua escrita, as escolhas realizadas por Vergara levaram, de forma consciente ou não, ao apagamento da sua trajetória como idealizador, fundador e principal agente de fomentação do INCP.

Entretanto, em uma passagem do capítulo “Gratidões” ao final do terceiro volume de *Lembranças que lembram*, o autor revela, sem dar maiores detalhes, a relação íntima e de reciprocidade com Getúlio Vargas e com outras figuras de importante atuação política no Rio Grande do Sul e no Brasil. Pedro Vergara ainda afirmava que para esses “amigos”, que lhe abriram “grandes e altas veredas” no terreno da política, teria que escrever livros completos e

²⁹ Pedro Vergara participou com sua obra poética do movimento modernista em sua vertente no Rio Grande do Sul. Ele participou do grupo formado por intelectuais que se reuniam na Livraria do Globo na década de 1920, entre eles Augusto Meyer, Mansueto Bernardi, Theomiro Tostes e Moisés Vellinho. Ver Leite (1978).

³⁰ Em sua vasta bibliografia se encontram obras de poesia: *Lampejos* (1912), *A melopeia dos bosques* (1913), *Paragens Místicas* (1913), *Poeira de sonhos* (1922), *Terra impetuosa* (1927); sobre crítica literária: *A poesia moderna rio-grandense* (1943); sobre a personalidade de Getúlio Vargas: *Getúlio Vargas: orador e escritor* (1945); biografias: *Mansueto Bernardi: esboço de uma grande vida* (1960) e *Flores da Cunha: na opinião dos seus contemporâneos* (1933); e obras jurídicas de caráter específico: *Da liberdade civil* (1940); *Da legítima defesa subjetiva: legislação, doutrina e jurisprudência* (1929); *Das circunstâncias agravantes: doutrina, legislação e jurisprudência* (1948).

³¹ A autobiografia de Pedro Vergara é constituída pelos seguintes volumes: *Lembranças que lembram: Sozinho* (1976, volume 1), *À beira do rio* (1979, volume 2) e *Luz na cidade às escuras* (1982, volume 3).

não aquelas “referências de fim de livro”. Na citação a seguir, Vergara deixa entrever a importância que Vargas teve em sua trajetória política.

O que fiquei devendo a Flores [da Cunha] e a Getúlio foi a minha carreira política, – e tudo o que eles puderam e quiseram fazer por mim lhes foi retribuído, da melhor maneira, de modo integral, exaustivo, pelos serviços que lhes prestei e pelos perigos que tive de arrostar, para cumprir com eles o meu dever. E não deixarei de mencionar, por último, dois nomes, a quem fiquei devendo estima, solidariedade, defesa, calor humano; aludo a João Neves da Fontoura e a Lindolfo Collor, – os dois maiores talentos políticos, – excetuado Getúlio, – e as inteligências mais brilhantes que o Rio Grande terá dado ao Brasil, neste século. (VERGARA, 1982, p. 213).

Portanto, a trajetória de Pedro Vergara demonstra que ele era o tipo de agente que se movimentava em diferentes espaços na sociedade brasileira, entre os anos de 1920 e 1940. Essa dinâmica social na qual Vergara estava inserido lhe possibilitava estabelecer diversas redes de sociabilidade que se cruzavam e se estruturavam em determinados momentos, resultando na formação de novas agremiações culturais, como o Instituto Brasileiro de Cultura e o Instituto Nacional de Ciência Política. Apesar de não terem sido registrados comentários em sua obra memorialística a respeito da sua participação nessas instituições, aqueles que compartilharam da sua presença nesses espaços durante a década de 1940, deixaram registrados o reconhecimento das atividades e da obra intelectual de Vergara.

De acordo com o que já foi exposto por este trabalho, analisar a história institucional do INCP requer leitura, reflexão e mapeamento das suas revistas e da imprensa da década de 1940. Essa metodologia permitiu compreender que o idealizador do Instituto e o seu principal agente de fomentação era o intelectual Pedro Vergara. Seu protagonismo como idealizador do Instituto era algo nítido desde o início das atividades da agremiação, em 1940. Na sessão solene do dia 27 de julho de 1940, o vice-presidente do INCP, Pires do Rio (1940, p. 50), conferencia no discurso inaugural que “[...] coube-me a honra de falar nesta reunião, honra imposta pela gentileza do 1º vice-presidente, cuja palavra é a que se deveria ouvir, por lhe ter cabido a maior responsabilidade na fundação de nosso Instituto, iniciativa inspirada por claro imperativo de patriotismo.”

Nessa perspectiva, é interessante retomar a entrevista concedida pelo presidente do INCP, Manuel Paulo Filho, a *O Estado de São Paulo*, em 1942. Essa entrevista, concedida para um jornal de grande circulação na época, é um exemplo do reconhecimento dos pares de Pedro Vergara às suas ações estratégicas no campo de produção simbólica, com a fundação de uma instituição intelectual. De acordo com o que afirmou Paulo Filho, foi Vergara quem concebeu a ideia de formar a nova instituição e ele era também o seu “grande animador”.

Pedro Vergara, meu amigo e colega na Assembleia Nacional Constituinte, teve a ideia de uma organização com fins culturais, especialmente destinada ao estudo da vida e

da obra dos grandes homens públicos do país, em geral, e em particular das realizações que, no seu governo, praticasse o sr. Getúlio Vargas. Em síntese, foi este o pensamento de Vergara – pensamento que eu e os demais adotamos. Tratamos de corporificar a idéia, e Vergara com o auxílio de outros juristas, elaborou os respectivos estatutos na forma da lei civil. (DIVULGAR..., 1942, p. 1).

Além de ser idealizador e fundador do INCP, Vergara se apresentava como seu principal agente catalizador. Esse fato é corroborado diversas vezes por textos publicados na *Visão Brasileira* e na *Ciência Política*, como o do professor Mauricéa Filho (1941, p. 65) que, tratando da inspiração que o Estado Novo fornece à cultura e o conseqüente “surto de Renascimento” na “intelectualidade brasileira”, afirma que “o Instituto Nacional de Ciência Política, que a inteligência incomum de Pedro Vergara consubstanciou nesta esplendida realidade, é realmente um dos reflexos mais nítidos do atual panorama cultural do país”. Já o professor Pio Benedito Ottoni (1941, p. 142), em conferência pronunciada no dia 13 de março de 1941, afirmava que “[...] a inconfundível figura, aqui presente, do idealizador, criador e impulsionador do Instituto Nacional de Ciência Política, o modelo de dedicação e operosidade, o Sr. Dr. Pedro Vergara.”

O investimento intelectual de Pedro Vergara na organização do Instituto era enfatizado nos relatos dos seus contemporâneos na década de 1940. De acordo com o diagnóstico realizado pelo escritor Mário Sombra (1941, p. 24), os resultados das “mais fecundas” atividades que o Instituto vinha desenvolvendo na sociedade brasileira eram devidos ao “genio organizador e á cultura de Pedro Vergara que o guia em, todos os momentos com abnegação admirável.”

Controlando-o em todas as suas atividades, incansavel e irradiando simpatias, Pedro vergara dedica á sua obra tal dedicação e nela está de tal forma integrado que difícil se tornaria, senão impossível, conceber o “seu” Instituto sem ter o seu nome a animá-lo. Quem de perto conhece esse dinamico filho dos Pampas, não poderá jamais, duvidar do êxito da sua obra. (SOMBRA, 1941, p. 24).

Nesses relatos transparece a admiração de outros agentes à figura de Pedro Vergara como intelectual, e igualmente demonstra o reconhecimento do campo intelectual ao mérito seu como idealizador do Instituto. Os recortes refletem a opinião daqueles que concordavam com o projeto intelectual do INCP e que também participavam das suas atividades culturais. No entanto, como será abordado a seguir, o surgimento e o início das atividades dessa instituição não contaram com o apoio de todos os que estavam inseridos no campo intelectual brasileiro.

2.3.3 O INCP e o DIP

No exemplar de março de 1941 da revista *Ciência Política*, um artigo assinado em nome do Instituto Nacional de Ciência Política e publicado sob o título de *Idéia e Ação* celebrava o

aniversário de um ano dessa instituição, além de apresentar em seu conteúdo um balanço sobre as suas atividades desenvolvidas até aquele momento. Apesar de evidenciarem os sucessos que o INCP vinha alcançando ao longo daquele período, as primeiras linhas do texto abordavam uma questão importante para este trabalho, pois refletiam sobre a inserção dessa agremiação no campo intelectual brasileiro da década de 1940.

Quando nos ocorreu a idéia de fundar o Instituto Nacional de Ciência Política, — ha precisamente um ano, — houve os timoratos, os ceticos e os indecisos que se opuseram ao tenteme [sic]. Todas essas resistências, porém, foram postas de lado e o Instituto se converteu em realidade. Contando, exclusivamente, com os esforços e a boa vontade de alguns amigos dedicados do Presidente Getulio Vargas, que aceitaram, desde o primeiro momento, a idéia e acreditaram na sua viabilidade, o Instituto foi fundado e instalado e as suas atividades tiveram inicio. (IDÉIA..., 1941, p. 3).

Um outro aspecto relevante a ser citado se refere ao fato de que, desde o início da sua organização, o Instituto buscou definir sua posição encomiástica em relação ao regime, seguindo inclusive as orientações do Departamento de Imprensa e Propaganda, principal órgão de censura e de propaganda do Estado Novo. No mesmo artigo acima mencionado, entre os objetivos da fundação daquela instituição cultural,

[...] o mais importante, sem dúvida, é o de congregar as elites intelectuais, em torno do pensamento do Estado Novo, de acordo com a fecunda orientação já posta em prática, por outras instituições, de natureza oficial, “signanter”³² [sic] o Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja obra benemerita, nesse sentido, é de todos os brasileiros, suficientemente conhecida e aplaudida. (IDÉIA..., 1941, p. 4).

No entanto, um ano antes da publicação desse artigo, a fundação do Instituto parece ter despertado incerteza e desconfiança por parte do diretor do DIP, Lourival Fontes. Em quinze de maio de 1940, dois meses antes da sessão inaugural e do início das atividades culturais do INCP, em correspondência encaminhada ao então presidente Getúlio Vargas, Pedro Vergara agradecia sua nomeação para o Ministério Público do Distrito Federal³³ e afirmava que, como forma de agradecimento ao “gesto cavalheiresco”, retribuiria colocando sua ação e seu pensamento à disposição de Vargas, “para tudo o que for necessário, a bem do seu grande nome,

³² O autor provavelmente se refere ao vocábulo “signator”: alguém que assina ou que testemunha algo. Segundo o dicionário Oxford: *A person who signs or affixes a seal; a signatory*. Ver: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/signator>> .

³³ De acordo com o *Correio da Manhã*, de 28 de abril de 1940, entre os atos do governo na pasta da justiça estava a nomeação do bacharel Pedro Vergara a 9º Promotor Público do Ministério da Justiça do Distrito Federal (DECRETOS..., 1940, p. 3). Já o periódico *A Noite*, informava que no dia 18 de junho de 1940 haveria um “banquete” no Automóvel Club do Brasil, organizado pelos “amigos e admiradores do Dr. Pedro Vergara, por motivo de sua nomeação para o Ministério Público da Capital”. Na comissão promotora da homenagem estavam os nomes de Aldo Prado, José Severiano, Beni Carvalho, Augusto Sabóia Lima (representando o Instituto Brasileiro de Cultura), Manuel Paulo Filho, Adhemar de Assumpção, Santa Cruz Lima, Mario Magalhães, Renato Travassos e Atilio Vivaqua (HOMENAGENS..., 1940, p. 4).

da sua obra de governante, dos serviços inestimáveis” prestados à pátria pelo presidente³⁴. A carta de Vergara tinha por objetivo explicitar e reiterar a fundação do Instituto, porém o correspondente explicava que,

Infelizmente, essa iniciativa não foi suficientemente compreendida pelo Dip, que lhe negou apoio, sob a inexata arguição de lhe pertencer a ideia, que teria sido por mim deturpada (ainda bem!). É certo, Sr. Presidente, haver chegado ao meu conhecimento, de modo indireto, que o Sr. Lourival Fontes pretendia fundar no país uma “Academia de cultura política”. (VERGARA, 1940a, grifo do autor).

Em contra-argumento, a recusa de apoio e a confusão causadas por Lourival Fontes, Pedro Vergara buscava explicar as “verdadeiras finalidades” do Instituto, além de desvesti-lo de qualquer traço que permitisse a Fontes identificar nessa instituição uma ameaça às instituições do governo. O correspondente ainda criticava a iniciativa “inexperiente” do diretor do DIP de fundar uma “[...] academia, num momento de ação, de luta, de dinamismo e, especialmente, de descida a todas as camadas de opinião e de proselitismo em todos os meios que possam ser arregimentados [...]”. Vergara explicava que sua iniciativa não colidiria com a ideia de Fontes e as duas poderiam até mesmo coexistir e se completar, pois o Instituto faria aquilo que uma academia não poderia realizar. Logo, pode-se compreender que, na visão de Pedro Vergara, a formação de uma academia no contexto do Estado Novo representava o retorno ao imobilismo intelectual da torre de marfim dos primeiros anos da República, que isolava os homens de letras da realidade social brasileira³⁵, enquanto que a formação de uma agremiação como o Instituto teria um caráter mais enérgico de atuação na sociedade. Vergara afirmava, então, sua convicção de que toda a “propaganda das ideias, da ação e dos fins” objetivada por Getúlio Vargas “[...] como homem de Estado, deve ter um caráter privado, ou pelo menos parecer que o tem.” (VERGARA, 1940a, grifo do autor). Segundo o autor da carta, essa posição em relação à propaganda geraria um efeito triplo.

O primeiro efeito desse sistema é criar núcleos de opinião que deem aos indiferentes de hoje e companheiros de amanhã e aos adversários não devorados pelo ódio e pela ambição, a sugestão dos movimentos espontâneos, naturais, independentes. O segundo efeito é criar, por toda parte, um ambiente de palpitação, de interesse, de

³⁴ O documento supracitado encontra-se no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em seu acervo, o CPDOC possui arquivos de documentos pessoais já digitalizados para o pesquisador, entre eles, o Arquivo Getúlio Vargas, onde se encontra a referida correspondência de Pedro Vergara ao presidente Getúlio Vargas.

³⁵ Em seu discurso de posse na cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras, pronunciado em 29 de agosto de 1943, Getúlio Vargas também criticava o isolamento dos literatos de outrora na “torre de marfim” e afirmava que o papel das academias naquele momento correspondia a “uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador”. Vargas afirmava que naquele momento se operava a “simbiose entre homens de pensamento e ação”, pois a ABL estava recebendo em seu seio tanto “poetas e romancistas”, como “representantes das profissões liberais, juristas historiadores, políticos e até industriais.” (VARGAS, 1944, p. 223-224).

evidencia, em torno da ação política e da obra governamental de v. exc. O terceiro efeito é criar, por assim dizer, uma “ponte”, não oficial, por onde possam aderir a v. exc. os indiferentes e os adversários, que desejam fazê-lo, com dignidade, mas não o podem, porque ninguém os procura, e têm receio de começar, eles próprios... (VERGARA, 1940a, grifo do autor).

O documento expunha em minúcias os propósitos iniciais de Pedro Vergara com a fundação do Instituto em março de 1940, ou seja, oportunizar um espaço de propaganda e de opinião para todos aqueles que não encontravam lugar na oficialidade do regime. Logo, o INCP se configuraria como um “órgão sintonizador de opinião”. Para atingir esses objetivos, Vergara apresentava suas pretensões de organizar o Instituto em todas as capitais do país e em cidades do interior.

[...] de sorte que, necessariamente, num dia determinado de cada semana, em todo o país, à mesma hora, em cerca de dois mil centros urbanos, haja um orador na tribuna que esteja discorrendo sobre as ideias de v. exc., que esteja expondo ao auditório o que v. exc. fez pelo Brasil, que esteja explicando o sentido, o alcance, as vantagens das suas atitudes políticas, das suas leis mais discutidas, das suas intenções por ventura deturpadas. (VERGARA, 1940a).

Assim, a correspondência de Vergara é esclarecedora quanto a sua intenção de fundar uma instituição de caráter propagandístico para o regime estado-novista, que se constituiria em uma “rede capilar de opinião”, “sem o caráter partidário” e federalizada em sua direção central, no Rio de Janeiro (VERGARA, 1940a).

Mesmo considerando a brevidade do documento, o fato de se desconhecer os argumentos do próprio Lourival Fontes ao negar o apoio à fundação do Instituto, ou mesmo se saber de uma possível resposta do presidente Getúlio Vargas à carta de Pedro Vergara, a fonte em questão evidencia em seu conteúdo um importante relato sobre o contexto intelectual da década de 1940. Em sua argumentação, o correspondente apresenta alguns elementos que caracterizam e exemplificam dois pontos fundamentais de análise desenvolvidos ao longo deste trabalho, ou seja, sobre as relações que os intelectuais brasileiros estabeleceram entre si, incluindo as lutas de concorrência estabelecidas no interior do campo intelectual, e sobre a relação que essa intelectualidade buscava estabelecer com o Estado.

Outra questão importante na correspondência diz respeito à formação da primeira diretoria do Instituto e a hierarquização no interior dessa agremiação. Pedro Vergara informava ao seu correspondente os nomes daqueles que ele havia convidado para constituir a primeira diretoria do Instituto no Rio de Janeiro. Entre eles, José Pires do Rio, que teria sido indicado para o cargo de primeiro vice-presidente da instituição; o seu próprio nome como segundo vice-presidente; e o de Manuel Paulo Filho, indicado para ser o terceiro vice-presidente. Como secretários do INCP, Vergara comentava que havia convidado Atilio Vivaqua, definido como

“político outrora influente no Espírito Santo e hoje amigo dedicado de v. exc.”; e Aldo Prado, caracterizado como “aquele brilhante jornalista e advogado cearense, hoje residente no Rio”. Vergara apresentava os escolhidos para secretariar a agremiação de forma mais detalhada, acrescentando ainda que Atilio Vivaqua e Aldo Prado mereceriam ser aproveitados pelo governo, pois ambos prestariam “serviços inestimáveis” ao Estado. É curioso retomar que dois anos após essa correspondência enviada ao presidente, Vergara (1942, p. 3) discursaria em sessão do INCP se referindo a Aldo Prado como como um advogado iniciante e a Atilio Vivaqua como um jurista da província.

Mais interessante ainda foi a indicação do nome para a presidência do Instituto. Na correspondência, Vergara afirmava que o cargo de presidente da entidade ainda não estava definido, pois o seu convite em carta realizado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares³⁶ não havia sido respondido até aquele momento. Essa última informação possibilita a interpretação de que, no momento inicial de organização da instituição, a primeira escolha para a presidir o INCP recaiu em uma personalidade de destaque na sociedade brasileira. Em 1940, Macedo Soares desfrutava de vasta carreira e influência nos setores político e cultural, caso aceitasse o convite de Vergara, sua presença possivelmente incidiria sobre a visibilidade das atividades da nova agremiação na sociedade. Porém, na ausência de uma resposta deste convidado, Vergara solicitava ao próprio presidente Getúlio Vargas que indicasse um outro nome para ocupar o cargo de presidente do INCP, o que agrega a compreensão de que naquele momento Vergara buscava alguém para ocupar uma posição de caráter honorífico (VERGARA, 1940a). Este fato é confirmado pelos estatutos da instituição, que definiam a constituição dos cargos da diretoria do INCP.

Art. 10º. A diretoria é constituída de um presidente de honra, de um presidente, de três vice-presidentes, de um secretário geral, de três secretários, 1º, 2º e 3º, eleitos por três anos e ~~reelegíveis~~ [sic], e de uma comissão de organização e propaganda, nomeada pelo presidente e por êle demissível (ESTATUTOS, 1940, p. 7, grifo do autor).

No fim das contas, a eleição por aclamação para diretoria do Instituto realizada em 09 de julho de 1940, reorganizaria a ideia inicial apresentada por Pedro Vergara em carta ao presidente Vargas. Manuel Paulo Filho seria eleito presidente do INCP, enquanto que Pedro Vergara e José Pires do Rio assumiriam, respectivamente, as posições de primeiro e segundo

³⁶ José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1905. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, foi nomeado para o Ministério das Relações Exteriores (1934-1936) e para o Ministério da Justiça (1937). Também atuou como presidente de entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936-1951) e o Instituto Histórico Geográfico do Brasil (1939-1968). Na Academia Brasileira de Letras, foi eleito para a cadeira 12 no ano de 1937 e atuou como presidente da instituição na gestão de 1942 e 1943 (IBGE, 2008).

vice-presidentes. Já Atílio Vivaqua seria o terceiro vice-presidente, permanecendo apenas Aldo Prado no cargo de secretário geral da instituição.

Essa nova organização na estrutura da diretoria do INCP parece ter sido uma segunda opção no planejamento de Pedro Vergara, na ausência de Macedo Soares ou outro agente com um capital simbólico parecido. Logo, é possível concluir que as eleições para primeira diretoria do INCP teriam se dado como mera formalidade à uma decisão já estabelecida internamente pelos seus fundadores. Como foi visto anteriormente, em discurso pronunciado no ano de 1942, Vergara (1942, p. 4) afirmava que, por sua indicação, os nomes de Paulo Filho e Pires do Rio teriam sido eleitos para ocuparem os cargos de presidente e vice-presidente. Consequentemente, outro ponto importante a ser interpretado é que mesmo sendo o idealizador da instituição, Pedro Vergara não parecia disposto a ocupar o cargo de presidente do Instituto, optando por deixar essa posição para indivíduos que ele qualificava como “homens ilustres”, como Macedo Soares e Manuel Paulo Filho (VERGARA, 1942, p. 4). Vergara só iria assumir a presidência do INCP no ano de 1943, quando das eleições para nova diretoria.

2.3.4 O início das atividades culturais do INCP

A inserção do Instituto Nacional de Ciência Política no ambiente cultural da década de 1940 aconteceu de forma gradual. Ao longo dos seus cinco anos de atuação, o núcleo central das atividades culturais projetadas por essa instituição se caracterizou por promover sessões³⁷ de conferências, estudos e debates realizados semanalmente aos sábados, às 17 horas, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI)³⁸. De acordo com a análise das fontes, a Associação era o local predominante para a realização das conferências do Instituto. Índícios fotográficos (reproduzidos na imagem 1) apontam que a grande maioria das reuniões ocorreram no Salão do Conselho da ABI, com espaço para cerca de cem pessoas. Em poucas ocasiões as sessões ocorreram no Auditorium do edifício da ABI, porém sem nenhum motivo aparente. Um ano após a fundação do Instituto, um texto não assinado na revista *Ciência Política* apresentava os

³⁷ Os estatutos do INCP previam que para a execução dos seus objetivos seriam realizadas reuniões públicas, compostas por conferências e dissertações (ESTATUTOS, 1940, p. 4). Os estatutos ainda estabeleciam dois tipos de sessões: as ordinárias, destinadas a conferências com fins sociais, e as solenes, que não estavam definidas pelo dispositivo, mas que compreendemos que se tratava de sessões de caráter comemorativo e especial. Também podiam se reunir em Assembleia Geral, destinada a assuntos internos da instituição (como eleições da diretoria e prestação de contas) e em Assembleia Especial, para resolver assuntos de extrema urgência (como a exclusão de membros) (ESTATUTOS, 1940, p. 10).

³⁸ O edifício da atual sede da Associação Brasileira de Imprensa foi inaugurado em 1938, durante a presidência do advogado e jornalista Herbert Moses. A ABI possui um auditório no 9º andar, com capacidade para cerca de mil pessoas, e outro no 7º andar, com capacidade para cerca de cem pessoas, onde aconteceram a grande maioria das reuniões do INCP. Os espaços internos da instituição permanecem os mesmos desde a sua fundação.

“profundos agradecimentos” do Instituto aos seus colaboradores, entre eles, a Herbert Moses, “[...] ilustre presidente da Associação Brasileira de Imprensa que pôs à nossa disposição, para nossas conferências e debates, o seu luxuoso e confortável “auditorium.” (IDÉIA..., 1941, p. 5). Essa citação possibilita a interpretação de que os membros da diretoria do INCP mantinham uma importante rede de relações com membros do setor da imprensa carioca da década de 1940. Essa rede incluía, por exemplo, o presidente da Associação, Herbert Moses. Esses laços de sociabilidade facultavam aos sócios do INCP a disponibilidade dos espaços físicos da ABI para as reuniões da agremiação que, como vimos, em sua maioria aconteceram nas dependências daquela instituição.

De acordo com a revista *Visão Brasileira*, em 27 de julho de 1940 o INCP dava início ao seu programa de atividades com a sua sessão solene inaugural, que foi amplamente anunciada nos jornais da época. A ocasião contou com as presenças de Geraldo Mascarenhas, representante do Presidente da República; do Major Fernandes Dória, representante do Ministro da Justiça; do Capitão Felisberto Batista Teixeira, Delegado Especial de Segurança Política; e dos membros da diretoria do INCP³⁹. Já a conferência principal da sessão de inauguração ficou a cargo do jurista Jorge Severiano, que tratou sobre o tema “Getúlio Vargas e a ordem jurídica”. A reunião também contou com o discurso inaugural realizado pelo segundo vice-presidente, José Pires do Rio, que apresentou ao público presente no auditório da ABI os objetivos a que se propunha o INCP enquanto entidade cultural (INSTITUTO..., 1940a, p. 49-50).

Como em qualquer evento que se propõe à realização de conferências e debates, as sessões culturais semanais realizadas na ABI apresentavam uma organização interna, que pode ser verificada na seção dedicada às *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política*, publicada nas páginas das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*. Logo, a dinâmica das sessões consistia na composição da mesa da sessão, que a era presidida por algum convidado especial ou membro da diretoria do INCP, além dos demais convidados e dos palestrantes daquele dia. Durante seus cinco anos de atuação, diferentes personalidades oficiais e figuras de destaque da sociedade brasileira foram convidadas a participar das reuniões organizadas pelo

³⁹ A ausência do jornalista Manuel Paulo Filho, presidente do Instituto Nacional de Ciência Política, foi sentida na sessão inaugural das atividades da instituição. O motivo para o seu não comparecimento foi a realização de uma viagem a Lisboa em 15 de julho de 1940, como representante do jornal *Correio da Manhã*, do qual era o diretor, e como delegado da Associação Brasileira de Imprensa para as comemorações dos centenários da fundação de Portugal (1139) e a Restauração (1640). Antes desta viagem, Paulo Filho foi homenageado pelos membros do INCP com um almoço, no dia 13 de julho, No salão da Taberna Azul, onde compareceram Pires do Rio, Pedro Vergaram, Herbert Moses, Atilio Vivacqua, Humberto Grande, coronel Costa Neto, Carlos Lassance, Walfredo Machado, Mário Magalhães, Benjamim Vieira, Hélio Gomes, Aldo Prado, Octacílio Alecrim, Augusto Sabóia Lima, Ferreira Netto, L. Guida, Carvalho Netto, Santacruz Lima, Vasco dos Reis Gonçalves, Rubinstein Roland Duarte, J. A. Nogueira e Renato Travassos (HOMENAGEM..., 1940, p. 3).

Instituto no Rio de Janeiro, entre eles, diversos representantes do presidente da República, como Geraldo Mascarenhas da Silva e Ângelo Nolasco de Almeida; os ministros da Educação e da Guerra, Gustavo Capanema e Eurico Gaspar Dutra; os generais Góis Monteiro e Meira de Vasconcelos. Da diplomacia, contou-se com Paulo Hasslocher e o Embaixador do Paraguai, General Juan Bautista Ayala. Além disso, estiveram presentes os interventores federais Nereu Ramos, de Santa Catarina, Manoel Ribas do Paraná, Landulfo Alves, da Bahia e Álvaro Maia, do Amazonas.

As “concorridas sessões” do Instituto transcorriam com as falas de pelo menos três oradores previamente inscritos ou convidados, sendo que o orador principal discursava por um espaço de até uma hora, enquanto que aos demais era reservado o tempo estimado de dez minutos. As sessões tinham entrada gratuita ao público, e o INCP também divulgava na imprensa carioca o convite para que a população comparecesse as suas reuniões realizadas no Rio de Janeiro. Nos registros das *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política* publicados nas revistas, seus editores expressavam em diversos momentos que as plateias das reuniões na ABI se constituíam por um amplo público⁴⁰. É o caso da sessão de 18 de julho de 1942, cujo registro na *Ciência Política* informava que ocorrera “[...] uma das suas sessões mais importantes, não só pela significação das matérias debatidas, como pelo numeroso auditório que a ela compareceu.” (ATIVIDADES..., 1942, p. 17). O recorte abaixo, composto por duas fotografias publicadas conjuntamente pela revista *O Malho* (A LEI..., 1942, p. 38), é o testemunho imagético dessa sessão, que teve como objeto de debate a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 09 de abril de 1942. Na primeira imagem, é possível identificar no centro e em pé, o momento exato em que o orador principal, o professor La-Fayette Cortes, conferenciava sobre a vida escolar após a reforma do ensino secundário. Essa fotografia ainda retrata a composição da mesa⁴¹, que contou com a presidência do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, sentado logo à direita do conferencista principal. Já na segunda fotografia,

⁴⁰ Como será abordado em detalhes no terceiro capítulo, o coronel Ary Maurell Lobo em carta a Viriato Vargas no ano de 1943, apontava uma presença “reduzidíssima” de público nas sessões do Instituto Nacional de Ciência Política (LOBO, 1943). Essa informação contradiz as afirmações dos editores da *Visão Brasileira e Ciência Política* na seção de *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política*.

⁴¹ Não foi possível identificar os nomes dos outros membros que compuseram a mesa da sessão de 18 de julho de 1942, pois o registro das atividades desse dia na revista *Ciência Política* não é conclusivo. Ele informa, por exemplo, que Pedro Vergara teria convidado para a mesa, além do ministro Gustavo Capanema (presidente da mesa), os participantes seguintes, em ordem: La-Fayette Cortes (conferencista principal), Renato de Almeida (segundo orador), Abgar Renault, Assis Ribeiro, Arnaldo Belucci (terceiro orador), Adriano Pinto (quarto orador), Luciano Lopes e Álvaro Bomilcar (ATIVIDADES..., 1942, p. 17). Entretanto, Abgar Renault, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação e o professor Paulo Assis Ribeiro, podem ser identificados nas poltronas do auditório da ABI, no canto a direita da segunda fotografia. Essa informação é confirmada, inclusive, pela revista *O Malho* (1942, p. 38).

é registrada a presença de cerca de quarenta ouvintes, entre homens e mulheres, no auditório do Salão do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa.

Imagem 1 – Registro da sessão do Instituto Nacional de Ciência Política



Fonte: A LEI..., 1942, p. 38.

De acordo com a interpretação dos resultados obtidos pelo levantamento quantitativo realizado para esta pesquisa⁴², algumas sessões do Instituto apresentaram “tema livre”, em que os assuntos abordados pelos conferencistas inscritos versavam sobre as principais pautas em voga na sociedade brasileira, ou seja, a reunião não se encerrava em uma única temática. Em outros momentos, as sessões eram previamente estruturadas segundo uma temática ou ocasião especial. Nas sessões organizadas sob um tema específico, este era debatido por todos os conferencistas inscritos ou convidados. Um exemplo dessa modalidade foi visto acima, com a sessão sobre a reforma do ensino secundário ocorrida em 1942. Outra amostra desse tipo de organização aconteceu no mês de setembro do ano de 1942, em que se debateram os seguintes temas: “Getúlio Vargas e a nação”, em 12 de setembro; “Getúlio Vargas e a guerra”, em 19 de setembro; e “Getúlio Vargas e o caminho da vitória”, em 26 de setembro de 1942.

Já as sessões cujo propósito era retratar alguma ocasião especial, se caracterizavam como encontros em que os membros do INCP e os convidados se reuniam para celebrar à memória de personalidades ou instituição. Exemplos desse tipo ocorreram nas sessões de 26 de

⁴² O mapeamento realizado nas revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política* sobre as *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política* considerou informações como a data, o local, o tema, a composição da mesa, os conferencistas e as conferências realizadas pela entidade. O produto desse instrumento resultou na identificação de duzentas e sessenta e três sessões realizadas pelo Instituto, entre julho de 1940 a novembro de 1945. Além disso, o conteúdo analisado permitiu a esta pesquisa compreender a dinâmica e a intensa atividade cultural, intelectual e política desenvolvida pelo INCP.

outubro de 1940, em homenagem à memória de Júlio de Castilhos; de 20 de dezembro de 1941, cujo objetivo era homenagear o Exército brasileiro; e na sessão de 19 de agosto de 1944, para homenagear à memória de Clóvis Bevilacqua. Em outros momentos, as sessões podiam assumir um caráter comemorativo, principalmente nas efemérides ligadas às celebrações nacionais e ao novo regime, como nas datas do aniversário do presidente Getúlio Vargas, da Revolução de 1930, da implementação do Estado Novo, da Independência e da Proclamação da República. Os discursos proferidos pelo presidente em ocasiões oficiais e solenidades nacionais também eram utilizados como mote para as conferências do INCP. Como exemplos, na sessão do dia 11 de outubro de 1941, foi debatido o discurso do Rio Amazonas, proferido por Getúlio Vargas em 1940; já a sessão do dia 23 de maio de 1942 foi dedicada a refletir sobre o discurso aos trabalhadores, proferido pelo presidente no 1º de maio de 1942.

Como será analisado nas próximas páginas, muitas das conferências pronunciadas nas sessões do Instituto seriam publicadas como artigos no boletim mensal de divulgação das atividades dessa instituição, na revista *Visão Brasileira* e, principalmente, na *Ciência Política*.

2.4 A REVISTA VISÃO BRASILEIRA

A análise da fase inicial do Instituto Nacional Ciência Política, de sua formação e estruturação mostrou que essa agremiação cultural atuava dentro de um projeto intelectual que incluía a execução de um programa de estudos, conferências e debates, realizados semanalmente em sessões públicas na Associação Brasileira de Imprensa. Outro componente do projeto institucional do Instituto incluía a publicação de um periódico mensal, que se configuraria como um veículo de expressão das suas ideias e de divulgação das suas atividades culturais. Assim, como resultado da fermentação intelectual ocorrida no interior desse espaço sociabilidade, o INCP iniciou a publicação de uma revista mensal, a *Visão Brasileira*, em 1940 e depois a *Ciência Política*, de 1940 a 1945. A publicação dessas revistas demonstra a tentativa de um maior alcance da divulgação das atividades do INCP, ou seja, através delas o movimento de ideias promovido pela instituição não se restringiria ao seu meio, mas circularia por ambientes além do seu centro de efervescência, ampliando a inserção desse grupo no meio intelectual e cultural dos anos de 1940. É importante destacar ainda que, para o ambiente intelectual da época,

[...] participar de núcleos menores e mais seletos, como o das revistas, era fundamental, não só porque fazia parte de qualquer estratégia de ascensão intelectual (o que não ocorria sem suportes político-sociais), mas também porque os periódicos eram a base de circulação de ideias da época. (GOMES, 1996, p. 46).

É comum hoje, dentro da historiografia, o uso de periódicos como fontes para o conhecimento do passado. Porém, até a década de 1970 esse quadro era bem diferente no Brasil, pois poucos trabalhos consideravam a imprensa, os jornais e as revistas, como possibilidades para se conhecer e escrever a história. Tania Regina de Luca (2008), em seu texto *Fontes impressas: História do, nos e por meio dos periódicos*, aborda a mobilização da escrita da história em relação a esses tipos de fontes. Além de retomar o debate sobre a “hierarquia qualitativa dos documentos” e o deslocamento dessa concepção junto à Escola dos *Annales* no final do século XX, a autora analisa o lugar reservado à imprensa na historiografia brasileira, traçando os trabalhos pioneiros no uso desse tipo de fonte. São apontados historiadores que demonstram que se pode fazer a “história da imprensa” como objeto de pesquisa; “por meio da imprensa”, como fonte de análise histórica; e como a história é contada “nos periódicos”. Tania de Luca também debate a metodologia utilizada para se trabalhar com jornais e revistas na historiografia, trazendo sugestões de práticas e de procedimentos para o uso dessas fontes. Suas análises são importantes, pois demonstram “a riqueza da fonte periódica e suas múltiplas abordagens”, e fornecem uma perspectiva sobre o “conteúdo e os idealizadores” da imprensa periódica, possibilitando, no caso desse trabalho, estabelecer reflexões acerca de qual lugar ocuparam o INCP e as suas publicações na sociedade; e também sobre qual o papel dos seus intelectuais na difusão da ideologia do governo (LUCA, 2008, p. 129).

Considerando que a publicação de um periódico era parte do projeto intelectual do Instituto, é natural que o desenvolvimento deste trabalho, em sua metodologia, se detenha no exame da *Visão Brasileira* e da *Ciência Política*. Posto isso, devido à ausência de pesquisas históricas que tenham como objeto de estudos essas duas revistas, serão realizadas análises que compreendam alguns aspectos intrínsecos a elas, como a destinação, estruturação, produção, colaboradores e conteúdo intelectual.

A partir da análise do exemplar de novembro de 1940 da *Ciência Política* identificamos a existência de outra revista, além daquela, como órgão de imprensa do Instituto. Já o mapeamento realizado por essa pesquisa em jornais da década de 1940 encontrou informações importantes, que confirmavam esse fato. Em nota publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, em 24 de julho de 1940, o INCP informava que dentro em breve a instituição lançaria uma revista, a *Visão Brasileira*, cujo primeiro número traria “[...] a colaboração selecionada com estudos interessantíssimos sobre Economia Política, administração, direitos e temas sociológicos.” (INSTITUTO..., 1940e, p. 10). O *Jornal do Comércio*, em 26 de julho, informava que “a revista

Visão Brasileira órgão do Instituto, dirigida pelo Dr. Pedro Vergara, deverá publicar o seu primeiro número até o dia 15 de agosto próximo.” (INSTITUTO..., 1940f, p. 5).

Essas informações demonstraram a necessidade de se ter acesso ao periódico para uma melhor compreensão das suas características. Após diversas pesquisas, foram localizados três exemplares da *Visão Brasileira* e a análise em si da revista revelou outro fato interessante. Em sua capa consta a informação “Ano III – Nova Fase”, e a leitura da revista comprova que na realidade o periódico já existia anteriormente à fundação do Instituto, assumindo a partir do mês de agosto de 1940, o caráter de órgão oficial do INCP. No texto de abertura da nova fase da revista, Pedro Vergara apresentava os objetivos aos quais se dedicaria o periódico, a partir daquele momento,

A revista “*Visão Brasileira*” se destina, daqui por diante, a publicar as conferências, estudos, investigações e debates do Instituto Nacional de Ciência Política. A vida e as finalidades da Revista, portanto, se confundem e se entrosam com a vida e as finalidades do Instituto. É o que será a obra dessa novél instituição cultural, – os fatos o irão dizer, dentro em pouco. (VERGARA, 1940b, p. 1).

Não existem referências na historiografia a respeito do surgimento ou de outras atividades da *Visão Brasileira*. Assim, buscamos nas fontes disponíveis uma melhor compreensão para o início da trajetória da revista. De acordo com o Anuário da Imprensa Brasileira (1941, p. 154), a *Visão Brasileira* foi fundada em 1 de junho de 1938, no Rio de Janeiro, pelo seu proprietário Eurico Ribeiro Costa. A partir dessa informação, foi necessário recorrer novamente ao levantamento das fontes de imprensa e promover um recuo cronológico nas análises desse trabalho para compreender, mesmo que brevemente, a história desse periódico. Em nota publicada no *Jornal do Brasil*, em 08 de junho de 1938, se comentava sobre a publicação de uma nova revista ilustrada naquele mês, e se apresentava maiores detalhes sobre o seu conteúdo.

Mais uma revista ilustrada vem enriquecer o patrimonio da imprensa nacional. Fundada pelo Sr. Eurico Ribeiro, antigo político e deputado pelo Estado de Minas Gerais, *Visão Brasileira* surgiu vitoriosa e com uma apresentação gráfica surpreendente.

Destacamos, entre os diversos assuntos que formam o seu numero de estréia, os comentários interessantes sobre as cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fóra, a pagina internacional, as atualidades cinematográficas por Edie Cordovil e o retrato do Sr. Presidente da República. (VISÃO..., 1938, p. 10).

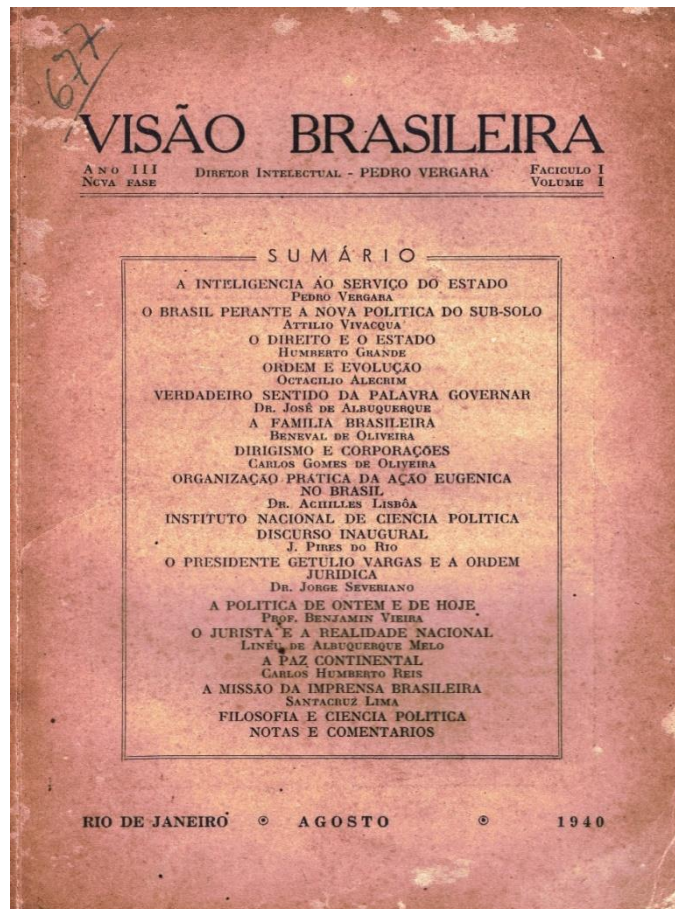
Também foi possível encontrar uma nota no jornal *A Noite*, de 10 de junho de 1938, que destacava que “Com o aparecimento da revista “*Visão Brasileira*”, fundada pelo ex-deputado Sr. Eurico Ribeiro, a imprensa carioca conta com mais um periódico político, econômico e social.” (PUBLICAÇÕES..., 1938a, p. 07). O jornal *Diário de Notícias*, da mesma

data, ainda completava a notícia do surgimento da revista dizendo que ela “[...] possui uma ilustração excelente e texto magnífico, e certamente irá conquistar amplamente a simpatia do público brasileiro.” (PUBLICAÇÕES..., 1938b, p. 11).

Portanto, a interpretação das fontes permite compreender que a *Visão Brasileira* foi fundada em 1 junho de 1938 no Rio, por seu proprietário Eurico Ribeiro Costa. Ela se caracterizava como uma revista cultural e não tinha vinculação com nenhuma instituição ou organização intelectual da época. Em julho de 1940, ou seja, dois anos após seu surgimento, a revista passa a se associar às atividades do Instituto Nacional de Ciência Política como seu órgão de imprensa. A partir de então, a revista fica sob duas direções, a de Eurico Ribeiro e a direção intelectual de Pedro Vergara.

Uma análise externa dos três exemplares da *Visão Brasileira* que interessam a essa pesquisa permite compreender algumas características da sua estrutura, composição e organização. A revista era impressa nas dimensões de 23,5 cm x 16 cm. Quanto ao número de páginas por exemplar (incluindo a capa e a contracapa), em agosto foram publicadas 86, no mês de setembro 107, e o exemplar de outubro publicou 95 páginas.

A apresentação das capas é bastante sóbria, não constando imagens ou slogans. O nome da revista é impresso em letras garrafais e, exceto pelo exemplar de agosto, o título nos números de setembro e outubro ganha maior destaque pela impressão da fonte utilizada no título em vermelho. Logo abaixo, centralizado e em fonte escura consta nome do diretor intelectual responsável, o que assinala o principal orientador do periódico. Na mesma linha, são referenciados o ano/fase, o volume e o fascículo. O sumário ocupa a parte central da capa, opção que dá maior destaque para a apresentação dos textos publicados e seus respectivos autores. Logo abaixo consta o local de publicação, o mês e o ano vigente.

Imagem 2 – Capa da revista *Visão Brasileira* (agosto 1940)Fonte: *Visão Brasileira* (1940).

Na segunda capa, a revista informa o endereço da sede do INCP, o telefone para contato e as seguintes informações quanto à diretoria da revista.

Quadro 3 – Diretoria da revista *Visão Brasileira* (INCP)

| | |
|----------------------|--|
| Direção intelectual | Pedro Vergara |
| Diretor responsável | Eurico Ribeiro Costa |
| Secretário | Humberto Grande |
| Chefe de Publicidade | Rubinstein Rolando Duarte (ago) / Moraes Gomes (set/out) |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados da *Visão Brasileira* (1940, p. 1).

Logo abaixo e ocupando a maior parte do espaço da página, são informados os nomes dos colaboradores da revista (APÊNDICE C). Ao lado são apresentadas informações sobre o expediente, ou seja, é informado o seu registro de circulação no contexto do governo de Getúlio Vargas. Consta que ela estava registrada sob o nº 76.389, de acordo com o Decreto-Lei 24.776

de 17 de julho de 1934⁴³. Em seguida, vem seu registro de circulação autorizado pela divisão de imprensa do DIP, conforme o ofício S.A 295 de 27 de maio de 1940. Sobre as fontes de receita, logo abaixo estão informados os valores para a assinatura da revista anual (20\$000) e para o número avulso (2\$000)⁴⁴.

Em sua estrutura interna, a *Visão Brasileira* apresenta apenas duas seções bem definidas, a do *Instituto Nacional de Ciência Política* e a de *Notas e Comentários*. A primeira busca recapitular todas as sessões e conferências realizadas pelo INCP ao longo do mês, sendo que o resumo dessas atividades contém informações importantes como a data da realização da sessão, o local (normalmente na ABI), o nome dos membros que compuseram a mesa da sessão, os nomes dos convidados e dos representantes de autoridades, o nome dos oradores da sessão e o tema de suas conferências. Esta seção está localizada no início da revista, logo após a capa, a página de expediente, as publicidades e o artigo de abertura – normalmente a cargo de Pedro Vergara. Já a seção de *Notas e Comentários* fica restringida às páginas finais da revista, que é encerrada com mais publicidade.

Sobre o conteúdo da revista, nos meses de agosto, setembro e outubro, a *Visão Brasileira* publicou quarenta e quatro artigos. Desses, trinta e cinco resultaram de conferências pronunciadas ao longo das dez sessões realizadas pelo Instituto na ABI, entre 27 de julho e 28 de setembro de 1940⁴⁵; também foram publicados nove textos autorais, isto é, que não foram conferenciados. O número de agosto ainda apresenta detalhes de como ocorreram as sessões do INCP de instalação, em 09 de julho 1940, e de inauguração, 27 de julho de 1940.

Como foi mencionado, os artigos de Pedro Vergara abrem o conteúdo intelectual da revista nas três edições⁴⁶. Os demais textos publicados não estão diferenciados internamente em seções, mantendo um corpo contínuo e único ao longo da leitura do periódico. Assim, os conteúdos e temas abordados em um mesmo número da revista são os mais variados, sendo que todos os aspectos da sociedade brasileira entravam em debate. A título de exemplo, no mês de agosto são publicados trabalhos que tratam: da nova política do subsolo; do papel da família brasileira; da organização prática da ação eugênica; e da missão da imprensa brasileira. Muitas

⁴³ De fato, o decreto data de 14 de julho de 1934, e regula a liberdade de imprensa no Governo Provisório e, de acordo com o Art. 4º, era obrigatória a matrícula em cartório das oficinas impressoras, jornais e outros periódicos (BRASIL, 1934).

⁴⁴ Para fins comparativos, em agosto de 1940, um exemplar avulso do *Jornal do Brasil* custava 300 réis, e a assinatura anual (considerando a circulação diária do periódico) tinha o valor de 90\$000.

⁴⁵ Isso significa uma média de três conferencistas em cada sessão realizada pelo Instituto Nacional de Ciência Política, exceto pela sessão de inauguração, em 27 de julho de 1940, em que foram ouvidos sete oradores. A guisa de exemplo, os sete discursos realizados na inauguração do INCP foram publicados no exemplar de agosto da *Visão Brasileira*.

⁴⁶ Pedro Vergara publicou os seguintes artigos nas aberturas da revista *Visão Brasileira: A inteligência ao serviço do Estado* (agosto, 1940); *Caxias* (setembro, 1940) e *Unitarismo econômico* (outubro, 1940).

vezes, o enunciado dos artigos se relaciona ao regime ou diretamente à figura de Getúlio Vargas, fato que o sumário do exemplar de outubro evidencia: dos quatorze textos publicados pela revista, oito deles mencionam o presidente Vargas no título do texto.

Sobre o restante do conteúdo da revista, um elemento importante é a presença de propaganda de produtos e serviços, que se dava através de material iconográfico que ocupava todo o espaço da folha: no exemplar de agosto, são reservadas seis páginas para a publicidade; nos exemplares de setembro e outubro, são apenas três páginas. Sobre a empresa que fazia a impressão da *Visão Brasileira*, esta informação está presente na contracapa dos exemplares, indicando a Gráfica Milone Ltda (endereço na Rua dos Inválidos, 118 – Rio de Janeiro). Um detalhe curioso é a publicação do retrato do presidente Getúlio Vargas no exemplar de agosto, enquanto que no número de setembro é publicado o retrato do interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico. Já no exemplar de outubro de 1940, não foi reservado espaço em suas páginas para a publicação de retratos de personalidades políticas.

A partir de novembro de 1940, o Instituto Nacional de Ciência Política deixou de publicar suas atividades na revista *Visão Brasileira* ao fundar a sua própria revista institucional, a *Ciência Política*. A *Visão Brasileira* só voltou a circular em fevereiro de 1941, após um período de três meses sem publicações⁴⁷. Ela retorna sob a direção do seu antigo fundador e proprietário, Eurico Ribeiro Costa, e desvinculada de qualquer organização institucional, como originalmente⁴⁸. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*,

[...] entra em circulação o número 32 da ótima revista “Visão Brasileira”, correspondente ao mês de fevereiro corrente.
Com a nova fase em que entra, no seu terceiro ano de existência, a conceituada publicação se apresenta magnífica em composição e em matéria.
A capa, em ouro, é um primor de arte gráfica. Colorações e clichês sobre os mais variados assuntos.
Uma brilhante síntese da vida mundial com o mais apurado critério e bom gosto.
(VISÃO..., 1941, p. 6).

A partir do exemplar de número 32, mencionado na citação acima, podemos destacar algumas características que exemplificam a nova fase da *Visão Brasileira*. A capa dourada da revista, onde título é impresso em letras vermelhas seguido de um novo subtítulo que indicava: “Uma publicação a serviço do Brasil”. Já no texto de abertura, assinado por Humberto Grande,

⁴⁷ Os primeiros exemplares da revista *Ciência Política*, referentes a novembro e dezembro de 1940, e o exemplar de nº 32 da *Visão Brasileira*, referente a fevereiro de 1941, não especificam os motivos que levaram a desarticulação entre o INCP e a revista *Visão Brasileira*.

⁴⁸ No exemplar de fevereiro de 1941 da *Visão Brasileira*, consta na página de expediente os nomes dos responsáveis pela nova fase da revista: Capitão de Mar e Guerra Luiz Tirelli, presidente; Eurico Ribeiro, responsável; Humberto Grande, secretário; e Capitão Tenente Cícero B. dos Santos, gerente. A redação e a administração da revista são indicadas em novo endereço: Rua Uruguaiana, 104 – Sala 407 – Rio.

se argumentava que o programa da revista *Visão Brasileira* consistia em aprofundar o conhecimento sobre a realidade e a cultura nacional, assim como estudar as nacionalidades que contribuíram para formação do Brasil.

Portanto, a partir de fevereiro de 1941, a nova fase da *Visão Brasileira* retomava o seu caráter original de revista cultural. Sua publicação parece ter perdurado até de dezembro de 1949⁴⁹. Já o Instituto Nacional de Ciência Política passou a publicar a sua própria revista institucional, a *Ciência Política*, mais associada ao estudo e a difusão da doutrina do novo regime. Essa revista abrangeu o período de novembro de 1940 até junho de 1945. Como esta pesquisa se limita à análise específica do INCP, os volumes que correspondem à vinculação da *Visão Brasileira* enquanto órgão midiático dessa instituição se complementam com a análise da sua revista sucessora, a *Ciência Política*, que será realizada no próximo capítulo deste trabalho.

⁴⁹ Esta pesquisa não localizou maiores informações acerca dos primeiros dois anos de existência da *Visão Brasileira*, ou mesmo os exemplares da revista, que corresponderiam ao período de junho de 1938 a julho de 1940. Entretanto, é interessante apontar que, nos meses em que a revista representou as atividades do Instituto Nacional de Ciência Política, os exemplares foram referenciados como fascículos nas capas, isto é, agosto (fascículo I), setembro (fascículo II) e outubro (fascículo III). A partir de fevereiro de 1941, a organização da revista parece retomar a contagem em números, ou seja, a *Visão Brasileira* teria publicados cerca de 32 números. Já para o período posterior à sua ligação com o INCP, de acordo com o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram lançados ao menos cinquenta e seis números da revista *Visão Brasileira*, entre fevereiro de 1941 e dezembro de 1949.

3 O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DO PROJETO INTELLECTUAL À EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

O presente capítulo tem por objetivo analisar a segunda fase da vida institucional do Instituto Nacional de Ciência Política, que corresponde ao período em que a entidade procurou assentar as bases do seu projeto intelectual e abrir espaço para se consolidar no campo de produção simbólica da década de 1940. Para atingir esses objetivos, serão analisados seu programa de atuação na sociedade brasileira e as diretrizes nacionais propostas pelo Instituto, no sentido de compreender a fundo seu programa institucional de formação de uma “Escola de Patriotismo” no Estado Novo. Em seguida, pretendemos examinar a organização e a publicação da *Ciência Política*, revista que se estabeleceu definitivamente como o boletim mensal de divulgação das atividades do INCP. No terceiro momento, buscaremos esquadriñar a expansão das atividades culturais da instituição, desde a formação das primeiras seções regionais até a organização de um curso de interpretação e difusão do novo código penal promulgado pelo presidente Getúlio Vargas em 1940.

3.1 O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: UMA “ESCOLA DE PATRIOTISMO” NO ESTADO NOVO

Como foi abordado no capítulo anterior, a primeira etapa da atuação do Instituto Nacional de Ciência Política se caracterizou por sua formação e estruturação de acordo com os seus estatutos, nos primeiros meses do ano de 1940. As próximas páginas pretendem analisar o projeto intelectual do Instituto, no sentido de melhor compreender os objetivos que levaram os seus membros a fundarem uma instituição no contexto histórico em que se encontravam, e quais elementos serviram de base para tal.

A interpretação das fontes ao alcance desta pesquisa permitiu compreender que o primeiro momento de estruturação do INCP se deu com a organização dos seus estatutos, que delimitavam os objetivos primordiais da nova agremiação como sendo o estudo dos problemas nacionais e do pensamento dos estadistas de maior influência do Brasil. Entretanto, a instituição também procurou assentar as bases do seu projeto intelectual e abrir espaço no campo de produção simbólica da década de 1940. A análise em série das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*, juntamente com os jornais da época, demonstrou que os objetivos do INCP foram sendo mais bem explorados pelos seus membros a partir do desenvolvimento das suas atividades.

É importante destacar que a formulação desse projeto não se limitou ao pensamento do seu idealizador, Pedro Vergara, mas contou com a participação de outros agentes envolvidos na fundação do Instituto. Esse fato é corroborado pela nota publicada em 11 de julho de 1940, no jornal *Correio Paulistano*, em que se comentava sobre os primeiros momentos de existência do INCP e sobre os agentes que colaboraram em sua organização.

Em sua séde, reuniram-se diversos dos seus membros para estudarem as bases de vasto programma de acção. O sr. Pedro Vergara apresentou um programma de conferencias e debate, suggeridos pelas finalidades do Instituto. O desembargador Saboia Lima fez sentir a necessidade do Instituto manter uma revista para divulgar os seus trabalhos. O dr. Benjamim Vieira propôz, tambem, um programma de acção que foi aprovado, como as demais suggestões. O dr. Humberto Grande acendeu o valor dos estudos objetivos dos problemas nacionais. Varios outros elementos daquela instituição apresentaram indicações para a maior eficiencia do Instituto. (INSTITUTO..., 1940h, p. 2).

Portanto, o Instituto se organizou através de um projeto intelectual coletivo definido por um conjunto de ideias que se caracterizava pelos aspectos cultural, pedagógico e político-ideológico, elementos que constituíam a sua coluna principal. Somado a isso, considerou-se como parte desse projeto a série de ações promovidas pelo INCP na sociedade brasileira ao longo dos anos de 1940 a 1945. Sobre os aspectos cultural e pedagógico do Instituto, eles se refletiam principalmente nas sessões culturais realizadas semanalmente na Associação Brasileira de Imprensa, já analisadas no capítulo anterior. Porém, o INCP mantinha também objetivos de caráter político-ideológico, voltados para o debate de questões em torno da nação brasileira, da figura do presidente Getúlio Vargas e para a propaganda do Estado Novo.

Logo após o primeiro momento de organização estrutural, o Instituto já conseguia definir a sua identidade e delimitar o papel que teria a desenvolver na sociedade. De acordo com um texto não assinado na *Visão Brasileira*, publicado em outubro de 1940, o INCP atuaria como um “alto-falante” através do qual se expressava a “ciência política” desenvolvida pelo novo regime.

Mas o que é o Instituto Nacional de Ciencia Politica, instalado em pleno coração da Metrópole? É facil defini-lo agora. É ele o alto-falante por intermedio do qual se irradiam os conhecimentos que constituem, a ciência política do Estado Nacional. Através desse tem-se feito chegar aos cidadãos que integram a comunidade, as varios aspectos sob que se apresenta a Ordem Nova: o econômico, o moral, o sociológico, o pedagogico, em conferências e discursos versando os mais palpitantes têmes da atualidade brasileira.

A obra do I.N.C.P. é de alcance inaprecável, máxime no momento em que a educação de um povo tem que ser a palavra de Ordem. E educação não é só função dos pais, função da escola, função dos mestres, mas ainda função do Estado.

É justamente desse alto falante, que se fazem ouvir os interpretes legítimos da obra nova que se realiza sob a clarividência de Getulio Vargas, o consolidador da Nação Brasileira e realizador da unidade nacional. Dessa obra que se executa sob os aplausos do País, fez-se o Instituto Nacional de Ciencia Política órgão interpretativo, de verdadeiro cenaculo destinado ao estudo e a educação, oferecendo sob diferentes

aspectos de uma meticolosa análise da atual política legitimamente brasileira. (INSTITUTO..., 1940I, p. 7-8).

Cabe questionar o significado do verbo “interpretar”, nesse contexto: criar argumentos explicativos, e não propriamente desenvolver ideias originais sobre determinado tema. Daí se compreende a metáfora do alto falante: o Instituto divulgava conteúdos e desenvolvia uma retórica, porém o criador desse discurso não era ele, e sim o regime, ao qual pretendia servir. Neste ponto, também é interessante analisarmos a própria nomenclatura atribuída à instituição pelo seu idealizador. Retomando o conteúdo da carta de Pedro Vergara ao presidente Getúlio Vargas, em maio de 1940, o correspondente se posicionava desfavoravelmente à constituição de uma academia no contexto do Estado Novo, em contraponto à fundação de um instituto, que teria uma atuação mais dinâmica na sociedade. A interpretação que se faz deste fato, somado ao que está exposto na citação acima, é a de que a organização de um “Instituto” teria como ação a interpretação e a educação da “ciência política nacional” da época. A entrevista concedida ao jornal *A Noite* pelo segundo secretário do INCP, Benjamin Vieira, reforçava a importância do estudo da ciência política brasileira e sua vulgarização ao grande público através das atividades da instituição.

O Instituto, especializando, dia a dia, os seus membros nos estudos de Ciencia Política, difundirá o resultado desses estudos, pela tribuna, em conferencias regulares e reiteradas, pela sua revista, “Visão Brasileira” pelo radio, pela imprensa em geral. Focalizará ali o pensamento político de todos os que têm servido o Brasil, de pena ou espada em punho, desde a formação da nacionalidade até a hora atual. (TEMAS..., 1940, p. 2).

Para os intelectuais do INCP o termo “ciência política” referia-se ao estudo do pensamento e ação política dos principais estadistas brasileiros e, principalmente, das diretrizes doutrinárias do novo regime. Não pretendemos realizar uma História dos conceitos, porém essa noção pouco sofisticada apresentada pelos agentes da instituição nos remete a uma definição do filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio (1998, p. 164), que caracteriza “ciência política” em um “sentido amplo e não técnico”⁵⁰. De acordo com esse autor, a expressão “ciência política” foi largamente usada no século XIX “[...] para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exato dos fatos expostos com argumentos racionais.” Essa definição busca diferenciar “ciência” de “opinião”, no sentido de que são necessárias “provas dos fatos” para

⁵⁰ Bobbio (1998, p. 164) ainda apresenta um segundo sentido “mais limitado e mais técnico” para a expressão “ciência política”. De acordo com ele, esse sentido abrangeria os estudos especializados e institucionalizados em que “ciência política” corresponde à “ciência empírica da política”, ou seja, se refere a uma ciência “[...] tratada com base na metodologia das ciências empíricas mais desenvolvidas, como a física, a biologia, etc.”

se realizar a ciência política (BOBBIO, 1998, p. 164). Acreditamos que a organização do projeto do INCP se pautava pela ideia de imprimir certo grau de relevância e seriedade ao seu programa de atividades, ou seja, a entidade procurava atuar a partir do pressuposto da produção de seu conteúdo intelectual com bases científicas e não meramente opinativas. Com isso, percebemos que a escolha do termo “ciência política” também reflete a pretensão dessa entidade em se estabelecer no campo intelectual da década de 1940 como um cenáculo cultural, intelectual e voltado para as elites. A instituição abria espaço, no entanto, para difundir o discurso nacionalista doutrinador e mobilizador cunhado pelos agentes do regime.

Em 1940, Humberto Grande⁵¹ atuava como professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, enquanto no Instituto Nacional de Ciência Política desenvolvia as funções de membro da Comissão de Organização e Propaganda e secretário da revista *Ciência Política*. Grande é o autor dos artigos “Diretrizes nacionais” e “Escola de Patriotismo”, publicados nos primeiros exemplares desse periódico. Esses textos são decisivos para compreendermos o projeto intelectual do Instituto, pois juntamente com os estatutos da instituição, são definidas as bases do projeto intelectual do INCP.

Em novembro de 1940, Humberto Grande publicava na *Ciência Política* o artigo intitulado “Diretrizes nacionais”, no qual o autor apresentava um “programa de ação da cultura brasileira”, que deveria se constituir a partir da observação da “realidade nacional presente com os seus problemas concretos”, o que exigiria uma “visão realista e objetiva dos fatos sociais”. Para tanto, Grande (1940a, p. 11) propunha que a atuação do Instituto se daria no sentido de “[...] ministrar ao país orientação segura, vigoroso programa de ação e um corpo de ideias-forças, capazes de despertarem as grandes energias potenciais do nosso povo [...]”. As cinco diretrizes nacionais afirmavam o objetivo de se configurar através do INCP o que o autor definiu como um Movimento Cultural Brasileiro, capaz de abranger as diferentes as regiões do país.

1ª – A cultura brasileira em ação requer, para realizar algo importante, diretrizes justas e acertadas na esfera política, econômica e social. Estas para ser bem definidas implicam sérios estudos objetivos, observação sociológica e investigação da psique nacional;

⁵¹ Humberto Grande contribuiu como ideólogo da educação durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, tendo produzido obras como *A pedagogia do Estado Novo* (1941). Segundo Grande (1941b, p. 3), esse livro teria sido escrito a pedido de Alfredo Pessoa, diretor da Divisão de Divulgação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Grande publicou outras obras de cunho jurídico, pedagógico e doutrinário ao longo da sua trajetória intelectual, entre as quais: *A nova cultura jurídica* (1938), *As diretrizes das novas gerações* (1949), *O culto da grandeza* (1949), *A grandeza através do espírito* (1951), *Civis e militares* (1954), *Trabalho e nação* (1955), *O trabalho e oração* (1955), *A Universidade do Trabalho* (1956), *Enciclopédia jurídica – Como introdução à ciência do direito* (1957), *A Universidade do Trabalho e o desajustamento entre massas e classe dirigente* (1965) e *A educação cívica das mulheres* (1967).

2ª – Para se afirmar, nesta época, a cultura brasileira exige um Movimento Cultural Brasileiro, que é elemento imprescindível para despertar a consciência da nação. A propaganda desse movimento deve ser feita nas escolas, colégios e universidades; na imprensa, rádio e conferência pública; nas sociedades quarteis e demais instituições sociais;

3ª – Constituir-se-á o Movimento Cultural Brasileiro de movimentos idênticos nos diferentes Estados do País; esse processo tornará conhecido nos seus variados aspectos sociológicos, porque implica estudos sérios e objetivos, procedidos em toda a nação;

4ª – Impõe-se a obrigatoriedade da **Cultura Brasileira** à elite nacional, que não pode continuar na ignorância de assuntos nossos. No Brasil, as classes cultas de todas as especialidades, devem saber a respeito dos problemas brasileiros. Essa exigência é condição necessária para a consciência nacional. Tais idéias preguei-as no Primeiro Congresso de Cultura, promovido pelo Instituto Brasileiro de Cultura;

5ª – Para traçar um programa de ação dentro de bases realistas, a cultura brasileira tem que contar com o conhecimento da realidade social contemporânea e com o conhecimento dos problemas nacionais, para, deste modo, definir o papel do Brasil na América e no Mundo. (GRANDE, 1940a, p. 11-12, grifo do autor).

As reflexões apresentadas nas diretrizes nacionais, propostas por Humberto Grande, orientavam as atividades do Instituto no sentido do estudo dos problemas nacionais e da interpretação da cultura brasileira. Buscava-se a valorização do nacional através de um amplo movimento cultural que se alastrasse por todo o país, exigindo a presença ativa das elites intelectuais nos seus assuntos. Na conclusão do artigo, o autor ainda estabelecia o comprometimento do INCP com esse programa das diretrizes, em “[...] realizá-las e transformá-las em realidade. Esse objetivo implica, não cansamos de repetir, muita disciplina, e exige do povo brasileiro ação construtiva, nobreza de caráter, consciência da sua dignidade e firmeza de propósitos.” (GRANDE, 1940a, p. 12).

Observa-se que existe aí uma valoração moral do posicionamento político, o que contribui para afirmar o comportamento desejado como único e aceitável naquele contexto. Ao apelar para uma suposta “índole”, o discurso estabelece um “grau zero” a partir do qual seria possível construir o sujeito político do Estado Novo por meio da difusão de seu ideário pelo Instituto. Ou seja: desde que a índole convergisse com o desejado pelo regime, e pudesse ser definida como “brasileira”, esse sujeito poderia ser incorporado às suas hostes. A questão residia também na exclusão automática dos questionamentos, já que em qualquer outra posição seria taxada de antibrasileira ou moralmente condenável. A historiadora Eliana Dutra (1997) aponta que dentro do imaginário político desenvolvido nos anos 1930 e que teve continuidade no Estado Novo, a moral era um dos alicerces do discurso nacionalista promovido pelo governo de Vargas. Isso estava ligado, na década de 1930, ao discurso anticomunista. Para Dutra (1997, p. 69), “a afirmação da superioridade do poder dos segmentos anticomunistas implicou a preservação dos valores da tradição, da propriedade, da ordem, da moral e consequentemente

na sua associação com o bem, ao tempo em que os representantes do poder são associados aos bons.”

Como foi abordado anteriormente, um grande número de intelectuais se associou em alguma medida às atividades do INCP, seja na qualidade de sócio, de colaborador ou como convidado para as conferências realizadas na ABI ou em alguma das suas seções regionais. Isso significava engajamento e concordância desses agentes com os ideais da instituição que, por sua vez, estava de acordo com o projeto político-ideológico do Estado Novo. Na introdução do artigo “Escola de Patriotismo”, publicado em dezembro de 1940, Humberto Grande evidenciava esse aspecto.

O Instituto Nacional de Ciência Política é uma instituição que quer familiarizar o nosso povo com os grandes problemas nacionais; constitui uma organização cultural que deseja ser útil ao país, congregando a elite brasileira para orientar a nossa gente. Quer esclarecer a opinião da nação quanto aos seus magnos problemas. Sinceramente deseja colaborar com os poderes constituídos para a grandeza da pátria. Por isso mesmo já aderiram ao seu programa as personalidades culturais mais ilustres, representativa de tôdas as classes, como professores de Universidades, juristas notáveis, cultos sacerdotes, escritores brilhantes, militares dos mais dignos e estudiosos de tôda ordem. Esta entidade semanalmente realiza na Associação Brasileira de Imprensa magníficas conferências, a cargo de grandes nomes, que falam sobre a obra dos nossos estatistas e analizam os assuntos de interesse coletivo. (GRANDE, 1940b, p. 5, grifo nosso).

O Instituto acreditava desempenhar o papel de entidade sintetizadora dos preceitos do Estado Novo, e por isso Humberto Grande faz uso de verbos como “orientar”, “esclarecer”, “colaborar”, “aderir”, “analisar” e “falar” em seu discurso. Percebemos, novamente, que nenhum desses verbos supõe iniciativa ou pensamento original, mas uma função mediadora de doutrinação, divulgação e orientação que o órgão buscava exercer em relação ao regime. Com isso, o projeto intelectual do INCP pretendia constituir um movimento de organização da sociedade brasileira, que buscava a definição da cultura e da identidade nacional, elementos tidos como fundamentais para a concepção da nação. O INCP, por sua vez, representava a formação de um *locus* que reunia intelectuais com as mesmas afinidades e o mesmo espírito de transformação social, ou seja, funcionava como um espaço de fermentação do ideário da “nova mentalidade” nacional. A instituição ainda assumia o caráter científico e pedagógico da execução das suas atividades.

Os grandes problemas nacionais estão sendo estudados de modo sistemático com muito realismo e critério científico. É dentro dessa orientação que os seus sócios se preparam para ser útil à nossa grande pátria, certos de que o país, agora mais do que nunca, necessita de homens de ideias e convicções, porque são estes os únicos que lutam com abnegação e denodo para alcançar os seus objetivos. Assim esta instituição é uma verdadeira **escola de patriotismo**, visando formar a nova mentalidade da nação dentro de um programa sério de estudos e realizações, pois, nenhuma instituição progride sem uma finalidade bem determinada. (GRANDE, 1940b, p. 5, grifo nosso).

Assim, enquanto espaço geográfico – ou *microcosmos* – de um conjunto de intelectuais, o INCP caracterizava a si próprio como uma “escola de patriotismo” a serviço do Estado Novo e da nação. No interior dessa estrutura de sociabilidade, os valores como o nacionalismo e o patriotismo, entre outras afinidades intrínsecas às redes de relações desses indivíduos, permitem compreender o *microclima* que os congregava afetivamente. Definindo-o pelo conceito de espaço de sociabilidade, podemos apreender que os membros do INCP se movimentaram entre os campos político, cultural e intelectual dos anos de 1940 a 1945, se destacando enquanto ambiente de fomentação do pensamento brasileiro (SIRINELLI, 2003).

O Instituto Nacional de Ciência Política ministra com o maior rigor e tenacidade a educação cívica. Tal educação atualmente é um imperativo categórico dos povos cultos, que, conscientes dos seus objetivos na civilização, concentram tôdas as suas energias para o engrandecimento da pátria, prestigiando os valores nacionais e agindo sempre com nobreza de princípios e dignidade coletiva e firma o nome do país em alto conceito internacional. (GRANDE, 1940b, p. 5-6).

Curiosamente, ao menos nessa fase, os intelectuais do Instituto falam em “educação cívica” para convertidos, ou seja, para uma camada social da elite e pelo menos mediantemente letrada e afinada com os ideais governo. O INCP produzia um determinado tipo de material para a difusão dos ideais do regime, ou seja, por meio da palavra escrita e pelo discurso racional, apesar do apelo às emoções, sobretudo no culto à imagem do líder do governo, Getúlio Vargas.

Em contraponto, é relevante nos atermos à historiografia sobre o período para tratarmos de algumas questões apresentadas por Humberto Grande em seus artigos. Como vimos anteriormente, parte do discurso oficial do regime era produzido e veiculado pela intelectualidade brasileira através de revistas como a *Cultura Política*. Entretanto, devemos considerar que o Estado Novo também desenvolveu uma política voltada para as classes populares, como aponta a historiadora Maria Helena Capelato (2003). De acordo com a autora, o Estado Novo brasileiro se inspirou nas experiências do fascismo italiano e do nazismo alemão para promover reformas políticas no sentido do controle social das massas, através da organização de um Estado de caráter forte e autoritário (CAPELATO, 2003, p. 109).

Assim, o desenvolvimento da política cultural através do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Ministério da Educação pretendia organizar e produzir o discurso oficial de propaganda para sua veiculação por meio da imprensa, do rádio e do cinema educativo. Essa estratégia buscava garantir a legitimação do novo regime entre as camadas populares, desde os trabalhadores até o público infantil. Também pretendia promover o consenso de suas políticas governamentais, além de “[...] ampliar a base de apoio através da propaganda política, arma muito importante num regime que se voltava para as massas.” Nesse sentido, o artigo de

Capelato demonstra que a educação cívica das massas organizada pelo novo regime apelava para o uso de símbolos e imagens, como a bandeira nacional e a figura do presidente Getúlio Vargas. Um exemplo importante dessa política de propaganda pode ser visto na produção de um discurso cívico-educativo para as escolas. Esse tipo de material tinha a pretensão de explicar para as crianças o tempo de mudanças que o país vivia, ou seja, objetivava “formar a consciência do pequeno cidadão.” (CAPELATO, 2003, p. 122-124).

Para Capelato (2003, p. 124), a produção do discurso oficial tinha como preocupação a “formação de uma identidade nacional coletiva”. A utilização de símbolos, figuras e mitos contribuía para a aproximação do Estado com o povo e a fomentação do “sentimento de agregação e pertencimento”. Esse sentimento pode ser traduzido em termos como “pátria” e “patriotismo” que, como foi apontado por esta pesquisa, são elementos bastante explorados pelo projeto intelectual do INCP. Eliana Dutra (1997) contribui com reflexões nesse sentido, ao ponderar que o governo de Getúlio Vargas estimulava a “construção de um sentimento de nacionalidade” através de políticas governamentais como “[...] demonstrações patrióticas, paradas militares, sessões cívicas, desfiles escolares, de clubes recreativos e de escoteiros e até mesmo exposições de cantos orfeônicos [...]”. Portanto, compreendemos que a estratégia do regime nesse sentido era fomentar no povo brasileiros a ideia de “amor à pátria”, como elemento chave para o “fortalecimento dos vínculos da unidade nacional”. Nesse sentido, lançava-se mão da “[...] ideia de pátria-moral, onde o amor à pátria e aos seus símbolos e valores são direcionados de forma a fornecer uma identidade aos membros da Nação.” A construção do imaginário político nos anos 1930, teve na “ideia-imagem de pátria/moral” um dos seus “pilares” de sustentação. Esse imaginário se amparava em um tripé do qual faziam parte “[...] a construção de um sentimento de nacionalidade, a defesa do passado e da tradição e a preservação de valores morais.” (DUTRA, 1997, p. 184-185).

Para compreender o patriotismo pregado através projeto intelectual do Instituto, é preciso ter em mente que a definição de “amor à pátria” estava sendo traduzida pelos membros dessa instituição como um sentimento “criador e fecundo” que deveria resultar em “atos e realizações”, transfigurando-se em um patriotismo entendido como “esclarecido” e mesmo “consciente e cultural”. O engajamento na formação de uma escola voltada para os valores nacionais se desdobrava na execução de um programa de “educação cívica” que objetivava o “engrandecimento da pátria” através do estudo da própria cultura brasileira (GRANDE, 1940b, p. 5-6). O caráter pedagógico do Instituto pode ser interpretado nas diversas conferências promovidas ao longo dos seus cinco anos de atuação, que caracterizaram esse espaço como um centro de estudos de caráter nacionalista.

No início das atividades do INCP, em março de 1940, suas reuniões não contavam com grande número de oradores e ouvintes no auditório da ABI, o que causou certa insegurança para os seus membros. Com o passar do tempo, a instituição ganhou destaque na sociedade, e despertou o interesse das camadas intelectuais, tanto que, um ano após sua criação, o INCP já havia realizado setenta e duas conferências e contava com oradores inscritos para todo o ano de 1941, que desejavam “[...] estudar e exaltar a grande obra política e administrativa do Presidente Getúlio Vargas.” (IDEIA..., p. 1941, p. 4).

Além desse caráter cultural e pedagógico, o projeto intelectual do Instituto previa também uma ênfase em questões político-ideológicas, que giravam em torno da figura do presidente Getúlio Vargas e da propaganda para o Estado Novo. A modernização administrativa do aparelho de Estado, iniciada pelo governo de Getúlio Vargas em 1930 e que teve seu auge com a implantação do Estado Novo em 1937, também procurou atender à demanda pelo controle dos meios de comunicação da época, assim como à organização de uma propaganda política eficaz na legitimação do regime com a cooptação de intelectuais para sua estrutura. O Estado Novo promoveu um novo tipo de relação com as elites intelectuais, aproximando-as ao centro de reflexão e execução do seu projeto cultural, político e ideológico de construção da sociedade brasileira enquanto nação. Uma das consequências da abertura estatal à intelectualidade foi a mudança na autopercepção dessas elites, o que possibilitou a tomada de consciência de si e de sua posição social naquele contexto. Assim, os discursos produzidos em torno do espírito de responsabilidade social, nacionalismo, civismo e patriotismo preencheram o desenvolvimento das atividades desses agentes. Se grande parte da historiografia se dedica ao estudo dos intelectuais que atuavam em órgãos, instituições e periódicos oficiais, desviar o foco para aqueles que atuaram fora das estruturas oficiais do governo permite compreender como as políticas e a ideologia do Estado Novo foram repercutidas pela entidade junto à elite, como forma de criação de um espaço de adesão e de exposição pública de seu endosso ao regime. As políticas e a ideologia do governo podiam seguir abrangentes, mas a iniciativa de fundar o INCP e o seu projeto demonstram que a entidade enxergava um espaço para si dentro desse contexto.

Os agentes envolvidos com a estrutura do INCP parecem ter se movimentado sob esse espírito de transformação e de responsabilidade social, imbuídos de uma missão que só poderia ser executada pela intelectualidade. Pedro Vergara traçava o destino da nova instituição entre as elites intelectuais da época.

Organizado na capital da Republica e difundido em seções, por todas as capitais e cidades importantes do país, – ele agitará, por toda parte, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, as ideias que interessam os destinos da Pátria e que foram o sonho e a ação dos estadistas brasileiros, nas diferentes fazes da nossa história. Esse estudo e esse debate estava sendo reclamado, de há muito, às nossas elites intelectuais. Era

uma exigência que lhes faziam os deveres da cidadania e os supremos interesses da Pátria. Elas não poderiam mais ater-se, apenas, às simples criações literárias e às meras agitações especulativas. (VERGARA, 1940, p. 1).

Logo, o Instituto tinha como objetivos estudar a realidade nacional e a atuação dos seus homens de estado, atividade imposta aos seus intelectuais como uma exigência da sua posição social de elite esclarecida. Na prática, o projeto intelectual do INCP representava a reivindicação de um espaço na arena política por uma elite intelectual apoiadora de Vargas, que, atribuindo-se um papel de destaque na sociedade brasileira, buscava “trabalhar com o melhor de suas energias, com todo o seu esforço, com a seiva magnífica da sua inteligência” com vistas à “construção de uma grande pátria, para fazer do Brasil um grande povo”. Quando da fundação dessa instituição, seus membros foram chamados a colaborar com estudos acerca da realidade do país e a contribuir com a ação, tida como heroica e patriótica, dos estadistas brasileiros (VERGARA, 1940, p. 4).

Esses objetivos eram orientados por uma ideologia em comum que congregava os membros do INCP para constituir um espaço de estudos e de ação para os intelectuais, em torno do sentimento de patriotismo. A ênfase nos problemas nacionais impulsionava esses agentes a buscar compreender as transformações da sociedade brasileira ao longo da sua história, e constituir um espaço discursivo para celebrar e difundir a obra e o pensamento político do presidente Getúlio Vargas.

Estudaremos a nossa terra, para compreender a nossa gente. Estudaremos o passado, para compreender o presente e melhorar o futuro [...].
Meditaremos as palavras do atual Chefe da nação, homem que observa com inteligência e fala com sinceridade.
Em seus discursos, encontraremos a principal fonte de ensinamentos para o Instituto Nacional de Ciência Política. (RIO, 1940, p. 51).

Assim, a presença dessa instituição civil no contexto do Estado Novo também significou o apoio ao projeto político do governo de Getúlio Vargas, através da participação de seus intelectuais, que atuaram como difusores e propagandistas do regime. Não por acaso, em discurso pronunciado na recepção aos membros do INCP no Palácio do Catete, em 21 de novembro de 1940, Vargas afirmava que a agremiação estava colaborando com a construção de um novo Brasil, através da “vulgarização dos ensinamentos da doutrina do novo regime.” (PALAVRAS..., 1941, p. 2).

Como visto anteriormente, a fundação do Instituto significou a instrumentalização de uma vitrine no campo intelectual, ou seja, a instituição possibilitava mais um espaço de visibilidade, ascensão e aquisição de prestígio para os agentes associados aos seus quadros. Somado a essa questão, a análise do projeto intelectual do INCP demonstra que um dos seus

principais objetivos era reunir intelectuais em torno do ideário estado-novista e promover através de estudos e debates sobre a realidade nacional a propaganda do projeto político, cultural e ideológico do regime. A análise da trajetória de cinco anos de atuação dessa agremiação evidencia que os seus propósitos se coadunavam com as diretrizes propostas pelo governo de Getúlio Vargas. Isso significa que, ao analisarmos o projeto intelectual do INCP devemos considerar que ele só poderia efetivamente existir e ser posto em prática se vinculado às diretrizes do projeto político do Estado Novo, visto que este se configurava como um regime de caráter autoritário.

Portanto, a análise do projeto intelectual do Instituto permite compreender as singularidades que atravessaram a sua existência institucional como um espaço de sociabilidade de caráter pedagógico e cultural, bem como político e ideológico. Porém, é importante frisar que as atividades do INCP não se limitavam as sessões culturais realizadas na Associação Brasileira de Imprensa. Enquanto organização intelectual, essa instituição buscou desenvolver suas atividades em diversos setores, extrapolando os limites da sua estrutura institucional. A partir do final de novembro de 1940, o INCP buscou expandir suas atividades através da publicação de uma revista própria, a *Ciência Política*, e de sua ramificação em seções regionais espalhadas pelo Brasil.

3.2 A REVISTA CIÊNCIA POLÍTICA

De acordo com os estatutos do Instituto Nacional de Ciência Política, sua organização incluía a publicação de uma revista, espaço estratégico para a expressão do seu projeto intelectual que, como foi visto, se constituía por um conjunto de diretrizes e ações que orientavam essa agremiação. A *Ciência Política*⁵² passou a circular em novembro de 1940, como instrumento de sistematização e divulgação das ideias e atividades do Instituto. É importante mencionar que no primeiro número da nova revista, a instituição não cita os motivos que levaram à mudança do seu veículo de imprensa. Em nossa interpretação, compreendemos

⁵² Para analisar a *Ciência Política* foi realizado o trabalho de localização, mapeamento e exame dos quarenta exemplares da revista disponíveis no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, composto pelos anos de 1940 (novembro e dezembro); 1941 (janeiro a março e agosto a dezembro); 1943 (janeiro); 1944 (janeiro a dezembro) e 1945 (janeiro a maio). Considerando que esse acervo não está completo, a pesquisa avaliou a importância de ter acesso a alguns elementos dos números restantes, a fim de delimitar melhor o objeto. Assim, se realizou o estudo das capas, dos sumários e das contracapas dos quinze números restantes do periódico, que foram localizados na Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na UFRJ foram encontrados os exemplares de 1941 (abril a julho) e o ano de 1943 (fevereiro a dezembro). O número de julho de 1945 completa a série mapeada por esta pesquisa e foi localizado no acervo da Casa de Oliveira Vianna.

que a *Ciência Política* se definiu como uma revista institucional, ligada primordialmente as atividades da instituição a qual estava vinculada. Assim, nas próximas páginas buscaremos compreender as singularidades da *Ciência Política*, a partir da análise da organização do seu projeto gráfico e editorial e da compreensão prévia do conteúdo intelectual da revista, diretamente relacionado às diretrizes do INCP.

A *Ciência Política* foi um periódico mensal fundado pelo Instituto Nacional de Ciência Política e publicado ininterruptamente entre novembro de 1940 e junho de 1945⁵³. Ao longo de todo esse período, a revista manteve o caráter de divulgadora das atividades do Instituto, definindo-se em sua capa como “boletim mensal”. Assim, de acordo com o art. 2º do capítulo I dos estatutos do INCP, a revista surgiu para suprir a demanda específica de veículos para a execução dos seus objetivos, ou seja, editar uma revista e outras publicações⁵⁴ (ESTATUTOS, 1940, p. 5).

Quanto à estrutura externa, a *Ciência Política* era impressa em formato brochura nas dimensões de 23x16. No mapeamento realizado para esta pesquisa foram identificados cinquenta e seis exemplares da revista, sendo que o seu conteúdo manteve uma média de 65 a 100 páginas por edição⁵⁵.

Os organizadores da *Ciência Política* não mantiveram o mesmo padrão de capas nos cinco anos em que ela foi publicada, sendo possível identificar dois momentos. Entretanto, a apresentação sóbria permaneceu e se estendeu por toda a revista, onde não existiam imagens, *slogans*, anúncios ou publicidade em seu conteúdo. Entre novembro de 1940 e julho de 1942, a *Ciência Política* manteve a padronização adotada na *Visão Brasileira*. O título da revista era bastante chamativo, sendo impresso em letras garrafais destacadas pela cor da fonte em

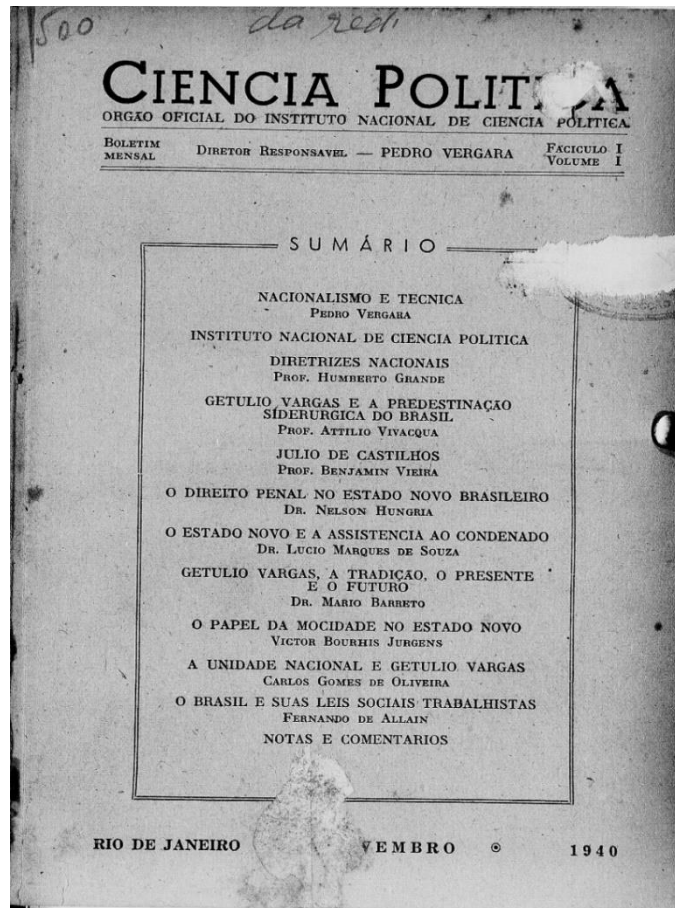
⁵³ Exceto pelos meses de setembro e outubro do ano de 1943, que foram publicados na mesma edição (volume VII, fascículos II e III).

⁵⁴ Esta pesquisa identificou as seguintes publicações editadas pelo INCP: José de Albuquerque – “Getúlio Vargas e a política eugênica” (1940), H. Canabarro Reichardt – “Getúlio Vargas e a idéia federalista” (1941), Jorge Severiano – “Getúlio Vargas e a doutrina Monroe” (1941), Santacruz Lima – “Getúlio – o pensador” (1941), Pedro Vergara – “Getúlio e a nova ordem jurídica”, Almir de Andrade – “Diretrizes da nova política do Brasil” (1943), Francisco de Paula Leite e Oiticica Filho – “Getúlio Vargas e a liberdade no Estado Nacional” (1943) e Vitor Bourhis Jurgens – “O papel da mocidade no Estado Novo” (1944). Essas publicações foram editadas em formato de livro e/ou folheto e resultaram de palestras proferidas pelos seus autores em alguma das sessões organizadas pelo INCP na Associação Brasileira de Imprensa. Como podemos ver pelos títulos dessas obras, o seu conteúdo abordava diferentes aspectos do Estado Novo e da personalidade do presidente Getúlio Vargas. Acreditamos que a produção desse tipo de material pode ter contribuído para ampliar o alcance da divulgação do conteúdo intelectual produzido nas reuniões do INCP.

⁵⁵ Algumas edições da *Ciência Política* atingiram números mais expressivos, como o exemplar de março de 1941, que chegou a 150 páginas publicadas. Essa edição marcava o primeiro aniversário de fundação do Instituto, e contou com a publicação do artigo de abertura intitulado “Idéia e Ação”, assinado em nome da instituição e que ressaltava a data comemorativa.

vermelho⁵⁶, e logo abaixo a definição de “Órgão Oficial do Instituto Nacional de Ciência Política”. No cabeçalho, o nome centralizado do diretor responsável pelo periódico em fonte escura, e na mesma linha referências ao seu volume e fascículo. O sumário continuou ocupando a parte central da capa, dando destaque para a apresentação dos artigos publicados e de seus respectivos autores. No rodapé eram indicados o local de publicação, o mês e o ano vigente.

Imagem 3 – Capa da revista *Ciência Política* (novembro 1940)



Fonte: *Ciência Política* (1940).

Nesse mesmo período, entre novembro de 1940 a julho de 1942, a segunda capa era composta por um cabeçalho que apresentava informações como o endereço da sede do INCP no Rio de Janeiro, e o telefone para contato. Sobre a diretoria, a *Ciência Política* registrava apenas o diretor responsável, Pedro Vergara, e o secretário, Humberto Grande. A lista dos colaboradores seguia logo abaixo, ocupando o centro da folha. É possível perceber que, nos seus cinco anos de publicação, a revista do INCP contou com a adesão de um número significativo de colaboradores, podendo-se afirmar isso a partir da análise do exemplar de novembro de 1940 da *Ciência Política*, que registra vinte e dois colaboradores, e do último

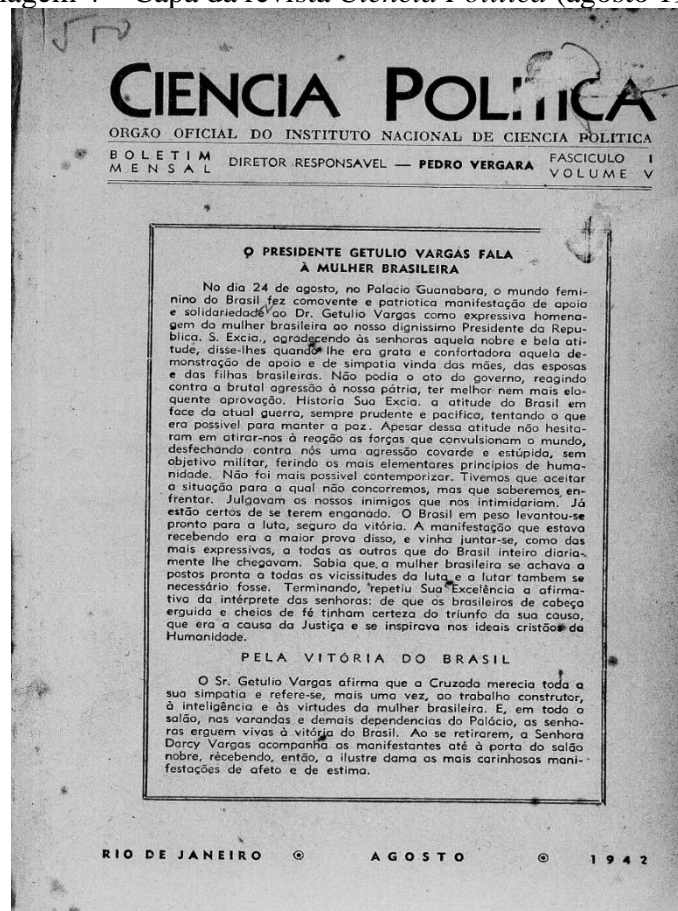
⁵⁶ A digitalização da revista *Ciência Política* disponibilizada pelo acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não se encontra nas cores originais, como é possível ver pelas imagens 3 e 4 anexadas a este trabalho.

exemplar a que esta pesquisa teve acesso, que corresponde a julho de 1945, em que constam quarenta e seis colaboradores (APÊNDICE C).

Em relação à terceira capa e à contracapa, a *Ciência Política* não apresentava algo nesse sentido no período de novembro de 1940 a fevereiro de 1942, ou seja, ela se encerrava no próprio conteúdo publicado. A partir de março de 1942, foi inserida uma nova seção denominada de *Pensamentos de Getúlio Vargas*, que era publicada na terceira capa e contracapa da revista. O conteúdo dessa seção era composto pela publicação de pequenos trechos de discursos proferidos pelo presidente Getúlio Vargas, em sua maioria subtraídos da coletânea *A nova política do Brasil*⁵⁷.

Em agosto de 1942, o Instituto promoveu uma importante alteração na apresentação da capa da *Ciência Política*. Apesar de manter a estrutura dos elementos de referência incluindo o destacado no tom vermelho para o título, com leves alterações na fonte, o sumário da revista cedeu lugar para a publicação de discursos proferidos por Getúlio Vargas, opção que elucidava uma maior ênfase do INCP em apoiar o regime estado-novista. Esse modelo perdurou até a última edição da *Ciência Política* analisada, correspondente a junho de 1945.

⁵⁷ Publicada pela Livraria José Olympio Editora entre os anos de 1938 e 1947, a coletânea era composta por onze volumes que reuniam os discursos proferidos por Getúlio Vargas no período de 1930 e 1945. Os temas eram os seguintes: “Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de governo – 1930-1931” (volume I), “O ano de 1932. A Revolução e o Norte – 1933” (volume II), “A realidade nacional em 1933. Retrospecto das realizações do governo – 1934” (volume III), “Retorno à terra natal. Confraternização sul-americana. A Revolução Comunista – novembro de 1934 a julho de 1937” (volume IV), “O Estado Novo – 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938” (volume V), “Realizações do Estado Novo – 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939” (volume VI), “No limiar de uma nova era – 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940” (volume VII), “Ferro, carvão, petróleo 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941” (volume VIII), “O Brasil na Guerra – 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943” (volume IX), “O Brasil na Guerra – 1 de maio de 1943 a 24 de maio de 1944” (volume X) e “O Brasil na Guerra – 1 de outubro de 1944 a 30 de 1945” (volume XI).

Imagem 4 – Capa da revista *Ciência Política* (agosto 1942)

Fonte: *Ciência Política* (1942).

A mudança de ênfase da revista também provocou alterações na composição das demais capas da *Ciência Política*. A segunda capa sofreu duas alterações, primeiramente publicando o sumário da revista, no período de agosto de 1942 a outubro de 1943 e, posteriormente, entre novembro de 1943 a junho de 1945 a seção de *Pensamentos de Getúlio Vargas*. Já a terceira capa passou a publicar o sumário da revista, de novembro de 1943 até junho de 1945. Entre agosto de 1942 e junho de 1945, a listagem dos colaboradores da *Ciência Política* ficou restringida à contracapa, encerrando o conteúdo da revista.

As variações significativas na estrutura e composição do periódico a partir de 1942 demonstram que o Instituto havia conquistado um espaço como entidade cultural e intelectual, e poderia modificar a abertura da *Ciência Política*, deixando de divulgar seu conteúdo intelectual através do sumário e dos nomes dos seus colaboradores. Essas alterações substanciais na abertura da *Ciência Política* ainda reafirmavam a orientação propagandista da doutrina do governo seguida pelo INCP, que se intensificou ao longo dos anos.

A organização interna da *Ciência Política* se estruturou em duas seções fixas ao longo dos seus cinco anos de publicação, sendo elas *Instituto Nacional de Ciência Política* e *Notas e*

Comentários. Como abordado acima, uma terceira seção fixa foi agregada ao conteúdo da revista a partir de março de 1942, a de *Pensamentos de Getúlio Vargas*. A composição do segmento *Instituto Nacional de Ciência Política* continuou seguindo o padrão da revista *Visão Brasileira*, ou seja, apresentava um resumo sobre as sessões e conferências realizadas pelo INCP no último mês de atividades.

Já a seção de *Notas e Comentários* ficava restrita às páginas finais da revista e seu conteúdo era composto por pequenos textos informativos ou de opinião, com ou sem assinatura do autor, que versavam predominantemente sobre três tipos de assuntos, que podem ser divididos em blocos. No primeiro, os textos apresentavam caráter opinativo sobre os mais diversos aspectos da sociedade brasileira ou traziam resumos de notícias nacionais e fatos internacionais que tinham incidência diretamente sobre o país. Inclusive, a partir da edição novembro de 1942, a *Ciência Política* passou a publicar listas cronológicas contendo os principais acontecimentos ocorridos no mês. O segundo bloco de assuntos dessa seção abarcava as políticas desenvolvidas pelo Estado Novo nos diversos âmbitos da sociedade e a figura do presidente Getúlio Vargas. Por fim, o terceiro bloco envolvia temas correlacionados ao Instituto Nacional de Ciência Política e aos seus associados, como: divulgação de atividades que contaram com a presença dos membros do Instituto; eventos sociais (cerimônias, almoços, jantares); visitas oficiais ao presidente Vargas ou a representantes do governo e das forças armadas; manifestações cívicas em apoio a Vargas; e organização de cursos pelos membros do Instituto. Nessa seção também se realizava o registro das obras recebidas para a biblioteca organizada pela seção regional de Niterói do INCP. Por fim, a sessão de *Notas e Comentários* ainda trazia o retrospecto anual das sessões realizadas pelo Instituto, com objetivo de mostrar ao leitor a “intensa atividade cultural” que a instituição desenvolvia desde sua fundação. Nessa listagem constam os nomes dos conferencistas e oradores, juntamente com o título da comunicação pronunciada, informações importantes para se ter uma ideia melhor do alcance das atividades desenvolvidas e da amplitude dos temas debatidos nas sessões da agremiação⁵⁸.

Seguindo o mesmo padrão adotado na *Visão Brasileira*, os diretores da *Ciência Política* optaram por manter a organização interna desta revista com o corpo principal dos artigos publicado de forma contínua, não havendo separação por seções temáticas. Através do

⁵⁸ Do material a que esta pesquisa teve acesso, consta que a edição de dezembro de 1941 da *Ciência Política* apresenta o retrospecto das seções realizadas pelo Instituto Nacional de Ciência Política no período de 27 de julho de 1940 a 27 de dezembro de 1941; o exemplar de setembro/outubro de 1943 apresenta o retrospecto referente a 3 de janeiro a 26 de dezembro de 1942; em janeiro de 1944 é divulgada a retrospectiva das sessões realizadas entre 2 de janeiro e 18 de dezembro de 1943; em dezembro de 1944 é divulgado o levantamento do período de 8 de janeiro a 30 de dezembro de 1944, apontando que até essa data teriam sido realizadas duzentas e vinte e quatro (224) sessões de conferências pelo INCP.

mapeamento dos sumários de novembro de 1940 a junho de 1945, esta pesquisa conseguiu identificar quinhentos e seis (506) trabalhos publicados por trezentos e cinco (305) autores diferentes⁵⁹. Esses números são reveladores do esforço empenhado pelo Instituto no sentido de produzir conteúdo intelectual. Também demonstram que, com o desenvolvimento das suas atividades ao longo dos anos, o INCP conseguiu se impor no campo e ampliar o espaço de sociabilidade formado pelas suas reuniões semanais na ABI para além daquelas figuras que compunham o círculo principal da instituição, formado pelos fundadores e pela diretoria da sede do Rio de Janeiro. Além disso, passou a receber um grande número de colaboradores em suas sessões que, posteriormente, tiveram suas conferências publicadas na revista⁶⁰.

Em termos quantitativos, entre os autores com maior número de publicações nas cinquenta e seis edições da *Ciência Política* estão Pedro Vergara (55), Humberto Grande (36), Viriato Vargas (16), Benjamin Vieira (7), Antônio Carlos Machado (6), Henrique Orciuoli (6), Adriano Pinto (5), Américo Ferreira Lopes (5), Artur Ferreira da Costa, Augusto Saboia Lima (5), Manuel Paulo Filho (5) e Renato Travassos (5).

Os números deixam transparecer uma faceta importante do Instituto, ou seja, ao mesmo tempo que a instituição e a sua revista se apresentam como espaços de sociabilidade que congregavam agentes no campo intelectual, também se estabelecia uma relação de hierarquia no interior desses microcosmos. No caso da produção de conteúdo intelectual para a *Ciência Política*, os dados demonstram claramente que Pedro Vergara e Humberto Grande são os principais redatores do periódico. Ao contrário dos demais textos publicados na revista, que em sua maioria se originavam das conferências realizadas pelos diversos oradores que passaram pelas tribunas do Instituto, Vergara e Grande apresentavam aos leitores artigos mais bem elaborados que abordavam, sobretudo, temáticas relacionadas a figura do presidente Getúlio Vargas e ao regime do Estado Novo (APÊNDICE D).

⁵⁹Foram identificadas treze mulheres publicando artigos nas páginas da revista *Ciência Política*. São elas: Ana César – “Saudação ao presidente da República” (dezembro/1940); Maria Esolina Pinheiro – “Obra social da Sra. Darcy Vargas” (fevereiro/1941); Henriqueta Galeno – “Caxias” (outubro/1941); Rachel Prado – “Popularidade do presidente Getúlio Vargas (agosto/1942); Adalzira Bittencourt – “Getúlio Vargas visto no estrangeiro” (julho/1943); Cândida Ivete Vargas Tasch – “Humanismo e renascimento” (janeiro/1944); Hecilda Clark – “Getúlio Vargas, o estadista do momento” (fevereiro/1944); Mariah Brandão de Barros – “O presidente Getúlio Vargas e a sua popularidade” (março/1944); Camila Furtado – “Educação na sociedade” (abril/1944) e “Crianças moralmente abandonadas” (agosto/1944); Maria Pavão Bassewitz – “O presidente Vargas, o direito de menores e sua evolução” (outubro/1944); Adalzira Bittencourt – “Realizações do presidente Getúlio Vargas” (janeiro/1945); Arcelina Mochel – “A mulher maranhense sob a política de guerra do presidente Vargas (janeiro/1945); Ilná Secundino – “O presidente Vargas e a juventude brasileira” (janeiro/1945) e Maria Emília Norman de Sá – “A participação da mulher na política do momento” (junho/1945).

⁶⁰ Considerando-se o número expressivo de indivíduos que passaram pelas tribunas do INCP, neste trabalho buscamos focar nossas análises apenas nos agentes diretamente ligados à agremiação.

Pedro Vergara atuou como diretor responsável pela *Ciência Política* entre novembro de 1940 e junho de 1945, e publicou em cinquenta e cinco do total de cinquenta e seis edições do periódico. Já o professor Humberto Grande, que exerceu a função de secretário da revista no período de novembro de 1940 a março de 1944, publicou em um total de trinta e seis edições. Na estrutura interna da *Ciência Política*, os seus artigos eram publicados logo após a capa/segunda capa e antes da seção *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política*. Nesse sentido, Vergara e Humberto Grande realizavam a abertura do conteúdo intelectual da revista, já que seus textos antecederiam os demais artigos em cada número. Essa organização é bastante peculiar, quando consideramos que a *Ciência Política* não possuía editorial definido. Seus coordenadores e, principalmente, o diretor Pedro Vergara, que esteve à frente da revista durante todo período de sua existência, parecem ter atuado no sentido de compor a orientação do periódico como um todo e em cada exemplar mensal publicado. Seus artigos são representativos do propósito ideológico da revista e da linguagem pela qual se comunicavam com seus pares e, ainda, do sentido propagandístico que toma cores vibrantes rendendo elogios a Vargas e ao regime. No ano de 1943, por exemplo, cinco edições da revista publicaram artigos em duplicidade assinados por Pedro Vergara (APÊNDICE D).

Viriato Vargas⁶¹, irmão do presidente Getúlio, se tornou uma figura constante nas atividades do Instituto Nacional de Ciência Política, a partir de dezembro de 1942. Na revista *Ciência Política* ele foi autor de um total de dezesseis artigos, sendo que no ano de 1943 ele chegou a publicar mais de um artigo por edição⁶². Em seus textos, Viriato assumia um tom de defesa das políticas estado-novistas, além de apresentar diversas definições para o regime. Esse aspecto do seu discurso ficou evidente logo no seu primeiro artigo para a *Ciência Política*, no qual Viriato mostrou-se taxativo ao afirmar que “a doutrina do Estado Novo deve ser o evangelho dos patriotas” e que o regime se constituiria em uma “Ditadura Republicana” (VARGAS, 1942).

É importante assinalar que o exame em série da *Ciência Política* demonstra que, no conjunto, a revista reuniu um pensamento político caracterizado pela centralidade das questões

⁶¹ Existem poucas menções na historiografia sobre a trajetória de Viriato Dornelles Vargas (1874-1953). Ele foi eleito para o cargo de intendente municipal de São Borja, em 10 de setembro de 1911, tendo permanecido no cargo até 1914 (S. BORJA, 1911, p. 2). Já em 03 de julho de 1935, o *Jornal do Comércio* informava que o então governador do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha, assinara um decreto nomeando, entre outros, Viriato Vargas para o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, órgão que havia sido criado em 26 de junho de 1935, pelo o Decreto nº 5.975 (RIO..., 1935, p. 3). O mesmo jornal informava que, em 15 de janeiro 1938, Viriato foi eleito presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (INTERIOR, 1938, p. 2). Ele se aposentou deste cargo em 27 de junho de 1938, por motivo de saúde (RIO..., 1938, p. 3).

⁶² No ano de 1943, as edições dos meses de abril, março, novembro e dezembro da *Ciência Política* contaram com dois artigos consecutivos assinados por Viriato Vargas (APÊNDICE D).

nacionais, em consonância com as diretrizes oficiais. Neste momento, os conteúdos abordados pelos doze autores mais recorrentes na *Ciência Política* são amostra das principais temáticas discursivas presentes na produção intelectual dessa revista, pois refletem os pontos debatidos e defendidos pelo INCP. São temas que envolvem o cenário político, social e econômico brasileiro daquele momento na perspectiva do regime, tais como: a nação, o nacionalismo e a unidade nacional, valores como o patriotismo e o civismo, o papel das Forças Armadas e da cultura bélica, a questão dos direitos sociais e das leis trabalhistas, o papel do professor e do ensino secundário, as políticas para o desenvolvimento econômico nacional, além de textos que exaltavam a personalidade do presidente Getúlio Vargas e afirmavam as realizações e a mística da doutrina do Estado Novo (APÊNDICE D).

Não foram encontradas informações sobre as fontes de receita da *Ciência Política* para os seus primeiros anos de publicação. A partir da edição de janeiro de 1944, a revista passava a registrar em sua contracapa o valor referente ao número avulso (Cr\$ 5,00)⁶³. No mês seguinte, em fevereiro de 1944, a *Ciência Política* trazia um aviso da sua diretoria informando aos sócios do Instituto Nacional de Ciência Política que, a partir daquele mês, a revista passaria a ser distribuída aos seus membros. De acordo com a nota publicada, a mensalidade até então paga pelos sócios do Instituto ficava suspensa e a contribuição destes ficava limitada ao preço avulso da *Ciência Política*. É importante mencionar que o preço da revista iria perdurar até a sua última edição identificada, referente a junho de 1945. Essas informações possibilitam inferir que, nos primeiros anos de publicação da *Ciência Política*, as suas fontes de receita estavam vinculadas à contribuição mensal paga pelos sócios do INCP que, como vimos no capítulo anterior, estava prevista nos seus estatutos e não poderia ser inferior a dez mil réis (ESTATUTOS, 1940, p. 6).

A sua direção visa, por essa forma, não só dar maior divulgação às conferências pronunciadas nas sessões semanais do Instituto, como corresponde, também, ao interesse que os sócios teem sempre manifestado pelas nossas atividades associativas. Em consequência desta deliberação, fica suspensa a mensalidade que os sócios vinham pagando ao Instituto, ficando a sua contribuição reduzida apenas ao preço da revista, que não visa qualquer propósito de lucro. (CIÊNCIA..., 1944).

⁶³ Patrícia Aparecida Gonçalves de Faria (2014, p. 48), em sua dissertação de mestrado analisa as crônicas de Graciliano Ramos publicadas pela revista *Cultura Política* e retoma as análises comparativas de Monica Velloso (1982), para se referir à revista do INCP. A autora afirma em determinado momento que a *Ciência Política* “[...] não trazia informações certas sobre o custo para o leitor de cada número, inclusive na capa não aparecia nenhuma cifra, tal fato nos leva a crer que a revista deveria ser distribuída gratuitamente, ficando os encargos de elaboração à custa do governo, conforme o que aconteceu com a *Cultura Política* que arrecadava bem menos do que gastava com a produção de cada número.”. Ao contrário do que supõe a autora, a *Ciência Política* não era uma publicação oficial e, portanto, não se beneficiava da estrutura do Estado e não recebia verbas governamentais.

Pela ausência de dados nesse sentido, não foi possível determinar a receptividade da *Ciência Política*, isto é, se ela era um periódico bem divulgado nas bancas de jornal da época, e em qual escala se dava a sua tiragem e distribuição. Também não se pôde aperceber quais camadas da sociedade a revista teve como público-alvo, sem uma análise precisa da sua circulação no período de 1940 a 1945. O trabalho da historiadora Mônica Velloso (1982) tem sido o referencial para as pesquisas de pós-graduação que se propõe a citar a *Ciência Política* ou o Instituto Nacional de Ciência Política, mesmo que esses não sejam os objetos específicos desenvolvidos nesses trabalhos. Desde as análises de Velloso, que apontam a *Ciência Política* como uma revista direcionada para o “público bem mais amplo” da sociedade, as pesquisas acadêmicas em História sobre o tema têm definido a revista do INCP como uma publicação de caráter “popular” e “abrangente”, no que se refere ao seu público leitor⁶⁴ (VELLOSO, 1982, p. 81).

Entretanto, essas abordagens não condizem com os resultados obtidos por essa pesquisa. Com a aproximação de nossa lente de observação de modo a abarcar com mais detalhes os diversos aspectos do projeto intelectual do Instituto, foi possível compreender a natureza da revista *Ciência Política*. Enquanto boletim mensal de uma instituição civil, sua intenção era mesmo divulgar as conferências e demais atividades realizadas pelo INCP. A *Ciência Política* se constituiu como um periódico cujo conteúdo intelectual era voltado para um público específico, mesmo que este não estivesse definido em suas páginas. Fica evidente, pelas nossas pesquisas, que o objetivo inicial dos seus organizadores era alcançar a atenção das elites letradas da época, agregando-as em torno de uma instituição que poderia lhes conferir prestígio e visibilidade. Portanto, acreditamos que a circulação da *Ciência Política* se restringiu a um grupo bastante reduzido, pertencente aos campos da cultura literária, acadêmica e judiciária, e aos setores político e militar, principalmente nos primeiros anos de sua publicação. Essa interpretação é corroborada pela nota da diretoria da revista em fevereiro de 1944, acima citada, que informava que a opção por reduzir a mensalidade dos sócios ao preço avulso da revista objetivava também uma maior divulgação das conferências do INCP, ou seja, os próprios membros da instituição teriam reconhecido o alcance limitado da revista e a possibilidade de ampliá-lo a novos públicos leitores.

Outra questão presente no trabalho de Mônica Velloso diz respeito a sua definição da revista *Ciência Política*. De acordo com a historiadora, “os objetivos da *Ciência Política* se circunscrevem aos do INCP, funcionando como boletim de divulgação desta entidade.” Mais

⁶⁴ Análises nesse sentido podem ser encontradas nas pesquisas de COSTA (2007) e MACIEL (2018).

adiante, ela completa esse argumento afirmando que “[...] a *Ciência Política* se autoconfigurava enquanto “escola de patriotismo” voltada para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo.” (VELLOSO, 1982, p. 76). A nosso ver, embora esses pontos sejam de fato importantes, a historiadora realiza uma vinculação simplificadora entre a revista e a instituição, ao resumir seus propósitos. Esse raciocínio não nos parece suficiente para explicar esses dois objetos de pesquisa relacionados mas distintos, a revista e o INCP, pois não promove um exame específico das suas finalidades. Queremos dizer com isso que, ao fundar Instituto, seus sócios estabeleceram um claro programa intelectual que incluía uma série de propostas, entre elas a formação de uma “Escola de Patriotismo”, através das atividades da própria agremiação, e a publicação de um boletim mensal, através da revista *Ciência Política*. A promoção de reuniões e outros eventos, assim como o estabelecimento de representações regionais, também demonstram isso.

No que diz respeito à regularidade de sua situação junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, ao contrário da *Visão Brasileira*⁶⁵ a *Ciência Política* não apresentava essas informações nas suas páginas. Porém, de acordo com o informativo do Anuário da Imprensa Brasileira⁶⁶ (1941, p. 156), a *Ciência Política* foi registrada no DIP em 22 de janeiro de 1941, sob o processo nº 10.748. Ela se caracterizava por ser um “órgão cultural e cívico” de “propriedade do Instituto Nacional de Ciência Política”, de publicação mensal e sob a responsabilidade do seu diretor Pedro Vergara. Ainda segundo o Anuário, a revista era impressa nas oficinas do *Jornal do Comércio*, mas há registros de que ela tenha sido impressa pela Gráfica Labor (Travessa da Partilha, 140 – Rio)⁶⁷, Gráfica Milone Ltda (Rua dos Inválidos, 118 – Rio)⁶⁸ e Oficinas Gráficas de “A Noite”⁶⁹.

Como foi abordado no capítulo anterior, os periódicos mais alinhados ao Estado Novo eram o jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política*, esta última diretamente ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Portanto, ao contrário do que vem sendo repetido

⁶⁵ Em termos comparativos, a revista *Visão Brasileira* referente às edições de agosto, setembro e outubro de 1940 apresentava em sua segunda capa informações sobre o seu registro de circulação autorizado pela divisão de imprensa do DIP, como vimos no capítulo anterior.

⁶⁶ De acordo com o regimento do DIP, competia à divisão de divulgação do órgão “editar um anuário da Imprensa Brasileira, com informações sobre jornais, revistas, livros e demais publicações parecidas no Brasil.” (BRASIL, 1939b). Apesar de prevista sua publicação anual, o departamento editou apenas um volume, publicado no ano de 1941, cujo conteúdo trazia diversas informações como: a listagem dos órgãos de imprensa existentes até aquele momento; a relação dos jornalistas registrados no serviço de identificação profissional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Brasil; e a organização e estruturação dos departamentos estaduais de imprensa e propaganda (ANUÁRIO, 1941).

⁶⁷ Informação registrada no exemplar de outubro de 1941.

⁶⁸ Os exemplares do período de agosto a dezembro de 1942.

⁶⁹ Os exemplares do período de agosto de 1944 a junho de 1945.

pelas pesquisas em História⁷⁰, a revista *Ciência Política* não foi uma publicação oficial do DIP ou editada por este órgão. Exceto pelo registro de autorização de circulação fornecido pelo departamento, não existem quaisquer elementos que vinculem a *Ciência Política* ao DIP. A divisão de imprensa do DIP era responsável por “autorizar previamente a circulação das publicações periódicas.” (BRASIL, 1939b). Isso significa que, durante o Estado Novo, todas as publicações impressas do país precisavam ser registradas no órgão. Esse foi o caminho adotado pelo regime para controlar os veículos de comunicação como as revistas, os jornais, os boletins e os almanaques. Como vimos até agora, o INCP era uma entidade civil e autônoma aos quadros governamentais, que reunia em seu ambiente intelectuais que apoiavam as diretrizes do Estado Novo e que utilizaram do espaço de sociabilidade do INCP e das páginas da revista *Ciência Política* para participar do debate sobre as questões nacionais e propagandear as diretrizes do Estado Novo.

Mesmo com diversas buscas em bibliotecas registradas no país, e com o mapeamento dos veículos jornalísticos da época, não foi possível determinar o último número publicado pela *Ciência Política*. Não há menção na edição de junho de 1945 sobre o encerramento da publicação da revista, porém os registros na imprensa carioca demonstram que as atividades do Instituto ocorreram até o mês de novembro de 1945. Porém, acreditamos que esta pesquisa conseguiu caracterizar a *Ciência Política* em sua singularidade de revista institucional, ou seja, enquanto veículo de sistematização e de divulgação do projeto intelectual e das atividades do INCP.

3.3 A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO INCP

O projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política também visava à expansão das suas atividades culturais. A análise da trajetória dessa instituição demonstra que seus membros buscaram ampliar a projeção do Instituto, através da fundação de seções regionais e de representação homólogas a sua sede no Rio de Janeiro. Outro objetivo consolidado pela instituição foi a organização de um curso sobre o novo código penal brasileiro, iniciativa que refletia o seu caráter pedagógico de estudos sobre temas específicos. Essas iniciativas, que serão analisadas a seguir, buscavam conferir maior visibilidade às propostas do INCP e, portanto, são representativas do seu esforço de se estabelecer no campo intelectual da primeira metade da década de 1940.

⁷⁰ Esse tipo de abordagem que pode ser encontrada nos trabalhos de COSTA (2007, 2013), KONRAD (2006), MACIEL (2018) e PEREIRA (2007).

3.3.1 A fundação das primeiras seções regionais e de representação do INCP

Como visto no capítulo anterior, em maio de 1940 Pedro Vergara revelava em carta ao presidente Getúlio Vargas a sua pretensão de fundar seções do Instituto Nacional de Ciência Política em diferentes estados do Brasil. O objetivo do idealizador e fundador da agremiação era constituir unidades regionalizadas do Instituto, diretamente subordinadas à sede no Rio de Janeiro e aos estatutos do Instituto. Assim, as seções de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Niterói, primeiras regionais fundadas pelo INCP, tinham os mesmos objetivos de estudar as principais figuras da política brasileira e, principalmente, constituir uma rede de opinião favorável às diretrizes do Estado Novo. A expansão física das atividades do INCP era parte do seu projeto intelectual, que visava ampliar o seu espaço de sociabilidade e visibilidade entre as elites intelectuais de todo o país. Além disso, a pesquisa nas fontes demonstrou que o projeto de expansão das atividades do Instituto também buscava oferecer em sua sede um espaço de encontro para representantes de diferentes categorias sociais⁷¹ da capital federal, como estudantes universitários e professores. Segundo o que ficou estabelecido nos estatutos de 25 de março de 1940,

Art. 3º. O Instituto terá secções nas capitais dos Estados e nas cidades do interior onde fôr conveniente.

Parágrafo. único. As secções ficarão subordinadas à diretoria central do Instituto e observarão, em tudo, estes Estatutos e as instruções que aquela diretoria expedir, sob pena de serem declaradas extintas. (ESTATUTOS, 1940, p. 6).

Em discurso pronunciado dois anos após a fundação do INCP, Vergara (1942, p. 3) afirmava, sobre o início das atividades da instituição, que “eramos antes, naquele recente amanhecer, uma organização de vida limitada ao Rio de Janeiro; e somos hoje uma federação de agrupamentos similares, que pensamos e lutamos em comum, para a execução do mesmo programa e ideias, de ação, de fé e de entusiasmo [...]”. Através do mapeamento realizado por essa pesquisa, foi possível listar algumas dessas seções e a composições de suas diretorias de forma mais criteriosa⁷².

⁷¹ O INCP tinha pretensão de fundar outras divisões nesse sentido, como uma seção dos operários (INSTITUTO..., 1940i, p. 2) e uma seção dos professores particulares (NO INSTITUTO..., 1940, p. 6). Porém, esse objetivo parece não ter tido êxito, já que não foram encontradas maiores informações a esse respeito na análise da *Visão Brasileira*, da *Ciência Política* e da imprensa jornalística.

⁷² Como é frequente na pesquisa histórica, esse mapeamento não é conclusivo, pois algumas dessas seções não apresentavam maiores detalhes sobre a sua fundação e estrutura. Por exemplo, em 1º de maio de 1944, Manuel de Azambuja Caldas pronuncia conferência no Instituto Nacional de Ciência Política de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, e a partir dessa informação é que se tomou conhecimento da existência desta seção do INCP (CALDAS, 1944, p. 74-81). Uma sessão do INCP foi fundada em Curitiba, no Paraná, em 08 de fevereiro de

Em 17 de agosto de 1940, uma comissão de estudantes universitários⁷³ realizou uma visita a secretaria da sede do Instituto no Rio de Janeiro, com o objetivo de transmitir aos seus membros “o interesse despertado nos meios universitários pelas atividades da novel instituição” (INSTITUTO..., 1940j, p. 2). Uma semana depois desse primeiro encontro, em 24 de agosto de 1940, Pedro Vergara, juntamente com estudantes das escolas de ensino superior, se reuniram na secretaria do Instituto para assentar a fundação da Seção Universitária. A primeira divisão fundada pelo INCP teve sua sede estabelecida nas próprias dependências da instituição no Rio. Sua diretoria ficou assim definida:

Quadro 4 – Seção Universitária do Instituto Nacional de Ciência Política

| | |
|--------------------|---------------------------|
| Presidente | Raul Severiano Ribeiro |
| 1º Vice-Presidente | Álvaro Serrano de Andrade |
| 2º Vice-Presidente | Vitor Bourhis Jurgens |
| 1º Secretário | Edgar Costa Filho |
| 2º Secretário | Vicente Costa |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Instituto Nacional de Ciência Política (1940, p. 9).

A Seção Universitária era formada por acadêmicos oriundos, principalmente, do curso de Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Segundo Vergara (1942, p. 5), os estudantes contribuíram para a transmissão dos ideais defendidos pelo Instituto entre a “juventude das academias”⁷⁴. Já o presidente do INCP, Manuel Paulo Filho, em sua entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em 1942, declarava que nas conferências e debates organizados pela agremiação para os “[...] estudos do passado e do presente da vida político-administrativa do Brasil, contamos com a colaboração inteligente e eficiente da nossa secção universitária, pois que muitos são os estudantes das nossas escolas superiores que pertencem aos quadros sociais do Instituto.” (DIVULGAR..., 1942, p. 1). Em 21 de novembro de 194, uma nota publicada pelo jornal *Diário Carioca* sobre o início das atividades da Seção Universitária defende a iniciativa do INCP em apoiar os estudantes.

1941. Sua diretoria era composta pelos nomes de Manuel de Oliveira Franco, Oliveira Franco Sobrinho, Mansur Guerios, Brasil Pinheiro Machado, Lauro Lopes e Vieira Neto, presidente da do Instituto da Ordem dos Advogados (PARANÁ..., 1941, p. 11). Também foram identificadas seções em Ponta Grossa, no Paraná e em Cachoeira do Itapemirim, no Espírito Santo (IDEIA..., 1941, p. 4).

⁷³ A comissão discente era composta pelos nomes de Vicente de Freitas Cosate, Raul Severiano Ribeiro, Valdemar Ferreira, Álvaro Severiano de Andrade, Justiano J. da Silva, José Francisco Bozzaelli, Juvanir Borges de Sousa e Homero Gonçalves (INSTITUTO..., 1940j, p. 2).

⁷⁴ Na revista *Ciência Política* foram identificados apenas dois artigos originados de conferências pronunciados por membros da Seção Universitária, entre os quais: Victor Bourhis Jurgens – “O papel da mocidade no Estado Novo” (novembro/1940), Armando Ribeiro Falcão – “Marcando com o Estado Novo” (março/1941) e Edmilson Perdigão Nogueira – “Política Eugênica” (agosto/1941).

O Instituto Nacional de Ciência Política viu com inteligência que o trabalho do estudante é profícuo nos assuntos culturais, a ponto de resolver criar uma seção universitária para uma maior aproximação com ele. Nada deixam a desejar os conferencistas estudantes, de modo que seus trabalhos vêm tomando o cunho de verdadeiras conferências, onde assuntos de interesses gerais são discutidos e tratados de forma precisa. (CONFERENCIA..., 1941, p. 7).

Além de expor a importância da participação dos estudantes universitários em entidades culturais, a nota informava que a sessão inaugural da Seção Universitária ocorrera no auditório da Sociedade Amigos de Alberto Torres, com a conferência principal do acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, Antônio Carlos Bandeira, que abordou o tema “A psicologia do testemunho e a nova legislação processual brasileira” (CONFERENCIA..., 1941, p 7).

Na edição de janeiro de 1941 a *Ciência Política* trazia em suas páginas a notícia da fundação de três seções regionais do Instituto no Rio Grande do Sul. Segundo noticiou a revista, Pedro Vergara teria viajado para aquele estado em dezembro de 1940, com o objetivo de organizar as divisões regionais da instituição (ATIVIDADES..., 1941, p. 10). Assim, em 24 de dezembro de 1940, foi fundada a seção regional de Porto Alegre do INCP, sendo que o ato de inauguração ocorreu às 21 horas na sede da Ordem dos Advogados localizada na Rua dos Andradas, nº 1206 (SERÁ..., 1940, p. 12). Segundo noticiou o *Correio da Manhã*, compareceram à solenidade “[...] representantes do governo e muitos membros da magistratura, do magistério, vários jornalistas, homens de letras e universitários.” (INSTITUTO..., 1940m, p. 02). Sua diretoria, eleita por aclamação, ficou assim constituída:

Quadro 5 – Seção de Porto Alegre do Instituto Nacional de Ciência Política

| | |
|--------------------|----------------------|
| Presidente | Oswaldo Vergara |
| 1º Vice Presidente | J. M. Pereira Filho |
| Secretário Geral | Luiz Palmeiro |
| 1º Secretário | Paulino Vargas Vares |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política (1941, p. 10).

Em nota, o jornal porto-alegrense *Diário de Notícias* apresentava os conhecidos objetivos que guiavam as ações do Instituto e informava que “[...] a ideia da fundação nesta cidade daquele prestigioso cenáculo de estudos, despertou o mais vivo entusiasmo nas camadas intelectuais e especialmente entre advogados e professores.” (SERÁ..., 1940, p. 12). Conforme as informações prestadas pela *Ciência Política*, a diretoria da seção de Porto Alegre era composta por figuras de destaque em diferentes círculos sociais da capital (ATIVIDADES...,

1941, p. 10). É interessante destacar que a presidência desta seção ficou a cargo de Osvaldo Vergara, irmão de Pedro Vergara.

O dr. Osvaldo Vergara é uma das personalidades mais prestigiosas do Rio Grande do Sul; jurista de grande nomeada, comentador acatadíssimo do código do processo do Estado; antigo presidente do Conselho Municipal; suplente de deputado federal. O dr. Pereira Filho é o maior bacteriologista do Rio Grande do Sul; as suas descobertas, nesse terreno já conquistaram os aplausos e a consagração do mundo científico, em todos os Continentes; é o idealizador e o fundador do Hospital Belém, a maior organização no gênero, da América do Sul; o dr. Luiz Palmeiro é 1º promotor da capital; orador fluente, criminalista de méritos firmados; o dr. Paulino Vares, apesar da sua juventude, conquistou uma posição invejável na tribuna judiciária do Rio Grande e é uma das figuras mais acatadas da Sociedade Riograndense de Criminologia. (ATIVIDADES..., 1941, p. 10).

Em seguida, Pedro Vergara fundou a seção da cidade de Pelotas, sendo que sua diretoria se constituiu por nomes de representantes da política sul-rio-grandense, como os advogados Antero Moreira Leivas e Tancredo do Amaral Braga, e do exército, como o coronel Januário Coelho da Costa e o tenente Ernani de Cunto.

Quadro 6 – Seção de Pelotas do Instituto Nacional de Ciência Política

| | |
|--------------------|--------------------------|
| Presidente | Antero Moreira Leivas |
| 1º Vice-Presidente | Januário Coelho da Costa |
| 2º Vice-Presidente | Tancredo do Amaral Braga |
| 3º Vice-Presidente | Ernani de Cunto |
| Secretário Geral | Lélio Falcão |
| 1º Secretário | Hélio Carriconde Pereira |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política (1941, p. 10).

Por fim, Vergara fundou a seção do Instituto na cidade de Rio Grande em 30 de dezembro de 1940. Segundo o *Correio da Manhã*, entre os que compareceram à reunião de instalação se encontravam escritores, jornalistas, educadores, magistrados, entre outros representantes das diversas classes sociais da cidade (INSTITUTO..., 1940n, p. 02).

Quadro 7 – Seção de Rio Grande de Instituto Nacional de Ciência Política

| | |
|--------------------|-----------------------|
| Presidente | Alberto Araújo Cunha |
| 1º Vice-Presidente | Mário Werneck |
| 2º Vice-Presidente | Jorge da Cunha Amaral |
| Secretário Geral | Álvaro Prates de Lima |
| 1º Secretário | Rui Poester Peixoto |
| 2º Secretário | Luiz Emílio Leo |

| | |
|---------------|-----------------|
| 3º Secretário | João Campos Duá |
|---------------|-----------------|

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política (1941, p. 10).

Pedro Vergara retornou do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 1940. Segundo a *Gazeta de Notícias*, com o cumprimento da sua “importante missão” de fundar seções nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande⁷⁵, principais centros daquele estado, Vergara dava prosseguimento à “obra cívica e cultural” do INCP, para que a sua projeção fosse “cada vez mais extensa e intensa no Brasil” (CULTURA..., 1940, p. 3).

Cabe aqui tecer alguns comentários acerca da presença do Instituto Nacional de Ciência Política em nível regional. Como sabemos, a fundação das filiais do INCP ficava submetida ao gerenciamento da sede no Rio de Janeiro. A imposição de um controle sobre as seções regionais visava garantir o efetivo exercício dos interesses da instituição e estabelecia uma relação de submissão e controle entre sede e seções. Devemos ter em mente que as políticas desenvolvidas pelo Estado Novo eram condicionadas à natureza autoritária e centralizadora do regime, embora não possamos afirmar que as relações entre o governo federal e os governos estaduais se resumissem a uma pura submissão desses últimos e de suas forças sociais internas às diretrizes políticas nacionais (ABREU, 2007, p. 15).

A pesquisa desenvolvida pelo historiador Luciano Aronne de Abreu (2007), contribui para a compreensão das relações estabelecidas entre as unidades da federação e o Estado Novo de Vargas, ou seja, da dinâmica das decisões políticas adotadas em nível nacional e regional. De acordo com Abreu (2007, p. 14), o Estado Novo não pode ser caracterizado como uma “[...] estrutura de poder homogênea nem como um momento de ruptura em relação às influências regionais e oligárquicas.” O autor defende que,

Embora o Estado Novo normalmente seja visto sob a ótica da centralização e nacionalização do poder político, regulamentando-se as relações entre o governo central e os Estados de modo “*a eliminar os últimos resquícios do Federalismo que caracterizara a República Velha*”, deve-se lembrar que as oligarquias regionais também contribuíram para o sucesso do golpe de 37 e participaram da divisão do poder nesse novo regime. (ABREU, 2007, p. 13, grifo do autor).

Nesse sentido, devemos considerar que a política regional de Getúlio Vargas buscava intervir e subordinar os estados aos “princípios nacionais do regime estadonovista” com a imposição de interventorias estaduais e do Conselho Administrativo de Estado. Porém, o

⁷⁵ Sobre as atividades dessas seções, é interessante pontuar que na revista *Ciência Política* foi localizado apenas um artigo originado de conferência realizada na seção de Porto Alegre, escrito por Naê Messias – “Castilhos, o homem sem dúvidas” (novembro/1941). Sobre as possíveis continuidades entre o varguismo e o castilhismo, ver Bosí (1992).

governo federal ainda dependia do apoio das oligarquias regionais para garantir sua estabilidade, o que resultava em concessões políticas e na incorporação dessas elites ao poder regional (ABREU, 2007, p. 297). A partir da análise da articulação política no Rio Grande do Sul, Abreu demonstra que as políticas regionais continuaram sendo feitas mesmo com o advento Estado Novo, pois elas ainda eram representativas das disputas políticas locais com as quais o regime buscava dialogar para estabelecer as bases necessárias para sua legitimação.

A partir dessas reflexões, podemos compreender a expansão regional do INCP no sentido de garantir sua presença em outros níveis de poder, seguindo o seu projeto de irrestrito apoio ao novo regime. Tendo em mente que o Estado Novo não deve ser compreendido sob uma perspectiva homogênea, a iniciativa de fundar seções regionais por parte dos intelectuais do Instituto pode ser interpretada como uma proposta estratégica que contribuiria para arregimentar o apoio ao governo federal nos estados, capitalizando a influência e o prestígio da entidade. Novamente percebemos o manejo das propostas do INCP no sentido de contribuir com as políticas do regime como um alto-falante tanto no contexto nacional quanto regional de atuação.

Em 1940, mais uma seção de representação foi organizada na sede do Instituto no Rio. A Seção dos Professores do Ensino Secundário⁷⁶ foi fundada em 28 de dezembro, em reunião no Salão do Conselho da ABI. O terceiro vice-presidente da instituição, Atílio Vivacqua, e o segundo secretário, Benjamin Vieira, ficaram responsáveis, respectivamente, por declarar a fundação e dar boas-vindas aos novos membros do INCP. A presidência da seção do magistério secundário ficou a cargo do professor Adriano Pinto, e o restante da diretoria⁷⁷ compôs-se pelos nomes de Fernando Barata, professor do Colégio Pedro II, Francisco Bittencourt da Silva, professor no ginásio Bittencourt da Silva de Niterói, Antônio de Menezes Autran, professor do Liceu de Artes e Ofícios e do professor Sílvio Jannuzzi. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o movimento dos professores em torno da nova seção do INCP já contava em sua instalação com “[...] 160 adesões de professores, de quase todos os estabelecimentos de ensino fundamental e complementar do Distrito.” (INSTITUTO..., 1940k, p. 09).

⁷⁶ Por esta seção foram publicados na *Ciência Política* os textos de Pedro Cardoso – “O papel do professor” (fevereiro/1941), Fernando Barata – “Educar para a pátria” (fevereiro/1941), Aírton Lobo – “O que o Estado Nacional espera do professor” (março/1941), além dos seis artigos do professor Adriano Pinto (listados em APÊNDICE D).

⁷⁷ Não foi possível determinar com exatidão o cargo ocupado por cada nome indicado na diretoria da Seção dos Professores do Ensino Secundário do INCP.

A respeito da Seção dos Professores, a sessão de *Notas e Comentários da Ciência Política* publicou dois pequenos textos a respeito dessa divisão. A nota intitulada “Os professores do I.N.C.P” e assinada apenas com a letra “B” afirmava,

Uma das expressivas realizações do Instituto Nacional de Ciência Política está, sem dúvida, na fundação da Seção de Professores Secundários. Integrado no espírito do Estado Novo o Instituto que faz magnífica campanha cultural em torno dos grandes problemas da atualidade brasileira, salientando a obra gigantesca do Presidente Getúlio Vargas, sentiu, logo de início, a necessidade de organizar a parte, um grupo de intelectuais que, na escola, pudesse estimular e orientar o sentimento cívico da juventude, dentro das idéias novas (OS PROFESSORES..., 1941, p. 147).

Ao fundar a Seção dos Professores o Instituto acreditava colaborar patrioticamente com o Estado Novo na reconstrução da nação através da educação. Logo, no projeto intelectual do INCP a fundação dessa divisão objetivava congregar e estimular os profissionais da educação no sentido de apoiarem os ideais de civismo e patriotismo do regime. A nota não assinada “Dias novos para a juventude nova” pontuava que,

Fruto ótimo do Instituto Nacional de Ciência Política é a sua Seção de Professores do Ensino Secundário. Nascido para a propaganda de uma ideia, o Instituto de Ciência Política não poderia montar a sua máquina desprezando o fator de eficiência representado pelos professores dos ginásios do Brasil. (DIAS..., 1941, p. 149).

Na “máquina” engendrada pelo projeto do Instituto para a propaganda, os temas da educação e do ensino no Brasil sempre retornavam à pauta nas conferências da instituição, como é possível perceber pelos nove artigos publicados por membros dessa seção na revista *Ciência Política*. No balanço geral realizado por esta pesquisa, a Seção dos Professores do Ensino Secundário vai se caracterizar como uma das mais ativas ao longo dos cinco anos de atividades INCP.

Uma questão de fundo que deve ser pontuada a respeito da presença das seções de representação – dos Professores do Ensino Secundário e dos Universitários – na estrutura do Instituto, é que elas refletem a inspiração desta instituição na ideologia do corporativismo⁷⁸ que fazia parte do arsenal pragmático do Estado Novo, por conta do seu caráter de organização social coletiva. A “categoria conceptual” de corporativismo só pode ser compreendida se analisada a partir do contexto histórico, social e político de sua produção (ROSAS, 2017, p. 9). Assim, um dos principais aspectos do projeto político-ideológico do Estado Novo brasileiro seria a implementação de um corporativismo estatal. A sua adaptação ao contexto político do

⁷⁸ O *Dicionário de Política* apresenta um verbete de Ludovico Incisa (1998, p. 287) sobre o conceito de corporativismo, que de forma geral se define como “[...] uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações).”

país assumiria características próprias e bastante diversas dos países europeus, funcionando mais como um “instrumento de construção da modernidade nacional” (CEPÊDA, 2017, p. 111).

Angela de Castro Gomes (2010, p. 292), em suas análises sobre o pensamento de Oliveira Viana, aponta que, na interpretação deste intelectual, o Brasil era um país um “[...] desprovido, quase ontologicamente, de condições históricas para o desenvolvimento de formas de organização social; de formas de ação coletiva.” De acordo com a historiadora, Viana propunha o corporativismo como resposta ao seu diagnóstico sobre a inexistência de “formas modernas de solidariedade social” no país. Ele postulava que caberia à direção de um Estado “forte e autoritário” a responsabilidade de “criar” uma nova sociedade (GOMES, 2010, p. 292-293). A partir das nossas análises sobre a montagem das seções do INCP, percebemos a ação dos seus membros no sentido de fazer de sua sede um espaço para representantes de categorias sociais da capital federal, no interior de sua estrutura de entidade de natureza cultural e intelectual. Assim, o INCP mimetizava o regime autoritário naquele contexto e, mais propriamente, estabelecia novos espaços de representação de categorias coletivas relevantes para uma instituição voltada para congregar letrados: professores secundários e estudantes universitários.

No que diz respeito às seções regionais, na edição de janeiro de 1941 a sessão de *Notas e Comentários* da revista *Ciência Política* trazia a notícia da organização de mais uma delas. Em 22 de janeiro de 1941, o escritor e jornalista Jorge O. de Almeida Abreu⁷⁹ reuniu “um grupo de amigos de alto valor cultural” para fundar uma divisão dessa instituição em Niterói, no Rio de Janeiro⁸⁰. Assinaram a ata de fundação da Seção de Niterói do INCP o jornalista Mário Alves, o general José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o coronel Manuel de Castro Guimarães e o próprio Jorge Abreu (A SEÇÃO..., 1941, p. 63). No dia seguinte, em 23 de janeiro de 1941, foi convocada uma assembleia para a instalação da nova seção regional e para a eleição da sua diretoria, que ficou assim definida:

Quadro 8 – Seção de Niterói do Instituto Nacional de Ciência Política

| | |
|--------------------|----------------------------|
| Presidente | Oliveira Vianna |
| 1º Vice-Presidente | Ramon Benito Alonso |
| 2º Vice-Presidente | Manuel de Castro Guimarães |

⁷⁹ Segundo informações coletadas nas fontes periódicas acerca da biografia de Jorge Abreu, ele também era fundador e diretor do Colégio Icaraí de Niterói (COLÉGIO..., 1941, p. 1) e professor de História na mesma entidade (EXCURSÃO..., 1940, p. 10).

⁸⁰ A notícia publicada na *Ciência Política* também informava que Jorge O. de Almeida Abreu era sócio do Instituto e que o mesmo recebera uma carta de Pedro Vergara autorizando a fundação da Seção de Niterói (A SEÇÃO..., 1941, p. 63-64).

| | |
|---------------------|--|
| 3º Vice- Presidente | Mário Alves |
| Secretário Geral | Jorge O. de Almeida Abreu |
| 1º Secretário | José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque |
| 2º Secretário | Salomão Vergueiro da Cruz |
| 3º Secretário | Antônio Figueira de Almeida |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto A seção (1941, p. 63).

Em 25 de janeiro de 1941, o *Jornal do Comércio* trazia o telegrama enviado pela diretoria da Seção de Niterói ao presidente do INCP, Manuel Paulo Filho, comunicando a fundação da nova divisão da instituição e informando que sua sede estava localizada no Colégio Icaraí de Niterói (CREADA..., 1941, p. 3). A notícia dizia ainda que

Alguns homens de letras, magistrados, educadores e universitários acabam de fundar, em Nictheroy, uma secção do Instituto Nacional de Ciência Política que é aqui, e em diversos Estados onde já tem filliaes, uma organização de intellectuaes destinada á diffusão cultural e a um melhor conhecimento e uma mais clara compreensão do Brasil actual. (CREADA..., 1941, p. 3).

Sobre a assembleia realizada no dia 23 de janeiro, interessa destacar que estiveram presentes e assinaram a ata de instalação da Seção de Niterói cerca de cinquenta e cinco nomes, entre os quais Oliveira Viana. Sobre a presença desse sociólogo na instituição, é necessário fazer uma ressalva antes darmos prosseguimento as nossas análises. Como vimos no capítulo anterior, o nome de Oliveira Viana é indicado para a presidência da Seção de Niterói do Instituto Nacional de Ciência Política durante a reunião de instalação. Entretanto, a análise de duas correspondências encaminhadas pelo secretário Jorge Abreu em resposta a Oliveira Vianna dá a entender que este último optou por se abster de assumir o exercício desse cargo. Na carta de 15 de fevereiro de 1941, Abreu afirmava que havia convocado uma assembleia com os demais membros da diretoria desta seção para lhes apresentar o pedido de renúncia à presidência do INCP de Niterói por parte de Viana, sob a justificativa de que a sua atuação como ministro do Tribunal de Contas da União colidiria com a função naquela entidade civil.

De acôrdo com os seus desejos expressos na ultima carta que teve a gentilêsa de me dirigir, convoquei a Assembléa Geral Preparatoria que foi presidida pelo 1º Vice-Presidente do Instituto Nacional de Ciencia Politica de Niteroi, dr. Ramon Benito Alonso, e li a resposta que o nobre amigo houve por bem dar ao meu apêlo no sentido de continuar a presidir as atividades da patriotica agremiação cultural que é o Instituto Nacional de Ciencia Política.

A Assembléa resolveu aprovar a seguinte indicação: “Tomamos conhecimento da carta em que o exmo. snr. dr. Oliveira Vianna renuncia ao cargo de Presidente dêste Instituto e resolve dêle afastar-se, sob a alegação de incompatibilidade com a alta função pública que exerce, a Assembléa Preparatoria, embora não reconheça

procedencia ao motivo exposto, resolve, sem discuti-lo, acatar a renuncia como fato consumado, declarar vaga a Presidencia e proceder à imediata eleição para provimento do cargo, nos termos e na forma do Art. 1º das Disposições Transitorias dos Estatutos em vigor. (ABREU, 1941a).

Após a carta acima, que foi assinada por toda diretoria da Seção de Niterói, Jorge Abreu ainda encaminha uma carta pessoal a Oliveira Vianna em 22 de fevereiro de 1941, lamentando a decisão do seu correspondente e demonstrando sua admiração à personalidade do intelectual, aspecto que lhe motivara a indicar o seu nome para encabeçar a agremiação que se organizava.

Quando apresentei o nome do nobre amigo para Presidente do Instituto, fil-o em homenagem às suas peregrinas (*sic*) qualidades moraes e intellectuaes e por estar certo de que seria um nome acceito por todos como, effectivamente, o foi. Quizeram os mais fados fosse eu collocado, ab-initio, frente a um impasse imprevisto. Só me dispuz a começar a assembleia especial, empois convencer-me da irrevogabilidade de sua decisão, por motivos que não acceito, mas respeito.

Lamento, pois, a impossibilidade em que me encontro de demovel-o, e, em nome do Instituto Nacional de Ciencia Politica e em meu nome proprio, apresento-lhe os protestos da nossa mais sincera admiração e grande amizade. Se o nobre amigo, algum dia, quiser emprestar o brilho do seu talento e as luzes de sua invejavel cultura à obra de patriotismo e de educação politica sadia que estamos empreendendo, dar-me-à, com isso, grande alegria e prestação ao paiz relevantíssimo serviço no campo cultural e educativo. (ABREU, 1941b).

Essas correspondências reforçam o argumento que apresentamos no capítulo anterior, de que o Instituto Nacional de Ciência Política foi uma instituição civil cuja pretensão era congregar a intelectualidade brasileira, independente do seu capital no campo de produção simbólica. Entretanto, devemos lembrar o prestígio que Oliveira Vianna detinha tanto como ideólogo do autoritarismo como quanto jurista atuante na regulamentação das políticas sociais e trabalhistas do período. A presença de intelectuais com maior capital simbólico como Oliveira Viana contribuiria, em última análise, para conferir maior visibilidade às atividades do INCP. Porém, isso não significava o Instituto ou sua seção de Niterói tivessem sido fundadas para a difusão das ideias desse ou de qualquer outro intelectual ou ideólogo brasileiro daquele período, como supôs Faria em sua obra sobre Oliveira Viana (2002, p. 133). A partir da análise dos objetivos do INCP, amplamente debatidos em nossa análise sobre o seu projeto intelectual, podemos afirmar que a figura à qual as atividades dessa agremiação eram dedicadas é a do presidente Getúlio Vargas.

Com a abstenção de Oliveira Vianna⁸¹, uma nova eleição para a presidência da Seção de Niterói do INCP definiu o nome do general José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque

⁸¹ Apesar desse episódio, Pedro Vergara não deixou de convidar o ideólogo para participar das conferências organizadas pelo INCP, como é possível confirmar nos convites realizados para o banquete de aniversário de um ano da instituição no Fluminense Iate Clube, em 25 de março de 1942 (VERGARA, 1942) e para a conferência de 09 de janeiro de 1943, para falar sobre “aspectos da administração do Presidente Getúlio Vargas na terra

para ocupar a função, e o mesmo já encabeçava as atividades da instituição a partir do mês de março de 1941. Nesse momento, é interessante nos remetermos à carta publicada na edição de janeiro de 1942, em que José de Carvalho e Albuquerque apresentava ao correspondente, Pedro Vergara, um balanço sobre o “patriótico empreendimento” desenvolvido nos dez meses de existência da seção. Suas colocações dão a entender que a inesperada renúncia de Oliveira Viana teria causado um desgaste inicial na seção fluminense e que passado esse período de crise, a despeito das negativas, a agremiação teria dado bons frutos sob a sua presidência.

E é tanto maior a satisfação com o que faço, quando é de notar que ao ser investido na presidência da notável Instituição, na fase preliminar de sua organização e já em crise provocada pela inopinada desistência do primeiro Presidente eleito, era crença geral não teria ela mais de um mês de vida – tão refractário se reputava o meio a atividade desse gênero, com fundamento nos exemplos de similares tentativas anteriores, logo malogradas. (INSTITUTO..., 1941a, p. 59).

Retomando a análise do início das atividades da agremiação, a sessão de inauguração das atividades do INCP de Niterói ocorreu em 13 de março de 1941, no salão da Academia Fluminense de Letras. Segundo a notícia publicada na *Ciência Política*, a reunião contou com a execução de músicas pela banda da polícia militar e com a presença de famílias e pessoas de destaque da cidade e do Distrito Federal. Também se fizeram presentes membros da diretoria da sede do INCP como Pedro Vergara, Humberto Grande, Benjamin Vieira e Atílio Vivaqua, entre outras autoridades como o comandante Isaac Cunha, representante do presidente da República, o coronel Jonas de Moraes Correia, diretor do Departamento de Educação Primária da Prefeitura do Distrito Federal e o general Arnaldo Damasceno Vieira. A sessão contou com as conferências do general José Pires de Carvalho e Albuquerque, do jornalista César Tinoco, do professor Pio Benedito Ottoni, do professor Ramon Alonso e do médico José de Albuquerque. A notícia ainda informava que a Rádio Sociedade Fluminense juntamente com a Companhia Brasileira Telefônica, realizaram a irradiação “com precisão e absoluta nitidez”, da sessão inaugural da Seção de Niterói do INCP (INSTITUTO..., 1941b, p. 145-146).

Os editores da *Ciência Política* trataram de publicar os discursos pronunciados na sessão de inauguração por José de Carvalho e Albuquerque e por Pio Benedito Ottoni. No discurso inaugural realizado pelo presidente da seção, José de Carvalho, o orador buscou enfatizar que os objetivos da nova divisão regional eram os mesmos que o da sede do INCP. Para ele, isso significava organizar naquela cidade um “um órgão de cultura política” que atuasse através de “[...] sã política construtiva cuja principal finalidade consista em associar indistintamente todos

fluminense.” (VERGARA, 1942). Entretanto, esta pesquisa não localizou a presença Oliveira Viana nestas reuniões ou em outras da instituição, nem mesmo em artigos assinados para a revista *Ciência Política*.

os elementos vivos da sociedade em um imenso concurso ativo e conciente para um grande fim comum.” (ALBUQUERQUE, 1941, p. 140). O orador também traçava os objetivos culturais, sociais e políticos do programa do Instituto para o desenvolvimento das suas atividades.

Pela palavra, que não tem nem deve ter outro mais nobre destino que o de congregar afetos, conciliar opiniões e conjurar esforços; pela palavra, bem pensada e bem sentida, confiada a oradores provetos pela experiência e esclarecidos pela cultura e pelo trato da coisa pública, em conferências semanais, tendo em vista – familiarizar o público em geral com os problemas nacionais, despertando, ao mesmo tempo e estimulando a solicitude individual pelos interesses coletivos; apreciar o pensamento e a influência política dos nossos grandes predecessores — que não pode o presente prescindir do concurso do passado, para traçar com segurança as diretrizes do futuro; combater, incessantemente, as tendências arbitrárias e desagregadoras herdadas do antigo regime — fontes perenes de dissensões e de dispersão de esforços; promover, por toda parte e alimentar o são espírito de cooperação com o Poder Público, como órgão de convergência sinérgica dos esforços para o bem comum; esplanar e divulgar os princípios doutrinários do regime vigente, para sua melhor consolidação e eficácia; dar balanço ao tesouro das nossas realizações em todas as esferas da atividade, para conhecermos o que temos e o que valemos, o que havemos de ter e de valer; transmutar o derrotismo em confiança, despertar a consciência cívica dos apáticos, dos abstencionistas, dos indiferentes, dos comodistas e dar combate, sem trégua, ao oposicionismo inveterado que, sobretudo na hora presente, constitui verdadeiro atentado á moral e à razão uma sã política nacional. (ALBUQUERQUE, 1941, p. 140).

Para José de Carvalho, o principal ponto do “largo programa de ação política nacionalista e construtiva” do INCP consistiria cooperar com o Estado Novo no sentido de despertar e estimular a consciência cívica e o espírito coletivo na sociedade. Esse objetivo se daria através da promoção de conferências públicas semanais, proferidas por oradores esclarecidos sobre os problemas nacionais e pela propaganda da doutrina do regime. Para o presidente da seção, o esforço coletivo realizado pelos membros do INCP teria como principal instrumento de ação a promoção da “palavra” falada, que teria o poder de produzir o “espírito” de cooperação com a doutrina do regime estado-novista. O segundo discurso publicado na *Ciência Política*, de Pio Ottoni, complementava esse argumento ao enfatizar que “o Instituto Nacional de Ciência Política deve ser o centro cultural da mentalidade do Estado Novo, no estudo dos problemas políticos nacionais.” Ele também expressou o agradecimento da seção fluminense ao idealizador do INCP, Pedro Vergara, afirmando que teria sido “a sua mentalidade forte, à sua cultura brilhante e, mais do que tudo, à sua grande alma de patriota, deve o Brasil este Instituto, cenáculo da intelectualidade brasileira a serviço dos grandes problemas nacionais.” (OTTONI, 1941, p. 142).

Se comparada às demais seções fundadas pelo Instituto, a regional de Niterói foi a divisão mais ativa, principalmente no seu primeiro ano de existência. Esta seção promoveu

diversas conferências⁸² na Faculdade de Direito da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Sobre as atividades organizadas no ano de 1941, o presidente José de Carvalho e Albuquerque afirmou que teriam sido produzidas vinte e sete reuniões em dez meses (INSTITUTO..., 1942, p. 69).

Sobre as conferências proferidas, ele enfatizava que foram abordados

[...] assuntos do máximo interesse nacional, eminentes intelectuais – professores, magistrados, jornalistas, membros da Academia Brasileira de Letras, da sua congênera de Niterói, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e de outras instituições culturais – com uma frequência de assistentes acima de toda a expectativa (INSTITUTO..., 1942, p. 69).

Para o presidente José de Carvalho, a Seção de Niterói do INCP teria desmentido “[...] as previsões pessimistas, tendo correspondido cabalmente a suas finalidades estatutárias e conquistado a estima e os aplausos do meio onde se instalou, com repercussão em todo o Estado do Rio.” Essa intensa atividade no ano de 1941 também é percebido nas páginas da revista *Ciência Política*, onde foram publicados cerca de quatorze artigos⁸³ resultantes das conferências pronunciadas nas reuniões da Seção de Niterói, número bem maior do que o total publicado pelas demais seções.

A análise da formação das primeiras seções regionais e de representação fundadas pelo Instituto complementa nossa abordagem, realizada no capítulo anterior, acerca dos intelectuais que pertenciam aos quadros do INCP. Isso porque o exame do corpo diretivo das seções possibilita uma melhor compreensão sobre o perfil dos agentes que compunham a rede de sociabilidade formada no interior da agremiação. A direção do INCP em sua sede ou nas divisões regionais era formada por elementos advindos principalmente dos setores ligados ao serviço público e militar, à educação e ao jornalismo, com formação superior em cursos como Direito, Medicina e Engenharia (APÊNDICE B).

Outra questão a ser levantada se refere à intenção de Pedro Vergara ao fundar essas seções e a efetiva atuação delas naquele contexto. Mesmo que essa pesquisa não tenha

⁸² As reuniões da regional de Niterói do INCP mantiveram certa regularidade. De acordo com os convites publicados pela imprensa, as suas sessões ocorreriam nas quartas ou quintas-feiras, às 21 horas.

⁸³ Na *Ciência Política* foram identificados os seguintes artigos produzidos pela Seção de Niterói no ano de 1941, e publicados em diferentes edições da revista: José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque – Instituto Nacional de Ciência Política de Niterói (março/1941), Pio Benedito Ottoni – “Compreensão. Sinceridade e fidelidade” (março/1941), Jorge de Abreu – “Unidade de pensamento dentro da unidade da pátria” (agosto/1941), Ernani Fornari – “Literatura de ficção e ambiente social” (agosto/1941), Renato Wood – “A siderurgia como expressão máxima do Estado Nacional” (agosto/1941), Alarico Brandão Maciel – “O trânsito problema do Estado” (setembro/1941), Raul de Oliveira Rodrigues – “Conceituação do direito social brasileiro” (outubro/1941), Francisco Xavier Cardoso – “Getúlio Vargas e o anti-regionalismo” (dezembro/1941), M. Nogueira da Silva – “Getúlio Vargas – homem de letras” (janeiro/1942), Francisco Paula Achilles – “Getúlio Vargas e a ideia de pátria” (janeiro/1942), João Lira Filho – “Os quatro pontos cardiais do Estado Nacional” (fevereiro/1942), José Pereira da Silva – “A posição do seguro na estrutura no Estado Nacional” (março/1942), Israel G. dos Santos Filho – “A engenharia e o governo Getúlio Vargas” (março/1942), Tomé Guimarães – “O espírito cristão na obra de Getúlio Vargas” (abril/1942).

conseguido mapear todas as seções fundadas pelo Instituto, tampouco aferir a efetividade das atividades realizadas por essas divisões, o levantamento realizado demonstra a investimento de Vergara – e dos demais membros da agremiação que passaram a apoiar o programa do INCP – no sentido de estabelecer uma rede de debates e de opinião em todo o país, conotando o caráter nacional objetivado pelos membros do INCP. A pesquisa que realizamos aponta que essa instituição caminhou progressivamente para sua organização enquanto entidade civil nacional, buscando abrir caminho para se fixar no cenário intelectual e cultural da década de 1940. Ao mesmo tempo, as sedes regionais conferiam à instituição uma capilaridade que contribuiria para sua legitimação e para a reafirmação de seu caráter nacional, ou seja, vigente em todo o território, e não apenas no Rio de Janeiro.

3.3.2 O curso sobre o Código Penal do INCP

O novo regime instaurado em 1937 também promoveu mudanças no sistema legislativo do Brasil. Em 09 de dezembro daquele ano, o Ministro da Justiça Francisco Campos encarregou o professor da Faculdade de Direito de São Paulo, José de Alcântara Machado de Oliveira, de estudar a legislação penal brasileira e elaborar o projeto do novo código penal. Um ano mais tarde, em 26 de dezembro de 1938, Campos confirmava em carta a José de Alcântara o recebimento do Projeto do Código Criminal Brasileiro⁸⁴ que lhe fora encaminhado pelo professor, afirmando que “o pensamento dos interesses da Nação, no que concerne à defesa da coletividade contra o crime, está na sua obra.” (MACHADO, 1941, p. 9). Campos então submeteu o projeto à apreciação de uma comissão revisora, composta pelos magistrados Antônio José da Costa e Silva, Nelson Hungria, Narcélio de Queiroz, Vieira Braga e pelo representante do Ministério Público, Roberto Lira. Mais tarde, em 04 de novembro de 1940, o ministro submetia ao presidente da República a exposição de motivos para a reforma do código (CÓDIGO..., 1969, p. 120-121). Assim, a criação do novo código penal para o Brasil⁸⁵ foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas em 07 de dezembro de 1940, através do Decreto-Lei nº 2.848. O objetivo era substituir a norma anterior⁸⁶ e promover uma atualização da legislação brasileira no tocante ao regime penal.

⁸⁴ O projeto foi publicado pelo autor na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (MACHADO, 1938). Sobre o projeto e suas alterações posteriores realizadas pela comissão de revisão, ver a separata “Para a História da Reforma Penal Brasileira”, escrita por José de Alcântara Machado (1941).

⁸⁵ Conforme o artigo 361 do Decreto-Lei 2.848, o código penal só entraria em vigor em 1º de janeiro de 1942 (BRASIL, 1940c).

⁸⁶ Estabelecida pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 e promulgado pelo chefe do Governo Provisório, Manuel Deodoro da Fonseca (BRASIL, 1890).

Seguindo o seu programa de estudos sobre as questões nacionais, o Instituto Nacional de Ciência Política se manteve atento à promulgação da nova legislação, objeto que também foi bastante comentado nos meios especializados da época e na imprensa. A partir de abril de 1941, a diretoria da sede do Instituto tratou de organizar mais uma iniciativa, ou seja, a agremiação passaria a promover o Curso do Código Penal⁸⁷, que se constituiu a partir de uma série de conferências produzidas por diferentes magistrados e professores dos cursos de Direito, com o objetivo de examinar em detalhes o texto do Decreto-Lei nº 2.848. Para os membros do INCP, o novo código representava “[...] uma das grandes realizações do Estado Nacional, das muitas que tem levado a bom termo no campo jurídico.” (O CÓDIGO..., 1944, p. 92).

De acordo com a publicação do jornal *A Noite*, em 23 de março de 1941 a listagem dos oradores inscritos para as conferências do Curso do Código Penal já estava completa⁸⁸. O curso foi planejado para que cada orador abordasse um título ou capítulo presente no decreto-lei, pois o objetivo era que todo o código fosse estudado. Ao todo, se inscreveram trinta e três oradores,

⁸⁷ Uma nota publicada pelo jornal *A Noite* de 18 de abril de 1941, informava que o INCP recebera proposta de duas livrarias do país para editar e publicar o resultado dos estudos produzidos no Curso do Código Penal. A nota ainda informava que o material resultaria em cinco volumes de cerca de quatrocentas páginas cada edição, e que a publicação se daria naquele mesmo ano de 1941 (CURSO..., 1941c, p. 7). Já na data de 4 de junho de 1941, em reunião com o presidente Getúlio Vargas, M. Paulo Filho solicitou autorização para que a Imprensa Nacional editasse as conferências pronunciadas pelos juristas no referido Curso, como forma de “[...] se perpetuarem os trabalhos de erudição, análise e julgamento do Código, revertendo o produto de venda dos exemplares para a própria Imprensa Nacional, como editora.” Em resposta, o presidente afirmou que estudaria aquela solicitação com cuidado “para a devida solução” (NO PALACIO..., 1941, p. 3). Apesar dessas informações, nossa pesquisa não encontrou maiores informações a respeito da efetiva publicação do Curso do Código Penal, o que nos leva a acreditar que este ambicioso projeto não teve continuidade.

⁸⁸ A lista inicial de oradores inscritos para o Curso do Código Penal era composta pelos seguintes nomes: José Duarte – Da aplicação da lei penal (arts. 1 a 10); Teles Barbosa – Do crime (arts. 11 a 21); Gualter Lutz – Da responsabilidade (arts. 22 a 24); Stélio Galvão Bueno – Da coautoria (arts. 25 a 41); Vicente Faria Coelho – Da aplicação da pena (arts. 42 a 56); Hugo Auler – Da suspensão condicional da pena (arts. 57 a 66); Carlos Xavier – Das penas acessórias (arts. 67 a 74); José Maria de Alekmin – Das medidas de segurança em geral (ats. 75 a 88); Martinho Garcez Neto – Das medidas de segurança em espécie (arts. 88 a 101); Ari Franco – Da ação penal (arts. 102 a 107); Nelson Hungria – Da extinção da punibilidade (arts 108 a 120); Pedro Vergara – Dos crimes contra a pessoa (arts. 121 a 129 e 137); Saul de Gusmão – Da periclitacão da vida e da saúde (arts. 130 a 136); João Borges Sampaio – Dos crimes contra a honra (arts. 138 a 145); Jorge Severiano – Dos crimes contra a liberdade pessoal (arts. 146 a 154); Benjamin Vieira – Dos crimes contra o patrimônio e dos crimes contra a paz pública (arts. 155 a 168 e 286 a 288); Mário Gameiro – Da apropriação indébita (arts. 168 a 183); Lúcio Marques de Souza – Dos crimes contra a propriedade intelectual e dos crimes contra o privilégio de invenção (arts. 184 a 191); Raul Floriano – Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio (arts 192 a 196); Miranda Jordão – Dos crimes contra a concorrência desleal e dos crimes contra o sentimento religioso (arts 196 e 208 a 212); Atilio Vivacqua – Dos crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 a 207); Beni Carvalho – Dos crimes contra a liberdade sexual (arts. 213 a 227); Xenócrates Calmon – Do lenocínio e do tráfico de mulheres (arts. 227 a 233); Romão Cortes de Lacerda – Dos crimes contra a família (arts 235 a 241); Augusto Sabóia Lima – Dos crimes contra a assistência familiar (arts. 241 a 249); Otavio Pimentel do Monte – Dos crimes de perigo comum (arts. 250 a 266); Hélio Gomes – Dos crimes contra a saúde pública (arts. 267 a 285); Romeiro Neto – Da moeda falsa (arts. 289 a 292); Nico Gruntzburg – Da falsidade de títulos e outros papéis públicos (arts. 293 a 295); Moesias Rolim – Da falsidade documental (arts. 296 a 311); Mário Bulhões Pedreira – Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração geral (arts. 312 a 327); Crepory Franco – Dos crimes praticados por particular contra a administração geral (arts. 328 a 337) e Antônio Covello – Dos crimes contra a administração da justiça (arts. 338 a 359) (CURSO..., 1941a, p. 7).

entre eles o membro da Comissão Revisora do Projeto do Código Penal, Nelson Hungria. Também palestraram alguns integrantes do INCP, como Pedro Vergara, Hélio Gomes, Benjamin Vieira, Atílio Vivacqua e Lúcio Marques de Sousa (CURSO..., 1941a, p. 7). Em nota não assinada na sessão de *Notas e Comentários* da revista *Ciência Política*, os editores da revista comentavam o seguinte sobre os comunicadores:

Para a realização deste grandioso empreendimento, que é sem dúvida uma valiosíssima contribuição às letras jurídicas do país, têm emprestado seu concurso ao Instituto os mais eminentes juristas, estudiosos do Direito Penal, os quais desde abril vêm se sucedendo na cátedra do CURSO, contribuindo com o seu talento e sua erudição para o completo êxito desta iniciativa do Instituto, e ao mesmo tempo para elevar o nível da nossa cultura jurídica. (CURSO..., 1941e, p. 58).

De acordo com *A Noite*, o Curso do Código Penal foi inaugurado em 16 de abril de 1940 na Associação Brasileira de Letras. A sessão inaugural foi presidida pelo desembargador Goulart de Oliveira, presidente do Tribunal de Apelação e contou com a presença do general Geraldo Mascarenhas da Silva, representante do presidente da República, de Vasco Leitão da Cunha, do Ministério da Justiça, de Acioly Sá, do Ministério do Trabalho, além dos membros da diretoria do INCP, Pedro Vergara e Manuel Paulo Filho. Também estiveram presentes nessa reunião o procurador geral do Distrito Federal, Romão Cotes de Lacerda, o juiz Lafayette de Andrade e os professores Madureira de Pinho, Lemos Brito e Nico Gruntzburg. A lista dos nomes que marcaram presença na sessão inaugural do Curso expõe o objetivo de incorporar representantes do governo nas atividades do Instituto. Essa estratégia também reflete as redes de relações dos sócios do INCP que incluíam membros dos poderes Executivo e Judiciário da época, aproximação que legitimava politicamente o projeto intelectual da instituição. Após a abertura, o conferencista principal, juiz José Duarte, realizou o histórico da elaboração do novo Código Penal Brasileiro e teceu comentários a respeito do direito penal na sociedade da época, “[...] em face das tendências socializadoras do direito em geral, fazendo a crítica da evolução que vem se fazendo através da história e da filosofia.” José Duarte também foi orador da primeira conferência de estudos do Curso do Código Penal do INCP, que ocorreu no dia 18 de abril, realizando um estudo sobre os artigos 1 ao 10 do novo código (CURSO..., 1941b, p. 08).

Com a organização desse curso, podemos interpretar que o Instituto se dispunha a realizar o serviço de divulgação e estudo sobre o novo código penal promulgado pelo presidente Vargas para a sociedade. Ou seja, essa iniciativa demonstra que a segunda fase da vida institucional do INCP também foi marcada por uma maior ênfase em continuar contribuindo para a propaganda das realizações do Estado Novo. Para o INCP, o código penal representaria

[...] mais um grande trabalho, realizado pelo Estado Nacional, o preenchimento de uma lacuna há tanto tempo sentida pelos que lidam e aplicam o direito.” (NOVO..., 1941, p. 64).

O Curso do Código Penal promovido pelo Instituto Nacional de Ciência Política foi realizado no período de abril a outubro de 1941⁸⁹. A *Ciência Política* fez um balanço das atividades do Curso em pelo menos duas edições da revista: agosto de 1941, sobre as atividades do período de abril a agosto (CÓDIGO..., 1941, p. 13-14); e na de outubro, referente ao período de agosto a outubro de 1941 (CÓDIGO..., 1941, p. 67-68). Após essas edições, a *Ciência Política* não mais apresentou o resumo das atividades do Curso, fato que é curioso se considerarmos que o levantamento apresentado pela revista demonstra que apenas quinze oradores, de um total de trinta e três inscritos, efetivamente conferenciaram no curso promovido pelo INCP. O comparativo realizado por essa pesquisa também aponta que outros conferencistas foram integrados às atividades do curso, ocupando o lugar de oradores inicialmente inscritos na listagem publicada em março de 1941.

Apesar de não podermos ter certeza se o Curso do Código Penal do INCP efetivamente cumpriu todo o programa pré-estabelecido pelos seus organizadores, importa perceber a intenção do Instituto de contribuir com o Estado Novo através de uma iniciativa de caráter pedagógico voltada para a interpretação e a difusão do código penal de 1940. Ou seja, mais uma vez o INCP buscava assumir uma posição bastante ativa no campo intelectual brasileiro da época almejando desempenhar um papel proeminente entre diferentes setores da sociedade brasileira.

Antes de encerrarmos este capítulo, nos interessa salientar que a segunda fase do projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política tinha a intenção de extrapolar o simples debate nas suas sessões semanais, ou seja, a instituição pretendia expandir fisicamente sua estrutura e explorar diferentes temáticas de interesse social e político em suas atividades. Essa

⁸⁹ No mês de abril conferenciou José Duarte – Da aplicação da lei penal (arts. 1 a 10). No mês de maio conferenciaram Teles Barbosa – Do crime (arts. 11 a 21) e Sadi de Gusmão – Das penas (arts. 25 a 41). Em junho foi a vez de Gualter Lutz – Da responsabilidade (arts. 22 a 24), Vicente Faria Coelho – Da aplicação da pena (arts. 42 a 56), Nelson Hungria – Da extinção da punibilidade (arts 108 a 120) e Carlos Xavier – Das penas acessórias (arts. 67 a 74). Em julho se apresentaram Ari Franco – Da ação penal (arts. 88 a 107) e Hugo Auler – Da suspensão condicional da pena (arts. 57 a 66). Em agosto falara, Otavio Pimentel do Monte – Dos crimes de perigo comum (arts. 250 a 266) e Nico Gruntzburg – Da falsidade de títulos e outros papéis públicos (arts. 293 a 295) e Tomas Leonardos – Crimes de concorrência desleal (art. 196). Já em setembro estiveram Romão Cortes de Lacerda – Dos crimes contra a família (arts 235 a 249) e Raul Floriano – Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio (arts 192 a 19). E finalmente em outubro ocorreu a conferência de Beni Carvalho – Dos crimes contra a liberdade sexual (arts. 213 a 227).

orientação, estabelecida nos seus estatutos, viria a contribuir para a inserção e consolidação da agremiação como uma “escola de patriotismo” no ambiente cultural da primeira metade da década de 1940.

Nessa perspectiva, é importante termos em mente que os intelectuais que pertenciam ao núcleo principal do Instituto também buscavam o reconhecimento de suas ações aos olhos do presidente Getúlio Vargas. A intelectualidade reunida nesse espaço de sociabilidade buscou estreitar laços com o chefe do governo através de visitas e reuniões oficiais, onde eram expostas as iniciativas e realizações da agremiação. A primeira dessas reuniões ocorreu em 21 de novembro de 1940, quando o INCP já havia assentado as suas bases enquanto instituição cultural. Segundo a notícia publicada na sessão *Notas e Comentários da Ciência Política*, a visita coletiva contou com a presença de mais de cinquenta e seis sócios do INCP⁹⁰ entre jornalistas, professores, magistrados, homens de letras, das ciências e das forças armadas. No registro anexado abaixo, podemos visualizar o presidente do Instituto, Manuel Paulo Filho, posicionado à direita do presidente da república, Getúlio Vargas. A imagem também apresenta a numerosa comitiva que esteve presente nesse dia.

Imagem 5 – Reunião dos sócios do INCP com o presidente Getúlio Vargas



Fonte: PRESIDENTE..., 1940.

⁹⁰ Estiveram presentes nesse encontro Airton Lobo, Aldo Prado, Álvaro Ramos Nogueira Júnior, Antônio Batista Bittencourt, Arthur Ferreira da Costa, Ary Franco, Átila Soares, Augusto Sabóia Lima, Barbosa Viana, Benedito Ultra, Beneval de Oliveira, Beni Carvalho, Benjamin Vieira, Cândido da Mota Filho, Carlos Adriano Pinto, Carlos Gomes de Oliveira, Carlos Xavier, Carvalho Neto, Crepory Franco, Cristovam de Camargo, Danton Jobim, Demostenes Madureira de Pinho, Deoclécio Duarte, Diniz Junior, Edmundo Miranda Jordão, Estelio Galvão Bueno, Francisco Leite, H. Nogueira Neto, Hélio Gomes, Humberto Grande, Jacinto Simões, João Borges de Sampaio, Jorge Severiano, José Pereira Lira, Juraci Camargo, Juraci Silveira, Lineu de Albuquerque Melo, Lysimaco Costa, Lúcio Marques de Sousa, Manuel Paulo Filho, Mário Barreto, Mauricéa Filho, Monte Arraes, Olegário Mariano, Pedro Calmon, Pedro Vergara, Porto da Silveira, Renato Travassos, Ribas Carneiro, Ricardo Vieira, Roberto Lira, Santacruz Lima, Satério de Campos, Valfredo Machado e Vicente Piragibe (VISITA..., 1940, p. 55).

A recepção aos visitantes deu-se no salão do despacho do Palácio do Catete, e o motivo apresentado para o encontro seria o aniversário dos dez anos do “governo revolucionário” de 1930. No discurso pronunciado por M. Paulo Filho, o presidente do INCP buscou demonstrar a importância de estarem todos reunidos com o presidente para felicitar a passagem daquela data, além de apresentar as realizações do INCP ao longo de quatro meses de funcionamento através do incentivo à cultura. O orador ainda afirmou que aquela não era uma visita protocolar antes representava o reconhecimento daquela, que segundo ele era uma instituição de cultura ao apoio e estímulo que o presidente prestava aos homens de inteligência do Brasil (VISITA..., 1940, p. 55).

Sabe V. Excia., Sr. Presidente, que só o espírito é criador e o governo de V. Excia. tão bem compreendido essa verdade que hoje, posso dizer sem exagero, não há no país uma só instituição cultural – e elas devem ser muitíssimas – que não esteja congregada em torno do governo de V. Excia. (muito bem, muito bem!) para apoiá-lo e para colaborar com V. Excia. sempre tem dado, com estímulo, a todas as forças vivas da inteligência, do espírito e da cultura do país (muito bem, muito bem). De maneira que o Instituto de Ciencia Política criado e organizado sob o alto patrocínio de V. Excia. está coerente consigo mesmo, no amparo que lhe dá, porque tem sempre levado estímulo a todas as forças vivas, da cultura, da inteligência e do espírito humano. (VISITA..., 1940, p. 55).

Em nossa interpretação, o discurso de Manuel Paulo Filho expunha um aspecto relevante do tipo de relação que as instituições culturais e o Estado Novo estabeleceram entre si. Como já analisamos anteriormente, a estratégia do regime consistia em estabelecer um consenso entre os intelectuais para que estes amparassem, em alguma medida, a realização do seu projeto político e cultural, mesmo que nem todos os elementos dessa elite apoiassem a dimensão ideológica do regime. Esse último aspecto pode ser observado nos quadros da revista *Cultura Política*, que reunia agentes como o escritor Graciliano Ramos, de “indiscutível valor intelectual”, mas que realizava críticas ao regime em outras esferas de atuação (GOMES, 1996, p. 127). Por outro lado, o Instituto Nacional de Ciência Política e, conseqüentemente, a revista *Ciência Política* reuniram apenas letrados favoráveis ao governo e, em sua maioria, de produção intelectual pouco relevante.

Em resposta à oração de Paulo Filho, o presidente Vargas pronunciou um pequeno discurso como forma de agradecimento à organização daquela reunião, composta por “nomes já consagrados” e “grandes trabalhadores”. Ele também aponta a necessidade de se estabelecer uma “atmosfera de confiança” no país, onde todos os elementos da sociedade eram “chamados a colaborar” (PALAVRAS..., 1941, p. 2).

Devo declarar, em primeiro lugar, minha surpresa, porque não esperava uma reunião tão seleta, tão importante. Surpresa, que[r] pela palavra clara, decidida, do seu ilustre

Presidente, quer pelos membros do Instituto que, aqui, comparecem: alguns, nomes já consagrados, pela sua atuação na vida do país; outros, grandes trabalhadores cheios de iniciativa e de esperança, cuja colaboração é motivo de grande satisfação para mim. Exatamente, é com êsses elementos que precisamos construir um Brasil novo, uma atmosfera de confiança, de fé, de atividade construtiva, onde todos são chamados a colaborar.

Agradecendo esta demonstração que me trazem, pela palavra do ilustre Presidente do Instituto, devo declarar ainda que tenho acompanhado vossos trabalhos, quer através da imprensa, quer através de suas conferências, quer também pelas publicações de sua Revista. E sinto-me realmente confortado com o calor dessa solidariedade, vinda de gente que tem tanta significação, quer pela altura de seu espírito, quer pela sua cultura, quer pela sinceridade de sua atuação.

Agradecendo esta demonstração, repito, já estais colaborando com o Govêrno, na difusão, na vulgarização dos ensinamentos da doutrina do novo regime.

Por isso, sinto-me satisfeito com esse trabalho.

Quero agradecer mais uma vez e declarar que é em elementos como vós onde o Govêrno pode encontrar seus mais diretos e mais eficientes colaboradores. (PALAVRAS..., 1941, p. 2).

Como vimos no início do capítulo, para Getúlio Vargas os sócios do Instituto contribuíam com o governo para a construção de um novo Brasil através dos trabalhos de “difusão” e “vulgarização” da doutrina do regime. Esse discurso foi publicado na edição de março de 1941 da revista *Ciência Política*, mês em que o Instituto Nacional de Ciência Política comemorou um ano de existência. Na mesma edição, o artigo de Humberto Grande discorria sobre as atividades do INCP nesse período,

Em um ano de existencia, o Instituto Nacional de Ciencia Politica já criou uma atmosfera nacionalista de estudo e meditação dos problemas brasileiros e definiu a sua diretriz patriótica do melhor modo possível. Hoje, indiscutivelmente, é uma instituição respeitável, selecionadora dos valores nacionais, como tem demonstrado com fatos expressivos. Constitue uma organização construtiva que quer, com o maior ardor, agregar a nossa elite e o povo para um altíssimo fim comum: a grandeza do Brasil.

Procede, deste modo, porque não ignora que uma robusta nacionalidade fundamenta os seus alicerces nas grandes cabeças pensantes com o aproveitamento dos homens dignos, o culto da competência, o prestígio do trabalho fecundo e o domínio das elites esclarecidas com a cooperação espontânea do povo (GRANDE, 1941a, p. 13).

As palavras de Humberto Grande em seu artigo exemplificam a sintonia dos ideais do Instituto com às diretrizes do Estado Novo, ao apontar a contribuição da agremiação para a formação de uma “atmosfera nacionalista” naquele contexto. Para Grande, o INCP se tornara uma instituição “respeitável” e “construtiva”. Seu argumento é ancorado na percepção do papel fundamental desempenhado pelas elites esclarecidas para engrandecimento da nação através do estado autoritário.

A segunda reunião do Instituto com o presidente Getúlio Vargas ocorreu na tarde de 03 de junho de 1941, no Palácio do Catete, e contou com uma comitiva composta pela diretoria do INCP, sócios e membros das seções de Niterói e Universitária. O objetivo desse encontro era presentear o presidente com uma “luxuosa encadernação” contendo os discursos pronunciados

em sessão do INCP comemorativa ao aniversário de Getúlio Vargas em 18 de abril de 1941. O compilado reunia as conferências pronunciadas por figuras “representativas da inteligência e do saber jurídico do Brasil” a convite da sede do INCP. Continha os discursos do desembargador Goulart de Oliveira, presidente do Tribunal de Apelação do Rio de Janeiro, de Romão Cortes Lacerda, procurador da Justiça do Distrito Federal, do professor Hahnemann Guimarães, consultor geral da república e do dr. Justo de Moraes. Em discurso, Getúlio Vargas agradeceu a visita do INCP,

[...] cuja obra cultural declarou que acompanhava e apreciava, certo que cada vez mais era necessária a colaboração da inteligência e da cultura dos brasileiros na tarefa de conduzir o Brasil aos destinos de glória a que tinha direito, maximé numa hora como esta, acrescentou o presidente, em que o país tinha de contar com o saber, o trabalho e o patriotismo de [...] todos os bons brasileiros.
(NO PALÁCIO..., 1941, p. 3).

As visitas dos sócios do Instituto ao presidente Vargas parecem ter contribuído para o fortalecimento interno das redes de sociabilidade dessa agremiação. Mesmo se considerarmos que o INCP era uma organização civil de explícito apoio ao regime ditatorial que controlava a opinião e as publicações na imprensa brasileira, a imagem dessa instituição também parece ter se fortalecido nos meios culturais da época e principalmente entre aqueles que buscavam se aproximar do governo. Em uma extensa nota não assinada, publicada no jornal *A Manhã* de 4 de outubro de 1941, é feita uma reflexão sobre a obra de “orientação nacionalista” do Instituto, e são apresentados diversos pontos positivos para a sua existência, como o trabalho educativo de exame da realidade brasileira e de interpretação jurídica do novo regime.

A obra educativa realizada, nesse particular, pelo Instituto, é valiosa e já está produzindo ótimos resultados. A sua pregação, penetrando vitoriosamente nos estabelecimentos de ensino, nas demais organizações culturais e nas camadas populares, vai concorrendo para a formação da nova consciencia brasileira, capaz de compreender as profundas transformações econômicas, sociais e jurídicas por que vem passando a geração atual. (INSTITUTO..., 1941c, p. 4).

De acordo com essa publicação, o Instituto teria se tornado, em menos de dois anos de existência, uma das instituições culturais mais prestigiosas do Brasil, pelo “elevado grau de acatamento que alcançou” nos meios culturais e intelectuais da década de 1940 (INSTITUTO..., 1941c, p. 4). A partir do ano de 1942 e sem deixar de lado as suas principais atividades culturais, o INCP assumiria um caráter ainda mais engajado em relação à propaganda política e militar para o Estado Novo. Serão esses aspectos que pretendemos analisar no próximo capítulo.

4 O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DA PROPAGANDA POLÍTICO-MILITAR À FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL RENOVADOR

As duas primeiras fases da vida do Instituto Nacional de Ciência Política se caracterizaram pela sua formação e consolidação no campo intelectual brasileiro da primeira metade da década de 1940. Para se estabelecer nesse cenário, os membros do Instituto recorreram a uma série de iniciativas nos âmbitos cultural e pedagógico, como a organização de sessões culturais semanais na ABI, a fundação de seções regionais e de representação, além da promoção de um curso sobre o Código Penal brasileiro de 1940. Nossas análises até agora evidenciaram que os membros do INCP pretendiam transformar essa entidade civil em um instrumento de apoio, interpretação e difusão entre as elites intelectuais do projeto político-ideológico do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Neste capítulo, buscaremos examinar a terceira e última etapa da trajetória do Instituto, fase que se caracterizou por dois momentos distintos. No primeiro, que compreendemos como o ápice da visibilidade do INCP na sociedade brasileira, a agremiação buscou dar uma ênfase maior à propaganda política do regime e de seu braço militar. Logo, teremos como eixos de análise a organização de uma manifestação patriótica em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, e a mobilização dos intelectuais junto às forças armadas no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Já no segundo momento, percebemos uma progressiva mudança no caráter institucional do Instituto com o processo de desgaste do Estado Novo e ao evidente anseio por novas eleições. Assim, este capítulo pretende apreender os últimos momentos da trajetória do INCP, desde as eleições para diretoria da instituição em 1943, passando pela fundação de novas seções de estudos e regionais, para encerrarmos com a análise de sua movimentação para a montagem de uma agremiação política sob a legenda “Partido Social Renovador”.

4.1 A PROPAGANDA POLÍTICO-MILITAR PARA O ESTADO NOVO

A propaganda foi um dos principais instrumentos da política desenvolvida pelo regime autoritário de 1937. Sobre essa questão, Maria Helena Capelato (1999, p. 167) afirma que nesse período “[...] a organização e o funcionamento dos órgãos produtores da propaganda política e controladores dos meios de comunicação revelam a inspiração europeia.” Como foi analisado anteriormente, a organização política e ideológica do Estado Novo brasileiro buscou inspiração nas experiências do fascismo italiano e do nazismo alemão (CAPELATO, 1999; OLIVEIRA,

2001; SEITENFUS, 2000). Para a historiadora Lúcia Lippi Oliveira (1982, p. 25), entre as semelhanças presentes no pensamento fascista e nos princípios doutrinários propostos pelos ideólogos do novo regime, pode-se citar o papel do Estado na formação da consciência individual e coletiva de cada cidadão, através da propaganda e da educação.

Partimos do conceito de propaganda proposto por Giacomo Sani (1998, p. 1018), que definiu como a “difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos.” Observa-se que a utilização desse tipo de mensagem visava a criação de uma imagem positiva para o novo regime e para a figura do presidente Getúlio Vargas, em um “esforço consciente e sistemático” do projeto político do governo no sentido de “influenciar as opiniões e ações” da sociedade brasileira. Conforme analisamos no primeiro capítulo, entre as competências do Departamento de Imprensa e Propaganda estava a organização da propaganda ideológica no Brasil, com o objetivo de promover a legitimação do regime através da divulgação das suas diretrizes e suas ações em todos os setores da sociedade. Para a realização desses objetivos, o DIP produzia o material propagandístico que seria divulgado através dos veículos de comunicação da época, como a imprensa periódica e o rádio.

O Anuário da Imprensa Brasileira apresenta a posição do DIP em relação ao tema. Em texto não assinado publicado em sua única edição, afirmava-se que “a força determinante” para a criação da propaganda oficial teria sido a necessidade de se tematizar sobre o Brasil. Para realizar esse objetivo, o governo do presidente Getúlio Vargas teria rompido com a praxe dos governos anteriores, pois estes não “[...] prescindiam do recurso publicitário que órgãos oficiais ou oficiosos lhes asseguravam para defesa dos atos e dos pontos de vista do executivo.” Portanto, um dos papéis fundamentais do DIP seria a divulgação do pensamento e do programa de ação nacional do Estado Novo (ANUÁRIO, 1941, p. 95).

Como temos abordado nesta pesquisa, o projeto político-cultural do Estado Novo, realizado através de órgãos como o DIP e o MES, contou com o apoio de projetos intelectuais satélites ligados a instituições civis. Também a propaganda oficial produzida pelo regime recebeu o apoio de associações como o Instituto Nacional de Ciência Política. De acordo com Angela de Castro Gomes (2003, p. 114), a propaganda estado-novista ganhou a “dimensão de um discurso político” nesse período. No caso da mensagem propagandística de caráter oficial, seu objetivo era atingir um público bem mais amplo que os “restritos círculos das elites”, através da utilização dos meios de comunicação em massa. No tocante ao INCP, o seu principal instrumento de propaganda para o regime era a revista *Ciência Política*. Assim como os órgãos

oficiais analisados por Gomes (2003), os intelectuais do INCP propagandeavam o discurso estado-novista por meio da “palavra escrita” e de “argumentos racionais de convencimento” publicados nas páginas da sua revista. Nas primeiras etapas da trajetória do INCP, a produção do seu discurso se voltava para um público intelectualizado e restrito, leitor e produtor de conteúdo para a revista *Ciência Política*. Entretanto, esse quadro se altera a partir de 1942, quando a entidade coloca em prática ações culturais bem mais amplas, na tentativa de influenciar um público ainda maior.

O desenvolvimento do conflito internacional e as mudanças na política interna do Brasil marcam a terceira fase da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política. Em setembro de 1939, iniciou no continente europeu a Segunda Guerra Mundial, conflito armado que colocou em lados opostos os países Aliados, cujos principais representantes eram o Reino Unido, os Estados Unidos, a União Soviética e a China, contra as potências do Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão. O envolvimento do Brasil nesse conflito foi marcado por dois momentos distintos, da inicial política de neutralidade à declaração de guerra contra o Eixo.

Logo no início do conflito, em 2 de setembro de 1939, o presidente Getúlio Vargas aprova o Decreto-Lei nº 1.561, estabelecendo as regras de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre potências estrangeiras (BRASIL, 1939c). De acordo com Roberto Gambini (1977, p. 78), essa fase foi marcada por um “duplo jogo” político do presidente Getúlio Vargas, que favorecia economicamente o Brasil possibilitando o desenvolvimento de comércio com ambos os lados em conflito. Logo, a política do Estado Novo no conflito se caracterizou pela “[...] manutenção de compromissos mutuamente exclusivos com dois mundos em conflito.”

A seu favor, a Alemanha podia contar, seja com o apoio de simpatizantes no Brasil, seja com a pressão diplomática.

[...]

Por outro lado, [...] os Estados Unidos estavam no período implementando uma política de solidariedade continental e tinham uma aguda consciência da importância estratégica do Brasil no conflito internacional. (GAMBINI, 1977, p. 78-79).

Para Edgard Carone (1976, p. 279), a política de equidistância desenvolvida por Getúlio Vargas demonstra que o presidente brasileiro representava “[...] um *poder moderador* entre seus ministros, oscilando e tolerando a permanência das duas correntes políticas, a dos democratas e a dos germanófilos.” Para este historiador, Vargas admitia o grupo democrático por conta da necessidade externa do país, e possivelmente pela sua amizade com o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Por outro lado, não deixa de estabelecer relações com os alemães, pois a “ditadura do Estado Novo se formaliza modelada pelo exemplo das ditaduras europeias de direita.”

Com o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, os Estados Unidos declararam guerra ao Eixo em dezembro de 1941. Esse país mantinha até então uma pretensa neutralidade no conflito, mas na prática estabelecia relações com a Grã-Bretanha e defendia a unidade panamericana no continente. Em janeiro de 1942, os Estados Unidos convocam a III Reunião de Consultas dos Ministérios das Relações Exteriores, cuja agenda era a proteção do hemisfério ocidental e de sua solidariedade econômica. A recomendação da Reunião recomendava que os países americanos rompessem suas relações diplomáticas com o Eixo (CARONE, 1977, p. 282-283). Em 1942 a execução de uma série de ofensivas alemãs à marinha mercante e de passageiros brasileira são o estopim para o reposicionamento do país no conflito. Assim, o segundo momento do envolvimento do Brasil na guerra é caracterizado pelo rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, em janeiro de 1942, e pela declaração de guerra à Alemanha em agosto do mesmo ano.

Com o rompimento do Brasil com a Alemanha “[...] a contradição representada pelo fato de uma ditadura declarar guerra ao fascismo torna-se cristalina.” (CARONE, 1977, p. 79). O novo aceno político provocou uma crise nas estruturas do regime ditatorial a partir de 1942, pois colocava em xeque a manutenção e a continuidade do governo autoritário. Um exemplo disso pode ser verificado nas alterações que seriam efetuadas nos quadros do governo. Segundo Oliveira (2001, p. 37), entre as “figuras mais nazifascistas” do Estado Novo estavam Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, Francisco Campos, ministro da Justiça e Lourival Fontes, diretor do DIP. Com a aliança entre o Brasil e os Aliados, o governo se viu obrigado a substituir esses mesmos agentes em função de suas predileções ideológicas.

Para Carone (1976, p. 319), pressões internas e externas levam o governo a dar o primeiro passo para a abertura democrática do país. Em 28 de fevereiro de 1945, com a aprovação da Lei nº 9, alterava-se o texto do art. 4º da Constituição federal de 1937, prevendo que dentro de noventa dias contados desta data seriam fixadas em lei as datas das eleições para a eleição presidencial e dos governadores dos estados, assim como das primeiras eleições para o Parlamento e as Assembleias Legislativas. que previam eleições para presidente e para o parlamento em noventa dias (BRASIL, 1945a). Já em 28 de maio, foi aprovado o Decreto-Lei nº 7.586 que regulamentava a organização do alistamento eleitoral, do registro dos partidos políticos e das eleições em todos o país. O decreto também fixava a data das eleições para o Presidente da República, o Conselho Federal e a Câmara dos Deputados para o dia 2 de dezembro de 1945, e das eleições para governadores dos Estados e Assembleias Legislativas para o dia 6 de maio de 1946 (BRASIL, 1945b). Como veremos mais adiante neste capítulo, o

início do processo de redemocratização movimentou a organização das agremiações partidárias nacionais em 1945.

Já estabelecido no campo intelectual brasileiro e acompanhando as mudanças na política nacional e internacional, na terceira etapa de sua trajetória o Instituto iria continuar promovendo os ideais do Estado Novo através das suas iniciativas culturais, como nas fases anteriores. Ao assumir o caráter politicamente mais ativo a partir de 1942, principalmente através da atuação da seção de São Paulo, o engajamento dos membros do INCP foi redirecionado para a promoção de atividades entre um diferente público-alvo. Nesse novo contexto, relacionado à entrada do Brasil na II Guerra mundial, o Instituto extrapolou as tradicionais conferências produzidas dentro dos limites do auditório da ABI e voltadas para as elites letradas, através de uma série de iniciativas de propaganda político-militar para o Estado Novo, o que atraiu a mobilização de um grande número de pessoas.

4.1.1 A seção regional de São Paulo do INCP e a promoção de atividades culturais

A terceira fase da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política foi marcada pela promoção de duas grandes atividades culturais em São Paulo, no ano de 1942. O objetivo dos membros dessa agremiação era celebrar a figura do presidente Getúlio Vargas e prestar apoio ao Estado Novo. Nesse sentido, acreditamos que esse tipo de engajamento tinha a intenção de promover o Instituto como entidade civil produtora de propaganda política para o regime, além de proporcionar maior visibilidade para a instituição fora da capital federal. Outro ponto importante a ser destacado nas atividades do Instituto em São Paulo é a proximidade da agremiação com o poder Executivo, já que as iniciativas contaram com o apoio do presidente Getúlio Vargas e com a participação do interventor federal da capital paulista, Fernando de Sousa Costa, entre outros representantes de setores da administração pública estadual e federal.

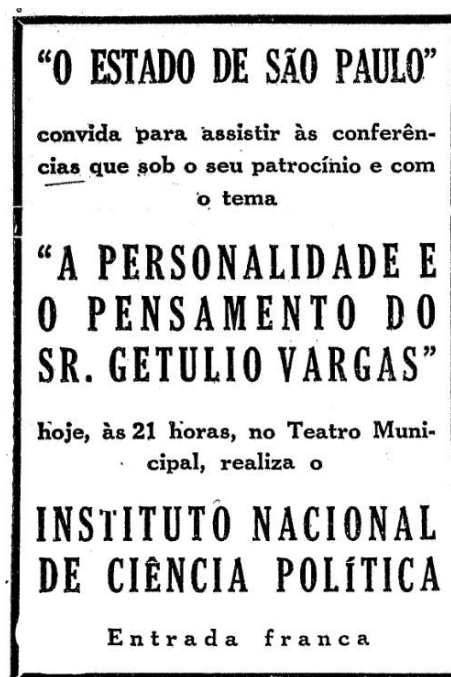
Em 05 de junho de 1942 ocorreu o primeiro evento de proporções consideráveis na cidade de São Paulo, realizado pela seção regional do Instituto Nacional de Ciência Política⁹¹ e patrocinado pelo jornal *O Estado de São Paulo*⁹². Segundo informações prestadas pelo *Jornal do Brasil*, a ocasião teria se originado de um convite realizado pelo diretor d'*O Estado de São*

⁹¹ Como será abordado neste capítulo, a sessão de instalação da seção de São Paulo ocorreu em 10 de novembro de 1942, porém a análise das fontes demonstra que a sua fundação foi anterior, tanto que nas atividades desenvolvidas por esta filial, que analisaremos a seguir, os nomes que compunham a sua diretoria já se encontravam definidos. Apesar disso, não encontramos nas fontes pesquisadas a data da sessão de fundação da filial de São Paulo do Instituto Nacional de Ciência Política.

⁹² Entre 1940 a 1945, o jornal *O Estado de São Paulo* esteve sob intervenção do Estado Novo (CARONE, 1976, p. 291).

Paulo e membro da seção de São Paulo do INCP, o jornalista Abner Mourão, para que representantes da sede central do INCP do Rio promovessem suas conferências em um encontro na capital paulista (UMA NOITE..., 1942, p. 7). Assim, a atividade consistiu em uma sessão solene no Teatro Municipal para debater o tema “A personalidade e o pensamento de Getúlio Vargas”. De acordo com a revista *Ciência Política*, o encontro tinha o objetivo de prestar “significativa homenagem” ao presidente Vargas na “capital bandeirante” (O INSTITUTO..., 1942, p. 64). É importante destacarmos que Abner Mourão comunicou a iniciativa do evento em telegrama ao presidente Vargas. Este, por sua vez, demonstrou-se favorável, respondendo através do seu secretário estar ciente e agradecendo a comunicação realizada (NOTAS..., 1942, p. 3).

Imagem 6 – Chamada para sessão do INCP no Teatro Municipal de São Paulo (1942)



Fonte: O ESTADO..., 1942, p. 11.

O evento foi bem divulgado nos jornais paulistanos da época, como é possível conferir pela chamada para a sessão do INCP acima, publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em 5 de junho de 1942. A sessão de *Notas e Comentários* da *Ciência Política* trouxe aos seus leitores maiores detalhes sobre encontro, que contou com a presença de diversas personalidades representativas do jornalismo, das letras, do exército e autoridades estaduais e federais. De acordo com a revista, a sessão cultural de caráter solene foi presidida por Fernando de Sousa Costa, interventor de São Paulo. Entre os que estiveram presentes na solenidade⁹³, podemos

⁹³ Também estiveram presentes na solenidade Acácio Nogueira, Secretário da Segurança Pública, Antônio Feliciano, conselho do Departamento Administrativo do Estado, César Martins Pirajá, diretor do Departamento

citar Lourival Fontes, diretor-geral do DIP, Cândido Motta Filho, diretor-geral do DEIP de São Paulo, Gofredo Teixeira da Silva Teles, presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, Abner Mourão, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Menotti Del Picchia, diretor da sucursal do jornal *A Noite* em São Paulo, Manuel Paulo Filho, diretor do *Correio da Manhã*, Maurício Cardoso, comandante da 2ª região militar, além de membros do INCP do Rio, como Pedro Vergara, general Sousa Doca e Deoclécio Duarte (O INSTITUTO..., 1942, p. 64).

O encontro no Teatro Municipal de São Paulo buscou manter o caráter de solenidade cívica e patriótica. Assim, sua abertura e encerramento contaram com a execução do hino nacional cantado pelo orfeão da Escola Caetano de Campos, sob a direção do professor Frederico de Chiara. O discurso de abertura ficou sob a responsabilidade de Gofredo da Silva Teles, presidente da seção de São Paulo, que apresentou o Instituto Nacional de Ciência Política ao público presente. Além disso, o general Sousa Doca, Osvaldo Orico, Deoclécio Duarte e Pedro Vergara foram os oradores convidados da noite e realizaram estudos sobre o tema geral da sessão (O INSTITUTO..., 1942, p. 65). De acordo com o *Correio Paulistano*, as conferências

[...] constituíram um estudo forte e homogêneo de profundo significado democrático e do mais alto patriotismo, acerca da personalidade do Presidente Getúlio Vargas e do seu pensamento político, consubstanciado nas idéias construtoras que formam a Carta Constitucional de 10 de novembro, base do Estado Nacional. (A PERSONALIDADE..., 1942, p. 2)

De acordo com o jornal *A Noite*, Pedro Vergara pronunciou uma conferência “[...] sobre a personalidade da obra político-administrativa do presidente Getúlio Vargas, salientando ainda o esforço do trabalhador paulista na construção do Estado Novo.” (INSTITUTO..., 1942c, p. 5). O jornal *A Manhã*, por sua vez, destacou o discurso de encerramento de Abner Mourão em agradecimento aos membros do Instituto pelo aceite do convite para aquela sessão de conferências e pelo apoio na organização da solenidade, além de o enaltecer a contribuição do Instituto em sua “[...] patriótica obra de estudo e divulgação dos princípios que regem o Estado Nacional.” Por fim, Mourão fez lembrar a presença do interventor Fernando Costa, do general Maurício Cardoso, de Lourival Fontes, das demais autoridades e do público presente no Teatro Municipal (INSTITUTO..., 1942, p. 3).

O encontro foi bem noticiado pela imprensa da época, a exemplo do *Correio Paulistano*, que se referiu ao encontro como uma “brilhante festa cívico-cultural” promovida pelo Instituto e patrocinada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. É importante termos em mente que a

Nacional do Café, Gabriel Monteiro da Silva, diretor-geral do Departamento das Municipalidades, major Hipólito Trigueiro, chefe da Casa Militar da Interventoria, major Olinto de França, superintendente da Segurança Política, Osvaldo Orico, da Academia Brasileira de Letras e Rodrigues Alves Sobrinho, Secretário da Educação (O INSTITUTO..., 1942, p. 64).

organização desse primeiro evento em São Paulo produziu efeito positivo de visibilidade para o INCP nesta cidade. Isso porque, de acordo com o *Correio*, sua organização teve o “alto significado cívico” de ter feito parte das comemorações oficiais do primeiro aniversário do governo de Fernando Costa, nomeado para a interventoria de São Paulo em junho 1941 pelo presidente Getúlio Vargas (A PERSONALIDADE..., 1942, p. 3). Esse fato acaba expondo a tentativa do INCP de se inserir na agenda de comemorações oficiais do governo, através da sua proposta de propagandear os ideais do regime.

Como vimos, a realização desse evento contou com a iniciativa e o apoio do jornalista Abner Mourão, de modo que no mês seguinte o Instituto organizou um almoço em sua homenagem. Realizado em 30 de julho de 1942, no restaurante Taberna Azul, no Rio de Janeiro, foi celebrado o trabalho desenvolvido por ele, em nome do INCP e como diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. No almoço estiveram presentes representantes da imprensa carioca como Cassiano Ricardo, diretor do jornal *A Manhã*, Ivo Arruda, diretor do *Bureau Interestadual de Imprensa*, José Pires do Rio, diretor do *Jornal do Brasil*, Manuel Paulo Filho, do *Correio da Manhã*, Herbert Moses da Associação Brasileira de Imprensa, além de membros da diretoria e sócios do INCP. Esse encontro exemplifica a forte relação que o Instituto manteve com os principais representantes da imprensa jornalística da década de 1940. O presidente desta instituição, Paulo Filho, realizou o discurso em que destacou a personalidade do homenageado, como um “[...] jornalista culto e brilhante, o mesmo idealista absorvido na tarefa de ser útil a São Paulo, o que quer dizer ser útil ao Brasil.” Em resposta, Mourão afirmou que sua única preocupação e dever era o de, como jornalista e como homem capaz de ação pública, procurar servir ao Brasil. Por isso, ele se prontificou para servir ao Instituto em São Paulo, no desenvolvimento da sua “obra de brasilidade e de sustentação do regime.” (EXPRESSIVA..., 1942, p. 62-63).

A ocasião serviu para, mais uma vez, celebrar a figura do presidente Getúlio Vargas, para o qual foi erguido um brinde pelo desembargador Augusto Sabóia Lima ao término da celebração. Em breve discurso, Sabóia Lima postulou que Getúlio Vargas era um chefe de governo “dotado de excepcionais aptidões de um gênio político”, e que o seu regime era um governo que interpretava os “sentimentos nacionais com serenidade e bravura”, para restituir à nação a consciência de si. Para o orador, o INCP desenvolvia um importante papel através das suas atividades, que afirmava a sua coesão interna com o regime e a unidade de pensamento e de ação brasileira em torno de um programa cívico (HOMENAGEM..., 1942, p. 3).

Segundo o historiador Maurício Parada (2016, p. 159), a organização de celebrações festivas para o povo era uma das políticas dos regimes autoritários europeus vigentes no período

de 1930 a 1940. Implementada por países como Alemanha, Itália e Portugal, e associada ao controle dos veículos de comunicação e à fomentação do imaginário nacionalista, a celebração cívica era uma modalidade de política cultural que tinha por objetivo a manutenção desses regimes de cultura fascista através da mobilização de grandes públicos. Analisando o papel e a estrutura das cerimônias comemorativas para as sociedades o antropólogo Paul Connerton (1999) afirma que as cerimônias são rituais de um tipo particular, que se distinguem “[...] pelo fato de se referirem explicitamente a pessoas e a acontecimentos prototípicos, que se considere que estes têm uma existência histórica ou mítica.” Essas cerimônias invadem “todas as esferas da vida” e podem se relacionar com o calendário cristão, por exemplo (CONNERTON, 1999, p. 70). Elas teriam duas características em comum com todos os outros rituais: o formalismo, quando a linguagem do ritual é composta de forma a restringir o leque de escolhas linguísticas; e a performatividade do ritual, que se relaciona à questão do enunciado de certos verbos e pronomes pessoais característicos, mas também se codifica em gestos e movimentos. Nas cerimônias comemorativas, a “comunidade é recordada da sua identidade, representando-a e contando-a numa metanarrativa”, numa espécie de “autobiografia coletiva” (CONNERTON, 1999, p. 81)

No contexto internacional, a promoção de cerimônias cívicas era uma característica dos regimes de caráter autoritários como o nazismo e o fascismo. No caso brasileiro, Eliana Dutra (1997, p. 185) aponta que, desde o início de 1936, o governo do presidente Getúlio Vargas buscou construir um “sentimento de nacionalidade”. Após o golpe de novembro de 1937, as iniciativas governamentais nesse sentido foram ampliadas, revelando os objetivos ideológicos e estratégicos do regime que se iniciava. De acordo com a historiadora, o Estado Novo promoveu o “espírito cívico” através das cerimônias cívicas para a promoção de efemérides, que dotariam a pátria de uma “unidade moral”. Essa estratégia funcionava como um instrumento de unificação do povo com o regime e visava à formação do “sentimento nacional”, que elencava símbolos, como a bandeira nacional e a própria figura de Getúlio Vargas (DUTRA, 1997, p. 186).

Para Angela de Castro Gomes (2003, p. 121), a propaganda se estabeleceu como uma política governamental que buscava estabelecer uma comunidade de sentidos entre a população e o regime. Assim, o Estado Novo promoveu a criação de um “tempo festivo” para garantir a eficiência das mensagens de propaganda produzidas para essa comunidade. Esse tempo era constituído por “eventos com rituais bem estabelecidos”, em que eram comemoradas datas como o 1º de maio (Dia do Trabalhador), o 19 de abril (aniversário de Getúlio Vargas) e o 10 de novembro (aniversário do novo regime). Essas e outras datas significativas, como o dia da

Bandeira, a Independência do Brasil e a Proclamação da República, passaram a integrar o calendário oficial do Estado Novo, e frequentemente eram celebradas com grandes festejos cívicos (GOMES, 2003, p. 122). Promovidos pelo Estado na capital da República, esses eventos eram replicados nos níveis regional e local⁹⁴.

Maria Helena Capelato (1998, p. 59-60) defende a existência de uma “forte relação entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz.” Segundo a historiadora, a produção de “[...] mensagens de propaganda alardeavam que a “sociedade feliz” concretizara-se no Estado Novo; a “felicidade brasileira oficial” era comemorada em todas as datas cívicas por meio de festas promovidas pelo Estado para celebrar as realizações do governo.” (CAPELATO, 1998, p. 61). A organização dos festejos cívicos para a comemoração das datas nacionais era responsabilidade dos órgãos oficiais do regime, do DIP e do MES. Esses eventos eram realizados em espaços físicos amplos, como nos estádios desportivos do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, e do Pacaembu, em São Paulo. Mas também podiam ser realizados em espaços públicos, como em avenidas ou em praças, como na Praça da Sé, em São Paulo. Já a “ampla participação popular” em parte se devia à obrigatoriedade da presença de setores da educação, através das escolas particulares e públicas, das forças armadas, do corpo de bombeiros, da política militar, de bandas, de corais, de grupos de dança e de teatro, dos escoteiros e dos sindicatos (CAPELATO, 1998, p. 59-60).

A partir das reflexões de Parada (2016, p. 164), compreendemos que a organização de cerimônias cívicas representava um tipo de “prática” capaz de “entusiasmar a nação”. Em 1942, o Instituto Nacional de Ciência Política desempenhou um papel importante nesse sentido, ao participar ativamente do “tempo festivo” do Estado Novo. Como veremos a seguir, no caso da manifestação cívico-religiosa organizada pelo Instituto, devemos ter em mente que a agremiação se interpõe ao calendário oficial do regime, agindo como organizadora de uma ação política e religiosa que segue a lógica do ritual em um evento carregado de significados.

No sábado do dia 29 de agosto de 1942, ocorreu a segunda atividade promovida pela seção de São Paulo do Instituto Nacional de Ciência Política, em parceria com o jornal *O Estado de São Paulo*, na cidade de São Paulo. Dois objetivos motivaram a organização do evento. O primeiro era celebrar a total recuperação do presidente de Getúlio Vargas de um acidente automobilístico ocorrido em maio daquele ano⁹⁵, que o afastou brevemente de suas funções

⁹⁴ Esses eventos estavam condicionados também às tensões políticas entre distintas esferas de poder. Sobre as comemorações do dia 21 de abril, feriado que chegou a ser suprimido pelo governo provisório após a Revolução de 1930, ver Fonseca, 2005.

⁹⁵ De acordo com notícia veiculada pelo jornal *A Noite*, na tarde do dia 1º de maio de 1942, o presidente Getúlio Vargas e o capitão-tenente Isaac Cunha se dirigiam do Palácio Rio Negro, em Petrópolis, para o Estádio do

governamentais (DEMONSTRAÇÃO..., 1942, p. 8). O segundo objetivo era prestar apoio ao Estado Nacional, no contexto da participação do Brasil no conflito mundial ao lado dos Aliados (PELO..., 1942, p. 1). A iniciativa dos organizadores se compôs de uma missa campal organizada na Praça da Sé, seguida de um desfile popular na Avenida São João, até o Largo Paissandu. De acordo com *O Estado*, a manifestação mobilizou cerca de duzentas mil pessoas⁹⁶, entre representantes da administração pública, das forças armadas, da intelectualidade, dos trabalhadores e da juventude. Manuel Paulo Filho e Pedro Vergara, presidente e primeiro vice-presidente da sede do Instituto Nacional de Ciência Política no Rio, também marcaram presença na celebração (S. PAULO..., 1942, p. 1).

Para sua realização, os promotores do evento receberam apoio do governo de São Paulo, através do interventor federal Fernando Costa, e do comando da 2ª região militar, através do general Maurício Cardoso, autoridades que se fizeram presentes durante toda a celebração. O presidente Getúlio Vargas, através do seu secretário Luís Vergara, encaminhou um telegrama ao jornalista Abner Mourão comunicando que tinha “no melhor apreço” a organização daquele “movimento cívico dos brasileiros de São Paulo” (PELO..., 1942, p. 1). Tanto que, para este evento, o presidente Vargas optou por se fazer representar pelo seu filho, Getúlio Vargas Filho. Algo não habitual, se considerarmos que, na grande maioria das atividades, solenidades ou eventos organizados pelo Instituto, o presidente enviou como representante oficial algum membro do seu gabinete, como Góis Monteiro ou Eurico Gaspar Dutra.

O evento foi bem divulgado na imprensa da época, e teve ampla cobertura de seu jornal patrocinador. A edição de 29 de agosto de *O Estado de S. Paulo*, dedicou toda a primeira página do exemplar que circulou no sábado para divulgar os objetivos, o roteiro das atividades e os nomes das personalidades que estariam presentes na manifestação cívico-religiosa organizada para aquela manhã, “em regozijo pelo restabelecimento do Chefe da Nação e pela sustentação do regime”. O conteúdo da matéria teve como título “S. Paulo reafirmará hoje a união sagrada

Vasco da Gama, com o objetivo de participar das solenidades cívico-militares em comemoração ao “Dia do Trabalhador”. Porém, o carro em que viajava o presidente se chocou contra um poste sinaleiro no cruzamento da rua Silveira Martins com a Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Por causa deste episódio, o presidente da República não esteve presente nos festejos que ocorriam no estádio do Vasco, para o qual se dirigia antes do acidente. Ele foi conduzido para o Palácio Guanabara, onde recebeu assistência médica. O acidente com o carro presidencial não provocou danos físicos graves aos dois passageiros e ao motorista, sendo que os exames realizados em Vargas mostraram que ele teve apenas uma contusão na região da coxa, causado pelo impacto da colisão (O ACIDENTE..., 1942, p. 1-3).

⁹⁶ O *Jornal do Comércio* noticiou que um público de mais de cinquenta mil pessoas compareceu à manifestação cívico-religiosa organizada em São Paulo pelo INCP e pelo *O Estado de S. Paulo*. Este número é bastante inferior ao divulgado pelo jornal promotor do evento (SÃO PAULO..., 1942, p. 4). Em termos comparativos, a *Revista da Semana* também noticiou o evento, afirmando que estiveram presentes na ocasião cerca de cento e cinquenta mil pessoas (A GRANDE..., 1942, p. 26).

dos brasileiros em torno do presidente Getúlio Vargas”, demonstrando que qualquer dissidência ou opiniões contrárias ao governo que tenham surgido daquela capital no passado não mais se mantinham entre os seus representantes e a população, pois aquela ocasião representaria o posicionamento de todos os brasileiros. A matéria afirmava que aquela iniciativa correspondia “[...] ao mais íntimo desejo de toda a população, de manifestar o seu jubilo pelo restabelecimento do dr. Getúlio Vargas, presidente da República, e, ao mesmo tempo, de afirmar a sua ardente fé no Estado Nacional.” (S. PAULO..., 1942, p. 1).

Já a edição de 30 de agosto d’*O Estado* dedicou todo o espaço da primeira e segunda páginas do exemplar de domingo para noticiar em detalhes a demonstração cívico-religiosa, que tomou proporções consideráveis. O evento se iniciou com a missa campal celebrada às nove horas da manhã na Praça da Sé, pelo monsenhor José Maria Monteiro da Arquidiocese de São Paulo, e acompanhada pelo coro da Paróquia da Consolação, sob a regência do maestro Rui Botti Cartolano. De acordo com *O Estado*, ao final da cerimônia religiosa o público irrompeu “em vibrantes vivas á Cristo Redentor, ao Brasil, ao Presidente Getulio Vargas, ao Interventor Fernando Costa, às forças armadas nacionais e aos países em luta contra os agressores nazi-fascistas.” (S. PAULO..., 1942, p. 1). A festividade promovida pelo INCP evoca a vinculação dos ritos da religião católica, uma das bases da formação social e cultural brasileira, ao fundamento religioso próprio às mitologias nacionalistas (ANDERSON, 2008).

Abner Mourão, diretor do jornal patrocinador da atividade, *O Estado de São Paulo*, discursou após e a cerimônia religiosa. Falando em nome dos organizadores do evento, Mourão destacou o contexto internacional de conflito e a participação do Brasil neste cenário.

Na hora grave que o mundo atravessa está a nossa Pátria vivendo momentos decisivos de sua história. Por isso mesmo exigindo que todos os brasileiros se mantenham, como está acontecendo e o próprio Regime, uma união sagrada em torno do Poder Constituído. E hoje, como no passado, São Paulo não falta ao chamamento da Pátria. Neste instante, como em todos os instantes, São Paulo está a serviço da causa da integridade, da segurança e da grandeza do Brasil!
E como o Presidente Getúlio Vargas estadista eminente, condutor magnífico e magnânimo, encarna esta nossa causa, de modo supremo, o povo de São Paulo lhe oferece, no esplendor desta manhã suave, este empolgante ato de glória. (S. PAULO..., 1942, p. 1).

Como vimos no início do capítulo, a política de neutralidade do Brasil no contexto internacional foi totalmente interrompida em 31 de agosto de 1942, com a declaração de guerra à Alemanha e à Itália. O alinhamento do país junto aos Aliados foi forçado pelos sucessivos ataques perpetrados pelos submarinos alemães aos navios mercantes e de passageiros brasileiros, que colocava em xeque o decreto de neutralidade aprovado pelo presidente Vargas

em 1939⁹⁷. De acordo com o pesquisador Ricardo Seitenfus (2000, p. 312-313), no final de julho de 1942 o comando superior da força submarina no oceano Atlântico é autorizado a intensificar suas operações contra a marinha mercante do Brasil, afundando três dos seus navios. A partir de 15 de agosto, as forças do Eixo iniciam uma nova onda de ataques contra os transportes marítimos brasileiros, desta vez afundando cinco navios de passageiros. Tanto o governo brasileiro quanto a opinião pública consideravam indispensável uma reação aos múltiplos ataques sofridos, pois além das vítimas humanas e das perdas materiais, o que estava em jogo naquele contexto era a “honra nacional” (SEITENFUS, 2000, p. 213). Em seu discurso, Abner Mourão destacou a necessidade de todos os brasileiros apoiarem o regime e o Presidente Vargas no momento em que o país era atacado pelas forças do Eixo. As palavras do orador acabaram por refletir sobre as questões que pairavam naquele contexto e que impulsionaram a realização daquela manifestação pública em São Paulo, ou seja, a segurança nacional e a afirmação da grandeza do Brasil.

Após o discurso de Mourão, a Orquestra Sinfônica de São Paulo, sob a regência do maestro Armando Belardi, executou o Hino Nacional, o que denotava o aspecto solene do evento cívico e patriótico que estava sendo realizado. Por volta das onze horas, se iniciou o desfile cívico dos trabalhadores⁹⁸ e da juventude⁹⁹, que seguiu pela Avenida São João com destino ao Largo Paissandu. O grande público, de acordo com o jornal, ostentava cartazes “com os mais expressivos dizeres”, estandartes, bandeirinhas do Brasil e entoavam “Pelo Brasil! Pelo

⁹⁷ De acordo com o art. 2º do Decreto-lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939, as regras gerais de neutralidade definiam que “no território do Brasil, compreendendo as águas interiores e as territoriais, com seus respectivos fundos fluviais, lacustre e marinho, e o espaço aéreo correspondente, não será tolerado ato algum dos beligerantes que possa ser tido como ofensivo da neutralidade brasileira.” (BRASIL, 1939c).

⁹⁸ Desfilaram as representações operárias e sindicais paulistas, entre elas Cervejaria Brahma, Companhia Antártica Paulista, Federação dos Operários Católicos do Ipiranga, Ibratex Ltda, Indústrias de Tecelagem e Fiação, Pirlle Villares & Cia, Queiluz, Representações de Regente Feijó, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerveja, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Farinhas, Trigo e Mandioca e representação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Materiais Elétricos (S. PAULO..., 1942, p. 1).

⁹⁹ Representando a juventude brasileira, desfilaram na parada cívica alunos de diversos centros de ensino primário, secundário e profissional da capital, acompanhados pelos diretores, professores e funcionários. Entre os quais: Associação Cívica Feminina, Associação Cristã dos Moços, Colégio Arquidiocesano, Colégio Batista Brasileiro, Ginásio Pais Leme, Colégio Martins Fontes, Colégio Osvaldo Cruz, Colégio São Leopoldo, Conservatório Dramático e Musical, Escola Comercial S. Luiz, Escola Normal Caetano de Campos, Escola Normal Padre Anchieta, Escola Profissional Feminina D. Pedro II, Escola Profissional Patrocínio de S. José, Escola Profissional Secundária, Escola Superior de Educação Física, Escola Tallor, Externato Elvira Brandão, Ginásio Bandeirantes, Ginásio Carlos Gomes, Ginásio das Cônegas de Santo Agostinho, Ginásio do Carmo, Ginásio do Estado, Ginásio Ipiranga, Ginásio Normal, Ginásio Oriental, Ginásio Prudente de Moraes, Ginásio Santo Agostinho, Ginásio São Paulo, Instituto Profissional Feminino, Instituto Profissional Masculino, Liceu Acadêmico de São Paulo, Liceu Coração de Jesus e Ginásio Pedro de Toledo, Liceu Eduardo Prado, Liceu Pasteur, Liceu Rio Branco, Mackenzie College e Escola de Comércio Tiradentes. (S. PAULO..., 1942, p. 1). A matéria publicada n’*O Estado* apresenta um detalhe curioso sobre a organização do evento que denota o seu caráter cívico. De acordo com instruções publicadas neste jornal, os alunos das instituições de ensino deveriam comparecer ao desfile com o uniforme da entidade a qual pertenciam, o uso de “shorts” não era permitido e as escolas desfilariam por ordem de chegada.

Brasil” Pelo Brasil”. As corporações de músicos do 4º Batalhão de Caçadores e do 4º Regimento de Infantaria, juntamente com a banda de música da Guarda Civil, executaram as marchas maciais do desfile (S. PAULO..., 1942, p. 1). De acordo com o jornal,

São Paulo cessou ontem, por algumas horas, todas as suas atividades, a fim de oferecer, na praça da Sé e avenida S. João, um dos acontecimentos mais empolgantes de sua vida política e religiosa. O grandioso centro industrial latino-americano, cujo trabalho assume agora uma importância extraordinária na defesa continental, viu fecharem todas as suas fabricas e usinas, estabelecimentos comerciais e bancários, instituições e sociedades, repartições e instituições de ensino, para vivenciar um dos seus momentos mais eloquentes de brasilidade e fé cristã. (S. PAULO..., 1942, p. 1).

Conforme noticiou *O Estado*, o governo de São Paulo e a prefeitura da capital, representada pelo prefeito Prestes Maia, determinaram ponto facultativo para as repartições públicas estaduais e municipais, no sentido de engajar a participação do funcionalismo na celebração. Os organizadores do evento também receberam a solidariedade dos setores do comércio e indústria de São Paulo, através das instituições, firmas e organizações¹⁰⁰, que teriam espontaneamente optado por suspender as suas atividades naquele sábado, para que seus funcionários comparecessem à missa campal e ao desfile cívico. Além disso, diversos centros de ensino, empresas e representações sindicais paulistas se associaram ao evento, participando do desfile cívico promovido naquele sábado (S. PAULO..., 1942, p. 1).

Uma tribuna foi instalada no Largo Paissandu para receber os discursos oficiais que aconteceriam durante o desfile. Iniciando-se pelo escritor Menotti del Picchia, que saudou as forças armadas brasileiras e enalteceu o papel desempenhado pelo presidente Vargas no conflito mundial. O segundo orador foi Orval Cunha, presidente do Sindicato dos Empregadores, Vendedores e Viajantes de Comércio, que discursou em nome dos sindicatos de empregados e de empregadores de São Paulo. Em seguida, falou José Carvalho Sobrinho, prefeito de Santo André, em nome dos municípios do estado de São Paulo. Gofredo Teles discursou sobre o espírito cívico e patriótico daquele evento organizado pelos membros do INCP de São Paulo e pelo *O Estado de São Paulo*, com o apoio do povo de São Paulo.

¹⁰⁰ Entre elas, podemos citar: *O Estado de São Paulo*, Casa Anglo Brasileira, Companhia Antártica Paulista, Companhia Cervejeira Brahma, Companhia Grissy S/A, Laboratório Paulista de Biologia, Intermars – Sociedade Brasileira de Comércio Ltda., Malharia Teperman, Laboratório Lysoform S/A, Indústrias de Chocolate Lacta S/A, Grandes Indústrias Minetti Gamba Ltda, Fábrica Nacional de Condutores Eletrônicos “Forest”, Companhia Brasileira de Metais, Lojas Reunidas da Firma de Vivo e Peppi, Industrias de Cama Patente – L. Liscio S/A, Estamparia Caravelas, Laborterapia Limitada, Brasselva Ltda. – Indústrias de Madeiras Brasileiras, Fábrica de Rayon Cuproamoniacal – Silex Ltda, Construções Eletro-Mecânicas Brasileiras Ltda, Theodor Jos Horst do Brasil Ltda., Isnard e Cia., Fábrica de Luvas Portolano, Collini, Catena & Cia. Ltda., Cornélio Pertica & Camps, Hach’ya, Irmãos & Cia. Ltda., Jamil Jorge & Irmãos., Jamil Kury & Irmãos., Labofarma, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato Médico de São Paulo, Sociedade Paulista de Medicina e Higiene Escolar, Federação Paulista de Futebol, Clube Atlético das Bandeiras, *O Jovem do Líbano* – Diário Sírio, Comitê Paulista de Seguros (S. PAULO..., 1942, p. 1).

O interventor Fernando Costa foi o último orador a discursar na celebração. Sua fala foi destaque n’*O Estado* de domingo, ocupando a parte central da primeira página do jornal que noticiava o evento. O seu discurso apontou a adesão espontânea do povo paulista àquela manifestação.

A viva homenagem, entusiástica e espontânea que, irmanados, o Governo e o Povo de S. Paulo prestam, este momento, ao sr. Presidente da República, não traduz apenas a sua imensa alegria, produzida pelo completo restabelecimento de Sua Excelência; exprime também, com sua irrestrita confiança no regime, o inteiro apoio que empenha Sua Excelência na defesa do brio e da honra da Nação.

[...]

E, hoje, que a Nação toda, altiva, se levanta, pronta para repelir a agressão insólita e covarde que, sem motivos, acaba de sofrer, mais do que nunca devemos cerrar fileiras em torno de Sua Excelência.

[...]

Brasileiros de São Paulo – Vós que tendes sempre, nas horas difíceis da Nação, sabido ocupar uma posição de destaque, sem credo e sem cor, deveis neste momento, vos reunir debaixo de uma só bandeira para desagravo de nossa honra e defesa da Pátria. (PELO..., 1942, p. 1).

Fernando Costa foi o orador que mais enfatizou a importância da organização daquela manifestação cívico-religiosa no sentido de reforçar o apoio da população ao regime e ao presidente Vargas. Para o interventor, os brasileiros deveriam se unir sob a mesma bandeira para lutar pela honra e defesa nacional, contra os recentes ataques nazistas. Tanto a sua fala quanto o discurso realizado por Abner Mourão recorriam a valores como honra e grandeza nacional, impulsionando o público em apoio ao regime. A presença de representantes das forças armadas reforçava a importância desse setor na política daquele contexto. Também por isso, estão presentes nesta manifestação representantes de diversos setores da sociedade, mas principalmente, os trabalhadores e a juventude brasileira, elementos simbólicos das políticas sociais estado-novistas no campo do trabalho e da educação.

A celebração religiosa e os discursos proferidos no microfone instalado na tribuna oficial foram irradiados para todo o país através do rádio pelo Departamento de Imprensa e Propaganda conjuntamente com as emissoras paulistas (PELO..., 1942, p. 1). O evento também foi destaque na imprensa brasileira da época. O *Correio Paulistano* definiu como um “empolgante espetáculo cívico-religioso” organizado pelo “povo bandeirante” (EMPOLGANTE..., 1942, p. 5). Já o *Jornal do Comércio* do Rio noticiou que o evento foi “[...] uma das maiores manifestações jamais feitas ao Brasil e ao seu governo.” (SÃO PAULO..., 1942, p. 4). No jornal *A Manhã*, a manifestação foi noticiada como uma “grande demonstração de civismo em São Paulo”, e definida como “um espetáculo de extraordinário brilho e ressonância invulgar” (GRANDE..., 1942, p. 3).

Ao jornal *O Estado de São Paulo*, Pedro Vergara realizou alguns comentários significativos acerca da manifestação que havia sido organizada. O vice-presidente e idealizador do Instituto Nacional de Ciência Política definiu o evento como um “espetáculo extraordinário” na qual estiveram presentes todas as “forças sociais” da cidade de São Paulo. Para ele, apesar da ausência do presidente Getúlio Vargas, seu nome era suficiente para despertar o entusiasmo do povo” pelo fato de sua personalidade estar profundamente “identificada com a consciência nacional”. Para Vergara, o nome de Getúlio Vargas representava “[...] a mais bela bandeira e o mais irresistível símbolo pra a União, o conagraçamento e as arremetidas fecundas e necessarias da alma popular.” Em sua visão, o INCP já contava com uma folha de serviços valiosos ao Estado Nacional. Porém, com aquela “grandiosa obra de civismo” organizada pelos membros da seção de São Paulo, a instituição teria realizado a sua “mais bela tarefa” para o regime (PELO..., 1942, p. 2).

Paulo Filho, presidente do INCP, se disse surpreso com o alcance daquela demonstração cívico-religiosa que definiu como “um dos mais belos espetáculos patrióticos que poderia testemunhar”. Para ele, sem o esforço em conjunto do INCP e do jornal *O Estado de S. Paulo*, com a colaboração do governo de São Paulo e da 2ª Região Militar para a realização daquela demonstração pública, não teria tido o mesmo resultado de “imponência e majestade, em vibração e entusiasmo” se não tivesse contado com a apoio da população paulistana. Para Paulo Filho, a cidade demonstrava sua solidariedade ao governo do interventor Fernando Costa e, especificamente, ao governo do presidente Getúlio Vargas, “[...] nesta hora grave da vida nacional, em face da nossa atitude de Nação pacífica obrigada a declarar guerra aos nossos inimigos que vieram provocar-nos e agredir-nos.” (PELO..., 1942, p. 2). Pedro Vergara encontrou na assistência de Abner Mourão e no patrocínio d’*O Estado de São Paulo* a estrutura necessária para organizar um evento de grande escala fora da capital federal, idealizando um “programa de brasilidade” com o objetivo de propagandear a ideia de “fé no Estado Nacional”. Com a organização desta manifestação pública de caráter cívico-religioso o Instituto Nacional de Ciência Política alçava o seu nome no campo político, através a propaganda de apoio ao regime e ao presidente Getúlio Vargas no contexto internacional de guerra.

Apesar da agenda de atividades do Instituto Nacional de Ciência Política em São Paulo, a sede da seção regional da entidade só seria organizada no final do ano de 1942. Em sessão no dia 10 de novembro daquele ano, essa sede foi instalada no 10º andar do Edifício Gabriel Gonçalves, localizado na rua Boa Vista. A sessão de inauguração da sede contou com a presença de personalidades de diversos setores da administração do estado, do exército, de

consulados e da imprensa¹⁰¹. A diretoria da filial de São Paulo, ela ficou constituída pelos nomes de Gofredo Teixeira da Silva Teles, como presidente da seção, Antônio M. de Oliveira César, como secretário e Raul Guastini, como delegado da sede central junto à delegação em São Paulo. Também fizeram parte dos quadros da seção, porém sem cargos definidos, os nomes do jornalista Abner Mourão e do escritor Menotti del Picchia (INSTALADA..., 1942, p. 3).

De acordo com o jornal *A Noite*, a instalação da nova seção do Instituto ocorreu em meio às comemorações que estavam sendo realizadas pelo quinto aniversário do Estado Nacional (AS COMEMORAÇÕES..., 1942, p. 8). Ou seja, ao fundar uma nova filial na capital paulista durante as celebrações nacionais pelo golpe de 10 de novembro de 1937, mais uma vez o INCP buscava articular suas atividades com a agenda oficial do regime estado-novista. Para Gofredo Teles, a realização da fundação da seção de São Paulo e das festividades oficiais no quinto aniversário das “novas instituições brasileiras”, expressavam o sentimento de união e solidariedade “[...] para o trabalho comum de defender e salvaguardar os interesses supremos da nossa pátria.” (INSTALADA..., 1942, p. 3).

A inauguração da seção de São Paulo contou com o discurso de abertura proferido por Abner Mourão, que apresentou os objetivos do INCP como um programa cívico e cultural que buscava difundir os ideais do Estado Nacional e divulgar a obra político-administrativa do presidente Vargas. Já o discurso principal da noite foi realizado pelo presidente da seção de São Paulo, Gofredo Teles, que em sua oração apontou o sentido especial daquela cerimônia.

Instala-se um Instituto. Onde? No coração de São Paulo. Para que? Para uma ação brasileira de política objetiva. Instala-se. E no mesmo instante em que se instala, como ato inicial de suas atividades, timbra em altear nos seus muros de honra, a efigie de dois homens-símbolos, cuja simples vocação, nesta sala e nesta solenidade, já equivale, para todos nós, a uma profissão de credo, a uma definição de atitudes. (INSTALADA..., 1942, p. 3).

¹⁰¹ Estiveram presentes na instalação da seção de São Paulo do INCP: tenente Lemos Romano, representando o general Maurício Cardoso; Márcio Ribeiro Porto, representando Abelardo Vergueiro Cesar, secretário da Justiça; Jorge Silveira d Melo Filho, representando Teotônio Monteiro de Barros Filho, secretário da Educação; capitão Jaime Bueno de Camargo, representando Acácio Nogueira, secretário da Segurança Pública; Moacir Cunha Fonseca, representando Paulo de Lima Correia, secretário da Agricultura; José Virgílio Vita, representando Gabriel Monteiro da Silva, diretor do Departamento das Municipalidades; Nicolau Mário Centola, representando o major Olinto de França, superintendente de Ordem Política e Social; Arnol Antônio dos Santos, representando Walter Belian, presidente da Cia Antártica Paulista; Luiz Pereira de Campos Vergueiro, diretor do Departamento Estadual do Trabalho; R.T. Smolbones, cônsul geral da Inglaterra; Vasili D. Lappas, cônsul geral da Grécia; Domingos Laurito, cônsul do México; Jacques Funk, presidente do Comitê da França Combatente; Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias; Procópio Ribeiro dos Santos, oficial de gabinete do presidente do Departamento Administrativo; Elias Chaves Neto, pelo jornal *A Noite*. Além de outros nomes como os do coronel Valério Braga, Antônio Cuoco, João Venâncio, Walter Farinello, Alfeu da Silva, Eduardo Camargo, Benedito Soares de Souza, Deoclécio Holanda Cavalcanti, Artur Mandonett, Pedro Wilson de Melo, Paulo Tacla e Emílio Carlos (INSTALADA..., 1942, p. 3).

O primeiro aspecto relevante a ser destacado no discurso de Gofredo Teles se refere à formação do homem brasileiro. Os homens-símbolos aos quais ele se refere em sua fala eram representados pelo presidente Getúlio Vargas e o antigo militar Duque de Caxias¹⁰², que na mesma cerimônia tiveram seus retratos¹⁰³ inaugurados e afixados na sede da seção do INCP de São Paulo. Em seu discurso, Gofredo exprime que Caxias e Vargas personificavam os valores necessários para a formação da nação de acordo com os ideais estado-novistas. Assim, aqueles retratos representavam o chefe militar e o chefe civil. Duque de Caxias, como símbolo militar, traduzia o “soldado padrão” para todos os brasileiros que buscavam um ideal a exemplo de sua “[...] lição de bravura e de equilíbrio, de autoridade e de obediência, de retidão e de patriotismo, para a perseverante continuação de sua obra em favor da nossa terra”. Getúlio Vargas, o símbolo político, representava o chefe civil do país como o “condutor de homens” para a grandiosidade que o Brasil estaria se tornando naquele momento, com a sua unificação política e territorial. Para Gofredo Teles, o “ato proposital” de inaugurar o retrato do Presidente Getulio Vargas indicava a “proclamação de diretrizes” seguidas pela nova seção regional do Instituto. Gofredo afirmava “aqui está o Presidente Getúlio Vargas. E em torno a ele, seus soldados. Em seu exemplo, em sua vida e em sua lição encontraremos os ensinamentos que hão de nortear nossos passos.” (INSTALADA..., 1942, p. 3). Nesse sentido, a presença do retrato de Vargas carregava o significado de presentificar simbolicamente o chefe da nação no momento de inauguração da filial de São Paulo do INCP, demonstrando a lealdade dessa instituição às diretrizes estado-novistas.

Um segundo ponto na fala de Gofredo Teles remete à questão política, pois ele deixa entrever que o Instituto estava se organizando no centro de São Paulo para desenvolver uma ação política objetiva. Esse aspecto é muito importante, já que até o momento nossa pesquisa vinha demonstrando que, desde sua fundação em março de 1940, o Instituto era uma entidade principalmente voltada para o desenvolvimento de atividades culturais e intelectuais de propaganda e de difusão das diretrizes do regime para o público letrado. A partir de 1942, os membros do INCP passam a explorar cada vez mais o campo político, com a ampliação do seu escopo de atuação, no sentido da realização de cerimônias que atuassem como propaganda do

¹⁰² Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), Duque de Caxias, atuou como militar e político durante o período monárquico da história do Brasil. Para uma análise da sua trajetória, sobre o processo de institucionalização do culto a Duque de Caxias como patrono do Exército Brasileiro, a partir da década de 1920, ver a pesquisa do antropólogo Celso Castro (2000). Sobre a construção de uma heroicidade moderna para a figura de Duque de Caxias, ver a artigo da historiadora Adriana Barreto de Souza (2001).

¹⁰³ O retrato de Duque de Caxias foi oferecido pelo general Maurício Cardoso, comandante da 2ª região militar. O retrato do presidente Getúlio Varga foi enviado pela sede central do Instituto Nacional de Ciência Política (SEÇÃO..., 1942, p. 27).

esforço de guerra para a população em geral. Esse argumento é evidenciado no telegrama enviado pelos membros da nova seção do Instituto ao presidente Vargas, no qual informavam a instalação daquela delegação da instituição em São Paulo,

[...] com o objetivo de fazer propaganda do regime e difundir o pensamento construtor e guiador do seu eminente Chefe, e igualmente, inaugurando os retratos de v. exc. e do Duque de Caxias, como supremos símbolos da unidade e soberania do Brasil, pedimos permissão para enviar a v. exc. a expressão respeitosa do nosso profundo devotamento. (INSTALADA..., 1942, p. 3).

O vice-presidente da sede do Instituto no Rio, Pedro Vergara, encaminhou uma mensagem aos organizadores da cerimônia de instalação da seção de São Paulo¹⁰⁴. Em nome do INCP, Vergara enviava as “calorosas e efusivas congratulações à sua pujante Delegação de São Paulo” pela inauguração da secretaria e início das suas atividades. O correspondente afirmava que a “obra de evangelização cívica” da delegação paulista do INCP teria se iniciado antes mesmo, com a organização das conferências no Teatro Municipal, no mês de julho, e com a realização da celebração cívico-religiosa, no mês de agosto. Nas palavras de Vergara, estes atos representavam “títulos de glória” e de prestígio para a nova seção, e serviam como “afirmações mais decisivas do patriotismo, do dinamismo e da capacidade realizadora” para seus membros (SEÇÃO..., 1942, p. 27).

Com a análise dos eventos organizados pelo Instituto Nacional de Ciência Política em São Paulo, acreditamos que essa instituição gozava de certo privilégio junto ao governo de Vargas e que com isso pôde promover atividades de propaganda naquela cidade que incluíam a organização de uma manifestação pública. Considerando o contexto de guerra no qual o Brasil estava se inserindo, o INCP empregou uma outra forma de fazer propaganda política para veicular mensagens de apoio ao regime e ao presidente Getúlio Vargas. Essas mensagens não pretendiam se limitar à elite intelectual, tinham sentido cultural de caráter propagandístico bem mais amplo que incluiu a organização desse desfile cívico com a presença de representantes de diversos setores da sociedade. Nesse novo contexto, a entidade passou a explorar uma faceta mais nitidamente voltada para a ação política, engajada em exercer influência sobre as massas.

4.1.2 O INCP e as Forças Armadas

A relação entre o Instituto Nacional de Ciência Política e as Forças Armadas brasileiras se estabeleceu desde o início das atividades culturais da instituição em março de 1940, através

¹⁰⁴ Notamos pela análise das fontes consultadas que a sede central do INCP no Rio não delegou representantes para acompanhar a cerimônia de instalação da nova filial em São Paulo.

da presença de representantes desse setor em suas sessões na Associação Brasileira de Imprensa, ou pelas conferências que eventualmente abordavam temáticas relacionadas aos setores do exército, da aviação e da marinha. A partir do final do ano de 1941, com o contexto de guerra e a possibilidade da entrada efetiva do Brasil no conflito mundial, as atividades da instituição em apoio às forças armadas passaram a não se limitar ao auditório da Associação Brasileira de Imprensa. O Instituto foi convidado a participar de visitas às dependências dos ministérios da Marinha e da Guerra, no sentido de conhecer as medidas tomadas pelo governo do presidente Getúlio Vargas para a defesa da nação. Essa aproximação buscou estreitar os laços da instituição com o setor militar, e precedeu à organização pelos membros do INCP de uma manifestação de apoio dos intelectuais às forças armadas.

A primeira dessas visitas se realizou em 10 de outubro de 1941, a partir do convite do almirante Henrique Aristides Guilhem, Ministro da Marinha, para que uma comitiva de representantes do INCP¹⁰⁵, entre membros da diretoria e sócios, visitasse as oficinas navais do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras¹⁰⁶. A comitiva do INCP se encontrou na manhã daquele dia com o almirante Guilhem no edifício do Ministério da Marinha e juntos se dirigiram para as oficinas. No local, acompanhados por diversos oficiais¹⁰⁷, os convidados realizaram uma visita guiada em que percorreram as diferentes dependências das oficinas e conheceram as obras de construção marítima que estavam sendo realizadas para o estabelecimento técnico militar e para a defesa naval do Brasil. Os convidados assistiram à produção de torpedos, bombas, aparelhos de precisão de tiro, entre outros materiais destinados a melhorar o arsenal naval brasileiro¹⁰⁸. A impressão dos membros do INCP durante a visita à Ilha da Cobras foi definida em relato publicado na revista *Ciência Política* como uma “extraordinária ação construtiva”, realizada pelo governo do presidente Getúlio Vargas para atender a necessidade de prosperidade das forças brasileiras na defesa do mar (VISITA..., 1941, p. 69).

¹⁰⁵ Estavam presentes os seguintes membros do Instituto: Pedro Vergara, Atílio Vivaqua, Benjamin Vieira, Humberto Grande, Hélio Gomes, Álvaro Goulart de Oliveira, Manuel Paulo Filho, José Pires do Rio, Pedro Luiz Corrêa e Castro, general José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Romão Cortes de Lacerda, Augusto Saboia Lima, Ary Franco, Airton Lobo, Lineu de Albuquerque Melo, Carlos Reis, José de Albuquerque Melo, Paulo Tacla, Deoclécio Duarte, Beni Carvalho, João Scharbel, Oscar Tenório, Francisco de Paula Baldessarini, Carlos Gomes de Oliveira, Djacir de Menezes, Beneval de Oliveira, Antônio Batista Bittencourt, Polimimis Dutra, Hermínio Conde, Francisco Leire, Armando Alves Borges (VISITA..., 1941, p. 71).

¹⁰⁶ Criado pelo Decreto-Lei nº 654, de 1 de setembro de 1938, o Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras se destinava aos serviços de construção e reparos do material da marinha de guerra brasileira (BRASIL, 1938).

¹⁰⁷ Entre os oficiais presentes, encontravam-se: almirante Aristides Guilhem, contra-almirante Júlio Régis de Bittencourt, diretor geral do Arsenal da Ilha das Cobras, general Candido Rondon, comandante Eurico Peniche, chefe do gabinete do Ministro da Marinha, e os comandantes Raul Régis de Bittencourt, Manoel Carneiro, Mauriti, Barros Barreto, César Andrada e Aluísio Antunes (VISITA..., 1941, p. 69).

¹⁰⁸ O relato da visita publicado na *Ciência Política* informou que, nas Oficinas do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, trabalhavam cerca de quatro mil técnicos, sendo que apenas quatro eram de origem estrangeira. As obras também eram executadas sob a direção exclusiva de engenheiros navais brasileiros (VISITA..., 1941, p. 70).

Imagem 7 – Visita do INCP ao Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras



Fonte: MEMBROS..., 1941, p. 7.

Na imagem acima, é possível ver um registro realizado durante a visita dos membros do INCP ao Arsenal de Marinha. No centro da imagem, podemos ver na primeira fila a presença do general Cândido Rondon, do ministro Aristides Guilhem, de Deoclécio Duarte e do professor Humberto Grande (MEMBROS..., 1941, p. 7). Após a visita, o ministro Guilhem ofereceu aos convidados e demais oficiais presentes um almoço na sede da administração do Arsenal. Também foi realizado um “brinde de honra ao chefe da nação”, acompanhado pelo discurso do Almirante Guilhem, que historiou as construções navais brasileiras e exaltou a obra administrativa do presidente Vargas. O presidente do Instituto, Paulo Filho, realizou um discurso em nome da instituição, enfatizando a “grandeza” da ação governamental do presidente Vargas no que tange à defesa marítima brasileira, e a fecunda cooperação do ministro Guilhem e dos oficiais da Marinha dedicados à engenharia naval nas oficinas do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (VISITA..., 1941, p. 70-71).

Em 15 de dezembro de 1941, ocorreu a segunda visita do Instituto Nacional de Ciência Política, desta vez ao Palácio do Ministério da Guerra, na Praça da República do Rio de Janeiro. De acordo com o relato da visita publicado na *Ciência Política*, o INCP recebeu o convite do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, para visitar as instalações do ministério e conhecer as realizações do presidente Getúlio Vargas em benefício das forças armadas e em prol da defesa nacional (CONHECENDO..., 1941, p. 64). De acordo com o telegrama enviado pelo general Valentin Benício da Silva, secretário geral do Ministro, o encontro com os membros do INCP seguiria o seguinte programa:

Às 9 horas – reunião dos visitantes no vestíbulo do pavimento térreo do edifício da Guerra; o general Valentin Benício da Silva, secretário do M. G. receberá os visitantes em nome do Sr. Ministro.

Às 9:20 – visita à Diretoria do Material Bélico¹⁰⁹. – Oficial designado pelo general diretor fará uma exposição dos trabalhos da diretoria e fábricas do Exército.
 Às 10:20 – visita à Diretoria de Engenharia. – Oficial designado pelo general diretor fará uma exposição dos trabalhos da Diretoria e do plano de obras do Exército.
 Às 11:30 – o Ministro receberá os visitantes no salão de honra do Ministério.
 Às 12 horas – almoço oferecido aos visitantes pelo Ministro da Guerra, no restaurante do Edifício da Guerra. (RECEPÇÃO..., 1941, p. 2).

Durante a visita, foram conhecidos os diversos departamentos da administração do Ministério e as atividades desenvolvidas. Além da comitiva do INCP¹¹⁰, estiveram presentes no Ministério da Guerra o representante do presidente da república, Geraldo Mascarenhas, o general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior, e o general Cândido Rondon. Durante o almoço oferecido aos visitantes com a presença do ministro Eurico Dutra, foi feito o habitual “brinde de honra” ao presidente Vargas. Já os discursos foram realizados pelo o general Valentin Benício, que falou em nome do ministro Dutra, e pelo presidente do INCP, Manuel Paulo Filho. O representante do ministro agradeceu a presença dos representantes do INCP, afirmando que naquele “[...] momento de terrível angústia que o mundo atravessa é necessário que o país, principalmente sua elite intelectual, conheça as suas forças armadas e saiba o que delas esperar.” Assim, aquele encontro representava uma espécie de prestação de contas à inteligência brasileira, sobre os serviços realizados pelo Ministério da Guerra para a defesa do país no conflito mundial que avançava sobre as nações (CONHECENDO..., 1941, p. 65). O jornalista Paulo Filho, por sua vez, expôs o agradecimento da instituição ao convite para aquela visita, enfatizando que o Exército não representava uma classe ou uma casta, mas antes de tudo “o Exército era a própria Nação, atenta e vigilante”. O discurso do presidente do INCP apresenta o argumento da importância do exército como uma “escola de civismo” em todo o Brasil na defesa do seu território. Outro aspecto relevante é o do papel do povo brasileiro, a quem não “faltaria o patriotismo” de colaborar com os militares, dispondo dos recursos necessários na tarefa de defender a nação das “eventualidades” apresentadas pelos “destinos da hora dramática”. Para o orador, o Exército estaria bem representado pela “figura austera e patriótica”

¹⁰⁹ Na Diretoria do Material Bélico, a comitiva do INCP conheceu os serviços relativos ao armamento bélico, a mobilização da indústria e civil, a produção de munições de guerra. Na Divisão de Engenharia conheceram as seções de estradas, de eletricidade, de obras (relativo ao trabalho de construção de fortificações) e de transmissões, relativo aos serviços de telefonia e radiocomunicação) (OS MEMBROS..., 1941, p. 11).

¹¹⁰ Estiveram presentes os seguintes membros da diretoria e sócios do INCP: Pedro Vergara, José Pires do Rio, Atílio Vivaqua, Hélio Gomes, Benjamin Vieira, Humberto Grande, Rubinstein Duarte, Pedro Calmon, Cláudio de Souza, general Pires de Albuquerque, Augusto Saboia Lima, Álvaro Goulart de Oliveira, Carlos Xavier, Ari Franco, Oscar Tenório, Nelson Hungria, Romão Cortes de Lacerda, Damasceno Vieira, Miranda Jordão, Lineu de Albuquerque Mello, Deoclécio Duarte, Monte Arrais, Francisco de Paula Baldessarini, João Scharbel, Jorge Abreu, Francisco Salles Malheiros, Aldo Prado, José de Albuquerque, João Sampaio, Beneval de Oliveira, Pio Benedito Ottoni, Mário Sombra, Amintor de Leão Vergara, Pedro Lopes Moreira, A. Baptista Bittencour, Mário Augusto Teixeira de Freitas (CONHECENDO..., 1941, p. 64).

do general Eurico Dutra, caracterizado como um “modelo de cidadão e de soldado” (OS MEMBROS..., 1941, p. 11).

As duas visitas realizadas em 1941¹¹¹ precederam a organização de um encontro ainda mais expressivo com o setor militar no ano seguinte. Na data de 28 de setembro de 1942, uma comitiva¹¹² de representantes do Instituto compareceu ao Ministério da Guerra para apresentar ao ministro Eurico Gaspar Dutra uma manifestação de apoio dos intelectuais às forças armadas. O manifesto continha um programa de mobilização e propaganda cívica, que seria posto em prática pelo Instituto através da sua sede no Rio de Janeiro, das Seções dos Professores e dos Estudantes, e das delegações regionais. Publicado na íntegra pela revista *Ciência Política*, o texto do programa tinha caráter cívico e patriótico e incluía a cooperação dos intelectuais com as forças armadas, a organização de caravanas e de comícios cívicos pelos Estados para falar do espírito de guerra. Com esse programa de ação, os membros do INCP visavam demonstrar o seu apoio ao regime, na defesa da soberania, das tradições e da sobrevivência do Brasil como nação (MANIFESTAÇÃO..., 1941, p. 55).

De acordo com a *Gazeta de Notícias*, o manifesto de intelectuais em apoio às forças armadas brasileiras, apresentado pelos agentes do Instituto Nacional de Ciência Política, era mais uma das demonstrações de solidariedade que o ministro da Guerra, Eurico Dutra, vinha recebendo desde que fora decretado o estado de guerra no Brasil em agosto de 1942. Segundo este jornal, representantes de todas as classes sociais estavam buscando o ministro para lhe

¹¹¹ Após as visitas, o Instituto Nacional de Ciência Política realizou sessões solenes na Associação Brasileira de Imprensa com o objetivo homenagear os ministérios da Marinha e da Guerra, além de comentar as impressões dos sócios da instituição que participaram dos encontros. Em 11 de outubro de 1941, realizou-se uma sessão para tratar da visita às Oficinas do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras. A reunião foi presidida por Manuel Paulo Filho, presidente do INCP, e contou com a presença do almirante Aristides Guilhem, ministro da Marinha, do general Geraldo Mascarenhas, representante do presidente da República, do almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Pedro Vergara, entre outros representantes da Marinha e sócios do INCP (ATIVIDADES..., 1941, p. 11). Em 20 de dezembro de 1941, foi realizada a sessão solene, também presidida por Paulo Filho, para tratar da visita ao Ministério da Guerra, estando presentes Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, Góes Monteiro, Meira de Vasconcelos, Valentim Benício, Sílio Portela e capitão Adamastor Cantalice, representante do presidente da República, Pedro Vergara, entre outros oficiais do Exército e membros do INCP (ATIVIDADES..., 1942, p. 20).

¹¹² Na listagem de sócios do Instituto que compareceram ao encontro estavam Pedro Vergara, Manuel Paulo Filho, Benjamin Vieira, Atílio Vivaqua, Aldo Prado, Jorge Severiano, Humberto Grande, Oliveira César, Álvaro Belford, Frederico Sussekind, Augusto Saboia Lima, Carlos Xavier, Romão Cortes de Lacerda, Américo Lopes, Leonel de Rezende Alvim, Osvaldo Orico, Cláudio de Souza, Lineu de Albuquerque Melo, José de Albuquerque, Ari Franco, Oscar Tenório, Antônio Batista Bittencourt, Hélio Gomes, Deoclécio Duarte, Carlos Gomes de Oliveira, Edmundo de Miranda Jordão, Carlos Maul, Antônio Covelo, Beneval de Oliveira, Abeylard Pereira Gomes, La-Fayette Cortes, Camilo Ottoni Júnior, Adriano Pinto, Antônio Autran, Efraim Rizzo, Miguel Jasseli, Samuel Markson, Antônio Abreu, Severino Silva, Nilo Fernandes, Paulo Gonçalves, Henrique Orciuoli, José Bandeira, Petrônio Mota, Eugênio Bethencourt da Silva, Aquiles Alves, Alberto Moreira Alves, Arnaldo Belucci, Pedro Ribeiro, Sílvio Jannuzzi, Dorvil Lacerda, Ari da Mata, Roberto Simas, Paulo Rabelo, Pedro Braga, Aarão Reis, Pedro Cardoso, Aristides Martins, Costa Pereira, Fernando Barata, Álvaro Kilkerry, Augusto César Veiga (MANIFESTAÇÃO..., 1941, p. 55).

prestar solidariedade e expor o desejo de trabalhar ativamente para a defesa da independência e da bandeira nacional (OS HOMENS..., 1942, p. 2).

No Salão Nobre do Palácio da Guerra, Manuel Paulo Filho discursou em nome do Instituto para apresentar as finalidades daquele encontro. Segundo o presidente do INCP, a vontade dos membros dessa instituição era cooperar com o alto comando do Exército no sentido de arregimentar os brasileiros no espírito de luta. É interessante notarmos que o discurso de Paulo Filho explicitava o tipo de contribuição que os intelectuais ali reunidos poderiam oferecer ao país no contexto de guerra, apontando que aqueles agentes estavam acostumados com os “embates do espírito” e, por isso, colocavam a sua “inteligência” a serviço do Brasil. Ou seja, como homens de pensamento, eles assumiam o compromisso de colocar a sua cultura em prol da nação, como já vinham realizando através das suas “batalhas pela verdade” nas suas sessões semanais de conferências e debates na ABI (MANIFESTAÇÃO..., 1942, p. 57). Estabelece-se, assim, a continuidade dessa nova fase da trajetória do INCP com suas fases anteriores, mais voltadas ao público de elite. O texto do programa cívico de ação do INCP dizia o seguinte:

- I – Enviará caravanas aos Estados, para falarem ao povo e exaltarem o espírito de guerra em todas as formas sob as quais ele é útil à patria, nas contingencias em que vivemos;
- II – Cooperará com o Exército, com a Marinha, com a Aeronautica, e com todos os órgãos do Estado, na preparação do espirito publico, para a solução de todos os problemas emergentes, que dependam da convergência dos esforços coletivos;
- III – Ocupará, todos os dias, onde lhe seja permitido, as estações de radio, para falar ao país, sobre os deveres, que nos incumbem os perigos que nos ameaçam e as atitudes que convêm á defesa comum;
- IV – Promoverá comícios civicos, onde, como e quando sejam permitidos;
- V – Porá sempre á disposição do Alto Comando, para tudo o que for julgado necessário, a bem do país, um numero de associados capazes de desempenhar com eficiência e com desprendimento as missões que lhes sejam confiadas, sejam quais forem e seja onde fôr;
- VI – Amigos incondicionais do Presidente Getulio Vargas, – admiradores sinceros e constantes das forças armadas do Brasil, – soldados da patria, – os socios do Instituto Nacional de Ciencia Politica, a sua *seção de Professores*, a sua *seção de Estudantes*, e toda as suas delegações dos Estados, – não se pertencem a si mesmas, querem sacrificar-se pela Nação, e o seu programa de lutas, nesta hora, pode ser resumido em três brados:
 - Pelas forças armadas!
 - Pela Vitoria!
 - Pelo Brasil! (MANIFESTAÇÃO..., 1942, p. 58-59).

O manifesto dos intelectuais do INCP apresentava os propósitos patrióticos que animavam essa associação, e também refletiam o desejo desses atores de cooperar ativamente com as forças armadas naquilo que lhes competia como homens de letras, ou seja, na “mobilização espiritual” do povo brasileiro. Mas antes de tudo, nossa análise deve considerar que esse manifesto propunha concentrar as atividades da instituição na execução de um programa generalizado de propaganda política e militar, voltado para todos os setores da

sociedade. Nesse momento, os membros do INCP tinham a percepção das mudanças internas provocadas pelo conflito internacional nos setores político e militar do Brasil. Logo, esses agentes propunham direcionar o seu projeto intelectual para a atividade de propaganda político-ideológica para o regime estado-novista entre diversos grupos sociais, ainda seguindo a sua proposta de atuar como “escola de patriotismo” na formação da mentalidade da nação, como vimos no capítulo anterior.

Os argumentos do presidente do Instituto e o texto do manifesto expõem um aspecto já trabalhado anteriormente, qual seja, a atribuição aos intelectuais do papel de arautos da sociedade, elemento característico dessa elite na década de 1940. Como avalia Daniel Pécaut (1990, p. 72-73), o regime estado-novista contribuiu para a definição da posição social dos intelectuais brasileiros, ao reconhecer a sua vocação para elite dirigente e a sua “indispensável contribuição à cultura política nacional”. Complementando esse argumento, Monica Velloso (1987, p. 10-11) aponta que o “lugar de destaque” conferido a esses agentes é parte do “sistema de valores” construído pela doutrina do regime, que enxerga o intelectual como o membro da sociedade que é o representante da “consciência nacional”. Essas interpretações podem ser ampliadas no sentido de compreendermos que os intelectuais brasileiros desse período também se auto atribuíam a função de guias sociais ou de alto-falantes, se quisermos nos aproximar da linguagem utilizada pelos membros do INCP para se referir ao espaço de sociabilidade intelectual constituído no interior dessa instituição. Assim, no campo intelectual da época, essa elite enxergava a sua identidade de grupo como a de agentes socialmente ativos e capazes de contribuir a formação e, até mesmo, sua salvação.

Na ausência de Eurico Gaspar Dutra durante o encontro do dia 28 de setembro, o general Mário Pinto Guedes, secretário geral do Ministério da Guerra, falou em seu nome para agradecer aquela reunião de “tantas expressões da mentalidade brasileira”. Para o orador, a manifestação apresentada pelo Instituto representava um exemplo digno de todos os encômios das forças armadas. Mais tarde, em 13 de outubro de 1942, o jornal *A Noite* publicou uma carta do general Eurico Gaspar Dutra ao primeiro vice-presidente do INCP, Pedro Vergara, em agradecimento pela realização da manifestação de apoio dos intelectuais às forças armadas¹¹³.

Atenciosas saudações. Recebi, com grande satisfação, a visita que, em 28 de setembro último me fez aqui no Ministério da Guerra o Instituto Nacional de Ciência Política. A presença das ilustres personalidades que aqui vieram incorporadas testemunhar às

¹¹³ Em 24 de outubro de 1942 Instituto Nacional de Ciência Política promoveu uma sessão solene na Associação Brasileira de Imprensa, com o objetivo de homenagear o Ministro da Guerra e demonstrar a solidariedade da instituição para com o Exército. A reunião foi presidida por Pedro Vergara, e contou com a presença do ministro Eurico Gaspar Dutra, de sócios da instituição e de oficiais do gabinete do ministro. A sessão ocorreu quase um mês após a visita da comitiva do INCP ao Ministério da Guerra, em 28 de setembro, para entregar a manifestação de apoio dos intelectuais às forças armadas (ATIVIDADES..., 1942, p. 23).

Forças Armadas a sua integral solidariedade intelectual e expor-me o magnífico programa de propaganda cívica, que vai executar, no interesse da defesa nacional é uma destas adesões espontâneas e definidoras da época em que vivemos, e do alto grau de cultura que atingimos. O Exército recebe com todo desvanecimento o precioso oferecimento do Instituto, registrando em seus anais e em sua gratidão o gesto patriótico e o belíssimo exemplo que acabam de dar aos nossos patrícios e à mocidade em geral. O Brasil, agora, mais do que em qualquer época de sua existência, precisa da sua assistência, ajuda e cooperação de todos os seus filhos e de todos os recursos materiais e morais numa importante mobilização de meios e de inteligências que, reunidos, traduzam o seu potencial, a sua força ou as suas energias combativas. Dentre os recursos primordiais indispensáveis à luta figuram justamente os de natureza meramente intelectual, tão necessários ao fortalecimento moral nacional.

A guerra se faz hoje em dia muito mais com o moral dos homens do que com as forças materiais postas à sua disposição. Eis por que julgo precioso o oferecimento do Instituto Nacional de Ciência Política e dou a mais alta importância ao seu programa de ação com cujo delineamento estou de pleno acordo. O que os mestres, advogados, juizes, escritores, jornalistas, engenheiros, médicos e funcionários podem fazer em prol da confiança dos nossos destinos imortais e da certeza de nossa vitória, ultrapassa toda a expectativa se feito for com ciência e profunda consciência. Aceite, pois, V. Excia. e os dignos e ilustres membros desse Egrégio Instituto o meu franco aplauso à bela iniciativa que tiveram. (UMA CARTA..., 1942, p. 06).

Em sua carta, Eurico Dutra demonstrava estar de acordo com o Instituto pela organização daquele programa de ação, que buscava mobilizar a intelectualidade brasileira em apoio as forças armadas para defesa nacional no momento de guerra. O general também buscou definir o que ele entendia por “intelectual”, ou seja, professores, advogados, juizes, escritores, jornalistas, engenheiros, médicos e funcionários públicos. Como vimos no primeiro capítulo, essa concepção é partilhada pelo INCP, tanto que em seu quadro de sócios encontramos exatamente os representantes dessas diferentes áreas de atuação (APÊNDICE B). Para o ministro da Guerra, o programa de propaganda cívica proposto pelo INCP contribuiria para a formação da moral da nação, e esse aspecto era considerado por ele como uma determinante maior que a força material na guerra. Mesmo que não tenha sido possível determinar a efetiva realização das medidas propostas pelo INCP, o que nos compete destacar é que a intenção desses intelectuais em se tonar uma instituição de propaganda militar de alcance nacional se encaixava com o seu projeto intelectual que idealizava a organização de uma “rede capilar de opinião”. O papel de destaque dos militares nesse contexto histórico também é outro ponto importante que nos ajuda a compreender o movimento de aproximação do INCP com os setores militares. Como afirma Ricardo Seitenfus (2000, p. 327), “a entrada do Brasil na guerra fortalece duradoura e profundamente o papel político dos militares. [...] A guerra, enfim, fortaleceu o sentimento nacional de que a partir de então as Forças Armadas são depositárias fiéis da Nação.” Como veremos nas próximas páginas, essa constatação é reforçada pela indicação do então general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, como candidato do governo para a presidência da República no pleito de 1945.

O que temos analisado deste o início desse capítulo é o esforço do Instituto Nacional de Ciência Política em produzir mensagens de apoio ao regime estado-novista, através da propaganda política e militar. As atividades desenvolvidas pelo Instituto a partir de 1942, podem ser compreendidas como uma estratégia de mobilização que incluiu a organização de uma manifestação cívico-religiosa em São Paulo, de um manifesto de intelectuais em apoio às forças armadas, de uma série de conferências e de visitas aos setores do governo estratégicos para a política no momento de guerra.

4.2 ÚLTIMOS ANOS DE ATIVIDADES E A FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL RENOVADOR

Como vimos no início deste capítulo, a entrada do Brasil da Segunda Guerra Mundial e seu posicionamento ao lado dos Aliados a partir de agosto de 1942 provocou o início de uma mudança na política interna brasileira que acarretaria o desgaste do governo de Getúlio Vargas. Nas próximas páginas, veremos que o Instituto Nacional de Ciência Política continuou expandindo suas atividades culturais nos seus últimos anos de atividades, com a fundação de quatro novas seções destinadas a dar continuidade ao seu projeto de se estabelecer como uma instituição civil de propaganda para o regime estado-novista. Em seguida, abordaremos como se deu a organização do Partido Social Renovador, iniciativa partidária proposta pelos membros do Instituto para apoiar o general Eurico Gaspar Dutra como candidato a presidência da República em 1946.

4.2.1 Os últimos anos de atividades do INCP

Como estava previsto nos seus estatutos, em 25 de março de 1943 os sócios da sede central do Instituto Nacional de Ciência Política se reuniram na secretaria da entidade para participar de uma assembleia geral para a eleição da sua nova diretoria. De acordo com os estatutos do INCP, o novo quadro de diretores ficaria responsável por dirigir a instituição no período de 25 de março de 1943 a 25 de março de 1946 (ESTATUTOS..., 1940, p. 7). A segunda direção do INCP ficou assim constituída:

Quadro 9 – Diretoria do Instituto Nacional de Ciência Política (março 1943)

| | |
|--------------------|----------------------|
| Presidente | Pedro Vergara |
| 1º Vice-Presidente | Arthur Silio Portela |

| | |
|---|-----------------------------------|
| 2º Vice-Presidente | José Pires do Rio |
| 3º Vice-Presidente | Rodrigo Otávio Filho |
| Secretário Geral | Humberto Grande |
| 1º Secretário | Mário Augusto Teixeira de Freitas |
| 2º Secretário | Severino Sombra |
| 3º Secretário | Gerardo Majella Bijos |
| Presidente do Alto Conselho | Manuel Paulo Filho |
| Presidente da Comissão de Estudos Nacionais | Augusto Saboia Lima |
| Presidente da Comissão de Propaganda | Raul Guastini |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Instituto Nacional de Ciência Política (1943, p. 2).

Na segunda eleição para a diretoria do Instituto, foram adicionados três novos cargos no quadro diretivo da entidade, referente aos de Presidente da Comissão de Estudos Nacionais, que ficou sob a responsabilidade do desembargador Augusto Saboia Lima, e o cargo de Presidente da Comissão de Propaganda, que ficou sob a responsabilidade do representante da Seção de São Paulo, Raul Guastini. Outra alteração na direção do INCP se refere à formação de um alto conselho composto por quinze membros, que visava a deliberação e o apoio às decisões da instituição. O jornalista Manuel Paulo Filho foi escolhido para presidir o conselho, e os seguintes nomes foram escolhidos para compor o restante do grupo: ministro Aталpho Paiva, Alexandre Plemont, coronel Viriato Vargas, coronel Costa Netto, general José Pessoa, general Firmino Paim Filho, general Raymundo Sampaio, Abner Mourão, Guilherme Guinle, Edmundo Miranda Jordão, Geraldo Mascarenhas da Silva, João Daudt de Oliveira, coronel Ary Maurell Lobo, Valentim Bouças (INSTITUTTO..., 1943, p. 2).

Os novos cargos da diretoria do INCP foram definidos em assembleia geral para a reforma dos estatutos da instituição, realizada em 13 de março de 1943, alguns dias antes das eleições institucionais. As novas funções parecem ter surgido como uma estratégia do INCP no sentido de direcionar ainda mais as suas atividades de propaganda do regime estado-novista e para a promoção de estudos sobre questões nacionais daquele momento. Os nomes dos presidentes do alto conselho, da comissão de propaganda e da comissão de estudos nacionais foram decididos na assembleia geral do dia 25 de março, juntamente com as eleições para os outros cargos da diretoria do Instituto. Já os membros que comporiam esses novos setores dentro da diretoria seriam indicados pelo presidente do INCP, cargo que a partir dessas eleições passou a ser ocupado por seu idealizador, Pedro Vergara (ESTATUTOS, 1940).

A notícia sobre a eleição para diretoria do Instituto foi divulgada pela imprensa do Rio de Janeiro. O jornal *A Noite*, por exemplo, publicou um telegrama do oficial de gabinete, Alberto de Andrade Queiroz, em nome do presidente Getúlio Vargas, para Pedro Vergara, felicitando-o pela eleição da nova diretoria do INCP, e pela escolha do seu nome para presidente da instituição, que com “brilhantismo” se consagrava “aos estudos dos grandes problemas nacionais” (NOVA..., 1943, p. 6).

Outro momento importante que devemos destacar nos últimos anos de atividades do Instituto Nacional de Ciência Política, se refere à ampliação de suas atividades, com a fundação de três novas seções ligadas à sua sede central. Em reunião realizada na Associação Brasileira de Imprensa na data de 26 de fevereiro de 1944, o presidente do INCP, Pedro Vergara, declarou a fundação das seções especializadas, de estudo e pesquisa, que visavam ampliar a divulgação do pensamento e da obra do presidente Getúlio Vargas, e também atingindo maior alcance social e institucional, inclusive sobre novas áreas como a das relações exteriores. Sobre as novas seções,

[...] uma destinada a incentivar e desenvolver, ainda mais, as nossas relações de amizade com os Estados Unidos; outra, que visa o estudo das nossas datas históricas, ligadas aos fatos heróicos do nosso Exército e da nossa Marinha e para a qual já foi obtido integral apoio de S. Excia. o Sr. Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra; outra, por enfim, para realizar pesquisas sociológicas, “in loco”, mediante bolsas de estudos, sôbre a realidade brasileira, no govêrno do Presidente Getúlio Vargas. (ATIVIDADES..., 1944, p. 20).

A Seção de Pesquisas Sociológicas, sob a presidência de Almir de Andrade, tinha entre os seus membros¹¹⁴ Manuel Paulo Filho, Pedro Vergara e Cassiano Ricardo. Esta sessão pretendia realizar pesquisas sociológicas de alcance nacional. Para alcançar este objetivo, o INCP pensava em conceder bolsas de estudo e enviar representantes para as diferentes regiões do país, para que estes pudessem recolher o material de pesquisa necessário para realizar inquéritos e observações *in loco*. Com os resultados dos dados obtidos e estudos realizados pelos seus representantes, o INCP iria organizar “cursos de seminário”, para expor e debater os temas que pudessem ser levantados (AMPLIADAS..., 1944, p. 94).

A Seção de Datas Históricas do Exército e da Marinha foi instalada em sessão do dia 01 de abril de 1944, sendo seu presidente o professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. O objetivo da seção era promover estudos sobre as principais datas da história militar do Brasil.

¹¹⁴ Também faziam parte da Seção de Pesquisa Sociológicas do INCP: Colombo de Sousa, Antônio Carlos Machado, Oscar Tenório, José Duarte, Augusto Saboia Lima, Monte Arrais, Leonel de Rezende Alvim, Santiago Dantas, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Mário Lacerda de Melo, Vasconcelos Torres, Majella Bijos, Guilherme de Azevedo Ribeiro, Adriano Pinto, Beni Carvalho, Roberto Lira, Lineu de Albuquerque Melo, Ricardo Lewinshon, João Luderitz e Artur Nehl Neiva (AMPLIADAS..., 1944, p. 94).

A organização desta seção buscava ser um estímulo “para os jovens cheios de Nacionalismo puro e sadio”, e para “os estudiosos dos fatos e feitos do passado, para os investigadores dos vultos e das instituições que se foram.” Também buscava ser o “exemplo, para os soldados do bom combate, porque o Instituto só fará a história, no que ela possa ter de útil e interessante, como conhecimento nobre.” (AMPLIADAS..., 1944, p. 94).

De acordo com o jornal *A Manhã*, a Seção de Aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi instalada em 22 de abril de 1944, sob a presidência de Augusto Saboia Lima. Seu objetivo era produzir estudos sobre as relações culturais e sociais entre os dois países, para que os elos de amizade entre as duas nações se tornassem ainda mais fortes, em razão dos acontecimentos em que Brasil e EUA lutavam contra “o tirânico inimigo comum” representado pelos países do Eixo. De acordo com a nota publicada, com o novo centro de atividades o INCP pretendia contribuir para a realização de uma política de aproximação e de fortalecimento dos laços entre os dois países (INSTITUTO..., 1944, p. 13).

Não foi possível analisar a abrangência das ações realizadas pelas novas seções fundadas pela sede central do Instituto em 1944. Porém, importa termos em mente que os objetivos dos intelectuais dessa instituição tinham o sentido de contribuir com o seu capital simbólico, através de estudos, pesquisas e conferências, para as políticas do regime no contexto da inserção e atuação do Brasil conflito mundial. De acordo com Pedro Vergara, em entrevista para o jornal *A Manhã* de 25 de março de 1944, comentava sobre a fundação das novas seções do INCP, relacionando ao contexto internacional de conflito e o papel relevante que o Brasil desempenharia no pós-guerra. Vergara também expunha a necessidade de se conduzir a sociedade brasileira de forma objetiva, com “consciência histórica para o exercício das graves responsabilidades que nos esperam”, e com a exigência de “atitudes realistas, conduta objetiva e conhecimentos exatos”. Portanto, as novas seções contribuiriam com o regime nesse sentido, com o debate da realidade brasileira a partir de pesquisas sociológicas, com análises sobre a relação do Brasil com os Estados Unidos e com estudos sobre a história militar do país (AS REALIDADES..., 1944, p. 3).

Uma última seção do Instituto foi instalada no Amazonas, em 19 de abril de 1944, por iniciativa do sociólogo e escritor político Leopoldo Peres, que após entrar em contato com as ideias da instituição em sua sede no Rio e receber o aval do presidente do INCP, Pedro Vergara, as levou para “uma plêiade de intelectuais amazonenses”. A cerimônia se deu no salão nobre da Sociedade Amazonense de Professores, e a diretoria dessa seção ficou assim definida:

Quadro 10 – Seção ao Amazonas do Instituto Nacional de Ciência Política

| | |
|-----------------------------------|---|
| Presidente | Leopoldo Peres |
| 1º Vice-Presidente | Huáscar de Figueiredo |
| 2º Vice-Presidente | Nogueira da Mata |
| 3º Vice-Presidente | Manuel Barbuda |
| Secretário Geral | Mário Jorge |
| 1º Secretário | Joaquim Paulino Gomes |
| 2º Secretário | João Crisóstomo de Oliveira |
| Comissão de Estudos Nacionais | Moacir Paixão, Adérson Menezes, Agnelo Bittencourt Filho, Geraldo Pinheiro |
| Comissão de Divulgação e Pesquisa | Aldemir Miranda, João Martins da Silva, José Bernardino Lindoso, Áureo Melo |

Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados do texto Instalada, no Amazonas, a seção do Instituto Nacional de Ciência Política (1944, p. 101-102).

Com a fundação dessa seção no norte do país, Pedro Vergara completava o projeto intelectual exposto na carta enviada por ele ao presidente Getúlio Vargas em maio de 1940, como vimos no primeiro capítulo. Ou seja, Vergara atingia o seu objetivo organizar um “órgão sintonizador de opinião” ao fundar filiais do Instituto Nacional de Ciência Política nos diferentes estados brasileiros, e de estabelecer uma “rede capilar de opinião” e de “propaganda das ideias” do regime estado-novista e do presidente Vargas (VERGARA, 1940a). Os elementos disponíveis não nos permitem, entretanto, avaliar a efetividade e a repercussão dessas iniciativas.

4.2.2 A formação do Partido Social Renovador

Em 25 de março de 1945, os membros do Instituto Nacional de Ciência Política se reuniram em um jantar de confraternização na sede do Botafogo de Futebol e Regatas, para comemorar o quinto aniversário de fundação da instituição¹¹⁵. Em matéria publicada na revista

¹¹⁵ As celebrações dos aniversários do Instituto Nacional de Ciência Política eram eventos importantes para os sócios da instituição, que se reuniam em confraternização pelo transcurso da data. A celebração do primeiro aniversário do INCP, em 1941, foi realizada no Automóvel Club do Rio. O segundo aniversário da instituição foi comemorado no Fluminense Yacht Club. O terceiro e o quarto aniversários do INCP foram realizados no Salão do Botafogo de Futebol e Regatas. Todos os encontros foram marcados por discursos, “brinde de honra” ao presidente Getúlio Vargas, pela presença dos sócios do INCP, autoridades do governo, além da presença de um representante do presidente da República, evidenciando a função da entidade como espaço de sociabilidade e congregação das elites letradas em torno da publicização de seu apoio ao regime.

Ciência Política, foram apresentados detalhes sobre o evento, que acabou por se revelar em um encontro de apoiadores do presidente Getúlio Vargas. O evento foi marcado pelo lançamento das bases de fundação do Partido Social Renovador¹¹⁶ juntamente com a exposição do seu programa partidário, destinado a defender as ideias do presidente Vargas e apoiar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra nas próximas eleições presidenciais. Esse encontro representou mais uma etapa decisiva na trajetória do INCP, que assumiu a posição de instituição civil de caráter político (QUINTO..., 1945, p. 21). Na introdução do artigo que noticia a confraternização do Instituto podemos ler o seguinte,

Fundado em 25 de março de 1940, com um vasto programa cultural e, particularmente, com o objetivo de estudar e propagar o pensamento político do Presidente Getúlio Vargas, o Instituto Nacional de Ciência Política, através desses cinco anos de atividade, realizou 234 sessões, tendo falado, em cada sessão, três oradores, que estudaram os problemas nacionais, vinculados à ação e à idéias do chefe do Estado.

[...]

Êsse jantar, comemorativo de seu quinto aniversário de fundação, que se revestiu de grande brilhantismo, ao mesmo comparecendo elevado número de personalidades de destaque na política nacional, no mundo oficial e na sociedade em geral, o Instituto teve oportunidade de, mais uma vez, reafirmar, de modo incisivo e eloqüente, a sua integral solidariedade aos ideais políticas do Presidente Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que manifestou seu mais amplo apoio à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. (QUINTO..., 1945, p. 21).

Como vimos no primeiro capítulo, os estatutos do Instituto Nacional de Ciência Política definiam que o objetivo da entidade que estava sendo fundada no ano de 1940 era estudar os problemas nacionais e o pensamento dos estadistas de maior influência na vida política do Brasil. Além disso, os membros da instituição também afirmavam em entrevistas aos jornais da época que o seu propósito era proceder ao exame e à divulgação do pensamento do presidente Getúlio Vargas. Ao contrário dessas exposições iniciais, a matéria comemorativa ao aniversário do INCP publicada na *Ciência Política* é taxativa em afirmar que essa instituição tinha por princípio apoiar o presidente Getúlio Vargas e seu governo. Após cinco anos de existência, o INCP produziu um significativo capital simbólico, despontando dentro do campo intelectual brasileiro com a promoção do debate sobre a questão nacional e se vinculando estrategicamente ao apoio ao regime estado-novista.

A confraternização de aniversário do INCP contou com a presença do representante do presidente da República, Geraldo Mascarenhas da Silva, e com discursos pronunciados por diversos oradores que, segundo informações da *Ciência Política*, foram transmitidos pela Rádio

¹¹⁶ O sítio do Tribunal Superior Eleitoral possui registros das representações político-partidárias referentes ao período de 1945 a 1979, que foram organizadas pela instituição a partir da documentação histórica arquivada na Seção de Arquivo do TSE. O Tribunal não possui o registro de fundação do Partido Social Renovador, o que nos leva a acreditar que, apesar das investidas do INCP, a formalização do PSR não foi levada adiante pelos seus organizadores (REGISTROS..., 2021).

Guanabara e pela Rádio Nacional. Em 8 de março de 1940, o presidente Getúlio Vargas aprovou o Decreto-lei nº 2.073, que definia a incorporação da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e suas empresas afiliadas ao patrimônio da União. A encampação teve como justificativa a dívida da Companhia com o Estado, e o interesse econômico do governo pela manutenção e o desenvolvimento das atividades da empresa. O acervo das sociedades era composto pelo jornal *A Noite*, pela *Rio Editora* e pela *Rádio Nacional* (BRASIL, 1940a). O DIP controlava a Rádio Nacional, que se tornou a emissora de rádio de “maior potência” e “mais popular” do Brasil (JAMBEIRO, 2004, p. 108). O fato de o INCP ter sua cerimônia de quinto aniversário veiculada por uma das principais emissoras de rádio estatais da época é de suma importância para compreendermos a projeção alcançada pela agremiação ao longo de sua trajetória. Isso representa a aceitação e mesmo uma certa incorporação do INCP pelo aparato estatal.

Discursaram durante o encontro Fróes Monteiro, que realizou uma saudação ao Instituto em nome dos associados. O poeta regionalista Vargas Neto, sobrinho do presidente Vargas, que abordou o momento político e a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. O coronel Correia Lima falou em nome do ministro Viriato Vargas, que não pôde comparecer a confraternização. Também discursou o jornalista Carlos Gomes de Oliveira, apoiando o lançamento do novo partido e a candidatura de Eurico Dutra. O coronel Luís Carlos da Costa Neto foi quem levantou o “brinde de honra” ao presidente Vargas, e fez um retrospecto das realizações do presidente Vargas em seus anos de governo. Já Pedro Vergara realizou os agradecimentos a todos os presentes naquele encontro, em nome do INCP. Por fim, Mário Sombra exaltou a obra do presidente Vargas, prestou seu apoio à candidatura de Dutra e leu o programa do Partido Social Renovador.

O discurso do idealizador e fundador do INCP, Pedro Vergara, durante a cerimônia de aniversário da instituição em 25 de março de 1945, é um bom exemplo da tônica assumida pelo discurso dos partícipes desse encontro. O presidente do INCP defendeu que esta instituição era a mesma de cinco anos antes, na luta e na fidelidade ao pensamento de Getúlio Vargas. Vergara também realizou uma defesa da obra administrativa, social e política do presidente Getúlio Vargas desde 1930, contra aqueles a quem ele se referiu como “demagogos” e “agitadores de profissão, que exploram a eterna insatisfação das massas”. Segundo o orador, o Brasil antes de 1937 era um “país avassalado pela desordem civil, que os seus problemas fundamentais jaziam insolúveis”, e que teria sido Vargas a salvar o Brasil “da ruína, da anarquia e da desagregação”. Para Vergara, o INCP era como que “parte do povo” que não esquecia o “amigo”, “benfeitor” e o “guia” representado pelo presidente Vargas. Por fim, reforçou o apoio do INCP à

candidatura do general Dutra, definido como “soldado exemplar” e “modelo de cidadão”, como candidato que apresentava as virtudes para dar continuidade às ideias de Getúlio Vargas (VERGARA, 1945). O tom de defesa do regime e de Getúlio Vargas nesse discurso de Pedro Vergara retratava o contexto político vivido no país. De acordo com o historiador Edgard Carone (1976, p. 3017-318), a partir fevereiro de 1945, os órgãos de imprensa contrários ao governo começaram a se arriscar em um “combate aberto” contra a censura do DIP, ao publicarem críticas ao regime e o noticiário sobre futuras eleições no país. Periódicos cariocas como *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e *Diário de Notícias* iniciaram o movimento que ocasionou a “quebra da censura” e o “recoo definitivo do governo”, que perde um dos seus principais instrumentos de repressão.

Sobre o programado Partido Social Renovador (APÊNDICE E), devemos destacar que sua finalidade era a mesma declarada pelo INCP: defender e propagar o pensamento político de Getúlio Vargas. O programa propunha lutar pelos seguintes objetivos:

- I. – A construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora, para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos (v. Nova Política, vol. I, pág. 69);
- II. – A renovação iniciada em 1930 e reafirmada em 1937 não deve ser considerada como simples movimento político, nem fato exclusivamente circunscrito à vida brasileira. (v. Nova Política, vol. I, pág. 84).

Como podemos ver, os objetivos do Partido Social Renovador se vinculavam diretamente ao pensamento político de Getúlio Vargas, publicado em sua coletânea *A Nova Política*. Basicamente, os organizadores da nova agremiação partidária defendiam o regime iniciado em 1930 e a continuidade dos seus postulados e das suas políticas. De acordo com o jornal *A Manhã*, a arregimentação e fundação do Partido Social Renovador ocorreu em 1º de junho de 1945, na sede do INCP no Rio. Durante a reunião da comissão organizadora, também foi realizada a eleição do presidente e do restante do quadro executivo do PSR¹¹⁷.

Pedro Vergara foi o único representante da diretoria do Instituto que também se vinculou à direção do novo partido fundado. Já o restante dos membros da comissão executiva do PSR era composto de nomes não recorrentes nas atividades realizadas pelo INCP nos seus cinco anos de existência. O mesmo jornal também informou que a comissão do PSR recebeu do candidato Eurico Dutra uma carta datada de 23 de março de 1945. Nela, o general expressava

¹¹⁷ A diretoria do Partido Social Renovador era a seguinte: Pedro Vergara, presidente, Cláudio Borges, secretário geral. Comissão Executiva Central: Manoel Tavares Cavalcanti, Otávio Júlio dos Santos, Benedito Sales Guerra, major Caetano Saboia Figueiredo, Lauro Balduino, Teobaldo Schuch, capitão Aristareo Siqueira, Elisiario Alves Teixeira, Emetério Porteaux, Jansen Muller, Renato de Albuquerque, capitão João Damasceno da Silva Braga. (FOI FUNDADO..., 1945, p. 2).

seu agradecimento pelo apoio integral dos sócios do INCP à sua candidatura durante o jantar de aniversário da instituição.

Acabo de receber o seu telegrama convidando-me para tomar parte no jantar de confraternização que o Instituto Nacional de Ciência Política vai realizar para comemorar o 5º aniversário de sua fundação e reiterar a sua posição política, amplamente conhecida através de uma longa e vibrante atividade cultural.

Lamentando não poder estar presente à significativa reunião do Instituto Nacional de Ciência Política vai, pois que estarei ausente do Rio no próximo domingo, quero desde já expressar o meu agradecimento pela afirmação de solidariedade que será tributada à minha candidatura, partindo de uma instituição tão ilustre e de tão larga influência no campo da inteligência brasileira. (PARTIDO..., 1945, p. 6).

Já em 12 de junho de 1945, *A Manhã* divulgava o telegrama enviado por Eurico Dutra a Pedro Vergara, presidente do PSR, felicitando o intelectual pela fundação do partido.

Tenho a maior satisfação de acusar a mensagem de fundação do partido Social Renovador e confesso meu grande regozijo cívico por ter sido meu nome aclamado para a sucessão presidencial no seio dessa organização, cujos ideais políticos correspondem ao ideal da grandeza cada vez maior do Brasil. (PARTIDO..., 1945, p. 10).

As palavras do general Eurico Dutra chamam atenção por destacarem que as ações do Instituto Nacional de Ciência Política com a fundação do PSR e em apoio a sua candidatura, reafirmavam a “posição política” e os “ideais políticos” dos sócios da entidade. Durante o período mais rígido da ditadura, o Instituto atuou dentro dos estritos limites da sua proposta de ação na sociedade brasileira, agindo num primeiro momento como uma instituição civil de caráter cultural e intelectual que se autodefinia como uma “escola de patriotismo”, para num segundo momento atuar como uma instituição de propaganda política e militar. Porém, com a crise política e a flexibilização do governo estado-novista, em direção à abertura democrática, o INCP assumiu uma mudança de posição guiada pelos valores do regime, passando a defender sua posição já “amplamente conhecida” naquela sociedade e admitindo uma postura de organização política atuante e aparentemente disposta a perseguir os mesmos ideais após o fim do regime. Essa dimensão política do Instituto era algo presente ao longo de toda a sua trajetória desde 1940, porém limitada pela impossibilidade de organização política dos primeiros anos da ditadura. A abertura do regime possibilita ao INCP explorar essa dimensão com o PSR.

Edgard Carone (1976, p. 179) nos ajuda a compreender que o cenário político de 1945 se caracterizou pela polarização dos partidos políticos em torno de dois candidatos. Os opositores do Estado Novo tomaram a dianteira na campanha política, lançando como candidato à presidência de República, o brigadeiro Eduardo Gomes, com a fundação da União Democrática Nacional (UDN), em 7 de abril. Por outro lado, o Instituto Nacional de Ciência Política se insere de vez nas disputas do campo político em 1º de junho, com o lançamento do

Partido Social Renovador em apoio ao general Eurico Gaspar Dutra. Apesar desse movimento no sentido da fundação do PSR, que antecipava o apoio coletivo da instituição ao general Dutra, a formalização dessa agremiação partidária não foi levada adiante, pois suas pretensas atividades deixam de ser registradas tanto na revista *Ciência Política* quanto na imprensa carioca ainda em junho de 1945. A fundação do Partido Social Democrático (PSD), em 17 de julho de 1945, por aliados de Getúlio Vargas, e tendo como candidato oficial Eurico Gaspar Dutra, pode ser considerada o motivo que justificaria o INCP não ter levado adiante sua campanha para a fundação do PSR.

Assim, com a organização do PSD, os membros do Instituto podem ter optado por aderir ao partido diretamente ligado à orientação regime e centralizar o seu apoio em uma única legenda partidária. A partir das análises de Carone (1976, p. 184) sobre o contexto político das eleições de 1945, compreendemos que essa dinâmica não foi exclusividade do PSR, pois naquele ano “os partidos surgem e persistem, ou surgem e, logo depois, desaparecem.” Além disso, o “fenômeno novo e básico” caracterizado pela cristalização de vários partidos em torno das duas novas agremiações políticas, a UDN e o PSD, ocasiona a polarização política no país. No resultado da disputa eleitoral de 1945, identificamos que dois membros fundadores do Instituto foram eleitos pelo PSD. O idealizador do INCP, Pedro Vergara, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, e Atílio Vivaqua, que se elegeu senador pela bancada do Espírito Santo (BRAGA, 1998).

Apesar das mudanças no contexto político, a seção de *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política*, publicada nos exemplares de janeiro a junho de 1945 da revista *Ciência Política*, demonstra que as reuniões da entidade na Associação Brasileira de Imprensa continuaram ocorrendo normalmente. As sessões abordavam, principalmente, temas relacionados às realizações do governo de Getúlio Vargas nos últimos dez anos de governo, além de defender o general Eurico Gaspar Dutra como o candidato mais bem capacitado para a presidência do Brasil.

Como não tivemos acesso ao boletim mensal de divulgação das atividades do Instituto a partir do mês de julho, buscamos mapear a trajetória da instituição em seus últimos meses através de outras fontes. Em nossa pesquisa, a análise dos convites para as sessões semanais do Instituto Nacional de Ciência Política publicados na imprensa periódica da época revelou que as reuniões da entidade continuaram ocorrendo até o final do ano de 1945, mas sem a frequência dos anos anteriores. Entre os meses de julho a novembro de 1945, ocorreram apenas quatorze

sessões do Instituto, ou seja, as reuniões da entidade se tornaram menos frequentes¹¹⁸, se comparadas ao mesmo período do ano anterior, em que foram realizadas vinte e duas sessões. De acordo com o jornal *A Manhã*, a última sessão de conferências do INCP na ABI ocorreu em 24 de novembro de 1945. A reunião foi presidida por Benedito Sales Guerra, e contou com apenas duas conferências, de Fernando Pinto Peixoto e do professor Gildo Lopes, que abordaram temas relacionados a questões jurídico-educacionais. A notícia informava ainda a ausência de Pedro Vergara na sessão, pois o presidente do INCP se encontrava no Rio Grande do Sul para tratar de questões sobre a sua candidatura a deputado pelo Partido Social Democrático (INSTITUTO..., 1945, p. 2).

Antes de encerrarmos, vamos apresentar a seguir dois exemplos que nos ajudaram a compreender a imagem do Instituto Nacional de Ciência Política durante a sua trajetória e após o encerramento das suas atividades, por agentes internos e externos ao seu círculo de sociabilidade. Também devemos considerar que o Instituto era uma entidade civil apoiadora da ditadura do Estado Novo, que controlava e censurava os meios de comunicação. Logo, não

¹¹⁸ Em 07/07/1945: Conferências de Tancredo Morais – “Brasil de Getúlio Vargas”, Abeylard Pereira Gomes – “Getúlio Vargas o homem e o estadista”, Washington Luiz de Campos – falou sobre a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. 14/07/1945: Conferências de Rivadavia Leal e Leopoldo Peres da Silva. 21/07/1945: Presidente da mesa Pedro Vergara e Conferências de Júlio Barata – “O que é o Departamento Nacional de Informações” e Petrarca Maranhão – “Impressões de uma viagem às República do Prata. 28/07/1945: Presidente da mesa Pedro Vergara e conferências de Padre Ponciano dos Santos Stezel – “A realidade brasileira em face da situação mundial”, Leopoldo P. da Silva – “A candidatura de Dutra e a missão colonizadora do Exército” e Antônio Carlos Machado – “A sociologia moderna em face da política”. 04/08/1945: Conferências de A. Pires da Silva – “Getúlio Vargas-Dutra”, João Raja Gabaglia – “A democracia de Getúlio Vargas” e Ader Araújo de Medeiros – “Exaltação do Brasil”. 18/08/1945: Presidente da mesa Pedro Vergara e conferências de Abeylard Pereira Gomes – “O espírito de tolerância de Getúlio Vargas” Malba Tahan – “As teorias do dr. Péricles ou o problema educacional no Brasil” e Américo Ribeiro de Araújo – “Considerações sobre a democracia”. 25/08/1945: Conferências de Haroldo Daltro – “O governo do presidente Vargas e a candidatura do general Dutra à presidência da república”, Coronel Waldemar Pereira Costa e Lauro Schuch: comentaram temas do momento. 01/09/1945: Conferências de José Ferreira Landim – “A literatura de após-guerra”, Leopoldo P. da Silva – “Porque não temos carne e leite no Distrito Federal” e Nilza Perez: realizou uma exaltação patriótica. 22/09/1945: Presidente da mesa: Pedro vergara e conferências de José Afonso Mendonça – “Getúlio Vargas, político, sociólogo”, Eurídice de Sales Pereira – “Roteiro de uma viagem ao Sul e ao Prata” e A. Cotrim Neto – “Democracia e comunismo”. 22/10/1945: Presidente da mesa Pedro Vergara e conferências de Padre Ponciano Stenzel dos Santos – “Tríplice planificação dos conhecimentos humanos” e Pedro Lafaiete – “O que eu penso do comunismo”. 13/10/1945 – Presidente da mesa Pedro Vergara e conferências de Padre Ponciano Stenzel dos Santos – “As linhas gerais da estética”, Geraldo Cantalice – “Idealismo e pátria” e Leopoldo P. da Silva – “O panamericanismo e a sua significação nos destinos do Brasil”. 27/10/1945: Presidente da mesa Sales Guerra e conferências de Sandra Cavalcanti – “A poesia de Tasso da Silveira”, Jader de Medeiros – “Civismo e nacionalidade”, Melo e Souza – “Moeda e Câmbio” e Leopoldo P. da Silva: homenagem ao líder católico de Pernambuco, Guilherme Auller, que se achava presente na sessão. 10/11/1945: Conferências de Padre Ponciano Stenzel dos Santos e Pedro Lafayette que comentaram temas do momento. 24/11/1945: Presidente da mesa Sales Guerra e conferências de Fernando Pinto Peixoto e Gildo Lopes que conferenciaram sobre temas jurídico-educacionais.

encontramos na imprensa periódica a publicação de opiniões diretamente contrárias às atividades do INCP durante esse período.

Uma carta de 22 de maio de 1943 assinada pelo coronel Ary Maurell Lobo¹¹⁹ e dirigida a Viriato Vargas, irmão do presidente Vargas, apresentava um relatório sobre os fatos que se desenrolavam no cenário nacional a pedido do próprio Viriato, no sentido de um melhor encaminhamento de sua propaganda do governo e para resguardar a segurança do “regime getuliano”. Nos chamou atenção o último item apresentado pelo autor da correspondência, que não apresenta um relato a respeito de alguma situação preocupante para a política brasileira, mas antes faz uma sugestão ao seu correspondente.

8º) Uma ideia política, por melhor que seja, não pode irradiar pelo país todo, tendo apenas uma tribuna. Sobretudo, quando essa tribuna é a do Instituto do Dr. Pedro Vergara.

a) As assembléias do Instituto são reduzidíssimas; há dias em que o número de ouvintes não chega a trinta; e depois são por assim dizer quase sempre as mesmas pessoas. Pondo de lado os amigos que temos feito aparecer por lá, inclusive os moradores do morro de Corujá¹²⁰, menos de 100 pessoas, através de Instituto, tomaram conhecimento das vossas e das minhas conferências. (VARGAS, 1943).

O argumento de Ary Lobo chama atenção por contrariar os apontamentos realizados pelos editores da *Ciência Política* na seção de *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política*. Ao longo dos anos de publicação da revista, seus organizadores afirmavam que as plateias das sessões na ABI se constituíam por um público amplo, conforme analisamos no primeiro capítulo. Entretanto, o correspondente acima citado sugere a Viriato Vargas que eles ocupem as tribunas de outras instituições como as dos sindicatos, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a do Clube Militar para expor os seus discursos de defesa do regime estado-novista, provavelmente por estas angariarem um público muito maior que as sessões organizadas pelo INCP. Apesar de não conhecermos uma possível resposta de Viriato Vargas, ainda assim essa correspondência é o registro particular de agentes que atuaram como conferencistas nas sessões do Instituto, e traduz de forma bastante objetiva a experiência de terem participado das atividades dessa entidade.

Foram encontrados raros comentários sobre o Instituto Nacional de Ciência Política publicados na imprensa no período posterior a 1945. Um dos mais relevantes é datado de abril

¹¹⁹ O autor da correspondência marcou presença como conferencista nas sessões organizadas pelo INCP nas seguintes ocasiões: em 07 de novembro de 1942, com o tema “O governo do presidente Getúlio Vargas”; em 24 de abril de 1943, com “A democracia e a ditadura republicana”; em 1º de maio de 1943, com “A política trabalhista do presidente Getúlio Vargas”; em 5 de junho de 1943, com “A evolução do presidencialismo nos Estados Unidos”; em 3 de julho de 1943, com “Atitudes políticas, em face do regime getuliano” e em 17 de julho de 1943, para falar sobre o reajustar o programa político de interpretação da constituição de 1937.

¹²⁰ Ary Lobo refere-se ao Morro do Corujá, localizado no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

de 1946, tratando-se de um artigo publicado na sessão *Block Notes* da revista *A Careta* assinado pelo pseudônimo “Peter Pan”.

Eu não sei se vocês ainda se lembram – o brasileiro trem fraca memória... – daquele famigerado Centro de Ciência Política, que o Paulo Filho fundou para elogiar o sr. Getúlio Vargas e o Estado Novo. Era um clube muito divertido e funcionava na Sala do Conselho da ABI, onde reboava semanalmente a eloquência gaúcha do sr. Pedro Vergara e a voz macia e languida do sr. Paulo Filho. Além dos dois ilustres paredos do “queremismo”, costumava cantar em prosa e verso as belezas do Estado Novo e os milagres do dr. Getúlio o jovem paredro do Instituto do Sal dr. Dioclecio Duarte, que, de tão comovido, cerrava as pálpebras, quando falava do Ditador. Espetáculo comovente, as tertúlias cívico-queremistas daquele clube de saudosa memória! (PETER, 1946, p. 17).

Aqui vemos que o autor de *A Careta* se referiu ironicamente ao Instituto como aquele “divertido clube” de “tertúlias cívico-queremistas”. A publicação usa as sessões semanais realizadas pelo Instituto na Associação Brasileira de Imprensa como exemplo para criticar a atuação na Assembleia Nacional Constituinte de alguns deputados “queremistas”, que fariam do ambiente da Assembleia algo muito próximo ao que era realizado pelo INCP, por conta dos seus discursos em defesa das realizações de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo. Como podemos perceber, alguns membros do Instituto Nacional de Ciência Política passaram a ser identificados como quemistas pelos opositores do regime, por sua vinculação com a doutrina estado-novista.

A análise da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política expõe o engajamento dos intelectuais inseridos nesse espaço de sociabilidade com os postulados da agremiação. O projeto intelectual do INCP e a sua agenda de atividades não passaram despercebidos para o campo intelectual brasileiro no período compreendido entre 1940 a 1945. Apesar disso, a análise das fontes periódicas referentes a períodos posteriores revela a ausência completa de menções à instituição. Essa tônica se repete na produção escrita individual dos seus sócios mais ativos, como é o caso do seu idealizador e fundador Pedro Vergara. Como foi visto no primeiro capítulo, os três volumes da autobiografia de Vergara não abarcam aspectos da vida pessoal e da carreira pública do autor durante os anos de vigência do Estado Novo. Além disso, não há menção ao Instituto Nacional de Ciência Política na sua autobiografia. Esse fato se torna ainda mais curioso após a análise da trajetória dessa agremiação, em que constatamos que Pedro Vergara era um dos membros mais engajados nas atividades do INCP e na defesa de Getúlio Vargas. Na historiografia, notamos a ausência de estudos a respeito do INCP, da revista *Ciência Política* e das diversas atividades que a entidade promoveu em cinco anos de existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia tem se dedicado ao estudo da relação entre a intelectualidade brasileira e o Estado Novo de Getúlio Vargas, no sentido de compreender a participação dessa elite no projeto cultural e ideológico do regime. No âmbito das pesquisas acadêmicas, proliferam análises sobre o período, que abordam a atuação dos letrados em diferentes espaços de sociabilidade ligados à oficialidade do governo. A modernização da máquina pública administrativa, com a criação e a reconfiguração de órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Ministério da Educação, possibilitou a formação de nichos onde esses agentes puderam atuar diretamente na montagem e no desenvolvimento do projeto ideológico do regime e na execução da sua propaganda política.

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a história do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), instituição civil idealizada por Pedro Vergara e fundada em 25 de março de 1940, no Rio de Janeiro. O Instituto foi um fenômeno bastante singular que atravessou a primeira metade da década de 1940, e que, com o final do regime, passou por um processo de esquecimento, tanto por parte de seus contemporâneos quanto pela historiografia. Até o momento, a ênfase das pesquisas em História não abrange o caso do INCP pois, como pudemos analisar ao longo dessa pesquisa, essa instituição desenvolveu uma trajetória peculiar, ocupando um espaço intermediário entre a sociedade e o Estado.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram examinados os estatutos do Instituto, as revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*, correspondências pessoais e a imprensa jornalística das décadas de 1930 e 1940. Esse *corpus* nos auxiliou a interpretar o INCP como objeto de pesquisa e empreender a análise do período que abrange sua fundação, em 25 de março de 1940, até a última atividade realizada pela agremiação, em 24 de novembro de 1945. Assim, optamos por dividir em três fases a trajetória do Instituto no campo intelectual brasileiro, o que nos possibilitou compreender as particularidades que envolveram a sua existência.

No primeiro capítulo, analisamos a fase inicial da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política, partindo da compreensão de que o Instituto Brasileiro de Cultura se configurou como o seu berço intelectual de formação. Em seguida, analisamos a fundação do INCP, o início das suas atividades culturais e a publicação dos três exemplares da revista *Visão Brasileira* dedicados ao acompanhamento de seus eventos institucionais e à difusão de seu ideário. No segundo capítulo, abordamos a etapa seguinte da trajetória do Instituto, que incluiu análises sobre o seu projeto intelectual, a publicação da sua revista institucional, a *Ciência Política*, e a expansão das atividades culturais da agremiação. O último capítulo examinou a

fase final do Instituto, desde a organização da propaganda político-militar até a formação do “Partido Social Renovador”. A interpretação das fontes e a decisão de analisar a trajetória do Instituto a partir da identificação dessas fases nos auxiliou a compreender os seus objetivos e as transformações da agremiação ao longo do tempo.

Compreendemos como projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política as propostas e os objetivos da instituição definidos em seus estatutos, nas revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*, e na carta de Pedro Vergara ao presidente Getúlio Vargas. Também faziam parte do projeto do Instituto as atividades culturais, intelectuais, pedagógicas e políticas efetivamente realizadas pelos seus associados. Em nossa interpretação, o Instituto se organizou através de um projeto intelectual coletivo definido por um conjunto de ideias e de ações que se caracterizava pelos aspectos cultural, pedagógico e político-ideológico. Mesmo considerando a existência de certa autonomia para a atuação da intelectualidade brasileira durante do Estado Novo, devemos ter em mente que o programa do Instituto funcionava como um projeto satélite nesse contexto, pois a organização de uma instituição civil só poderia ocorrer se os seus objetivos não entrassem em choque com o programa cultural e ideológico do regime. Em outras palavras, o projeto intelectual coletivo do INCP estava atrelado às diretrizes do governo. Isso significa que, na prática, não existiam iniciativas intelectuais próprias, e no máximo os membros da entidade difundiam e esclareciam as linhas programáticas, ideológicas e políticas do Estado Novo, assim como suas iniciativas, como a promulgação do novo Código Penal, em 1940.

Na fase inicial de estruturação, os estatutos do Instituto previam que ele pretendia ser uma instituição cultural destinada ao estudo dos problemas nacionais e do pensamento político dos principais estadistas brasileiros. Após a fundação do INCP, as notícias veiculadas pela imprensa e as publicações na *Visão Brasileira* acrescentavam ao objetivo inicial da nova agremiação, a pretensão de reunir as elites intelectuais para proceder ao exame construtivo e à divulgação do pensamento do presidente Getúlio Vargas. Já na fase de consolidação do Instituto no campo intelectual, foram estabelecidas as suas diretrizes nacionais de atuação na sociedade brasileira e a publicação da sua revista de divulgação definitiva, a *Ciência Política*. No ambiente definido pelos intelectuais do INCP como uma “escola de patriotismo”, identificou-se uma atmosfera – ou microclima – que se relacionava ao espaço político em que se inseriam, permeado por valores como nacionalismo, autoritarismo e centralização do poder. Essas duas primeiras etapas da trajetória do Instituto se caracterizaram pelos aspectos cultural e pedagógico, que se refletiram principalmente nas sessões realizadas na Associação Brasileira de Imprensa, na fundação de seções regionais e de representação, e na promoção do curso sobre

o Código Penal brasileiro de 1940. Em sua última fase, as atividades do Instituto evidenciaram o caráter político-ideológico das suas ações. A propaganda política e militar para o Estado Novo e a exaltação do presidente Getúlio Vargas se tornaram ainda mais evidentes com as iniciativas promovidas pelo INCP, entre elas, a manifestação cívico-religiosa ocorrida em São Paulo, a manifestação de apoio dos intelectuais às forças armadas brasileiras e a organização do Partido Social Renovador.

A propaganda para o Estado Novo foi uma tônica que percorreu toda a trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política. As atividades da instituição se pautaram pela interpretação de questões em torno da nação brasileira, da figura Getúlio Vargas e da doutrina do regime. Nas duas primeiras fases, a mensagem propagandística produzida pelo Instituto voltava-se para as elites letradas, e tinha como espaço de encontro para debate as sessões semanais da entidade na ABI, e como principal veículo de difusão a *Ciência Política*. Já na última etapa da sua trajetória, o INCP buscou atrair um público bem mais amplo, e suas iniciativas davam uma ênfase maior à propaganda política do regime e das forças armadas entre a população urbana, através da realização de manifestações públicas, com a promoção de missas campais e desfiles cívicos.

Antes de encerrar este trabalho, é interessante refletirmos sobre a relação singular que se estabeleceu entre o Instituto Nacional de Ciência Política e o Estado Novo, ou seja, sobre o que explica a forma como essa instituição se organizou e atuou na sociedade, colocando-se tão fortemente ao lado do regime autoritário. Esse questionamento se fundamenta pela dificuldade encontrada para enquadrar o Instituto na historiografia sobre o período pois, embora o discurso produzido pelo INCP se aparelhasse ao discurso oficial do regime, a instituição ainda assim mantinha seu caráter civil.

Como pudemos ver ao longo dessa pesquisa, a intenção declarada do Instituto era organizar uma agremiação cultural de estudos sobre o pensamento político brasileiro. Essas ideias iniciais foram aos poucos se expandindo, e na prática a atuação efetiva do Instituto se deu no sentido de apoiar e contribuir para a manutenção do Estado Novo. Mesmo que Pedro Vergara tenha idealizado o INCP, o projeto intelectual da agremiação foi produzido em coletivo, por agentes que referendavam as diretrizes do governo. Nos seus cinco anos de existência, o Instituto sempre apoiou o ideário centralizador e autoritário do regime, não só assimilado por meio de sua retórica, mas fundamentado pela produção intelectual de pensadores como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Almir de Andrade, que em algum momento cruzaram a trajetória do INCP ou foram objeto de interesse da agremiação. Ou seja, de qualquer maneira existia uma convicção a respeito do regime, e a prova disso é que mesmo com a perspectiva da

democratização em 1945, muitos membros da instituição continuam afinados com os ideais do Estado Novo.

Uma possibilidade de interpretação da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política e de sua relação com o Estado Novo, é a questão da visibilidade. Esse espaço de sociabilidade possibilitava aos seus sócios desenvolver laços sociais e ampliar os seus círculos de convívio. Nesse sentido, o Instituto pode ser analisado como um espaço onde se criavam conexões e como uma vitrine de visibilidade para os intelectuais associados aos seus quadros. A associação com o Instituto possibilitava aos agentes que passavam pelas suas tribunas tornarem-se parte de um círculo de convívio que lhes permitia colocar-se publicamente como apoiadores do Estado. Essa visibilidade pode ser interpretada como uma estratégia, em um contexto em que se abriam oportunidades de colocação junto ao Estado, ou mesmo uma possibilidade para esses letrados se mostrarem disponíveis e afinados com a ideologia do regime. Isso porque, ao passo que o Estado Novo desenvolvia seu projeto político e cultural, ele abria oportunidades de ocupação de posições em sua estrutura administrativa e nos aparatos educativos e culturais instituídos por iniciativa estatal, tais como o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Histórico e Artístico Nacional e a Universidade do Brasil. Já a revista *Ciência Política* funcionava como um instrumento de difusão das atividades e da produção intelectual dos agentes ligados ao INCP, paralelamente ao veículo oficial do regime, a revista *Cultura Política*.

De acordo com Norberto Bobbio (1998, p. 954), na época moderna o conceito de “política” é usado para indicar “[...] a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado.” De acordo com esse autor, a *pólis* pode ser entendida como “objeto”, ou seja, “[...] quando são referidas à esfera da Política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc.” A partir dessa conceitualização, propomos que, ao longo de sua trajetória o Instituto Nacional de Ciência Política atuou como uma organização política. Mesmo sendo uma instituição civil que estava fora dos limites da estrutura do regime autoritário, o Instituto buscou agir como interlocutor e partícipe da sociedade junto ao Estado. O INCP tinha objetivos políticos ao se aproximar do poder estatal e realizar a ação de defesa e de manutenção do regime. Logo, o intento de seus fundadores, ao organizar esse espaço de sociabilidade, era o de criar a oportunidade de se tornar ativos na comunidade intelectual, e sobretudo visíveis como adeptos e entusiastas do regime.

Assim, o aspecto cultural da atuação da entidade se limitava à difusão dos discursos que caracterizavam suas sessões. Na prática, os membros do Instituto atuavam politicamente através das estruturas dessa entidade, tanto que na execução das suas atividades e em seu projeto de

disseminação pelo território nacional a independência de pensamento era nula. Ao longo dos cinco anos de existência, as fontes demonstram que em nenhum momento os sócios do Instituto discordaram, colocaram em debate ou apresentaram novas questões sobre o regime. Inclusive, essa diretriz estava prevista nos estatutos do INCP, que determinavam que somente seriam admitidos como sócios aqueles que não estivessem vinculados a correntes contrárias à ideologia do regime (ESTATUTOS, 1940, p. 6).

Portanto, essa pesquisa demonstrou que o Instituto Nacional de Ciência Política foi uma entidade civil bastante ativa no campo intelectual brasileiro no período de 1940 a 1945. Ao longo da sua trajetória, o Instituto assumiu um aspecto multifacetado, como um órgão de caráter pedagógico, cultural, político e ideológico. Em outros momentos, a agremiação agiu mais como um órgão interpretativo da doutrina do regime e, portanto, como um agente de sua difusão. Principalmente, o INCP atuou como um órgão político de propaganda. Acreditamos que a análise da trajetória do Instituto possibilitou compreender as singularidades que perpassaram esse fenômeno, de sua existência institucional como um espaço de sociabilidade que buscava reunir intelectuais apoiadores do projeto político-ideológico do Estado Novo de Getúlio Vargas.

FONTES

AS COMEMORAÇÕES DO 5º aniversário do Estado Nacional em São Paulo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 11 nov. 1942.

A GRANDE PARADA..., *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, p. 26, 12 set. 1942.

A INSTALAÇÃO SOLENE do Instituto Brasileiro de Cultura. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 05 nov. 1938.

A LEI ORGÂNICA do ensino secundário. *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 38, 1942.

A PERSONALIDADE E o pensamento do sr. Getúlio Vargas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 9 jun. 1942.

A REALIZAÇÃO DO I Congresso Brasileiro de Cultura. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 maio 1939.

A SEÇÃO DO Instituto Nacional de Ciência Política em Niterói. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 63-64, fev. 1941.

AS RELIDADES BRASILEIRAS à luz da sociologia. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 mar. 1944

ABREU, Jorge. [Carta] 15 fev. 1941a, Niterói [para] VIANNA, Oliveira. Rio de Niterói. 1f. Convocação para Assembléia Geral para aprovação do futuro presidente do Instituto, devido ao afastamento de Oliveira Vianna do cargo. Disponível em: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=2&busca=instituto%20nacional%20de%20ciencia%20politica&operador=and&museu=3&num_interno=4&flag=1>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ABREU, Jorge. [Carta] 22 fev. 1941b, Niterói [para] VIANNA, Oliveira. Rio de Niterói. 1f. Carta justificando protestos pela recusa de Oliveira Vianna ao cargo de presidente do Instituto Nacional de Ciência Política. Disponível em: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=3&busca=instituto%20nacional%20de%20ciencia%20politica&operador=and&museu=3&num_interno=5&flag=1>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ALBUQUERQUE, J. J. Pires de Carvalho e. Instituto Nacional de Ciência Política de Niterói. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 139-141, mar. 1941.

AMPLIADAS AS ATIVIDADES do Instituto Nacional de Ciência Política. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 93-94, mar. 1944.

ANUÁRIO DA IMPRENSA Brasileira. Brasil: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

ATIVIDADES DO INSTITUTO Nacional de Ciência Política: fundação das seções do Estado do Rio Grande do Sul. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 10-11, jan. 1941.

ATIVIDADES DO INSTITUTO Nacional de Ciência Política. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17, ago. 1942.

BRASIL, *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL, *Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930a*. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL, *Decreto nº 19.444, de 1º de dezembro de 1930b*. Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19444-1-dezembro-1930-506386-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL, *Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934*. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24776.htm> Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL, *Decreto nº 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 654, de 1 de setembro de 1938*. Cria o Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-654-1-setembro-1938-358384-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939a*. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=19204&>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939b*. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939c*. Aprova as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL, *Decreto-lei nº 2.073, de 8 de março de 1940a*. Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2073-8-marco-1940-412107-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 2.557, de 04 de setembro de 1940b*. Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados.. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2557-4-setembro-1940-412488-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL, *Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940c*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9 de 28 de fevereiro de 1945a*. Altera a constituição federal de 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lct/lct009.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945b*. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm> . Acesso em: 10 fev. 2020.

CALDAS, Manuel de Azambuja. Preparação psicológica para a vitória e para a paz futura das nações do mundo. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p. 74-81, jun. 1944.

CIÊNCIA POLÍTICA. Aviso aos sócios. *Ciência Política*, Rio de Janeiro. v. 8, n. 2, p. 2, fev. 1944.

CÓDIGO PENAL. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal, v. 6, n. 24, p. 37-456, out./dez. 1969.

COLÉGIO ICARAÍ. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 out. 1941.

CONFERÊNCIA DE UM universitário na “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, 21 nov. 1941.

CONHECENDO AS REALIZAÇÕES do governo em prol da nossa defesa. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 64-65, dez. 1941.

CREADA A SECÇÃO de Nictheroy. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 jan. 1941.

CULTURA E CIVISMO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 dez. 1940.

CURSO DO CÓDIGO Penal. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 7, 23 mar. 1941a.

CURSO DO CÓDIGO Penal. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 abr. 1941b.

CURSO DO CÓDIGO Penal. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 7, 18 abr. 1941c.

CURSO DO CÓDIGO Penal. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 13-14, ago. 1941d.

CURSO DO CÓDIGO Penal. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 68-69, out. 1941e.

DECRETOS DO PRESIDENTE da República. *Correio da Manhã*, p. 3, 28 abr. 1940.

DEMONSTRAÇÃO CIVICO-RELIGIOSA pelo restabelecimento do Presidente Vargas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 8, 28 ago. 1942.

DIAS NOVOS PARA a juventude. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 147, mar. 1941.

DIVULGAR O PENSAMENTO político dos estadistas brasileiros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 11 ago. 1942.

EMPOLGANTE ESPETÁCULO CÍVIL-religioso. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 05 set. 1942.

ESTATUTOS. *Instituto Nacional de Ciência Política*. SIAN, 1940. Documento consultado mediante cadastro no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1526073&v_aba=1>. Acesso em: 18 fev. 2021.

EXCURSÃO PEDAGÓGICA DO Colégio Icaraí. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 01 nov. 1940.

FILHO, Mauricéa. Estado Novo - Inspirador de cultura. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 65-67, jan. 1941.

FOI FUNDADO ONTEM o Partido Social Renovador. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 2 jun. 1945.

GRANDE DEMONSTRAÇÃO DE civismo em S. Paulo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 30 jul. 1942.

GRANDE, Humberto. Diretrizes nacionais. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-12, nov. 1940a.

GRANDE, Humberto. Escola de patriotismo. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-7, dez. 1940b.

GRANDE, Humberto. Revolução e reconstrução. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 13-14, mar. 1941a.

GRANDE, Humberto. Pedagogia do Estado Novo. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 3-4, abr. 1941b.

HOMENAGEM A M. PAULO Filho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 14 jul. 1940.

HOMENAGEM AO DR. Abner Mourão. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 jul. 1942.

HOMENAGENS. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 11 jun. 1940.

IDÉIA E AÇÃO. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 3-5, mar. 1941.

INTERIOR. *Jornal do Comércio*, p. 2, 16 jan. 1938.

INSTALADA ONTEM A delegação de S. Paulo do Instituto Nacional de Ciencia Politica. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 11 nov. 1942.

INSTALADA, NO AMAZONAS, a secção do Instituto Nacional de Ciência Política. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 101-102, abr. 1944.

INSTALADO SOLENNEMENTE O 1º Congresso Cultural Brasileiro. *Diário Carioca*, p. 3, 26 maio 1940.

INSTALLA-SE, HOJE, SOLENNEMENTE o Instituto Brasileiro de Cultura. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 05 nov. 1938.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 11 out. 1938a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 out. 1938b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 25 out. 1938c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 02 nov. 1938c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 nov. 1938d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 06 nov. 1938e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 02 nov. 1938c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 09 nov. 1938f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 02 nov. 1938c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 11 fev. 1939a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE Cultura. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 jun. 1939b.

INSTITUIÇÕES CULTURAES, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 nov. 1938.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 48-50, ago. 1940a.

INSTITUTO NACIONAL DE Sciencia Politica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 7, 03 abr. 1940b.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 09 jul. 1940c.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 14 jul. 1940d.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 10, 24 jul. 1940e.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, 26 jul. 1940f.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 jul. 1940g.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 11 jul. 1940h.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 09 ago. 1940i.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 ago. 1940j.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 28 nov. 1940k.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-8, out. 1940l.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 dez. 1940m.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciencia Política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 dez. 1940n.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. Secção de Niterói. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 69, jan. 1941a.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. Secção de Niterói. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 145-147, mar. 1941b.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 4 out. 1941c.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 10, 13 dez. 1941d.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. Secção de Niterói. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 69-70, jan. 1942a.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política de São Paulo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 3 jun. 1942b.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 9 jun. 1942c.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 abr. 1943.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 13, 23 abr. 1944.

INSTITUTO NACIONAL DE Ciência Política. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 nov. 1945.

MACHADO, Alcântara. Projeto do Código Criminal Brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 193-494, 1938. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/65859>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MACHADO, Alcântara. *Para a História da Reforma Penal Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos. 1941.

MANIFESTAÇÃO DE APOIO dos intelectuais às forças armadas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro. vl. 5, n. 2, p. 55-59, set. 1942.

MEMBROS DO INSTITUTO Nacional de Ciencia Politica na Ilha das Cobras. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, 1941, p. 7.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 21 maio 1940.

NO INSTITUTO NACIONAL de Ciência Política. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 ago. 1940.

NOTAS E INFORMAÇÕES. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 7 nov. 1942a.

NOTAS E INFORMAÇÕES. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 17 maio 1942b.

NO PALÁCIO DO Catete. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 jun. 1941.

NOVA DIRETORIA DO Instituto Nacional de Ciência Política. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 02 abr. 1943.

NOVO CÓDIGO PENAL. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 64-65, fev. 1941.

O ACIDENTE COM o carro em que viajava o presidente Vargas. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 maio 1942.

O CÓDIGO PENAL e suas tendências. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 92, abr. 1944.

O ESTADO DE São Paulo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 11, 5 jul. 1942.

O INSTITUTO NACIONAL de Ciência Política. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 64, jun. 1942.

O PRIMEIRO CONGRESSO Cultural Brasileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 maio 1940.

OS ESTADISTAS BRASILEIROS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 04 abr. 1940.

OS HOMENS DE letras homenageiam o ministro da Guerra. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 set. 1942.

OS MEMBROS DO Instituto Nacional de Ciência Política em visita ao Ministério da Guerra. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 16 jan. 1941.

OS MEMBROS DO Instituto Nacional de Ciência Política em visita ao Ministério da Guerra. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 16 jan. 1941.

OS PROFESSORES DO I.N.C.P. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 147, mar. 1941.

OTTONI, Pio B. Compreensão, sinceridade e fidelidade. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 141-145, mar. 1941.

PALAVRAS DO DR. Getúlio Vargas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 2, mar. 1941.

PAN, PETER. Block Nottes: “sub-fome “e “estatísticas subjetivas”. *A Careta*. Rio de Janeiro, p. 17, abr. 1946.

PARANÁ. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 9 fev. 1941.

PARTIDO SOCIAL RENOVADOR. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 1 jun. 1945.

PARTIDO SOCIAL RENOVADOR. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 10, 12 jun. 1945.

PELA MAIOR GLORIA de Ruy. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 2, 18 out. 1938.

PELA NOSSA CULTURA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 08 nov. 1938.

PELO BRASIL E pelo regime!. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 01 set. 1942.

PELO RESTABELECIMENTO DO presidente Getúlio Vargas e pela sustentação do regime. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 25 ago. 1942.

PELO BRASIL! Pelo Brasil! Pelo Brasil. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 30 ago. 1942.

PRESIDENTE GETÚLIO DORNELLES Vargas (1939-1945) no Palácio do Catete: homenagem dos membros do Instituto Nacional de Ciência Política. SIAN, 1940. 1 fotografia. Fotografia consultada mediante cadastro no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1315817&v_aba=1> Acesso em: 18 fev. 2021.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 11, 06 ago. 1939.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 07 mar. 1940a.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 11 maio 1940b.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 25 maio 1940c.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 03, 28 maio 1940d.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 12, 30 maio 1940e.

PRIMEIRO CONGRESSO CULTURAL Brasileiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 07, 01 jun. 1940f.

PUBLICAÇÕES. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 7, 10 jul. 1938a.

PUBLICAÇÕES. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 11, 10 jul. 1938a.

QUINTO ANIVERSÁRIO DE fundação do Instituto Nacional de Ciência Política. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 21-27, mar. 1945.

REALIZAÇÕES DO PRESIDENTE Getúlio Vargas na pasta da Guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 02 dez. 1941.

REGISTROS DE PARTIDOS políticos 1945 a 1979. *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

REUNE-SE EM MAIO o primeiro Congresso Cultural Brasileiro. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 07 abr. 1940.

RIO GRANDE DO Sul. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 jul. 1935.

RIO GRANDE DO Sul. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 jun. 1938.

RIO, Pires do. Discurso Inaugural. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 50-51, ago. 1940.

SÃO PAULO. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 31 ago. 1942.

S. BORJA. *A Federação*, Porto Alegre, p. 2, 14 mar. 1911.

S. PAULO REAFIRMARÁ hoje a união sagrada dos brasileiros em torno do presidente Getúlio Vargas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 29 ago. 1942.

SERÁ FUNDADA HOJE a secção do Instituto Nacional de Ciência Política. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 12, 24 dez. 1940.

SOMBRA, Mario. O Instituto Nacional de Ciência Política e seu creador. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 24, ago. 1941.

TEMAS E PROBLEMAS da realidade brasileira. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 jan. 1940.

UMA CARTA DO ministro da guerra ao Instituto Nacional de Ciência Política. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 13 out. 1942.

UMA NOITE DE conferências no Tetro Municipal de S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 3 jun. 1942.

VARGAS, Viriato. A doutrina do Estado Novo deve ser o evangelho dos patriotas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 7-10, 1942.

VARGAS, Viriato Dornelles. [Carta] 25 maio. 1943, Rio de Janeiro [para] VARGAS, Getúlio. Rio de Niterói. 79f. Carta de Viriato Dornelles Vargas a Getúlio Vargas protestando contra a sabotagem que vem sofrendo na propagação da Ditadura Republicana; atacando a direção do DIP e solicitando que esta seja entregue a Ari Mourell Lobo. Alerta contra a propaganda comunista e envia documentos sobre: campanha contra a atuação de João Alberto à frente da Coordenação Econômica; atividades oposicionistas da imprensa; campanha de difamação do governo; posição de Sousa Costa em relação aos lucros de guerra e encaminha vários documentos sobre os trabalhos das mulheres jornalistas. Disponível em:<
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-viriato-dornelles-vargas-a-getulio-vargas-protestando-contra-a-sabotagem-que-vem-sofrendo-na-propagacao-da-ditadura-republicana-atacando->>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VERGARA, Pedro. [Carta] 15 maio 1940a, Rio de Janeiro [para] VARGAS, Getúlio. Rio de Janeiro. 4f. Explica os fins a que se propõe o Instituto Nacional de Ciência Política e informando que esta iniciativa não entra em choque com a idéia de Lourival Fontes de criar uma Academia de Cultura Política. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-pedro-fernandes-espinosa-vergara-a-getulio-vargas-explicando-os-fins-a-que-se-propoe-o-instituto-nacional-de-ciencia-politica-e-informand>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

VERGARA, Pedro. A inteligência a serviço do Estado. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-4, ago. 1940.

VERGARA, Pedro. A inteligência ao serviço do Estado Novo. *Visão Brasileira*, v. 1, n. 1, p. 1-4, ago. 1941.

VERGARA, Pedro. Antecipando a justiça da história. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 7-14, mar. 1945.

VERGARA, Pedro. [Carta] 11 mar. 1942, Rio de Janeiro [para] VIANNA, Oliveira. Niterói. 1f. Convida Oliveira Vianna para o aniversário de um ano do Instituto Nacional de Ciência Política. Disponível:

<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=8&busca=instituto%20nacional%20de%20ciencia%20politica&operador=and&museu=3&num_interno=10&flag=1>. Acesso em: 12 nov. 2020.

VERGARA, Pedro. Uma instituição a serviço do Brasil. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 3-10, out. 1942.

VERGARA, Pedro. [Carta] 30 dez. 1942, Rio de Janeiro [para] VIANNA, Oliveira. Niterói. 1f. Convida Oliveira Vianna para sessão cultural no Instituto Nacional de Ciência Política. Disponível:

<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=7&busca=instituto%20nacional%20de%20ciencia%20politica&operador=and&museu=3&num_interno=9&flag=1>. Acesso em: 12 nov. 2020.

VISÃO BRASILEIRA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 08 jul. 1938.

VISÃO BRASILEIRA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 06, 28 fev. 1941.

VISITA COLETIVA AO Presidente. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 55-57, nov. 1940.

VISITA DO INSTITUTO Nacional de Ciência Política às oficinas navais da Ilha das Cobras. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 69-72, out. 1941.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ABREU, Luciano Aronne de; HENRICH, Nathália. Política e desenvolvimento no Brasil: o estado como solução. In: ABREU, Luciano Aronne de; HENRICH, Nathália. *Projetos de estado na América Latina contemporânea (1930-1960)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 87-110.
- ALTAMIRANO, Carlos. Ideais para um programa de História intelectual. *Tempo social: revista de sociologia da USP*, São Paulo: USP, v. 19, n. 1, p. 9-17, jun. 2007.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BASTOS, Elide Rugai. A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 146-171.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituição de 1946*. v. 1. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas (1923-1972)*. Buenos Aires: EMECE. 1974.
- BOBBIO, Norberto. Ciência Política. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 164-169.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 11-35.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência: sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 273-307.
- BOTELHO, André. Macunaíma contra o Estado Novo: Mário de Andrade e a democracia. *Novos Estudos*, São Paulo, vol. 37, n. 02, p. 335-357, mai.-ago., 2018.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual: um mundo à parte. In: Pouillon, Jean et all. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968. p. 105-1145.
- BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: Bourdieu, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180.
- BOURDIEU, Pierre. O *habitus* e o espaço dos estilos de vida. In: Bourdieu, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. Ed. Ver. Porto Alegre: Zouk, 2015. p. 162-239
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMARGO, Aspásia. A Revolução das Elites: Conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 09-46.

CAMARGO, Aspásia et al. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nocional*. Fonte Digital: eBookLibris. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Francisco%20Campos-1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PALDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 167-178.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: GOMES, Angela de Castro. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. vol.2. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, v. 14, n. 25, 2000, p. 103-117.

CÊPEDA, Vera Alves. Trajetórias do corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma reflexão teórica partindo do caso português. In: ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges. *A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. P. 9-15.

CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UfPel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003. Tradução Maria Helena Camara Bastos.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Portugal: Celta Editora, 1999.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: questões históricas e historiográficas – uma discussão teórica. *Saeculum* – Revista de História, João Pessoa, p. 395-410, jul./dez. 2015.

COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). 289f. *Tese* (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13062011-100607/pt-br.php>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FARIA, Patrícia Aparecida Gonçalves de. Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura política (1941- 1944): estudo crítico. 2014. 150 f. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/113813>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e História*. 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GAMBI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. A comemoração do 21 de abril: o cenário do jogo político (1930-1960). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.437-486, jan./dez. 2005.

GOMES, Angela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 109-150.

GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 13- 48.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: calendário ode 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 146-171.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca de modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HARTWIG, Nathalia Lange. *A inserção do São Essenfelder no cenário musical do Rio de Janeiro (1931-1940): o espaço e seus personagens*. 2017. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

IBGE. *Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação: recordando o 1º presidente do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INCISA, Ludovico. Corporativismo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 287-291

JAMBEIRO, Othon et al. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo* (o “caso” gaúcho). São Paulo: Ática, 1978.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MACIEL, Joelson Lopes. Para além do senador: uma biografia política de Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997). *Dissertação* (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193769>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 637-640.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a. p. 14-30.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982b. p. 14-30.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UNB, 1982c. p. 506-526.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001. p. 37-58.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estadismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 324- 349.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Ainda o Estado Novo.... In: MURARI, Luciana; MAIA, Tatyana de Amaral Maia; RUGGIERO, Antonio de. *Do Estado à nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 103-127.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: Ortiz, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 07-36.
- PINTO, Louis. A teoria dos campos. In: Pinto, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 65-89.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 13-36.
- ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturais nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 85-111.
- ROSAS, Fernando. Prefácio. In: ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges. *A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 9-15.
- PARADA, Maurício Alvarez. Festas para o povo: política e imaginário social em regimes autoritários (1930-1940). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 9, n. 1, p. 157-169, jan.-jun., 2016.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 1018-1021.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Paz e Terra, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-229.
- SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: SAGA, 1969.
- SOUZA, A. B. de. Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. *Locus: Revista de História*, v. 7, n. 1, 11, 2001, p. 93-106.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil* (1930-1945). Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. 5 v.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil* (1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. 10 v.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VERGARA, Luis. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001a, v. 2, p 6063-6064.

VERGARA, Osvaldo. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001b, v. 2, p 6064.

VERGARA, Pedro. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001c, v. 2, p 6064-6065.

VERGARA, Pedro. *Lembranças que lembram: luz na cidade às escuras*. Porto Alegre: IEL, 1982.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 271-294.

APÊNDICE A – Cronologia do Instituto Nacional de Ciência Política (1940-1945)

| DA FUNDAÇÃO ÀS PÁGINAS DA REVISTA VISÃO BRASILEIRA | |
|--|--|
| 25/03/1940 | Fundação do Instituto Nacional de Ciência Política |
| 10/07/1940 | Instalação do INCP e eleição da primeira diretoria |
| 27/07/1940 | Sessão inaugural das atividades do INCP |
| 15/05/1940 | Carta de Pedro Vergara ao Presidente Getúlio Vargas informando a fundação do INCP e os objetivos dessa instituição |
| 08/1940 | Publicação do primeiro exemplar da revista <i>Visão Brasileira</i> |
| DO PROJETO INTELECTUAL À EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS | |
| 24/08/1940 | Fundação da Seção Universitária do INCP |
| 11/1940 | Publicação do primeiro exemplar da revista <i>Ciência Política</i> |
| 21/11/1940 | Reunião do INCP com o presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete |
| 12/1940 | Fundação da seção de Pelotas do INCP |
| 24/12/1940 | Fundação da seção de Porto Alegre do INCP |
| 28/12/1940 | Fundação da Seção dos Professores do Ensino Secundário |
| 30/12/1940 | Fundação da seção de Rio Grande do INCP |
| 22/01/1941 | Fundação da seção de Niterói do INCP |
| 25/03/1941 | Celebração do primeiro aniversário do INCP, no Automóvel Club |
| 16/04/1941 | Início do Curso do Código Penal |
| 06/06/1941 | Reunião do INCP com o presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete |
| DA PROPAGANDA POLÍTICO-MILITAR À FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL RENOVADOR | |
| 10/10/1941 | Visita dos membros do INCP ao Arsenal da Marinha na Ilha das Cobras |
| 15/12/1941 | Visita do INCP ao Palácio do Ministério da Guerra |
| 25/03/1942 | Segundo aniversário do INCP, no do Fluminense Yacht Club |
| 05/06/1942 | Sessão do INCP no Teatro Municipal de São Paulo |
| 31/06/1942 | Homenagem do INCP ao jornalista Abner Mourão |
| 29/08/1942 | Missa campal e desfile cívico organizado pelo INCP em São Paulo |
| 28/09/1942 | Manifestação de apoio dos intelectuais às Forças Armadas |
| 10/11/1942 | Instalação da seção de São Paulo do INCP |
| 25/03/1943 | Eleição da nova diretoria do INCP |
| 25/03/1943 | Terceiro aniversário do INCP, no Botafogo de Futebol e Regatas |
| 25/03/1944 | Quarto aniversário do INCP, no Botafogo de Futebol e Regatas |
| 03/1944 | Instalação da Seção de Pesquisas Sociológicas |
| 01/04/1944 | Instalação da Seção de Datas Históricas |
| 22/04/1944 | Instalação da Seção de Aproximação entre Brasil e EUA |
| 19/04/1944 | Fundação da Seção do Amazonas |
| 25/03/1945 | Quinto aniversário do INCP, no Botafogo de Futebol e Regatas |
| 01/06/1945 | Fundação do Partido Social Renovador |
| 24/11/1945 | Última sessão do INCP na ABI |

Fonte: adaptado pela autora a partir das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*.

APÊNDICE B – Membros do Instituto Nacional de Ciência Política

| Nome | Função no INCP | Atuação |
|-------------------------------------|---|---|
| Abner Mourão | Membro da Seção de São Paulo | Jornalista, Diretor do jornal O Estado de São Paulo |
| Ademar Barbosa Ferreira de Assunção | Fundador do INCP | Funcionário público |
| Adérson Menezes | Membro da Comissão de Estudos Nacionais da Seção do Amazonas | Professor |
| Adriano Pinto | Presidente da Seção dos Professores do Ensino Secundário | Professor |
| Agnelo Bittencourt Filho | Membro da Comissão de Estudos Nacionais da Seção do Amazonas | Estudante |
| Alberto Araújo Cunha | Presidente da Seção de Rio Grande | Advogado |
| Alcebíades Delamare | Fundador do INCP | Escritor |
| Aldemir Miranda | Membro da Comissão de Divulgação e Pesquisa da Seção do Amazonas | Jornalista |
| Aldo Prado | Fundador do INCP, Secretário Geral do INCP (1940) | Advogado |
| Almir de Andrade | Presidente da Seção de Pesquisas Sociológicas | Jornalista |
| Álvaro Prates de Lima | Secretário Geral da Seção de Rio Grande | Advogado |
| Álvaro Serrano de Andrade | 1º Vice-Presidente da Seção Universitária | Estudante |
| Antero Moreira Leivas | Presidente da Seção de Pelotas | Advogado |
| Antônio de Menezes Autran | Membro da Seção dos Professores do Ensino Secundário | Professor do Liceu de Artes e Ofícios |
| Antônio Figueira de Almeida | 3º Secretário da Seção de Niterói | Professor e historiador |
| Antônio M. de Oliveira César | Secretário da Seção São Paulo | Jornalista |
| Arthur Silio Portela | 1º Vice-Presidente da INCP (1943) | Militar |
| Atílio Vivacqua | Fundador, 3º Vice-Presidente do INCP (1940) | Professor e jurista |
| Augusto Saboia Lima | Fundador, Presidente Comissão de Estudos Nacionais do INCP (1943), Presidente da Seção de Aproximação entre Brasil e Estados Unidos | Desembargador |
| Áureo Bringel de Melo | Membro da Comissão de Divulgação e Pesquisa Seção do Amazonas | Jornalista, escritor |
| Azevedo Amaral | Fundador do INCP | Escritor, jornalista, tradutor |
| Beni Carvalho | Fundador do INCP | Advogado, professor |
| Benjamim Vieira | 2º Secretário do INCP (1940) | Professor |

| | | |
|---------------------------------|--|--|
| Carlos Humberto Reis | Fundador do INCP | Jornalista, advogado |
| Edgar Costa Filho | 1º Secretário da Seção Universitária | Professor |
| Edgar Ismael da Silveira | Fundador do INCP | Advogado |
| Ernani de Cunto | 3º Vice-Presidente da Seção de Pelotas | Farmacêutico, militar, escritor |
| Eugenio Bittencourt da Silva | Fundador do INCP | Professor |
| Eurico Ribeiro Costa | Diretor responsável pela Visão Brasileira | Deputado federal (1935-1937) |
| Fernando Barata | Membro da Seção de Professores do Ensino Secundário | Professor do Colégio Pedro II |
| Francisco Bittencourt da Silva | Membro da Seção de Professores do Ensino Secundário | Professor no ginásio Bittencourt da Silva de Niterói |
| Geraldo Pinheiro | Membro da Comissão de Estudos Nacionais da Seção do Amazonas | Estudante |
| Gerardo Majella Bijos | 3º Secretário do INCP (1943) | Farmacêutico, militar |
| Gofredo Teixeira da Silva Teles | Presidente da Seção de São Paulo | Presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo |
| Hélio Carricone Pereira | 1º Secretário da Seção de Pelotas | Engenheiro agrônomo |
| Hélio Gomes | 3º Secretário do INCP (1940) | Médico legista |
| Henrique Ferreira Netto | Fundador do INCP | Advogado |
| João Huáscar de Figueiredo | 1º Vice-Presidente da Seção do Amazonas | Procurador Fiscal da Fazenda |
| Humberto Grande | Fundador do INCP, membro da Comissão de Organização e Propaganda do INCP (1940), Secretário da Visão Brasileira, Secretário Geral do INCP (1943), Secretário da Ciência Política | Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná |
| Ildefonso Simões Lopes | Fundador do INCP | Professor |
| J. M. Pereira Filho | 1º Vice-Presidente da Seção de Porto Alegre | Bacteriologista |
| Januário Coelho da Costa | 1º Vice-Presidente da Seção de Pelotas | Militar |
| João Campos Duá | 3º Secretário da Seção de Rio Grande | - |
| João Crisóstomo de Oliveira | 2º Secretário da Seção do Amazonas | Professor |
| João Martins da Silva | Membro da Comissão de Divulgação e Pesquisa Seção do Amazonas | Professor |

| | | |
|--|--|--|
| João Neves da Fontoura | Fundador do INCP | Advogado, jornalista, escritor |
| Joaquim Paulino Gomes | 1º Secretário da Seção do Amazonas | Desembargador |
| Jorge da Cunha Amaral | 2º Vice-Presidente da Seção de Rio Grande | Advogado |
| Jorge O. de Almeida Abreu | Secretário Geral Seção de Niterói | Escritor e jornalista |
| José Bernardino Lindoso | Membro da Comissão de Divulgação e Pesquisa Seção ao Amazonas | Advogado, professor |
| José Carlos de Macêdo Soares | Fundador do INCP | Jurista e historiador |
| José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque | 1º Secretário da Seção de Niterói | Militar |
| José Pires do Rio | Fundador do INCP, 2º Vice-Presidente do INCP (1940), 2º Vice-Presidente do INCP (1943) | Diretor do Jornal do Brasil |
| Júlio Barata | Fundador do INCP | Jornalista |
| Lélio Falcão | Secretário Geral da Seção de Pelotas | Advocacia |
| Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt | Presidente da Seção de Datas Históricas do Exército e da Marinha | Professor |
| Leopoldo Peres | Presidente da Seção do Amazonas | Sociólogo, escritor |
| Lúcio Marques de Sousa | Fundador do INCP, 1º Secretário do INCP (1940) | Advocacia, professor |
| Luiz Emílio Leo | 2º Secretário da Seção de Rio Grande | Professor, escritor |
| Luiz Palmeiro | Secretário Geral da Seção de Porto Alegre | Promotor público |
| Manuel Barbuda | 3º Vice-Presidente Seção ao Amazonas | Advogado, professor, |
| Manuel de Castro Guimarães | 2º Vice-Presidente da Seção de Niterói | Militar, diretor do Arquivo Militar |
| Manuel Paulo Filho Telles de Mattos Filho | Fundador do INCP, Presidente do INCP (1940), Presidente Alto Conselho do INCP (1943) | Escritor, jornalista, diretor do Correio da Manhã |
| Mário Alves | 3º Vice- Presidente da Seção de Niterói | Jornalista, presidente da Rádio Sociedade Fluminense |
| Mário Augusto Teixeira de Freitas | 1º Secretário do INCP (1943) | Advogado, estatístico |
| Mário Constantino | Fundador do INCP | - |
| Mário Jorge | Secretário Geral da Seção do Amazonas | Advogado |
| Mário Werneck | 1º Vice-Presidente da Seção de Rio Grande | Advogado, médico |
| Mateus da Fontoura | Fundador do INCP | - |
| Menotti del Picchia | Membro da Seção de São Paulo | Advogado, escritor, jornalista |
| Moacir Paixão | Membro da Comissão de Estudos Nacionais da Seção do Amazonas | Advogado |

| | | |
|--------------------------------|---|---|
| Raimundo Monte Arrais | Fundador do INCP | Jornalista |
| Morais Gomes | Chefe de Publicidade da <i>Visão Brasileira</i> | Jornalista |
| João Nogueira da Mata | 2º Vice-Presidente da Seção do Amazonas | Advogado |
| Octacílio Alecrim | Fundador do INCP | Advogado, escritor, jornalista |
| Olegário Mariano | Fundador do INCP | Estudante |
| Oliveira Vianna | Presidente da Seção de Niterói | Jurista, sociólogo |
| Oscar Clark | Fundador do INCP | Médico, escritor |
| Oswaldo Vergara | Presidente da Seção de Porto Alegre | Advogado |
| Paulino Vargas Vares | 1º Secretário da Seção de Porto Alegre | Advogado |
| Pedro Calmon | Fundador do INCP | Professor, escritor |
| Pedro Vergara | 1º Vice-Presidente do INCP (1940), Presidente do INCP (1943), Direção intelectual da <i>Visão Brasileira</i> , Diretor da <i>Ciência Política</i> | Advogado, jornalista, escritor |
| Ramon Benito Alonso | 1º Vice-Presidente da Seção de Niterói | Advogado, professor Faculdade de Direito de Niterói |
| Raul Guastini | Delegado da Seção de São Paulo, Presidente Comissão de Propaganda do INCP (1943) | Jornalista |
| Raul Severiano Ribeiro | Presidente da Seção Universitária | Estudante |
| Renato Mendonça | Fundador do INCP | Filólogo |
| Renato Travassos | Fundador do INCP | Jornalista, poeta |
| Ricardo Vieira Guida | Fundador do INCP | Advogado |
| Rodrigo Otávio Filho | 3º Vice-Presidente do INCP (1943) | Advogado, escritor |
| Rubinstein Rolando Duarte | Diretor da Secretaria do INCP (1940), Chefe de Publicidade da <i>Visão Brasileira</i> | Advogado |
| Rui Poester Peixoto | 1º Secretário da Seção de Rio Grande | Advogado |
| Salomão Vergueiro da Cruz | 2º Secretário da Seção de Niterói | Diretor do Arquivo da Prefeitura de Niterói |
| Santacruz Lima | Fundador do INCP | Jornalista |
| Severino Sombra de Albuquerque | 2º Secretário do INCP (1943) | Militar |
| Sílvio Jannuzzi | Seção de Professores do Ensino Secundário | Professor |
| Tancredo do Amaral Braga | 2º Vice-Presidente da Seção de Pelotas | Advogado |
| Vasco dos Reis Gonçalves | Fundador do INCP | Médico, poeta |
| Vicente Costa | 2º Secretário da Seção Universitária | Estudante |
| Vitor Bourhis Jurgens | 2º Vice-Presidente da Seção Universitária | Estudante |

Fonte: adaptado pela autora a partir das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*.

APÊNDICE C – Listagem dos colaboradores das revistas Visão Brasileira e Ciência Política

| Visão Brasileira (agosto a outubro 1940) | Ciência Política (novembro 1940) | Ciência Política (junho 1945) |
|--|--|---|
| | | Abner Mourão |
| Aldo Prado | Aldo Prado | |
| | | Adriano Pinto |
| Ary Franco | Ary Franco | |
| | | Alfredo Pessoa |
| Astério de Campos | Astério de Campos | |
| | | Álvaro Belford |
| | | Américo Ferreira Lopes |
| Attilio Vivacqua | Attilio Vivacqua | Attilio Vivaqua |
| Azevedo Amaral | Azevedo Amaral | |
| | | Artur Sílio Portela |
| Beni Carvalho | Beni Carvalho | Beni Carvalho |
| Benjamin Vieira | Benjamin Vieira | Benjamin Vieira |
| Augusto Saboia Lima | Augusto Saboia Lima | Augusto Saboia Lima |
| | | Ayrton Lobo |
| Carlos Gomes de Oliveira | Carlos Gomes de Oliveira | Carlos Gomes de Oliveira |
| | | Carlos Maul |
| | | Cláudio de Souza |
| | | Danton Jobim |
| | | Dioclécio Duarte |
| | | Edmundo Miranda Jordão |
| | | Emílio Fernandes de Sousa Docca |
| | | Gofredo da Silva Telles |
| | | Goulart de Oliveira |
| | | Hahnemann Guimarães |
| Hélio Gomes | Hélio Gomes | Hélio Gomes |
| | | Henrique Orciuoli |
| | | Ildefonso Mascarenhas da Silva |
| | | J. A. Pires e Albuquerque |
| | | Joaquim Leonel de Rezende Alvim |
| | | Jorge Abreu |
| Homero Campista | Homero Campista | |
| José Carlos de Macedo Soares | José Carlos de Macedo Soares | |
| José Pires do Rio | José Pires do Rio | José Pires do Rio |
| Jorge Severiano | Jorge Severiano | |
| José de Albuquerque | José de Albuquerque | José de Albuquerque |
| L. Paula Lopes | | |
| | | La-Fayette Cortês |
| | | Leôncio Corrêa |
| Leopoldo de Diniz Martins Júnior | Leopoldo de Diniz Martins Júnior | |

| | | |
|--------------------|--------------------|-------------------------------|
| | | Lima Figueiredo |
| | | Lúcio Marques de Souza |
| | | Luiz Edmundo |
| | | Lutero Vargas |
| Manoel Paulo Filho | Manoel Paulo Filho | Manoel Paulo Filho |
| | | Menotti Del Picchia |
| | | Nelson Hungria |
| | | Onofre Muniz Gomes de Lima |
| Olegário Mariano | Olegário Mariano | |
| Oswaldo Orico | Oswaldo Orico | |
| | | Paulo Hasslocher |
| Pedro Calmon | Pedro Calmon | Pedro Calmon |
| Renato Travassos | Renato Travassos | Renato Travassos |
| | | Richard Lewinshon |
| Santacruz Lima | Santacruz Lima | |
| Salvador Caruso | | |
| | | Vargas Neto |
| | | Viriato Vargas |

Fonte: adaptado pela autora a partir das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*.

APÊNDICE D – Listagem dos principais autores da Ciência Política

| Autor | Artigo | Ano | Mês |
|-------------------------|---|------------|------------|
| Adriano Pinto | Ato de fé dos professores do Brasil | 1941 | Fevereiro |
| | Getúlio Vargas e a psicologia de sua eloquência | 1943 | Dezembro |
| | O professor de ensino secundário e o esforço de Guerra | 1943 | Janeiro |
| | As reivindicações do professor de ensino secundário | 1944 | Abril |
| | A função política e social do professor | 1944 | Julho |
| Américo Ferreira Lopes | Justiça trabalhista - finalidade - atuação do Ministério Público | 1942 | Dezembro |
| | Ao Instituto Nacional de Ciência Política | 1942 | Junho |
| | Nacionalidade brasileira - sua formação - erros e verdades | 1942 | Maio |
| | Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas | 1943 | Agosto |
| | O novo Código do Trabalho | 1943 | Novembro |
| Antônio Carlos Machado | A crise da sociedade contemporânea e um novo conceito de democracia ativa | 1944 | Abril |
| | Aspectos políticos da sociogênese riograndense | 1944 | Fevereiro |
| | O problema do ideismo | 1944 | Fevereiro |
| | Aspectos políticos da sociogênese riograndense | 1944 | Janeiro |
| | Estado e estatismo | 1944 | Maio |
| | Bases e diretrizes do neoliberalismo | 1944 | Março |
| Artur Ferreira da Costa | Getúlio Vargas e o senso da ordem | 1941 | Maio |
| | A proteção da família no Estado Novo | 1942 | Abril |
| | A guerra, a mentalidade germânica e a justiça internacional | 1943 | Março |
| | A imigração após guerra | 1944 | Janeiro |
| | Discurso: o Aniversário do Presidente | 1945 | Abril |
| Augusto Saboia Lima | A Marinha e o Brasil | 1941 | Dezembro |
| | O exército nacional e o estado nacional | 1942 | Janeiro |
| | Academia Militar de Rezende | 1942 | Novembro |
| | Clóvis Beviláqua - in memoriam | 1944 | Agosto |
| | A oração do Presidente Vargas e o Brasil de após-guerra | 1944 | Setembro |
| Benjamim Vieira | Júlio de Castilhos | 1940 | Novembro |
| | A Marinha de Getúlio Vargas | 1941 | Dezembro |
| | Getúlio Vargas e o regime político | 1941 | Março |
| | O exército do estado nacional | 1942 | Janeiro |
| | Universidade Militar | 1942 | Novembro |
| | Discursos: comemorações da "Semana da Pátria" | 1944 | Setembro |
| | Discurso: o Aniversário do Presidente | 1945 | Abril |
| Henrique Orciuoli | Bilac e Getúlio Vargas na grandeza do Brasil | 1941 | Setembro |
| | A poesia na prosa de Getúlio Vargas | 1942 | Maio |

| | | | |
|---------------------------------|---|-----------|-----------|
| | A democracia presidencial do Sr. Getúlio Vargas | 1943 | Dezembro |
| | O controle das rendas públicas através da execução orçamentária | 1944 | Agosto |
| | A felicidade das nações através dos orçamentos | 1944 | Janeiro |
| | Discurso: o Aniversário do Presidente | 1945 | Abril |
| Humberto Grande | Escola de patriotismo | 1940 | Dezembro |
| | Diretrizes nacionais | 1940 | Novembro |
| | Democracia e cultura | 1941 | Agosto |
| | A nova justiça | 1941 | Dezembro |
| | O ministério da revolução | 1941 | Fevereiro |
| | Educação militar | 1941 | Janeiro |
| | Movimento nacionalista | 1941 | Julho |
| | Política de vigilância | 1941 | Junho |
| | A educação e o trabalho | 1941 | Maio |
| | Revolução e reconstrução | 1941 | Março |
| | Justiça valorativa | 1941 | Novembro |
| | Mística do trabalho | 1941 | Outubro |
| | Diretrizes do novo mundo | 1941 | Setembro |
| | Trabalho e realidade | 1942 | Abril |
| | O carvão e a siderurgia no Brasil | 1942 | Agosto |
| | Cultura bélica | 1942 | Dezembro |
| | Trabalho e realização | 1942 | Fevereiro |
| | Trabalho e regime | 1942 | Janeiro |
| | A alimentação e a habitação no Brasil | 1942 | Julho |
| | Trabalho e distribuição | 1942 | Junho |
| | Trabalho e americanismo | 1942 | Maio |
| | Trabalho e direito | 1942 | Março |
| | Educação para a guerra | 1942 | Novembro |
| | Getúlio Vargas e as forças armadas | 1942 | Outubro |
| | A agricultura e a indústria no Brasil | 1942 | Setembro |
| | As ideias políticas de Viriato Vargas | 1943 | Abril |
| | Problema da liberdade | 1943 | Agosto |
| | O espírito universitário no Brasil | 1943 | Dezembro |
| | Virtudes militares | 1943 | Fevereiro |
| | O valor do soldado brasileiro | 1943 | Janeiro |
| | Estudo da Constituição | 1943 | Julho |
| | O sindicato e a corporação no Estado Novo | 1943 | Junho |
| | Formação de estadistas | 1943 | Maio |
| Educação militar no Brasil | 1943 | Março | |
| O reconstrutor da nacionalidade | 1943 | Novembro | |
| Diretrizes da nova geração | 1943 | Set / Out | |
| Manoel Paulo Filho | Lagoas do Distrito Federal | 1942 | Julho |
| | Segundo congresso de brasilidade | 1942 | Novembro |
| | As comemorações do 3º aniversário do ICNCP | 1943 | Maio |
| | O aniversário do presidente Getúlio Vargas | 1943 | Maio |
| Pedro Vergara | Nacionalismo e técnica | 1940 | Dezembro |

| | | |
|---|------|-----------|
| O verdadeiro panamericanismo | 1941 | Agosto |
| Reajustamento jurídico | 1941 | Dezembro |
| Preparação para a guerra | 1941 | Fevereiro |
| A defesa nacional no governo Getúlio Vargas | 1941 | Janeiro |
| O Brasil na América | 1941 | Julho |
| Política de previdência | 1941 | Junho |
| A "Rerum Novarum" e o direito social brasileiro | 1941 | Maio |
| O Castilhismo | 1941 | Março |
| Getúlio Vargas legislador | 1941 | Novembro |
| O discurso do Rio Amazonas | 1941 | Outubro |
| Brasil-Argentina | 1941 | Setembro |
| O chefe da unidade nacional | 1942 | Abril |
| Unidade de pensamento e de comando | 1942 | Agosto |
| Preparação técnica | 1942 | Dezembro |
| Getúlio Vargas e o Paraguai | 1942 | Fevereiro |
| A missão social do exército | 1942 | Janeiro |
| Getúlio Vargas cidadão da América | 1942 | Janeiro |
| Getúlio Vargas e as forças sociais | 1942 | Julho |
| Congraçamento social | 1942 | Junho |
| A popularidade do presidente Getúlio Vargas | 1942 | Maio |
| Compreensão e cooperação | 1942 | Março |
| A democracia funcional | 1942 | Novembro |
| Uma instituição a serviço do Brasil | 1942 | Outubro |
| No limiar do futuro | 1942 | Setembro |
| Liberdade e prosperidade | 1943 | Abril |
| II Conferência pan-americana de advogados | 1943 | Agosto |
| São Paulo a Getúlio Vargas | 1943 | Dezembro |
| Ideário Político de Getúlio Vargas | 1943 | Fevereiro |
| A consciência humana contra o martírio dos judeus | 1943 | Janeiro |
| Duas constituições originais | 1943 | Julho |
| A Era Getuliana | 1943 | Junho |
| A técnica e o futuro do Brasil | 1943 | Maio |
| Uma nacionalidade e um chefe | 1943 | Março |
| Leguleios em férias | 1943 | Novembro |
| O Rio Grande e o presidente | 1943 | Set / Out |
| Panorama de um governo | 1944 | Abril |
| As leituras infantis | 1944 | Agosto |
| Sob o signo da palavra | 1944 | Dezembro |
| Getúlio Vargas e as riquezas naturais do Brasil | 1944 | Fevereiro |
| A unidade pelo poder central | 1944 | Janeiro |
| Só um chefe | 1944 | Julho |
| O descobrimento do Brasil não foi obra da casualidade | 1944 | Junho |
| Promessas e realizações | 1944 | Maio |
| Acreditemos em Getúlio Vargas | 1944 | Março |
| Pensamento e ação | 1944 | Novembro |

| | | | |
|---------------------------------------|---|-------|-----------|
| | Discursos: Alcides Maya - memoriam | 1944 | Outubro |
| | Governo forte | 1944 | Outubro |
| | Otimismo e clarividência | 1944 | Setembro |
| | Aniversário do Presidente | 1945 | Abril |
| | Complementação constitucional | 1945 | Fevereiro |
| | Coerência política | 1945 | Janeiro |
| | Razões da inflação | 1945 | Junho |
| | Eurico Gaspar Dutra - inteligência e ação ao serviço da Pátria | 1945 | Maio |
| | Antecipando a justiça da história | 1945 | Março |
| Renato Travassos | Renascimento | 1941 | Julho |
| | Getúlio Vargas - guia da nacionalidade | 1942 | Abril |
| | A língua portuguesa na reforma Capanema | 1942 | Julho |
| | Discursos aos trabalhadores | 1942 | Maio |
| | Eugênio de Castro | 1945 | Janeiro |
| Viriato Vargas | A doutrina do Estado Novo deve ser o evangelho dos patriotas | 1942 | Dezembro |
| | Combate a insinceridade | 1943 | Abril |
| | Democracia é a negação dos grandes tipos da humanidade, é a desordem organizada | 1943 | Abril |
| | O regime brasileiro é uma sociocracia | 1943 | Dezembro |
| | O verdadeiro estadista | 1943 | Dezembro |
| | A bondade dos brasileiros transforma o Brasil em paraíso das vítimas de Hitler | 1943 | Fevereiro |
| | Efeitos da democracia em diversas fases da vida humana | 1943 | Janeiro |
| | Regime brasileiro | 1943 | Julho |
| | Democracia classista | 1943 | Junho |
| | Democracia: teimoso cacoete | 1943 | Março |
| | O estadista prevê o futuro | 1943 | Março |
| | O regime de 10 de novembro e a bandeira de 30 | 1943 | Novembro |
| | Resumo, observações e estudos econômicos | 1943 | Novembro |
| | Justiça do Trabalho | 1943 | Set / Out |
| | Sociocracia e economia | 1944 | Fevereiro |
| Discurso: o aniversário do Presidente | 1945 | Abril | |

Fonte: adaptado pela autora a partir da revista *Ciência Política*.

APÊNDICE E – Programa do Partido Social Renovador

O Partido Social Renovador tem por fim defender e propagar o pensamento político de Getúlio Vargas, com as ampliações que dele naturalmente decorrem; para isso se propõe pugnar por estes objetivos:

I. — A construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora, para grandes e pequenos, aberta à colaboração de, todos os seus filhos (v. Nova Política, vol. I, pág. 69);

II. — A renovação iniciada em 1930 e reafirmada em 1937, não deve ser considerada como simples movimento político, nem fato exclusivamente circunscrito à vida brasileira (v. Nova Política, vol. I, pág. 84).

A) INTERNAMENTE

a) *Na ordem política*: 1) forma federativa, mitigada; 2) sistema presidencial; 3) maior soma de poderes ao Executivo, respeitadas as liberdades essenciais do homem e a consciência democrática da nação, para que realize, com rapidez, o bem público e defenda, com eficiência, as condições de vida, de trabalho e de progresso do país; 4) sufrágio universal; 5) voto direto, secreto e obrigatório, para todos os brasileiros, de ambos os sexos, maiores de 18 anos; 6) combate às ideologias contrárias à lei; 7) anistia ampla.

b) *Na ordem administrativa*: 1) incentivar e desenvolver todas as forças, fatores e iniciativas capazes de propiciar a coesão da pátria; 2) combate às forças locais de separação, de regionalismo estreito, de federalismo exagerado; 3) luta contra as oligarquias, contra o caudilhismo e contra o filhotismo; 4) aparelhamento militar: Exército, Marinha e Aviação poderosos; 5) ampliação dos serviços federais nos Estados; 6) obras públicas contra enchentes e para saneamento de terras; 7) tudo o que afete as condições climáticas: a higiene, a saúde, as vias de comunicações o reflorestamento e a defesa das florestas, o aproveitamento das energias naturais e das riquezas do solo e subsolo; 8) poder de iniciativa da União nessas matérias, sem prejuízo da administração local; 9) sistema tributário, tendente ao imposto único, baseado na renda imobiliária- 10) revisão do Estatuto dos Funcionários Públicos, no sentido de se darem maiores garantias aos funcionários e ser observada uma padronização mais justa de vencimentos; 11) majoração dos proventos de aposentados, observado o custo de vida; 12) para efeito de contagem de tempo de aposentadoria, não haverá distinção entre funcionários municipais, estaduais e federais; 13) construção e aparelhamento científico de penitenciárias modelos, em tôdas as capitais, para completa e eficiente aplicação das penas.

c) *Na ordem jurídica*: 1) todas as reformas que impliquem na racionalização do direito, destruam a injustiça e dêem coesão e força às classes profissionais -e aumentem a paz interna, – respeitadas a tradição e a consciência morai do povo; 2) um só direito substantivo; um só processo; uma só organização judiciária; uma só magistratura; um só ministério público; 3) igualdade de direitos para a mulher casada, ressalvados a direção da sociedade conjugal pelo marido e o patrimônio comum.

d) *Na ordem cultural*: 1) dignificação e amparo do homem que se dedica à atividade intelectual ou artística; 2) subvenção às instituições científicas, literárias, artísticas e culturais, em geral; 3) criação de estabelecimentos de pesquisas científicas e sociológicas, no Brasil; bolsas de estudos para esse fim; 4) garantia rigorosa dos direitos autorais; 5) ampliação das funções do Instituto do Livro;) proteção às cooperativas de edição; 7) nacionalização do ensino primário, obrigatório; 8) ensino primário, secundário e superior, gratuitos, se ministrados pelo Estado; 9) garantia e franquias ao ensino particular, para o seu barateamento e subvenção do ensino particular nas mesmas condições do ensino público; 10) escolas primárias em número proporcional a certo índice de população infantil, em idade escolar; 11) escolas primárias diurnas e noturnas rias fábricas e em todos os centros de atividade coletiva., permanente, para o homem adulto, não alfabetizado; 12) ensino técnico-profissional, aí incluídos o ensino técnico-rural, e o ensino industrial; 13) cultura esportiva; criação de estádios municipais; estímulo aos jogos olímpicos; 14) um só magistério, para toda a nação e o direito dos professores, em todos os graus, segundo os seus méritos, de promoção para os centros de ensino mais elevado, dentro da hierarquia estabelecida; 15) conselho de professores, em todos os estabelecimentos primários e secundários, que o comportarem, para solução das questões que surgirem entre eles e a direção do estabelecimento, sem prejuízo dos recursos cabíveis; 16) remuneração do professor público, de acordo com a dignidade da sua função e. as suas necessidades, e do professor particular, em proporção dos lucros do estabelecimento, mas nunca abaixo dos padrões de ordenado que se estabelecerem para o magistério oficial; 17) escola-padrão de Economia, Finanças e Administração na Universidade do Brasil, e escolas similares em todas as capitais do país.

e) *Na ordem moral*: 1) postulados católicos, apresentados à assembléia constituinte de 1934 e todas as garantias religiosas da Constituição de 1937; 2) respeito e garantia de todos os cultos, que não atendem contra a moral e a ordem jurídica; 3) defesa jurídica da família e sua proteção, por uma adoção cada vez mais ampla da casa própria e dos abonos familiares, 4) avocação pelo Estado da direção e educação da prole, quando a família natural se mostre indigna de sua alta missão específica; 5) multiplicação no país das instituições de amparo à infância e à juventude,

tais como: — *Lar da criança, Cidade das metanos, Casa do pequeno jornalista. Casa do estudante, Instituto 15 de novembro, creches e parques infantis, para o filho do trabalhador.*

f) *Na ordem econômica:* 1) valorização do homem pela educação, pela higiene, pelos meios de subsistência, pelo sentimento de segurança, pela dignidade do trabalho e pelos deveres para com a profissão, a prole, a classe e a sociedade; 2) sindicalização do trabalhador; 3) remoção das condições do pauperismo, pelo aproveitamento compulsivo de todos os indivíduos em condições de exercer um trabalho remunerado; 4) luta contra as endemias e as enfermidades, com a criação de hospitais do governo nas cidades e nos campos, em proporções com a população; 5) formação de equipes médicas, estipendiadas pelo Estado, em todos os centros urbanos do interior, para o exercício da medicina gratuita municipal; 6) recuperação e readaptação, quando possível, dos incapacitados para trabalhar; completa assistência aos mutilados de guerra; 7) assistência social às classes pobres, como estímulo à atividade produtiva: ensino e tratamento médico a domicílio, distribuição de alimentos, etc; 8) bem de família, para cada família de trabalhador; 9) condições que facilitem e melhorem o exercício do trabalho — como transportes rápidos para as fábricas e todas as condições de higiene nos estabelecimentos de trabalho coletivo; 10) férias obrigatórias, anuais, de acordo com as prescrições médicas; 11) maior desdobramento da legislação social, no sentido de maiores garantias e maior proteção ao trabalhador, e entre outras: participação nos lucros, seguro social e amparo no desemprego; nenhum trabalhador poderá ficar sem trabalho ou sem meios de subsistência; 12) adaptação nacional do plano Beveridge; 13) rigorosa observância da legislação social, pelos institutos de aposentadorias e pensões, de sorte que nenhum inativo possa ficar privado do lar e da subsistência, desde que se declare a sua invalidez ou se conceda a sua aposentadoria; 14) marcha para o Oeste; 15) intensificação e ampliação das atividades e dos serviços da Fundação Brasil-Central, para que se aproveitem os valores econômicos da interlândia; 16) criação de novos territórios nacionais, como o do Tocantins e outros, para que o governo federal possa levar o seu estímulo produtivo, a fiscalização econômica e a ordem jurídica às populações abandonadas e desprotegidas, e às riquezas que aí jazem e aí se perdem criminosamente, pelo descaminho; 17) meios de transporte que liguem o extremo Norte ao extremo Sul do país, por meio de linhas paralelas de rodovias que, pondo em contato esses extremos, cruzem as fronteiras terrestres e marítimas e o centro do país; 18) construção da estrada de ferro transbrasiliana e das estradas de ferro daí derivadas para o Oeste e para o litoral; 19) crédito rápido para a indústria e para a lavoura, de tal modo que nenhuma invenção e nenhum esforço útil nesse particular, deixem de receber o estímulo do Estado; 20) inalienabilidade, para o exterior de qualquer invento útil brasileiro; 21) exploração intensiva

das riquezas naturais, observado o princípio que distingue a propriedade do solo da do subsolo; 22) a solução do problema da produção do petróleo brasileiro é uma questão de honra nacional; 23) imediato aproveitamento das quedais d'água, particularmente da cachoeira de Paulo Afonso; 24) intensificação das obras de recuperação dos vales do rio Doce e do rio São Francisco; 25) estímulo à pequena açudagem particular, no Nordeste, desenvolvimento das obras contra a seca; irrigação; 26) povoamento, transportes e todo o interesse do Estado para a Amazônia, sem perda de tempo; 27) elevação do índice demográfico, pelo estímulo ao povoamento; fixação do homem à terra; luta contra' o êxodo rural; adaptação ao campo das populações urbanas, marginais; 28) imigração intensiva e selecionada, e colonização racional e nacionalista; 29) industrialização intensiva do país: grande e pequena siderurgia; 30) fábrica de motores e de aviões; 31) auto-suficiência na produção agrícola, sob tal forma que a policultura não prejudique o critério geo-econômico que possibilitará — de um lado — o enriquecimento de cada região, de acordo com a sua produção predominante, e — de outro lado — a união nacional, fazendo que umas regiões dependam de outras; 32) proteção especial ao café; 33) campanha do trigo, por todos os meios e modos eficientes para que o Brasil produza o pão que come; 34) defesa e exploração das riquezas agrícolas ou minerais, indispensáveis ao aparelhamento militar do país; 35) fomento das cooperativas de produção, de consumo e de crédito; 36) mecanização da lavoura sob o estímulo do Estado, criação da Junta Reguladora de Carnes.

B) EXTERNAMENTE:

a) *Na esfera universal*: 1) criação de nova ordem internacional, sob a égide de uma sociedade de nações, suficientemente poderosa, do ponto de vista econômico, industrial e militar, para poder manter a paz no mundo e defender as liberdades; 2) crescente vinculação diplomática, moral, cultural e econômica do Brasil, com todas as nações que lutam conosco na presente guerra; 3) aprimorar, defender e propagar, por todos os meios, a civilização brasileira, — sustentando as suas instituições, a sua ordem jurídica, a sua cultura, os seus interesses, em face das forças desagregadoras, que vierem de fora;

b) *Na esfera americana*: 1) manter a nossa tradição de amizade com os países do Continente, em geral; 2) tornar cada vez maior a nossa aproximação com os Estados Unidos, desenvolvido o intercâmbio econômico e cultural; 3) incentivar a política de boa vizinhança, em que haja não só entendimentos políticos e convenções econômicas, como também cooperação e assistência desinteressada e fraterna.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br